

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA



REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DO ANO DE 2007
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
BRAGANÇA

SIGLAS

ACISB	Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança
ADRI	Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda
AEC	Actividades de Enriquecimento Curricular
AGS	Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade SA
ALE	Área de Localização Empresarial
AMI	Assistência Médica Internacional
ANA	Aeroportos de Portugal
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
APKC	Shaolin Lohan Tão Karate Chinês
ASMAB	Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança
ATMAD	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDRN	Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do Norte
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CEE	Comunidade Económica Europeia
CI	Centro de Inovação
EDP	Electricidade de Portugal
ETA	Estação de Tratamento de Águas
F.E.F	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FSM	Fundo Social Municipal
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
IGAL	Inspecção-Geral da Administração Local
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INAG	Instituto Nacional da Água
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IRAR	Instituto Regulador de Águas e Resíduos
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRS	Imposto sobre os rendimentos singulares
KWS	Kilowatts
LFL	Lei de Finanças Locais
LRTM	Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAM	Plano de Actividades Municipal
PAO 2008	Plano de Actividades e Orçamento 2008
PCHI	Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PENOG, S.A	Parque eólico de Nogueira, SA
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PROT	Programa Regional de Ordenamento do Território
PROT Norte	Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte
PT	Portugal Telecom
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
REFER	Rede Ferroviária Nacional REFER EP
REN	Rede Eléctrica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
TGV	Transporte de Grande Velocidade
VOR/DME	Estação de informação aeronáutica

Quinta sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 14 de Dezembro, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

SUMÁRIO		Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....		394
MANDATOS: - MEMBROS		
A – Assembleia Municipal:		
Membros substituídos		5
Membros convocados:		6
Instalações		6
MOÇÕES		
I – Portagens - Auto-estrada Transmontana.....		17
II – Ciclo Via – Troço ferroviário.....		96
QUORUM -		5,82
INTERVALO PARA ALMOÇO		82
ORDEM DE TRABALHOS		Pág.
1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 4. ^a sessão ordinária de 24 de Setembro de 2007.....		8
2 – PÚBLICO - Período de intervenção.		9
3 – Período de Antes da Ordem do Dia.		16
4 – Período da Ordem do Dia:		40
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.		40
4 .2 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança:		119
4.2.1 – Fixação da participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), relativa aos rendimentos do ano anterior;		119
4.2.2 – Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o Ano de 2008;.....		133
4.2.3 – Concurso Público para Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas instalações Municipais.		389

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Velosos	27
Helder Rodrigues	26
Nuno Reis	27

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adérito Lhano	99
Amândio Gomes	16,22
António Pires	14
Bruno Veloso	381
Guedes de Almeida	97,98,378,380,393
Henrique Ferreira	371,373
Jorge Novo	86
José Castro	30,104,106,107,125
Júlio de Carvalho	33,132,
Luís Costa	22,89,374
Luís Fernandes	125
Luís Pires	19,25,93,95,131,387
Luís Vale	28,91,127,376
Manuel Martins (Público)	9
Martinho do Nascimento	128,383
Nuno Pereira	96,101
Nuno Reis	23,101
Paulo Xavier	36,388
Presidente da Câmara	11,41,78,80,108,348,392
Presidente da Mesa	6,8,11,14,15,16,19,20,21,22,23,25,26,27,30,33,36,40,75,76,77,78,81,82,83,85,86,89,91,93,95,96,97,98,99,101,104,106,107,117,118,124,125,127,128,131,133,348,371,373,374,376,378,379,380,383,387,388,389,391,392,393
Primeiro Secretário da Mesa	15
Vitor Pereira	20,21,82,83,84,85

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Luís Costa	76,391
Luís Fernandes	75
Vitor Pereira	77

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Victor Pereira	115,116,117

..... Aos **catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **quinta sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim às dezanove horas na qual participaram **noventa membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte Ordem de Trabalhos:.....

.....**1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da quarta sessão ordinária realizada em 24 de Setembro de 2007.**.....

.....**2 - PÚBLICO - Período de intervenção.**.....

.....**3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**.....

.....**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

.....**4 .1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município.**

.....**4 .2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**.....

.....**4 .2 .1 –** Fixação da participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), relativa aos rendimentos do ano anterior;

.....**4 .2 .2 –** Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o Ano de 2008;.....

.....**4 .2 .3 -** Concurso Público para Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas instalações Municipais.

.....**QUORUM -** Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:.....

.....**EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro).**

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia.

.....**MEMBROS SUBSTITUÍDOS:**

.....**PSD :** Martina Isabel Veiga Dias; José Miguel G. Miranda e António Cruz Oliveira

.....**CDU:** .Lídio Alberto Correia

.....**PS:** Orlando Augusto Matos Pontes; Alzira Bento Gomes e Manuel António Pires

.....**MEMBROS CONVOCADOS:**

.....**PSD:** Maria Olinda Silva; Armindo José Afonso Rodrigues e Maria Amparo Mendes Alves.

.....**CDU:** José Castro

.....**PS:** Fernando Teixeira Rodrigues; Francisco Manuel Esteves Marcos e Lázaro Augusto Correia Padrão

.....**INSTALAÇÃO: LÁZARO AUGUSTO CORDEIRO PADRÃO** - Eleito pela lista do Partido Socialista, nascido em 11/07/1961, filho de João Tomé Padrão e de Etelvina Fernanda Lopes Cordeiro, natural da freguesia de Santulhão, Município de Vimioso e residente na Freguesia de da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº.5802205, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 09/07/2003, cartão de eleitor nº.393, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia da Gimonde, em 30/05/1996 e cartão de contribuinte nº.180032054.

.....**Presidente da Mesa** - Informam-me que estão na sala cinquenta e dois membros da Assembleia, o que significa que temos um quórum suficiente para começar os nossos trabalhos.....

.....Dou os meus bons dias a todos e dou também, muito especialmente, as boas vindas a um grupo de vinte e oito alunos e quatro professores da escola Secundária Abade de Baçal, que nos dão o prazer de assistir a esta sessão. E por assim ser eu pedia que especialmente neste sessão de hoje os senhores membros da Assembleia deixem as duas últimas filas livres para os nossos caros visitantes.

.....E já agora como introdução, os senhores membros da Assembleia permitir-me-ão que gaste dois minutos só para dar uma breve explicação aos nossos visitantes sobre os trabalhos da Assembleia Municipal.

..... O que os alunos da Escola Abade de Baçal aqui verão hoje é uma sessão da Assembleia. Esta Assembleia Municipal de Bragança é constituída por noventa e nove membros. Porque havendo quarenta e nove Juntas de Freguesia neste Concelho e dizendo a Lei que o número dos eleitos directos deve ser mais um que o do número de freguesias, são noventa e nove membros que constituem esta Assembleia.

.....Essas pessoas estão aqui à vossa frente, são os senhores Presidentes de Junta que são o maior Grupo Municipal, com os quarenta e nove membros; há o Grupo Municipal que é o maior desta Assembleia, o PSD, que foi quem recebeu mais votos nas eleições; há um Grupo Municipal do Partido Socialista; há um Grupo Municipal da CDU e um Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

.....Estes senhores, neste momento são um senhor e uma senhora que estão nesta Mesa aqui ao lado esquerdo é o senhor Presidente da Câmara e uma senhora Vereadora. Esta é a Mesa da Vereação.

.....Nós, que estamos nesta Mesa, constituímos a Mesa que dirige os trabalhos da Assembleia e tem que o fazer no cumprimento de disposições regimentais muito claras sobre o que se deve passar na Assembleia, o que se pode passar, o que não se pode passar, como é que os membros da Assembleia se devem comportar e quais são os assuntos a tratar na mesma.

.....A Assembleia Municipal tem principalmente a função de ser o órgão deliberativo da Autarquia.

..... A Câmara Municipal é o órgão que governa a autarquia, mas tem alguns poderes limitados. E para alguns tipos de assuntos, nomeadamente orçamentos; alienações de património; contracção de dívidas, necessita de ter o acordo da Assembleia Municipal. E é também a Assembleia Municipal que pode aprovar ou não aprovar os Planos e Orçamentos da Câmara, para cada ano. Hoje mesmo um dos pontos principais da ordem de trabalhos é a discussão e votação sobre esse Plano de Trabalhos.

.....A Assembleia que aqui vêm, reúne em princípio cinco vezes por ano, em sessões ordinárias.

.....Os senhores membros, como disse, são senhores Presidentes de Junta que em acumulação com as suas funções na Junta e até muitas vezes com as suas vidas profissionais são membros da Assembleia, e os restantes membros da Assembleia não são profissionais, não é a sua função principal ou a sua actividade principal o serem membros da Assembleia. Têm as suas vidas também, e quando há sessões da Assembleia, faltam ao seu trabalho justificadamente, e vêm aqui prestar a sua colaboração à comunidade.

.....Na sessão de hoje para que os nossos visitantes possam entender o que se vai passar, e nas outras sessões também, mas os trabalhos da Assembleia dividem-se basicamente em quatro períodos. Haverá um primeiro período inicial em que vamos tratar de alguns assuntos correntes, depois haverá um período em que o público pode pedir para intervir, depois haverá um período de antes da ordem do dia em que podem ser discutidos assuntos de carácter geral e depois há o período da ordem do dia em que serão discutidos os assuntos que estão agendados especificamente para serem hoje tratados nesta Assembleia.

.....Eu espero ter contribuído para que os nossos jovens amigos percebam melhor o que se vai passar e como se passa e espero que esta visita seja de utilidade.

.....Muito obrigado.

.....Vamos então entrar no ponto 1 da ordem de trabalhos.

.....Eu queria dar duas ou três informações rápidas.

.....A primeira informação que queria dar é que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, por sugestão minha, decidiu fazer, antes de acabar este ano, a marcação das datas para as sessões ordinárias da Assembleia do ano de dois mil e oito. Isto a fim de que todos possam organizar a sua vida, contar com o dia que vão ter a sessão da Assembleia, se for necessário, fazerem-se substituir, e assim garantirmos melhor a frequência e o número de pessoas que assistem às sessões. É evidente que estas datas que eu vou dizer podem por razões de força maior ou imprevistos muito válidos, ser alteradas. Mas isso depois será publicado e será enviado a todos os senhores membros da Assembleia.....

.....As sessões da Assembleia Municipal do ano de dois mil e oito serão: em Fevereiro, no dia vinte e nove, sexta-feira; em Abril, no dia vinte e oito, segunda-feira; em Junho, no dia trinta, segunda-feira; em Setembro, no dia vinte e dois, segunda-feira e em Dezembro, no dia quinze, segunda-feira.....

.....Vamos proceder à discussão, se for caso disso, e à votação da acta da última Assembleia Municipal.....

.....**1 - ACTA**– Foi presente e posta a discussão **a acta da quarta sessão ordinária realizada em 24 de Setembro de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.....

.....Eu perguntava se algum dos senhores membros da Assembleia tem alguma observação a fazer sobre a acta. Não sendo o caso vamos por a acta à votação.....

.....**Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, cinco abstenções e setenta e dois votos a favor, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.**.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito provavelmente as abstenções são de pessoas que não estiveram na sessão da Assembleia e portanto se abstiveram na votação da acta.....

..... Depois de aprovada a acta, a segunda informação que queria dar e é uma informação que tenho a certeza que é agradável, é que, embora estejamos ainda quase na hora do pequeno almoço, a Câmara Municipal nesta sessão especialmente na altura do Natal oferece aos senhores membros da Assembleia Municipal o almoço do dia de hoje. O almoço realizar-se-á no restaurante Tulipa, será por volta da uma hora e se houver pessoas que não possam ir ao almoço é favor fazer essa indicação para não se estarem a encomendar almoços que ninguém coma.....

.....Muito obrigado.....

.....Vamos então entrar no ponto

.....**2 – PÚBLICO – PERÍODO DE INTERVENÇÃO** - A Mesa recebeu como pedido de intervenção, por parte do senhor **Manuel de Deus Martins** que está na sala e a quem eu vou dar a palavra. Faça o favor de se dirigir aqui.

.....Como lhe disse na nota escrita que lhe enviei quando fez este pedido – Há mais intervenções para o Período do Público? Não havendo o tempo que tem para intervir são dez minutos.

..... **Manuel Martins** – Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar queria cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal os seus membros da assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, meus senhores, minhas senhoras, muito bom dia.....

.....Eu estou aposentado da Direcção Geral do Tribunal de Contas, nos últimos vinte anos trabalhei numa unidade de apoio técnico ao Tribunal, mais propriamente na fiscalização prévia.

.....Para quem não sabe o que é isto, eu vou-lhe dizer que a fiscalização prévia estuda e leva aos senhores juizes do Tribunal de Contas os processos que tem dúvidas, que são remetidos pelas instituições.

.....Posto isto eu queria acrescentar o seguinte. O que me levou a requerer a esta Assembleia a minha intervenção foi a atitude que a Câmara de Bragança teve em conjunto com a Junta de Freguesia de Parada que no meu entender e de muitos outros, levaram a que as pessoas se sintam lesadas. Porque? Porque em mil novecentos e cinquenta e seis a Freguesia de Parada reuniu-se, com esforço, e meteram água potável através de abastecimento de água para Parada. Construiu-se uma Mãe de Água.

.....A Câmara e a Junta de Freguesia entenderam que o trabalho dessa população não serve de nada.

.....Mais, chegaram às propriedades, às casas privadas, escavacaram as paredes para meter os contadores.

.....Em mil novecentos e oitenta e três, a anterior Junta de Freguesia exigiu aos seus moradores que adquirissem contadores por conta própria. Todos os moradores adquiriram os contadores e meteram os contadores.

.....O senhor Presidente da Junta de Parada quando eu lhe perguntei o que é que eu faço do contador, ele diz-me - deita-o fora – como se as pessoas que vivem na aldeia, que são eminentemente rurais, vivem da agricultura, possam deitar dinheiro fora. Não é o meu caso, felizmente não é o meu caso, mas de qualquer das maneiras eu não gosto de deitar fora aquilo que ainda tem proveito.....

.....No dia dezoito de Setembro a Câmara mandou dois funcionários às minhas habitações, que são minhas e das minhas irmãs, que ainda não dividimos, cortaram-me a água. Desde

então para cá eu ando a apanhar água com cântaros para casa. Tenho que tomar banho, tenho um depósito em casa, porque a situação não se resolveu!.....

.....A Câmara mandou-me um ofício para a minha residência, na área metropolitana de Lisboa, a dar-me o prazo até vinte e nove de Agosto para eu celebrar um contrato de fornecimento de água.....

.....Respondi à Câmara, questionei-a e até hoje estou à espera da resposta. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo os artigo sessenta e um, se não estou em erro, sessenta e um, sessenta e dois, diz que a Administração é obrigada a responder aos quesitos que lhe são formulados. Até hoje a Câmara não me respondeu. Obrigou-me a quê? A apresentar queixa na IGAL, na CCRN. E mais, vou para o CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) ainda não fui porque tenho andado ocupado com os trabalhos aqui na aldeia. Mas quando for para Lisboa, na próxima semana, ou a Câmara ou a Junta resolve ou vou para essas instituições, porque tenho neste momento a decorrer em Parada uma recolha de assinaturas precisamente com estes fundamentos e outros, para levar ao conhecimento do Senhor Primeiro Ministro.

.....Uma coisa é certa, a Câmara com a anuência de alguns senhores Presidentes de Câmaras, deliberou que o meio rural, a taxa de disponibilidade, foi aquilo que me disseram que era a taxa de disponibilidade, que não é aluguer de contador, a taxa de disponibilidade é de cinco euros para as aldeias, na cidade é de dois euros e pouco.

.....Portanto eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual é o critério, que há Portugueses de primeira que são os residentes na cidade e portugueses de segunda que são os habitantes das aldeias. Essa é uma questão.....

.....A outra questão é de saber quanto é que a Câmara de Bragança pagou pelos terrenos utilizados, que são baldios de Parada, e que tem lá o pó de tratamento de água para distribuir pelas outras aldeias. Não é que eu tenha nada contra as outras aldeias, mas se há um decreto que diz que os baldios são regidos pela Assembleia de Compartes, se há quem pague renda pelos castanheiros que tem nos baldios, a Câmara também deve pagar porque vai usufruir de algum rendimento desse terreno.....

..... Mais, quanto é que a Câmara paga da exploração que é feita nos terrenos de Parada mais propriamente ali junto de Prado Ruivo, donde é que vai a água para Coelhoso e da Ribeira, que é tirada precisamente no termo de Parada.

.....Quería acrescentar só outro ponto. Uma senhora de Parada que reside em França, é hemodializada há dez anos, foi reformada por incapacidade, vem ali passar férias no mês de Agosto, cortaram-lhe a água porque a senhora não tem possibilidades de pagar sessenta euros por ano, quando ela auferia cerca de trezentos e cinquenta euros, e vive em Paris.....

.....Penso que tenho tudo dito, muito obrigado pelo tempo dispensado e não queria prolongar-me mais.

.....**Presidenta da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor Presidente da Câmara, fizeram-lhe uma pergunta. Quer responder?.....
.....Faça o favor, tem a palavra.

.....**Presidente da Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Professores e Alunos da Escola Secundária Abade de Baçal. Cumprimento também o Senhor Manuel Martins e esposa e outros membros do Público presentes, Comunicação Social.

.....Não vou responder a muitas das questões que o senhor Manuel colocou porque elas não fazem absolutamente sentido nenhum, do meu ponto de vista. Aquilo que é essencial eu vou responder, como é óbvio.

.....Discutir as questões da política da água nesses termos nós discutimo-la na Assembleia, na Câmara, que têm a legitimidade política para o fazer e para tomar decisões. Temos de facto essa legitimidade conquistada em eleições.

.....Discutimos com os Senhores Presidentes de Junta sem excepção, em medidas que não foram de discriminação negativa para a parte rural mas de discriminação positiva.

.....E já agora deixe-me que lhe diga, eu que vivo na cidade não me considero um cidadão de primeira, considero-me um cidadão de segunda porque sou de uma aldeia das mais pequenas do nosso Concelho, filho de agricultores, ex-agricultores humildes. Sei bem o que é a dureza da vida e portanto peço-lhe desculpa, com toda a amizade, não aceito lições de demagogia feita dessa forma da parte da sua pessoa, peço desculpa.....

.....Qualquer que seja a sua condição passada ou presente, vive bem em Lisboa ou não, nós aqui estamos neste território sentindo as dificuldades do dia a dia, tantas vezes penalizadas pela gente que está em Lisboa, que castiga ao longo de décadas a gente que vive de forma difícil e humilde neste território.

.....Vai-me desculpar, há questões que o senhor colocou que eu não respondo por esta razão, por razões de princípio, nem sequer apoio vozes que comentaram algumas das suas intervenções, porque são absolutamente demagógicas, porque o povo não bebe política, o povo bebe água que é um bem essencial à vida.....

.....E é exactamente por causa dessa questão que eu vou responder àquilo que é essencial da sua intervenção.

.....E vou-lhe ler nos termos exactos aquilo que é a nossa resposta à Inspeção-Geral da Administração Local, para que fique bem claro. O que nós escrevemos é aquilo que dizemos aqui:.....

” RESPOSTA À EXPOSIÇÃO DO SR. MANUEL DE DEUS MARTINS.....

.....Em resposta ao documento mencionado em título cumpre à Câmara Municipal de

Bragança prestar a seguinte informação:

1. A Câmara Municipal de Bragança, em reunião ordinária realizada no dia 13 de Março de 2006, deliberou, na qualidade de Entidade Gestora, aprovar a aplicação de um tarifário de cobrança de água para a área rural do Concelho, bem ainda como a aplicação de idêntico tarifário, referente à recolha e tratamento quer de RSU quer de águas residuais domésticas. A mesma deliberação foi objecto de conhecimento em Assembleia Municipal de Bragança na sua reunião de 21 de Abril de 2006;
2. A implementação deste tarifário teve como principais fundamentos:

 - a) Inverter os elevadíssimos consumos de água que se verificavam na área rural do Concelho, cerca de 3 vezes superiores aos consumos verificados na cidade de Bragança;
 - b) Contrariar o uso desajustado da água, por parte das populações da área rural, que pelo facto de não pagarem água a utilizavam, maioritariamente, para a rega de propriedades agrícolas e não para consumo doméstico;
 - c) Face ao descrito no ponto anterior, repetidas vezes os sistemas públicos de abastecimento entravam em ruptura, privando de água os consumidores das zonas altas, sendo que os consumidores das zonas baixas usavam e “abusavam” da mesma;
 - d) Criar um princípio de igualdade entre os consumidores da cidade de Bragança, onde sempre existiu tarifação da água consumida e os consumidores da área rural que nunca pagaram qualquer consumo de água
 - e) Todas as localidades da área rural, à semelhança do que também acontece na área urbana, disporem de recolha regular e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
 - f) De 90 % das localidades da área rural disporem de recolha e de tratamento de águas residuais domésticas;

3. A implementação dos tarifários, previamente à tomada de deliberação por parte da Câmara Municipal, foi objecto de discussão e aceitação por parte de todas as Juntas de Freguesia das localidades da área rural do Concelho;
4. A implementação do sistema de tarifação teve início logo após a deliberação de aprovação, tomada na Reunião de Câmara mencionada no ponto 1 e após publicação do Edital n.º 133/2006, pelo qual se tornava pública a aplicação do tarifário em causa;
5. Tendo em vista a colocação de todos os contadores nos limites das propriedades, de forma a permitir uma regular leitura mensal dos consumos, as Juntas de Freguesia contratualizaram o respectivo serviço, uma vez que as mesmas ficam responsáveis pela execução das leituras dos contadores respectivos;
6. Este trabalho envolveu a colocação de caixa de contador, no exterior das habitações, as ligações à conduta pública, o restabelecimento da ligação à rede predial e finalmente a colocação do respectivo contador (trabalho este já executado pela Câmara Municipal de Bragança enquanto entidade responsável pelo fornecimento e gestão dos contadores);

7. Após a colocação dos contadores os respectivos dados foram lançados no software de gestão de facturação, da Câmara Municipal de Bragança, no sentido de automatizar o processo de facturação mensal. Todo este procedimento é semelhante ao já implementado para os consumidores da cidade de Bragança;.....
8. Tendo em vista o processo de assinatura de contratos de prestação dos serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de RSU e águas residuais domésticas, trabalho para o qual se contou com a colaboração das Juntas de Freguesia e no caso em apreço da Junta de Freguesia de Parada, foi publicado Edital pelo qual era dado conhecimento que os interessados em assegurar a contratualização das prestações de serviços deveriam proceder à assinatura dos contratos, informando para tal, do tarifário a aplicar e aprovado pela Câmara Municipal de Bragança;.....
9. No caso da Junta de Freguesia de Parada, o respectivo Edital foi publicado no mês de Abril de 2007;.....
10. Após tal publicação a Junta de Freguesia de Parada procedeu, casa a casa, à recolha das assinaturas dos consumidores interessados em assegurar tais prestações de serviços a garantir por parte da Câmara Municipal de Bragança;.....
11. A todos os potenciais consumidores (emigrantes e moradores fora da localidade), que não puderam ser contactados pela Junta de Freguesia de Parada, a Câmara Municipal de Bragança deu conhecimento. No caso do queixoso Sr. Manuel de Deus Martins o conhecimento foi dado através do ofício da Câmara Municipal de Bragança n.º 7408, datado de 13 de Agosto de 2007;
12. No referido ofício, a Câmara Municipal de Bragança informava o queixoso que caso fosse do seu interesse, poderia requerer a prestação dos serviços, até ao dia 29 de Agosto de 2007, data a partir da qual a instalação seria desligada da rede pública, para que não se criassem desigualdades face aos restantes consumidores da localidade, com contratos assinados e aos quais se passou a debitar as prestações dos serviços contratualizados;
13. O mencionado ofício, remetido com aviso de recepção, foi entregue ao queixoso, tendo o aviso de recepção, já assinado, sido devolvido à Câmara Municipal de Bragança no dia 17 de Agosto de 2007;
14. No dia 4 de Setembro de 2007 e dado não existir qualquer contrato assinado para a instalação do agora queixoso, na Câmara Municipal de Bragança, foi dada a indicação para a interrupção do fornecimento de água, tal como havia sido transmitido através do mencionado ofício n.º 7408. Nessa data existiam já queixas apresentadas na Câmara Municipal de Bragança, por parte de outros consumidores, pelo facto da instalação do queixoso estar ainda ligada à rede pública, o que lhe permitia estar a usufruir das prestações de serviços de fornecimento de água, bem como da recolha e tratamento dos RSU a AR sem qualquer encargo, ao contrário do que acontecia já com os restantes consumidores da localidade de

Parada;.....

15. No dia 15 de Novembro de 2007 o queixoso dirigiu-se à Divisão de Saneamento Básico da Câmara Municipal de Bragança, informando ter enviado uma carta em 27 de Agosto de 2007 (da qual entregou uma cópia) e na qual solicitava alguns documentos suporte ao processo de facturação de água à área rural. Solicitou simultaneamente alguns esclarecimentos adicionais os quais lhe foram, nessa data, prestados pessoalmente;.....

16. Para além dos esclarecimentos prestados pessoalmente ao queixoso, foi-lhe informado que os documentos solicitados lhe seriam remetidos logo que recolhidos;.....

17. No dia 17 de Novembro de 2007, anexo ao ofício n.º 10496, foram remetidos os documentos solicitados pelo queixoso;.....

18. Finalmente, cumpre ainda informar que todos os sistemas de tratamento de águas residuais existentes no Concelho de Bragança, (no caso da localidade de Parada uma fossa séptica tri-compartimentada de betão armado), têm manutenção regular assegurada e contratualizada pela Câmara Municipal de Bragança à empresa AGS, Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade SA, desde o ano de 2000 até 2010, data de conclusão do contrato existente. Destes planos regulares de manutenção constam também as limpezas dos equipamentos de tratamento, sempre que necessário, (face à acumulação de lamas biológicas), sendo que no caso da fossa de Parada a última extracção de lamas efectuou-se em Dezembro de 2006”.....

.....São os exactos termos da nossa resposta à Inspeção Geral.

.....Processo tratado com absoluto rigor por parte dos Serviços, implementação de políticas legitimamente aprovadas. Nós não podemos imaginar que uns têm um direito e outros têm outro direito. No direito deve haver justiça e deve aplicar-se de forma extensiva e de forma equilibrada. Nós fize-mo-lo, respondendo nos prazos, com absoluta correcção com a pessoa.

.....Há outras queixas naturalmente, relacionadas com o tratamento, estamos a acompanhar isso tudo. E a Câmara reage, não é uma Câmara atrasada, com serviços desqualificados, tem serviços juridicamente qualificados, tecnicamente qualificados e acima de tudo tem serviços onde estão pessoas, pessoas que também têm sensibilidade e que também têm responsabilidade.

.....**Presidente da Mesa** – Obrigado Senhor Presidente da Câmara.....

.....O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parada está-me a pedir a palavra.....

.....Faça o favor.

.....**António Pires** – Muito bom dia a todos.

.....Antes de mais quero pedir desculpa pela minha voz

.....Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas membros da Assembleia.....

.....Eu quero só dizer duas palavrinhas.....

..... A primeira é que o Senhor Manuel Martins foi avisado como foram todos os eleitores de Parada. Eu quero dizer que o Senhor Manuel Martins telefonou-me e pediu-me o decreto lei que obrigava a por os contadores na rua. Eu estava-me a dirigir para a Câmara, eu pedi ao Engenheiro Praça, o Engenheiro Praça deu-me o documento. Ele nessa noite foi ter comigo à Junta, eu apresentei-lhe o documento, portanto ele estava dentro de tudo. Quero dizer também que anda a tirar esse tal abaixo assinado. Ontem tive conhecimento que esse abaixo assinado é para as pessoas não pagarem a água. É assim, as pessoas depois é que se vão arrepender porque se elas não pagarem a água até à data depois entra em dívida.

.....Agora eu não sei se isso será uma boa opção por ele e pelas pessoas. A única coisa que eu tenho dito às pessoas é que elas devem pagar, claro que não podem pagar uns e outros não. ...

.....E muita sorte o Senhor Martins tem, é de onde ele vai buscar a água ainda ter uma torneira, porque amanhã ou passado de onde ele vai buscar a água não terá lá uma torneira mas terá lá uma bóia. O tanque não fica sem água, mas terá lá uma bóia.

.....Queria dizer também que os esgotos, é certo, sim senhor, os esgotos correram a céu aberto enquanto nós não entrámos para a Junta, porque desde o momento que nós entrámos para a Junta, o caminho de acesso à fossa, nós não tínhamos caminho. Hoje temos, a fossa é limpa. Portanto hoje embora saiam as águas, tudo bem, mas a fossa está limpa. E graças ao nosso Presidente que nos mandou para lá as máquinas para amanharmos aquilo.

.....E é tudo, que não posso mais.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Não, não, peço desculpa mas não é regimental, não há réplica. ..

.....Eu pedia ao Senhor Secretário da Mesa para fazer uma comunicação aos nossos colegas sobre o procedimento que passámos a adoptar hoje, depois de ouvida a Comissão Permanente e que vem no seguimento de uma sugestão feita pelo nosso colega Nuno Álvares Pereira relativamente aos procedimentos quanto à marcação das faltas no início das sessões.

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Muito bom dia a todos.

.....Eu estive a ver aqui as assinaturas que fizeram, as folhas já estão recolhidas, eu vou referir por bancadas, porque eu estive a ver por bancadas, os nomes que ainda não assinaram e no caso de estarem aqui presentes poderão chegar aqui à mesa e assinar ainda, nestes primeiros cinco minutos.....

.....Tenho aqui o Dr. Carlos Cadavez, o Dr. Luís Afonso e Maria do Amparo, que ainda não assinaram.....

.....Tenho Armando Bento, Henrique Ferreira e Lídia Valinho, que não assinaram.....

.....E tenho nos senhores Presidentes de Junta: Paradinha Nova, Pombares e Serapicos, que não assinaram. Se para além destes nomes há mais algum que se recorde que não assinou, eu pedia-lhe para passarem por aqui para assinar a folha e arrumarmos o processo porque a partir deste momento não haverá mais assinaturas.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia, vamos entrar no ponto

.....**3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

.....Vamos registar inscrições para intervenções.....

.....Senhores membros da Assembleia que estão na fila de trás, eu pedia para se deslocarem o mais possível para a frente porque eu estou a ver, e chamaram-me agora a atenção para isso, peço desculpa, que eu daqui o ângulo visual não me ajudava, temos nomeadamente elementos dos órgãos da comunicação social que não têm lugar aí atrás para se sentarem, estão sentados ali no chão, e isso não é bom.

.....Eu pedia ajuda dos senhores membros da Assembleia para se chegaram para as filas da frente, se faz favor.

.....Muito obrigado.

.....Estão inscritos para intervir no período de antes da ordem do dia os senhores membros da Assembleia: Amândio Gomes, Luís Vale, Nuno Álvares Pereira, José Castro e Júlio de Carvalho e Paulo Xavier.....

.....Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes queira fazer o favor.

.....**Amândio Gomes** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal Comunicação Social, caros professores e alunos da Escola Abade de Baçal.....

.....Antes de expor o assunto que aqui me trás queria desejar a todos um Bom Natal e um Ano Novo muito feliz.

.....**Apresentou, por escrito o seguinte:**

.....“Não vou maçar V. Exas com a enumeração das múltiplas acções levadas a efeito, nas últimas décadas, pelas forças vivas do Distrito de Bragança, no sentido de exigir a construção de adequadas acessibilidades rodoviárias para a Região Transmontana.

.....No entanto, e porque agora já se fala na construção da Auto-estrada Transmontana, não posso deixar de felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, por nunca se

ter cansado de lutar contra a atitude dos diversos Governos que mais pareciam empenhados em fazer-nos acreditar na impossibilidade absoluta da concretização dos nossos sonhos, do que em contribuir para a sua realização.

.....Valeu a pena, vale sempre a pena, ser coerente e persistente na exigência dos nossos direitos, especialmente quando estamos convencidos de que o progresso e o desenvolvimento económico das nossas terras também depende das nossas atitudes, que nada têm a ver com posturas meramente passivas.

Bragança ainda não ganhou a luta pela ligação rodoviária a " las Rias Bajas", tão necessária quanto a A4.

.....Há que insistir. Um dia, alguém saberá entender as nossas legítimas reivindicações.

Vem tudo isto a propósito de o Senhor Primeiro-Ministro ter vindo a Bragança no dia 24 do mês findo, anunciar a abertura do Concurso Público Internacional de Construção da Auto-estrada Transmontana entre Vila Real e Quintanilha, "**sem portagens a pagar pelo utilizador", para assim" se iniciar o fim do isolamento do Distrito"**, *segundo palavras do Senhor Primeiro Ministro*.

.....Por ter feito o que outros não quiseram ou não foram capazes de fazer, o Senhor Primeiro-Ministro merece a nossa gratidão e o nosso reconhecimento.

.....Pena foi que a EP - Estradas de Portugal, S.A., ao publicar o dito anúncio de Concurso no Diário da República - 2a Série, nº 231, de 30/11/2007, se tivesse incumbido de querer demonstrar que a "esmola" era avultada demais, pois ali se prevê, expressamente, a introdução da cobrança de portagens aos utentes em diversos lanços desta Auto-estrada, aplicando-nos assim, um tratamento tão imerecido quanto injusto, já que nos discrimina negativamente de outros utilizadores de outras Auto-estradas não portajadas.

.....Em face do exposto e porque pensamos que esta Assembleia Municipal não pode ficar indiferente a tão injusto tratamento, propomos para discussão e aprovação a moção que se segue:

MOCÃO

.....Em 30 de Setembro de 2004, o Governo aprovou a inclusão no Plano Rodoviário Nacional, da ligação por Auto-estrada entre Vila Real e Bragança, dando assim cumprimento a uma das mais legítimas reivindicações das gentes nordestinas.

.....O mesmo Governo anunciou" nesta cidade, em 11 de Novembro de 2004, a publicação em Diário da República do concurso para o estudo prévio da construção da referida Auto-estrada;

.....Em 28 de Abril de 2006, o Senhor Primeiro-Ministro apresentou em Bragança, o Plano de Acessibilidades a Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo assumido publicamente que a A4,

entre Vila Real e Quintanilha **não teria custos para o utilizador**.....

.....Em Junho do mesmo ano, através do Decreto-Lei n.º 99/2006, de 6 de Junho, o actual Governo esclareceu que a concessão da Auto-estrada Transmontana se faria **sem cobrança de portagens aos utentes da A4 - IP4 - Vila Real-Bragança (Quintanilha)**.....

.....Dentro da mesma linha de pensamento, em 24 de Novembro do corrente ano, o Senhor Primeiro-Ministro, também em Bragança, anunciou solenemente a abertura do Concurso Público Internacional de Construção da Auto-estrada Transmontana, concessionada à EP - Estradas de Portugal, S.A., garantindo que seria uma Auto-estrada **sem cobrança de portagens ao utilizador**.....

.....Considerando que:.....

.....A EP - Estradas de Portugal, S.A. fez publicar no Diário de República - 2 Série, n.º 231, de 30/11/2007, um anúncio de concurso para a " Subconcessão Auto-estrada Transmontana", prevendo expressamente a **introdução de cobrança de portagens aos utentes** em diversos lanços desta importante via rodoviária;.....

.....Considerando que:.....

.....A rectificação ao anúncio supracitado, promovida pela mesma entidade em 3 de Dezembro do corrente ano, mantém a cobrança de portagens no lanço da A4, entre Vila Real (Parada de Cunhos) /Nó com a A24/IP3 e no compreendido entre o Nó de Bragança Poente/ Nó de Bragança Nascente;.....

.....Propomos que esta Assembleia Municipal delibere:.....

.....1- Manifestar a sua total discordância com a inopinada introdução da cobrança de portagens na Auto-estrada Transmontana, especialmente no último lanço acima referido, não só por ela ser contrária ao compromisso solene e voluntariamente assumido pelo Senhor Primeiro Ministro, mas sobretudo por se tratar de uma medida discriminatória demasiado injusta e lesiva dos legítimos interesses das gentes bragançanas e transmontanas.

.....2- Que se officie a Sua Excelência o Primeiro-Ministro no sentido de ordenar à EP - Estradas de Portugal, S.A. a supressão imediata de toda e qualquer referência à **introdução das portagens em toda a extensão da Auto-estrada Transmontana**.....

.....3- Que se dê conhecimento desta Moção aos Senhores Governadores Civis de Bragança e de Vila Real, aos Deputados destes dois Distritos, bem como à Assembleia Municipal de Vila Real e aos órgãos de Comunicação Social.....

.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007

.....Pelo Grupo Municipal do PSD

.....Amândio Gomes”

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta Moção.
.....Não há inscrições.....
.....Vamos então abrir um período para intervenções sobre a Moção.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.....

.....**Luís Pires** - Senhor Presidente da Assembleia, Secretário, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, amigos da plateia, muito bom dia a todos.
.....Permitam-me que vos dê uma palavra de Boas Festas, que provavelmente será a última reunião pública onde nos iremos encontrar antes desse evento, e desde já dizer-vos uma coisa que me satisfaz, é que estamos aqui a debater um assunto com uma Moção introduzida pelo Dr. Amândio que só estamos aqui a fazê-lo nestes moldes porque o Primeiro Ministro cumpriu aquilo que disse, não é?
.....Perante tantas dúvidas e tanto tempo que estas coisas têm sido atrasadas, finalmente nós vamos ter a dita Auto-estrada. Vamos ver se ela é Sebastiana ou não, mas pelo menos vamos tê-la.
.....Em termos um bocadinho mais pormenorizados permitam-me que vos diga uma coisa, e, desde já, para ficarem descansados nós apoiamos esta Moção, desde já, mas também não é líquido e não estou a ver, em determinados pontos, quão grande seria a lesão, digamos assim, para os Brigantinos se voltasse a haver aqui a portagem neste troço circular a Bragança. Repare, se o senhor vier do Porto até acredito que seja incómodo ter que sair em Vila Real para vir para Bragança, claramente. Se eu fosse de Vila Real, não, saía, entrava, tudo bem. Agora eu venho para Bragança, tenho que passar ali naquela circular de Vila Real e pagar, realmente é chato, é incómodo, não me agrada e não concordo.....
.....Para Bragança, meu caro, chegar aqui e entrar em Bragança pela actual IP4 ou então apanhar a Auto-estrada, eu, sinceramente, em termos práticos não estou a ver em que é que lesava.
.....Se me falasse naquela ideia que surgiu de haver portagem entre Bragança e Quintanilha, claro, concordaria plenamente.
.....É assim, eu acho que há duas ou três coisas, uma delas, meus caros, vamos ver se se concretiza, esperemos que sim, tenho convicção que se concretiza até pelos moldes que foi aberta, mas, acho que às vezes se faz um bocadinho de confusão a mais e empolam-se determinadas coisas tão pequeninas, deixem fazer a estrada, vamos deixar fazer a estrada, vamos ficar contentes que ela esteja cá, vamos ficar contentes que ela contribua, alias como é reconhecido transversalmente a toda a gente, não é? Vamos aceitar que ela contribua para o nosso desenvolvimento e desde já têm a nossa aprovação à vossa Moção.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da assembleia Victor Pereira, tem a palavra.

.....**Victor Pereira** – Bom dia, cara Mesa, Executivo, Excelentíssimos Deputados, Alunos da Escola Secundária Abade de Baçal, bem vindos, é assim que se faz cidadania, caros Professores, cara Comunicação Social.

.....Eu, sinceramente, não era, não vinha e não pensava falar sobre este assunto, sobre este tão badalado assunto das estradas, da Auto-estrada que liga o Porto, a A4 a Bragança. Mas perante esta moção eu não poderia ficar bem comigo próprio se não fizesse aqui alguns considerandos, porque me parece importante fazê-los neste momento.

.....Porque há coisas que nós temos que as encarar com muita seriedade e com muita frontalidade. É evidente que o senhor deputado que me antecedeu e leu a moção, disse e disse muito bem, que vários governos, vários primeiros ministros prometeram a famigerada A4 até Bragança. É verdade, é verdade. Mas finalmente, como disse o meu camarada, e muito bem, o Luís Pires, alguém chegou aqui e disse “faz-se”, e mais, tirou um ano à promessa que tinha feito antes. E isso é significativo.

.....E eu acho que as forças políticas neste momento, fizeram-no aqui ao de leve, deviam bater palmas e deviam estar, eu não digo gratos, mas deviam pelo menos reconhecer que houve um Primeiro Ministro neste País que vai por auto-estradas em todos os distritos deste País. E esse Primeiro Ministro chama-se José Sócrates, quer queiram quer não meus senhores. E portanto o PSD que sempre andou aqui a prometer esta ligação nunca o fez e agora agarra-se a uma ninharia, que se calhar até foi um lapso, nas estradas de Portugal, porque é uma ninharia, de uma portagem em Vila Real, se calhar significativa, é evidente, ao utente de Bragança, e agarra-se a uma coisa destas para apresentar aqui uma moção e vir, no fundo, ficar bem vistos perante a Comunicação Social, até é o PSD que anda a dizer que não se paguem portagens e não sei quê.

.....Isto é pura demagogia meus senhores, tenham paciência. É evidente que nós vamos votar a favor da moção porque também somos contra a portagem, mas agora eu não poderia ficar descansado se efectivamente não dissesse isso.

.....Quero dizer mais, já que isto vem à liça e já que a conversa vem aqui eu quero dizer mais. Na sessão pública que foi feita no Teatro Municipal o Senhor Presidente da Câmara fez uma intervenção que quanto a mim não lhe ficou nada bem. E não lhe ficou nada bem porque os seus colegas do Distrito não gostaram nada, e eu ouvi vários Presidentes de Câmara a dizerem “assim não, assim não vamos lá”. Eu sei que Bragança é capital de Distrito, mas Bragança como capital de Distrito como reivindica do Governo central tem obrigação de reivindicar também uma política global para o Distrito de Bragança.

.....E em vez de o senhor Presidente da Câmara vir reivindicar, por exemplo, Veiguiñas, ao dizer que era preciso ligação, o senhor Presidente da Câmara devia-se preocupar com gente

do outro Distrito. Devia dizer que era preciso desencravar Miranda, devia dizer que era necessário desencravar Vinhais, e eu não ouvi isso! Tenham paciência eu não ouvi isso!

.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Victor Prada, só um segundo, eu estou a interrompe-lo porque quero que o senhor possa usar da palavra com boas condições na sala. É evidente que há uns momentos em que há uns comentários mas depois esses momentos têm que passar para que o senhor possa continuar a usar da palavra.

.....**Victor Pereira** – Muito obrigado. Eu vou já terminar. Nem eu quis, nem era a minha intenção criar este alarido, este mal estar entre os deputados do PSD. Não!

.....Aquilo que eu quero dizer é que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas conforme nos convém, não podemos ser reivindicativos perante o Governo Central e dizer que o Governo Central, como o Senhor Presidente da Câmara fez ainda à bocado na intervenção do Período do Público a responder àquele Senhor que veio aqui, não é? Que o disse claramente. E depois chegar aqui alguém e vir fazer uma cerimónia regional quer para o Norte do País, não era para Bragança meus senhores, foi na localidade de Bragança que foi escolhida e muito bem, eu regozijo-me por isso, mas aquilo era uma cerimónia para o Norte de Portugal.

.....O que eu quero dizer é que não ficou nada bem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança puxar algumas brasas à sua sardinha e deixar os outros que estavam na cerimónia.

.....

.....**Victor Pereira** - Não, não! O Senhor Presidente da Câmara tem que saber distinguir quando está numa representação do Concelho, quando está numa representação do Norte de Portugal.

.....Eu quero terminar e dizer que nós vamos efectivamente votar a favor porque também somos contra as portagens mas não podemos fazer, como agora ainda me apelidaram de demagogia, demagogia com estas coisas. Temos que ser muito sérios com coisas sérias.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Estas intervenções suscitaram mais dois pedidos de intervenção. Eu dou já a palavra ao proponente da moção.

.....**Amândio Gomes** – Quando me comprometi a fazer esta moção nunca pensei que a mesma viesse solicitar tanta vicissitude e tanta críspação por parte do senhor Deputado Victor Pereira.

.....Não está aqui o problema de ser ingrato, até porque nós, na moção que apresentámos, expressamos vivamente o nosso reconhecimento e a nossa gratidão ao senhor Primeiro Ministro por realmente ter feito aquilo que outros não conseguiram fazer.

.....Agora, outros assuntos que não têm a ver com esta moção, penso que não deviam ser trazidos aqui. Nós vimos em paz e vimos solicitar um direito que parece assistir-nos em relação com outros utentes de outras Auto-estradas se calhar que têm melhores possibilidades do que nós para pagarem as portagens e não as pagam. É nesse ponto que nós batemos. E também para fazer valer a palavra do senhor Primeiro Ministro, porque ele até se comprometeu e disse-o possivelmente convencido de que ia ser uma realidade. Não compreendemos porque é que a Empresa das Auto-estradas vem agora introduzir as portagens, não compreendemos isso, quando devia ter em atenção aquilo que o Governo, através do Senhor Primeiro Ministro, prometeu. Mais nada.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra.

.....**Luís Costa** - Muito bons dias senhores Membros da Assembleia.

.....Nós estávamos até para nem intervir e até porque foi aqui referido que hoje temos aqui jovens que estão a aprender a cidadania e para não deixar muito má impressão a esses jovens por causa das intervenções absolutamente demagógicas, exercícios da palavra só pelo exercício da palavra, nós resolvemos de facto intervir para dizer que podemos estar muito agradecidos ao senhor Primeiro Ministro que no fundo de contas o Governo não é mais que o gestor dos nossos dinheiros, do dinheiro que me sai a mim do bolso e vos sai a todos vós.

.....Portanto, agradecer? Agradecer que tenham tomado uma decisão finalmente a diminuir um pouco as diferenças que existem entre o norte e o interior? Eu penso que tomaram essas medidas ou que fizeram o anúncio dessas medidas, aliás já repetidas, estamos cansados já, e foi transversal aos diversos governos, portanto PS, PSD, sempre vieram, sempre foi uma das cartadas, sobretudo antes de períodos de eleições irem anunciar a construção, o reforço da rede viária. Nós esperamos para ver, foi mais um anúncio, foi aberto concurso público, o que não quer dizer que esteja fechado, o concurso público pode ser fechado, é em regime de sub empreitada.

.....Portanto nós esperamos para ver se de facto vai ser construído um quilómetro de Auto-estrada até dois mil e onze ou dois mil e doze como estava previsto.

.....Estava previsto para dois mil e onze, dizem que o Primeiro Ministro retirou um ano, continua nos dois mil e onze. Portanto foi já duas vezes referido que até os prazos iam ser antecipados.

.....Agora, o que deixou aqui um rasto de grande confusão, é evidente que vocês já saberão qual é a posição da CDU face à questão das portagens, nós somos radicalmente contra as portagens. Achamos que há um meio mais fácil de irem buscar e pagar a auto-estrada, será, já que não temos electricidade mais barata, apesar dela ser produzida aqui na nossa região e do transporte da energia produzida ser muito menor e a custos muito inferiores da energia que é produzida aqui na nossa região e é enviada para a Capital, que retirem então da parte da nossa quota de electricidade e da produção da electricidade, já dará para financiar duas ou três auto-estradas, de certeza, e sem custos para o utilizador.

.....Agora ficámos confusos depois de ouvir a intervenção anterior que motivou também esta minha intervenção. Foi que nós continuamos sem perceber quantos partidos socialistas haverá e quantas opiniões terá o Partido Socialista.

.....Se o próprio Governador Civil em entrevista de seis de Dezembro de dois mil e sete, ao Jornal “ Voz do Nordeste” diz “quando se fala na Circunvalação de Bragança, eu sou dos que concordo e aplaudo que tenha portagem”.

.....Portanto vocês têm aqui o preto no branco, o próprio Governador Civil, que eu creio que também é do Partido Socialista e é mandatário local do Partido que está no Governo, por isso é que é Governador Civil. Portanto, e será que há um Partido Socialista nacional e depois há um Partido Socialista local e depois ainda haverá um Partido Socialista de freguesia, e haverá um Partido Socialista se calhar, de Bairro ou de Prédio? Quer dizer, deixemo-nos de demagogias, por favor vocês entendam-se e sigam uma linha para poderem ter um bocadinho de credibilidade, para nós podermos acreditar em vocês, para o povo de Bragança também poder acreditar em vós.

.....Escusado será dizer que somos a favor da Moção e achamos também que estas coisas devem ser discutidas antes de serem feitas, não é depois, como aqui foi dito, vamos construir a estrada e depois então discute-se se vamos por portagens ou não. Não! Eu quando quero, e é com o meu dinheiro que vão construir a estrada, eu quero saber, antes de a construírem, em que condições é que vai ser construída e quanto é que eu vou ter que pagar por ela.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, faça o favor.

.....**Nuno Reis** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança.

.....Permitam-me que perca, antes de começar propriamente a minha intervenção, dois minutos, ou menos até, para desejar as maiores felicidades ao meu querido amigo Victor Prada, aqui membro da Assembleia, na sua recém lançada candidatura à Distrital do Partido Socialista.

.....E de facto eu acho que é disso que se trata senhor deputado, eu vou-lhe dizer porquê. Porque de facto o companheiro da bancada do Partido Comunista trouxe aqui à tribuna uma notícia, ou uma entrevista do Senhor Governador Civil dizendo “Bom, eu sou a favor das portagens” mas podia ter trazido também as gravações do Presidente da Distrital do Partido Socialista, deputado do Partido Socialista por esta Região e Vice Presidente do Grupo Parlamentar da bancada que sustenta o Governo no Parlamento que dizia “ainda bem que há portagens, porque isso obriga depois o trânsito a confluir em direcção a Bragança”

..... Está-se mesmo a ver que nós em Bragança aquilo que mais precisamos é de facto os camiões entrarem pela Praça da Sé ou pela Avenida João da Cruz a dentro! De facto é assim que se vai potenciar, que se vai agilizar a mobilidade na cidade de Bragança!

.....Ó! Senhor Deputado há um ponto em que eu concordo. De facto depois de tantos anos de espera, de facto depois de tantas promessas e que todos os partidos que passaram pelo Governo têm responsabilidades, têm todos. Aliás, eu tive uma vez uma pequena querela, com toda a amizade, com um companheiro meu de partido em que ele me dizia “ Bom, mas desde que venha a auto-estrada queremos lá saber do resto”. Eu disse “ Mas já quando nós estivemos no Governo já ela vinha atrasada de vinte anos” . “Vamos prescindir”. Mas ó! Senhor deputado, há, para nós, uma coisa que é fundamental no PSD, nos princípios não se prescinde. E é o Senhor Primeiro Ministro que diz “ esta é a auto-estrada da justiça”. E a pergunta que eu aqui deixo é “ onde está a justiça quando na Guarda na há portagens, quando em Viseu não há portagens, quando em Castelo Branco não há portagens e a ultima das auto-estradas a ser feitas neste País vai ter portagens. É esta a justiça Socialista? É esta a justiça que Vossas Excelências nos querem dar? Bom, esta já não será bem a justiça.

.....E permitam-me também dar aqui uma palavra. O Senhor Presidente da Câmara de Bragança não é mais nem menos do que Presidente da Câmara de Bragança, é representante dos municípios de Bragança. É um homem com responsabilidades políticas que de quatro em quatro anos dá a cara dizendo quais são os seus compromissos para com a população de Bragança, dá a cara para dizer, nos últimos quatro anos, e vamos fazer dez, o que foi feito, o que é que sobre a sua liderança, neste município, foi feito.....

.....E eu pergunto-me enquanto munícipe, não só como membro da Assembleia, mas enquanto munícipe, qual seria a minha postura se soubesse que o Senhor Presidente da Câmara prescindia, abdicava, deixava fugir a oportunidade de alertar o Senhor Primeiro Ministro para problemas, que eu enquanto munícipe em Bragança, habitante da região interior deste País, enquanto português, não é de segunda! Havia aqui um companheiro que dizia “

Bom , aqui temos portugueses de primeira e de segunda”. Eu já lhe digo, quase de quarta, quase de quarta senhor deputado, ou quinta.
.....Aquilo que eu lhe digo, como é que eu avaliaria a intervenção ou a postura do Senhor Presidente da Câmara se não fosse homem suficiente para enfrentar o Senhor Primeiro Ministro à frente dos colegas, à frente da população numa operação mediática que os Senhores montaram, que os Senhores organizaram para mais um anúncio, à semelhança de outros tantos e não reivindicasse aquilo que é verdadeiramente importante para os nossos concidadãos. Que avaliação faria eu do Senhor Primeiro Ministro.
.....Deixe lá o que fica bem e o que fica mal. Aquilo que os portugueses querem é que os seus problemas sejam resolvidos. Aquilo que os munícipes de Bragança , aquilo que os cidadãos desta cidade exigem é que este homem dê a cara e represente as nossas expectativas e faça as exigências para que Bragança seja cada vez mais e melhor um município de progresso, um município de desenvolvimento como tem vindo a ser nos últimos dez anos depois de um atraso de oito anos que vocês nos impuseram.
.....Disse, Senhor Presidente

.....**Presidente da Mesa** – O Senhor membro da Assembleia Luís Pires pede-me a palavra, tem tempo, pode usar dela se faz favor.

.....**Luís Pires** – Bom, muito bom dia a todos.
.....Eu não poderia deixar de vir aqui comentar as palavras do meu colega Luís Costa. É só para lhe relembrar mais uma coisa.
.....Já não sei quem é que foi que um dia me disse que nós os seres humanos sobrevivíamos porque éramos todos diferentes e se houvessem medidas que atacassem um ao outro era diferente e tal e não morria-mos todos. No Partido Socialista há opiniões diferentes e é isso, se calhar, que faz com que nós sejamos um partido diferente. Não há uma hierarquia, não há um comité que imane opiniões ali ao para baixo e que a gente tenha que as seguir piamente. Não há! Claramente é assim. Eu entendo que a vossa filosofia e a vossa postura é diferente que a nossa e portanto se calhar não percebem a nossa e infelizmente vêm aqui dizer essas coisas, mas é recorrente também, portanto estamos entendidos.
..... Nuno, uma coisinha muito simples desde já. Havemos de conversar os dois sobre essa questão dos camiões. Estás enganado. Há uma questão aí de logística e de coisas do género que se calhar a gente tem de conversar e estás enganado.
.....Mas relativamente às candidaturas públicas, o Nuno apresentou aqui a candidatura do Victor à Distrital de Bragança e o Nuno Reis apresentou aqui a não candidatura a qualquer cargo de diplomacia, porque o senhor Presidente da Câmara podia ter feito uma coisa muito interessante que era reivindicar aquilo nos canais também muito próprios que há, há canais,

vocês sabem isso, há momentos, há alturas para se fazerem reivindicações sem ter a necessidade de o fazer publicamente, e, se calhar, às vezes, funcionam muito mais.
.....Aliás relembro-vos aqui já um assunto que aconteceu há algum tempo que tem a ver hospital. Quando foi a questão do hospital houve trabalho que foi feito e não foi preciso andar aí com os holofotes da Comunicação Social.
.....Portanto há uma coisa que é assim, Nuno, que eu já te disse e volto a reafirmar é que devemos ser sérios e trabalhar em prol da população, queremos é o bem das populações.
.....Agora o que tu fizeste foi um pouco também um percurso demagógico de voltar àquela questão que eu te falei do Afonso Henriques, daqui a um bocadinho vamos bater no Afonso Henriques, a culpa é dele, não é? Não pode ser assim.
..... Meus caros amigos contem connosco para trabalhar a sério, demagogias não.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Terminadas as intervenções vamos por a Moção à votação. Eu atrevia-me a perguntar ao senhor membro da Assembleia Amândio Gomes, subscritor da Moção, se não acharia, é só uma sugestão, no último ponto quando diz que se dê conhecimento desta Moção aos Senhores Governadores Cívicos de Bragança e Vila Real, aos Deputados destes dois Distritos bem como à Comunicação Social, **eu atrevia-me a sugerir que se pusesse às Assembleias Municipais dos Municípios destes dois distritos porque a questão efectivamente abrange os interesses de todos os utentes.**
.....Portanto posso fazer este pequeno acerto?

-... .. Pode, pode.....

.....**Presidente da Mesa** – Eu vou já fazê-lo mas antes vou pô-la à votação.

.....**Após análise e discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta membros presentes.**

.....Inscrições para declarações de voto. Senhor Presidente da Junta de Espinhosela tem a palavra.

.....**Hélder Rodrigues** – Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e caros colegas.....

.....É obvio que eu tinha que votar a favor desta Moção, também sou contra as portagens. ...

.....Ó! Senhor Presidente da Mesa eu se calhar vou sair um bocadinho fora do texto, mas é assim, acho que o PSD e a CDU estão doentes, eu acho que estão doentes, porque foi o Senhor

Primeiro Ministro que veio a Bragança anunciar a Auto-estrada, o Marão, etc. Por isso chama-se José Sócrates que veio anunciar a Bragança e é com ele que vamos trabalhar e tenham paciência, é o Partido Socialista que vai por a auto-estrada a Bragança.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor.

.....**Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos. Também uma saudação especial aos alunos da Escola Secundária Abade de Baçal, que nos visitam.

.....E dizer que a bancada do Partido Socialista não podia obviamente votar senão a favor desta Moção e tecia também um comentário durante a apresentação desta Moção, que foi dito que, de alguma forma, se calhar por lapso linguístico, que esta auto-estrada seria uma esmola. Não, a diferença é que nós olhamos para este cumprimento desta promessa como efectivamente o avivar da justiça da nossa necessidade e o Governo do Partido Socialista e os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista olham para isto como uma auto-estrada da justiça e obviamente que é nesse sentido que o Partido Socialista vota a favor desta Moção e também nós defendemos a não existência de portagens.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos continuar no Período de Antes da Ordem do Dia.....

.....Quer também uma declaração de voto? É que o PSD está a ficar sem tempo no Período de Antes da Ordem do Dia.....

.....**Nuno Reis** – Muito rapidamente senhor Presidente, é só para dizer que o Partido Social Democrata não podia deixar de votar favoravelmente esta Moção, não apenas porque é subscrita por um membro da Assembleia inscrito na bancada do Partido Social democrata, mas porque para nós de facto os princípios não são transigíveis, par nós os princípios são mesmo para manter, aquilo que está em causa não é a construção ou não de uma auto-estrada, acho que nisso todos nós convergimos, aquilo que verdadeiramente está em causa é a instalação ou não de portagens e nós entendemos que a promessa que foi feita deve ser honrada integralmente e portanto não deve haver portagens.

.....Quanto à auto-estrada o PSD não é nem podia ser contra esta obra até porque o pontapé de saída desta infra-estrutura foi dado ainda no Governo do Dr. Santana Lopes como vocês muito bem sabem.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia.

.....Deixe-me antes aqui informar a fim de que as direcções das Bancadas possam tomar as suas disposições. Ao PSD restam quatro minutos para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia e como tem várias inscrições eu peço o favor de se organizarem. O PS já terminou o seu tempo do Período de Antes da Ordem do Dia.

.....Faça o favor, tem a palavra.

.....**Luís Vale** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, demais Executivo, membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público e em especial uma palavra para os alunos da Escola secundária Abade de Baçal, bom dia a todos. ..

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Como estarão bem recordados, na última Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de Setembro, numa das minhas intervenções, abordei o PNPOT e a total ausência de intervenção, por parte das instituições regionais e locais, em particular da Câmara Municipal de Bragança, no período de Discussão Pública desse programa nacional. Coincidência ou não, nessa mesma Assembleia, um destacado membro do grupo municipal do PSD, o Dr. Júlio de Carvalho veio a este púlpito protestar, argumentando com o seu conhecimento recente do documento, e passo a cita - *“a análise bastante superficial, bastante preocupante, não só quanto à análise que faz de Trás-os-Montes, como também quanto às opções estratégicas para o futuro”* – fim de citação..

.....Para que tal não suceda uma vez mais, trago a esta Assembleia os Planos Regionais de Ordenamento do Território, nomeadamente, o que a nós nos diz respeito, ou seja, o PROT Norte, e isto quando ainda está em fase de elaboração e não se conhece quando será o período de discussão pública.

.....A Lei nº 48/98, de 11 de Agosto estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Como elo de ligação entre os níveis nacional e municipal, define a Lei os PROTs como instrumentos estratégicos para o ordenamento e o desenvolvimento integrado dos territórios regionais. É atribuído às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) a competência para a elaboração destes planos, estando obrigadas a envolver neste processo sectores da sociedade civil, da administração central e dos municípios.

.....Mais tarde, o Decreto Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, no seu artigo nº 52 define como objectivos gerais do PROT Norte, *entre outros*,

-**a)** Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;.....
-**b)** Traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;.....
-**c)** Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;.....
-**d)** Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

.....Mais recentemente, a resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Fevereiro, determina que para além do disposto anteriormente, o PROT Norte visa também *entre outros*:

-**a)** Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região do norte;
-**b)** Definir o modelo de organização do território regional;.....
-**c)** Identificar os espaços sub-regionais relevantes;.....
-**d)** Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de actividades não rurais;.....
-**e)** Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território;.....
-**f)** Propor medidas para a protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico;.....
-**g)** Identificar e hierarquizar os principais projectos estruturantes do modelo territorial proposto;.....
-**h)**
-**i)**

.....A Resolução determina também, no ponto 4, que o prazo máximo para a conclusão do PROT Norte é de 18 meses a contar da data de entrada em vigor desta resolução, o que pelas nossas contas deveria acontecer até final de Outubro de 2007.

No ponto 5 da mesma resolução é estabelecida a constituição da comissão mista de coordenação do PROT Norte: Das várias entidades a nível nacional e regional, destacam-se as seguintes:

-**o)** Um representante de cada um dos municípios abrangidos;.....
-**p)** Um representante do conselho da região;.....
-**jj)** Dois representantes das associações empresariais de âmbito regional;.....

.....ll) Dois representantes das associações de agricultores de âmbito regional;.....
.....nn) Um representante dos institutos politécnicos sediados na região, a designar pelo conselho coordenador;.....
.....oo) Dois representantes das associações culturais e sociais ou de desenvolvimento local da região;.....

.....Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Sendo esta uma matéria que diz respeito e interfere com a vida do nosso município, importa que esta Assembleia esteja informada acerca deste processo. É que até à data nada foi trazido para esta casa.

.....- Segundo sabemos, esta comissão tem cerca de 150 membros. Afinal, quem em nome do município de Bragança e da região se faz representar nesta Comissão de Coordenação?

.....- Que informação podemos ter, nesta fase do processo?.....

.....- Face ao sucedido com o PNPOT, importa saber o que tem sido feito na defesa dos interesses, justos e equitativos, da região e do concelho de Bragança?

.....Exmos. Senhores e Senhoras,

.....A nossa opinião, sempre com o propósito de um maior conhecimento e informação, é que este processo deve ser do conhecimento público e, como tal, a Assembleia Municipal deverá acompanhar este processo.

.....Aquilo que importa é que a Assembleia consiga acompanhar o processo, a melhor forma para tal acontecer deixamos à consideração desta Assembleia e, em particular, à do seu Presidente da Mesa.

.....Obrigado.....

.....BRAGANÇA, 14 de Dezembro de 2007

.....a)Luís Miguel Valer Fernandes Vale”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia José Castro, tem a palavra.

.....**José Castro** – Bom dia a todos, Mesa, Vereação, assistência. Vejo que já não nos acompanham os alunos da escola, ou poucos alunos da Escola, tenho pena porque de facto a minha intervenção vai no sentido também da lição que o Presidente da Assembleia Municipal estava a dizer aqui sobre organização do Poder Local. E ainda bem que temos as visitas destas Escolas.

.....Apresentou, por escrito, o seguinte:

“Revisão de lei eleitoral autárquica

.....O sistema político português enferma hoje de mal que tem progressivamente afastado os cidadãos da vida pública e política. De facto em Portugal, a forma predominante de fazer política tende a afastar os portugueses e portuguesas da participação e cidadania. É necessário uma reflexão profunda sobre o porquê desta situação, e de uma vez por todas avançar com reformas que promovam e aprofundem a nossa democracia.....

.....A nossa democracia local, consubstanciada no Poder Local Democrático que constitui uma das conquistas maiores da revolução de Abril, apresenta características exemplares difíceis de encontrar noutros níveis de poder. Desde logo a independência da acção executiva da deliberativa, fundamental para a estabilidade da governação local que tem sido patente no exemplo português. Por outro lado, a representatividade alargada no executivo municipal, como por exemplo os quase 90% do eleitorado que está representado no nosso executivo municipal, que é regra para todo o nosso panorama autárquico, e que é fundamental para a fiscalização e transparência da nossa vida autárquica, mas é sobretudo elemento maior para a proximidade ao munícipe. E por fim, e *saudando*, a representação dos presidentes de junta nesta nossa Assembleia Municipal, única maneira de contrariar a distorção das freguesias mais pequenas e afastadas da acção governativa municipal.

.....No entanto, e pretendendo confundir as consequências da sua maneira de fazer política com as causas do mal-estar generalizado que atravessa a sociedade portuguesa, aparece agora um anunciado acordo entre PS e PSD para revisão da lei eleitoral das autarquias locais. Tal acordo - traduzido no fim da eleição directa da Câmara Municipal e na atribuição ao partido vencedor de todos os lugares no executivo municipal - constituirá um elemento redutor da democraticidade do poder local, e um factor acrescido no empobrecimento da vida política e *sobre tudo local*.

.....A lei eleitoral autárquica vinha já sendo desvirtuada, nomeadamente quando em 98, mais uma vez PS e PSD, acordaram em retirar a esta Assembleia Municipal, os poderes *necessários* para introduzir alterações às Opções do Plano e Orçamento, ou seja, ou queremos assim, ou nada feito. Isto não é democracia. Por outro lado, avançou para o presidencialismo puro e duro, dando a possibilidade da Câmara Municipal delegar directamente na pessoa do seu Presidente, o mais importante da acção governativa, ou seja, eu quero, eu posso, eu mando.....

.....Agora estes dois compinchas, PS e PSD, avançam para a constituição directa dos executivos monocores, numa drástica redução dos mecanismos de fiscalização e constituirá um rude golpe na transparência da gestão de muitas autarquias. Esta é uma reforma PS-PSD

que mais não identifica os reais propósitos e concepções políticas daqueles dois partidos.

.....É assim mais um triste episódio da tão degradante quanto encenada atitude por parte do PSD para se apresentar como oposição ao Governo PS, e confirma a comprovada opção pela política de direita do PS.

Não tenho dúvidas que na história pequena da politiquice portuguesa do PS e do PSD, ficará célebre este autêntico milagre de transformação de maiorias relativas em absolutas, fazendo desaparecer por artes de magia, a possibilidade de fiscalização executiva da actividade municipal.

.....Não tenho dúvidas que será uma machadada fatal nas aspirações de uma sociedade portuguesa mais moderna e democraticamente aprofundada, um novo factor de empobrecimento da vida política.....

.....A constituição de executivos monocores representará uma drástica redução dos mecanismos de fiscalização e constituirá um rude golpe na transparência da gestão de muitas das autarquias. É incontestável que, em matéria de fiscalização legal e democrática, a presença de eleitos de outras forças políticas nas câmaras municipais são uma garantia mínima de legalidade, de efectivo conhecimento e verificação dos processos e actos de gestão e de decisão, indispensáveis a uma efectiva fiscalização que manifestamente a Assembleia Municipal não tem condições de assumir.

.....Estas alterações não correspondem a qualquer dificuldade ou bloqueio do actual sistema eleitoral na governabilidade das câmaras municipais. Pelo contrário, o que este acordo traduz é uma inaceitável tentativa de alcançar na secretaria aquilo que a vontade das populações e dos eleitores não lhes deu. Apesar das encenadas divergências, o compromisso assumido por PS e PSD visa uma partilha do poder que assume nas autarquias a extensão das políticas de direita que estão na origem dos reais problemas com que os trabalhadores, o povo e o país se confrontam. A alteração proposta representará a deslegitimação da vontade directa das populações. A ser aprovada, a escolha em concreto de todos e de cada um dos vereadores que até hoje é feita através da vontade directa de cada um dos eleitores passaria a resultar da mera escolha unipessoal do futuro presidente da Câmara.

.....Com este projecto, PS e PSD dão expressão à sua concepção de poder absoluto e assumem para o futuro, caso as suas intenções se concretizem, a pesada responsabilidade de contribuírem para um sistema que favoreça uma gestão baseada na falta de transparência e no clientelismo.....

.....A ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias veio já dizer que se trata de uma "ideia peregrina e atentatória dos direitos dos autarcas das freguesias", o facto dos autarcas das freguesias serem excluídos da votação do relatório e contas das autarquias; trata-se de "validar ou não as contas municipais", e estes planos de actividades e orçamentos das câmaras municipais" dizem respeito sobretudo às freguesias". E que tem a dizer as nossas freguesias?

.....O PCP afirma que tudo fará para impedir que se confirme este profundo retrocesso democrático e apelará também às populações, e também ao conjunto dos eleitos no poder local, para que rejeitem esta proposta”.....
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Júlio Carvalho, eu perguntava-lhe se vai intervir na qualidade de Coordenador da Comissão de Economia, eu sei que quer fazer uma comunicação em nome da Comissão. Isto é para a gestão dos tempos. Faça o favor, tem a palavra.....

.....**Júlio Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores, Senhores Membros da Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Estudantes e Senhores Professores e Caros Membros desta Assembleia Municipal e Excelentíssima Imprensa.

.....Nós assistimos aqui, hoje, e para se alguns estudantes aqui estão, nós assistimos aqui a um debate, que é um debate político, e antes de entrar no assunto do QREN eu faço-me aqui como aluno, gosto de uma sala dinâmica, uma sala criativa, e dizer que de facto cada um tem a sua ideia, todos nós temos o nosso projecto, a nossa visão da sociedade, e o que é bom é que nós, numa aula dinâmica, numa sala dinâmica como esta é, esta Assembleia, nós tenhamos as nossas opiniões pessoais respeitáveis, criticáveis, censuráveis, mas todas elas válidas no contributo que todos nós queremos dar pelo progresso e para o desenvolvimento do nosso Concelho e do País.

.....E à laia de introdução eu diria – se estivesse numa sala de facto onde houvesse muito diálogo, muito debate, como professor moderno, como professor democrata, eu diria que eu, por exemplo, não concordo com as portagens, ninguém concorda com as portagens. Mas também não concordo com a solução, ou melhor, tenho um projecto pessoal. E qual é o meu projecto? Eu já o disse publicamente e vou referi-lo constantemente. Bragança só tem futuro – ouçam bem aquilo que eu digo – em termos de desenvolvimento quando estiver ligado rapidamente à Puebla de Sanábria. É lá que passa o Comboio, é lá que vai passar o TGV, é lá que existe a auto-estrada Rias Baixas.....

.....Eu se tivesse poder, qualquer que ele fosse, eu diria assim: olhe, Senhor Primeiro Ministro, se quer ser amigo dos transmontanos deixe lá esse troço da auto-estrada. Quando chegar ali à entrada de Bragança , no nó do IP4, ponham a IP4 com três faixas de cada lado, simplesmente, fácil. Obrigue a circulação a vir aqui até ao Norte de Bragança, faça-nos ali um grande implório comercial e vai ver que os bragançanos investem ali, e vai ver que Bragança tem riqueza, vai ver que Bragança é um centro de atracção para o investimento, vai ver que há imaginação, vai ver que há criatividade, vai ver que vamos ter uma cidade nova, vai ver que

temos um Norte totalmente diferente.

.....Hoje conforme estão as coisas, meus amigos, não há investidor grande que se fixe aqui em Bragança e porquê? Por mais condições que a Câmara lhe dê, mas o nosso acesso à Europa continua sempre a ser difícil. É por aqui que se desenvolve Trás-os-Montes, é por aqui que há futuro para Trás-os-Montes, é por aqui que vai haver futuro.....

.....Olhe, e em benefício do supremo interesse nacional e da poupança e do erário público, faça-nos rapidamente essa ligação ao Norte de Bragança. É condição essencial para o progresso.....

.....Perante isto e depois desta introdução à laia de opinião pessoal eu queria dizer o seguinte. Eu venho aqui na qualidade de Coordenador duma Comissão. Esta Assembleia quis que eu coordenasse uma Comissão de Economia e Património e preocupada com esses problemas de economia, preocupada com os problemas de desenvolvimento do nosso Concelho, como todos nós estamos, esta Comissão entendeu sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara e depois de os ouvirmos, e deram-nos todo o apoio incondicional, que nós déssemos o nosso contributo em nome desta Assembleia para o progresso de Bragança.

.....Todos nós sabemos que foi criado pelo Decreto-Lei nº. 312/2007 de 17 de Setembro o Quadro de Referência Estratégico Nacional. Um nome pomposo, um nome bonito. E nós em função disto lê-mos o Decreto-Lei e vemos que é tão complexo, é tão difícil, é tão impenetrável, que se é para um cidadão qualquer, e eu que até estou habituado a ler e a interpretar as leis, sinto-me com dificuldade para ver a manobra e o funcionamento desse Decreto.....

.....E posto este problema na nossa Comissão nós verificámos, por exemplo, vejam só os órgãos de governação desse QREN, são: órgãos de direcção política; órgãos de coordenação técnica e de monitorização estratégica, operacional e financeira; órgãos de autoria e controlo; órgãos de certificação; órgãos de gestão; órgãos de acompanhamento.

.....E depois vai haver em todos estes programas uma série de coordenações que são impenetráveis.

.....Conclusão! Chegámos ao fim dum projecto que se apresente, nós não sabemos quem é que decidiu, se foi este, se foi aquele, como é que foi? E nós entendemos que é um momento histórico para Portugal nós podermos dispor de vinte e um mil e quinhentos milhões de euros até dois mil e treze, que embora já exista uma arquitectura do Programa do QREN que diz que há o PO - factor de competitividade - vai receber treze mil milhões e tal de euros; o PO - potencial humano - vai receber seis mil milhões de euros, o PO - valorização do território - vai receber quatro mil e seiscentos milhões de euros.

.....Conclusão! Já estão aqui mais de metade dos fundos do QREN, o que significa que nós estamos convictos, estamos certos, que vão ser os grandes empreendimentos que vão absorver esses fundos, nomeadamente aqueles que já estão anunciados, sabemos que são

importantes para o País, e nós temos que ter as nossas reservas, porque não sei se serão só esses ou se serão outros. São o TGV, o Aeroporto, não sabemos se da Portela se de Alcochete. Enfim, por aqui há aqui um sector muito importante ao qual não ponho reservas, que é o potencial Humano, sobretudo o Fundo Social Europeu, que eu acho que é importante para o País.

.....Mas nós sabemos que para o Norte, em termos de investimentos, vão apenas vir dois mil e setecentos milhões de euros. Para o Centro, um milhão, etc., etc.

.....Conclusão! Nós vamos ter dois mil e setecentos milhões de euros para o Norte, para todo o Norte.....

.....O que é que nós sabemos, o que é que nós conhecemos, qual tem sido a realidade dos Fundos Estruturais? Tem sido que em Trás-os-Montes pouco ou nada chega e nunca chegou. .

.....Quem vir o Programa Rodoviário Nacional de mil novecentos e oitenta e cinco, prevêem-se lá o IP4, o IP2, etc. etc.. Até hoje nada feito, ou muito pouco feito.

.....E eu falo com alguma autoridade sobre esta matéria porque até sabem que sofri e que fui vítima das minhas reivindicações sobre esta matéria. Nunca me conformei, não sou um homem conformado.

.....Ora, o que é que acontece? Sabendo nós que a realidade é essa a nível nacional, nós entendemos promover uma sessão grande de debate sobre essa matéria. Acertado com a Comissão Executiva do Conselho Directivo desse Programa e com o Senhor Presidente da Assembleia e com o apoio do Senhor Presidente da Câmara, foi escolhido o dia dezoito do próximo mês, pelas quatro e meia da tarde, uma sessão solene, aqui, de debate, uma sessão de trabalho, um workshop sobre este QREN.

.....Não é uma sessão da Assembleia Municipal, é uma sessão promovida pela Assembleia Municipal por sugestão dessa Comissão de Economia na convicção e na certeza de dois ou três pontos importantes.....

..... Primeiro – Saber, da Comissão Executiva do Conselho Directivo desse Programa, estará aqui em pleno, estarão aqui todos os elementos do Conselho Directivo que é presidido pelo Senhor Dr. Carlos Lage, simultaneamente Presidente da Comissão de Coordenação do Gabinete da Região Norte e por todos os outros quatro elementos, que nos vão esclarecer sobre a aplicação desses fundos. Para que nos especifiquem bem quais são, entre outros, as áreas elegíveis. Onde é que os transmuntanos podem investir e depois como é que o podem fazer; em que condições o podem fazer; a quem podem recorrer para elaborar os seus projectos, para apresentação dos seus projectos; como é que vai ser feita a selecção desses projectos elegíveis.....

..... Enfim, coisas concretas, não queremos teorias, não queremos dizer que este Programa vai contribuir para o progresso de Trás-os-Montes, queremos saber como é que vamos candidatar-nos.....

.....Segundo – Sensibilizar os investidores e a camada jovem nomeadamente os estudantes finalistas do Instituto Politécnico, de Engenharia, de Gestão e de outros cursos de Engenharia e vários cursos que são capazes de promover, de fomentar e de se lançar na iniciativa, Bragança. E para isso nós temos um programa de sensibilização, quer do Instituto Politécnico, quer dos estudantes, tendo já previsto reuniões com a Associação de estudantes para que os mobilizemos para que venham aqui.

.....Preocupação em contactar todas as entidades promotoras ou que são capazes ou que são vocacionadas para o desenvolvimento, de os trazer aqui. Investidores, concretamente, contactar pessoalmente por forma a que esse debate seja um ponto importante para que nós saibamos que Bragança tem uma estratégia de desenvolvimento e que o Quadro de Referência Estratégica tem que ter em consideração que há uma referência obrigatória estratégica do Concelho de Bragança, apostada no desenvolvimento.

.....E sensibilizar também esse Conselho Directivo no sentido de dizer assim: senhores membros do Conselho Directivo nós transmuntanos existimos, nós transmuntanos queremos existir, nós transmuntanos temos o direito a beneficiar com equidade, com justiça e orientados e vocacionados pela coesão territorial, local e Nacional, como esse Decreto-Lei o impõe, podemos contribuir para o desenvolvimento do País. Temos direito a atenuar esses desequilíbrios que são reais em Trás-os-Montes.

.....E queremos que não volte a acontecer aquilo que tem acontecido com os outros quadros comunitários que não têm beneficiado com rigor dos dinheiros que a eles estão destinados e que foram desviados, na sua grande maioria, para as zonas litorais.

.....Para terminar, queremos dizer, para que fique bem claro, e aproveito a oportunidade para prestar uma homenagem e associar-me à homenagem que Bragança tem vivido, em relação a um homem transmuntano que foi Miguel Torga, e por aqui me quedaria. Que toda a gente saiba que os transmuntanos ganhem consciência, que esse considerativo tenha a convicção e a certeza e a preocupação, e o País, de pensar e de aceitar que cada um de nós transmuntanos, como dizia o Miguel Torga, é um caibro do teto de Portugal.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, faça o favor.

..... **Paulo Xavier** - Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança, caríssimos Presidentes de Junta, aos Jovens da Escola Abade de Baçal e seus Professores, Comunicação Social e a todos, desde já um Bom Natal e um Feliz Ano Novo e um muito bom dia.

.....Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, hoje foi um momento difícil para si, ter que gerir feitos, uns bons e outros maus, por isso está de parabéns.....

.....Quero dirigir-me aqui ao meu companheiro e amigo José Castro que acho que teve aqui uma intervenção que nos preocupa a todos, preocupa os Presidentes de Junta sobre tudo.

.....Indiscutivelmente a ANAFRE tem feito esse papel, esse trabalho, mas naquilo que é essencial e em toda a sua intervenção há aí um pouco de confusão, não é bem assim.....

.....Naquilo que toca aos Presidentes de Junta está correcto, que isso está para debate, espero eu, como devemos estar todos os Presidentes de Junta, que não retirem exactamente esta competência de pelo menos votar nas Grandes Opções do Plano.....

.....Posto isto vamos então entrar na dita responsabilidade, coerência e demagogia que tanto falaram aqui logo de manhã.....

.....**Apresentou a seguinte intervenção escrita:**

.....“O XVII Governo Constitucional foi mandatado pelo Povo português para proceder à execução de um conjunto de reformas tendo por base o Programa Eleitoral que o Partido Socialista submeteu a escrutínio público e que são a base da legitimidade política da actual maioria parlamentar, a qual, aliás, confirmou o referido programa, que se converteu, com ligeiras alterações, no Programa de Governo.

No computo global dos compromissos eleitoralmente assumidos pelo Partido Socialista e que foram devidamente avalizados pelo Governo e pela Maioria Parlamentar, sobressaem as promessas de redução da carga fiscal, do saneamento das contas públicas e o relançamento da economia com reflexos ao nível da coesão social do povo português, designadamente pela melhoria das suas condições de vida, que seriam impulsionadas pelo crescimento do emprego, tendo neste domínio o Primeiro-Ministro, José Sócrates, assumido, como seu, o objectivo de criação de 150.000 novos empregos.....

.....Decorrido que está mais de metade do tempo de duração da presente legislatura e aproximando-se o ano 2007 do seu *terminus*, importa que, aqui e agora, possamos reflectir em torno das reformas empreendidas pelo Governo Socialista e pelos resultados que se constatarem, ou não.....

.....Quão longínquos nos parecem hoje os tempos em que a célebre expressão do então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, “... *há mais vida para além do deficit*...” mereceu dos então dirigentes nacionais do Partido Socialista o melhor entendimento, os quais, entre eles José Sócrates, a repetiram à saciedade, reprovando e combatendo as opções governamentais do PSD para o processo de saneamento das contas públicas, usando e abusando do aviso que o Chefe de Estado fez a toda a classe política nacional, reflectindo acerca da necessidade de os actores políticos nacionais deverem procurar políticas e soluções

globais e abrangentes para os problemas de Portugal e dos Portugueses.

.....Hoje, as inflamadas rábulas discursivas que tiveram no actual chefe de Governo um dos seus mais empenhados actores, parecem esquecidas e assunto de um passado de excessos, próprios da dinâmica parlamentar de qualquer oposição. Aliás, esquecidas parecem também as promessas e juras de um candidato a chefe do Governo de Portugal que na sua caminhada rumo à conquista do poder executivo, não se inibiu de prometer a redução da carga fiscal sobre os portugueses e sobre a economia e uma profunda reconsideração das bases de uma Segurança Social ávida de reforma e reestruturação, sem embargo da necessária realização de um livro branco e debate participado de forma abrangente pelos parceiros sociais e partidos com representação parlamentar. *Eu respeito sempre os outros, isto é uma questão de democracia*.

.....Os compromissos assumidos pelo Partido Socialista e mormente protagonizados pelo actual Primeiro-Ministro estão hoje reduzidos a cinzas, desmentindo a prática governativa a generalidade das promessas e políticas em que o Povo português acreditou e votou! Os impostos estão hoje mais agravados, não olhando o Governo a quaisquer meios no processo de recolha de receita fiscal, como de resto o denuncia o Senhor Provedor de Justiça. Esta política, tem particular impacto nas pequenas economias das zonas fronteiriças, as quais, mercê do forte agravamento do IVA e do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, assistem a uma fuga de investidores e consumidores para o outro lado da fronteira. Note-se, a título de exemplo ilustrativo do impacto do agravamento do Imposto sobre Produtos Petrolíferos sobre a economia nacional, que os revendedores de combustíveis, avaliam já uma perda de cerca de 325 milhões de euros, em receita fiscal, a favor do Estado espanhol. Portugal e particularmente o interior não se podem, na presente conjuntura económica, dar ao luxo de perder este volume de capitais!

.....É assim, imperativo que o Governo e a maioria que o suporta no Parlamento tenham a coragem de cumprir a palavra dada aos eleitores, que nela acreditaram e que por isso lhe atribuíram um mandato claro, expressivo e inequívoco. A legitimidade do mandato socialista não é absoluta como a sua maioria parlamentar, em democracia para lá da legitimidade jurídica prevalece a legitimidade política e essa é hoje posta em crise pelos portugueses que em sete anos perdem poder de compra, enfrentam o desemprego e vêm-se a braços com uma significativa redução da sua qualidade de vida e conforto.

.....O Governo em que os portugueses acreditaram e a quem atribuíram um mandato político inequívoco é hoje uma realidade distante, arrogante e profundamente inebriada pelo esplendor do poder! É pois necessário, e ainda está em tempo, que o Governo e o Partido Socialista mudem o seu comportamento e lancem mão das reformas tantas e tantas vezes anunciadas e quase sempre por concretizar. Esta exigência não resulta de mais um movimento no complexo xadrez de disputa pelo poder democrático. A concretização dos compromissos

políticos assumidos pelo Governo em campanha eleitora constitui hoje um factor determinante para a credibilidade do regime político e para a retoma do processo de convergência do crescimento e desenvolvimento do país relativamente à Europa Comunitária.

.....Os portugueses anseiam pela melhoria das suas condições de vida, pela concretização das suas aspirações e anseios pessoais, não podem mais esperar que em quase uma década o Estado continue a constituir um obstáculo às suas plenas expectativas de realização pessoal. *Hoje temos muitos, muitos e muitos jovens desempregados, querem agarrar o primeiro emprego, não conseguem. Hoje temos famílias no limiar da pobreza, hoje temos famílias aqui na nossa cidade que estão a passar fome. Hoje temos famílias que não conseguem honrar os seus compromissos. Isto tem que nos preocupar a todos, isto não é demagogia, isto vivemo-lo aqui em Bragança.* Aliás, não podemos deixar de observar com preocupação, e nesta sede disso dar pública nota, do regresso do fenómeno de uma intensa emigração, fenómeno que acreditávamos perdido num tempo que desejavelmente não regressará!

.....Senhor Presidente

.....Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança.....

.....Portugal é hoje um país plenamente integrado no contexto europeu, moderno e com uma capacidade competitiva ao nível dos melhores países da Europa, se para tanto souber investir e valorizar o seu bem mais precioso - os portugueses. Ao longo da nossa história soubemos dar testemunho de uma coragem inigualável no solucionar de problemas, no ultrapassar de obstáculos que a história em cada momento nos ia pregando. Tudo isto se ficou a dever apenas e tão-somente a um factor - os portugueses.....

Importa assim, que sejamos capazes de recuperar a nossa convicção, a nossa coragem e determinação para uma vez mais ultrapassarmos os obstáculos que o presente momento histórico nos oferece!

.....Contudo, é imprescindível que o Estado, assumindo as suas responsabilidades, encare a realidade de frente e seja capaz de enfrentar os problemas que hoje atormentam o quotidiano das famílias portuguesas.

.....É absolutamente fundamental que o Estado combata o nosso principal flagelo social, o desemprego, não é aceitável nem compreensível que Portugal apresente hoje uma taxa de desemprego na ordem do 8%, representado cerca de quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos desempregados, dos quais cerca de 3,8% são já desempregados de longa duração. Esta crua realidade revela bem, que quase metade do desemprego português assume uma natureza estrutural, a qual de resto resultará da circunstância de cerca de trezentos e doze mil e setecentos desempregados não possuírem mais do que o 9º ano de escolaridade, fruto dos obstáculos que já no passados o Estado impunha aos portugueses.

.....Não podemos pois, continuar a cometer os mesmos erros e equívocos que outros já

cometeram no passado. Temos hoje de apostar fortemente na valorização dos portugueses deste imenso e inesgotável capital humano que já deu provas de poder estar entre os melhores no velho continente. Mas a valorização de que falamos, a valorização e investimento na formação dos portugueses tem necessariamente de ir além da mera operação propagandística ou do mero exercício estatístico. É necessário revalorizar a escola e o papel de todos os seus agentes de forma a consolidar uma formação de base sólida, exigente e de qualidade. Para tanto, o PSD acredita que é necessário reconhecer e valorizar o papel do corpo docente, mas devolvendo ao corpo docente a sua autoridade e prestígio, para que a escola portuguesa resulte de um esforço de cooperação entre os vários corpos que compõem as comunidades educativas. Só assim, Portugal poderá recuperar da profunda crise económica que há vários anos vive e que está longe de resultar unicamente de um qualquer descalabro orçamental público.

.....Se queremos resolver o problema do desemprego é imprescindível que a economia nacional acuse um forte ritmo de crescimento económico, devendo para tanto impulsionar o sector das exportações, contudo, não pode continuar a apostar-se num modelo laboral de mão-de-obra barata! E imprescindível a aposta numa competição económica assente no valor acrescentado, resultando este, do forte investimento da formação do capital humano do país.... Neste contexto o Interior do país, e em particular Trás-os-Montes, devem ser encarados como espaços de oportunidade no processo de internacionalização da nossa economia nacional. Mas para tanto é necessário que o Governo Central ouse acreditar no potencial económico e humano de uma região de fronteira com um mercado de 40 milhões de consumidores.

.....Apelamos assim ao Governo, reiteramos, porque ainda está em tempo, que mude o seu comportamento, emende a mão e honre os compromissos assumidos perante os portugueses. Só assim será verdadeiramente digno do exercício do poder democrático!"..... Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia vamos entrar no ponto

.....**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

.....**4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.**

.....Eu antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara queria informar que foram distribuídas a todos os Senhores membros da Assembleia uma segunda via de duas certidões de deliberações do Executivo Municipal, tratou-se de um lapso de por na certidão relativa ao ponto do IRS uma matéria relativa às receitas municipais do IMI e do Imposto de Transacção

de Imóveis, corrigido esse lapso de inserção, são dois assuntos separados, ficam as certidões certas.....

.....Senhor Presidente da Câmara a palavra é sua.....

.....**Presidente da Câmara** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Antes de entrar propriamente na informação sobre o Estado e Vida do Município, tal e qual como foi apresentada, quero debruçar-me sobre três questões que foram levantadas e que também têm a ver com o Estado e Vida do Município.

.....A primeira tem a ver com a visita de Sua Excelência o Primeiro Ministro a Bragança. Eu ouvi hoje um senhor deputado dizer que há coisas que devem ser encaradas com muita seriedade. Mas não basta dizer que é preciso seriedade! É preciso as pessoas terem uma atitude de seriedade verdadeira de ética! Eu neste âmbito acho que tenho uma atitude de seriedade, modelada por princípios de ética solidamente construída.

.....O Senhor Primeiro Ministro na sua visita a Bragança, num momento que eu referencie como de registo na história da Região e algo que se registre nas páginas da história só pode ter muito valor. Evidentemente que a história não se faz, faz-se por um conjunto de actos continuados.

.....E também é verdade que a decisão de inclusão da A4 no Plano Rodoviário, custe o que custar, foi tomada pelo Primeiro Ministro Santana Lopes, na altura, enquanto foi Primeiro Ministro. Foi lançado anúncio de concurso para o estudo prévio no dia onze de Novembro, quando reuniu o Conselho de Ministros em Bragança. Mas quer dizer, isso não desvaloriza em circunstância nenhuma a atitude do actual Primeiro Ministro. Se o actual Primeiro Ministro foi e agiu como homem de palavra neste processo, de grande responsabilidade, de grande respeito para com o Interior Norte de Portugal e eu não me cansei de citar isso, fi-lo e continuarei a fazê-lo sem deixar de perder a memória. Quando nós perdemos a memória perdemos a orientação, perdemos o rumo nas coisas e não falamos com seriedade.....

.....Aquilo que eu referi, muitos de vós não estiveram presentes, eu acho que o fiz com dignidade, representando bem os bragançanos e a região.....

.....O Senhor Primeiro Ministro, uma coisa é a leitura que nós temos a nível local, outra coisa é a leitura que fazem aquelas pessoas que têm maior responsabilidade em termos de soberania. Evidentemente que o Senhor Primeiro Ministro não gostaria de chegar a Bragança e encontrar um Presidente de Câmara apático, que não falasse de outros problemas e pensasse que tudo estava resolvido naquele momento. Não! Qualquer que fosse o Primeiro Ministro, qualquer que fosse o governante, gosta de ver os seus concidadãos, gosta de ver os seus eleitos locais empenhados com expectativa, com confiança, com optimismo. Foi essa a mensagem que eu transmiti. Isto das estradas vai ser muito importante mas há outras auto-

estradas que é preciso para a região, e disse -para a região – também algumas auto-estradas específicas para Bragança que eu não quis deixar de salientar.

.....E era isso, como disse o senhor deputado DR. Nuno, era isso que qualquer pessoa de bom senso esperava que fizesse o Presidente da Câmara naquela cerimónia. Era isso que esperava o senhor Primeiro Ministro.

.....Deixem que vos diga que uma coisa é a leitura local que tende a destruir aquilo que é bem feito, quando não há uma postura positiva, outra é a postura dos governantes nacionais e que se situa noutra patamar e noutra nível.....

.....Senhor deputado, o Senhor Primeiro Ministro, digo-o à vontade, disse – “Senhor Presidente da Câmara, obrigado pelas suas palavras”. Eu tenho estima pelo Primeiro Ministro e sei que o Primeiro Ministro também tem estima pelo Presidente da Câmara e tem por todos os Presidentes de Câmara, não podia ser de outra maneira.

.....Relativamente à auto-estrada A4 evidentemente que a posição da Câmara é contra as portagens, manifestou-o publicamente, e é por uma questão de princípio não é por uma questão de demagogia. Eu sou adepto do princípio do utilizador/pagador dos serviços públicos, só que há uma diferença neste processo. Bragança será a última capital de distrito no País a ter auto-estrada? Entretanto já Lisboa, Porto e outras cidades do Litoral beneficiam de circulares urbanas com perfil de auto-estrada sem serem portajadas há mais de vinte anos. Pois comecem a aplicar as portagens nas circulares das grandes cidades do litoral que ainda por cima são mais ricas e deixem-nos folgar a nós durante alguns anos e mais tarde então cheguem aqui as portagens.

.....E não vale a pena contornar o problema, a circular a poente, a sul de Bragança, sendo um troço de auto-estrada ela funcionará para Bragança como uma circular urbana como funcionam noutras cidades. Os cidadãos de Bragança, os empresários de Bragança vão durante o dia ter que utilizar esse troço, essa circular urbana várias vezes ao dia. E se tiverem de pagar portagens eles no final do dia estarão mais pobres, terão menos dinheiro no bolso.

..... Nós não podemos em circunstância nenhuma aceitar que isto aconteça porque se trata de uma medida de discriminação negativa, é discriminatória relativamente a outras situações, no País e no Litoral. É injusta, também porque o País tem uma dívida histórica para com o Interior Norte, para com os transmontanos e não está saldada.

.....A questão da estrada A4, do IP2 e IP5 faz parte deste pacote de exercício de justiça para com o Interior, por isso o Senhor Primeiro Ministro classificou esta auto-estrada como “auto-estrada da justiça” e não podemos deixar perder de vista esta situação. E finalmente porque as portagens funcionariam economicamente em sentido contrário à competitividade da região e particularmente de Bragança.

.....A nossa perspectiva nesta matéria é muito clara, evidentemente que nos faz falta a ligação à Puebla de Sanábria, faz-nos falta a ligação próxima, em dois mil e doze, ao TJV na

Puebla de Sanábria que se espera que fique com uma paragem de dimensão reduzida. Faz-nos falta um aeroporto Regional como plataforma logística para o mercado europeu. Pode ser distribuição de produtos transportados por via aérea e por via rodoviária. Esse é um cenário previsível e possível para Bragança e nós no Plano de Urbanização prevemos a instalação numa plataforma logística, próxima do Aeródromo exactamente dentro dessa perspectiva futura. Como proximamente apresentaremos nesta Assembleia Municipal os planos de desenvolvimento para a construção do Aeroporto de Bragança.

.....O outro aspecto tem a ver com o acompanhamento que a Câmara Municipal faz do Plano Regional de Ordenamento do Território. Temos um representante na Comissão do Plano Regional que é o Senhor Arquitecto Cristóvão. Além disso o Presidente da Câmara participa em várias outras Comissões. Preparei em várias agendas temáticas de preparação do projecto NORTE 2015 por convite da CCRN. Participo actualmente na Comissão de Acompanhamento e aceitei integrar algumas das agendas temáticas que a CCRN prepara neste momento com vista a dar execução a programas específicos, designadamente a Agenda Temática Norte Digital, a Agenda para a Mobilidade, a Agenda para a Internacionalização e outras agendas.

.....Eu não estou demitido dessas funções e também quem tem a faculdade de convidar pessoas para darem contributos a essas agendas também reconhecerão eventualmente algum contributo válido ao Presidente da Câmara de Bragança.....

.....Nessa matéria nós não estamos... independentemente do que vai acontecer e como é que vai ser gasto o dinheiro.

.....A outra nota tem a ver, falei na plataforma Intermodal indo ao encontro daquilo que referiu o Dr. Júlio de Carvalho de felicitar a Assembleia por este Workshop que vai realizar, facultando e aproximando a discussão e o conhecimento dos Senhores deputados e dos cidadãos em geral.

..... Relativamente ao Estado e Vida do Município, a intervenção, desta vez, foi distribuída felizmente bastante mais a tempo, sempre dentro do tempo regulamentar, nunca o fizemos depois dessa data, mas desta vez mais a tempo, deu aos senhores deputados mais tempo para lê-la, por isso vou concentrar-me numa forma muito mais ligeira nalguns pontos e concentrar-me naquilo que é essencial.

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

.....Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 27 de Abril de 2007, até à presente data.

.....1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia Municipal:.....
.....1.1 – Fixação da Participação no Imposto Sobre Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS), relativa aos rendimentos do ano de 2006 (Para aprovação);.....
.....1.2 – Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2008 (Para aprovação);
.....1.3 – Concurso Público – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações Municipais para os anos de 2009 e 2010 (Para aprovação).

..... **Principais processos tratados em reunião de Câmara (de entre 388 nas 6 reuniões havidas) e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:**.....

..... **1- DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

..... **1.1– DIVISÃO FINANCEIRA**

..... **1.1.1 – Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia**

.....No período de Setembro e Outubro, o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 619.605,60€. Deste valor as receitas mais significativas foram as referentes à utilização das Piscinas Municipais, com um valor de 103.307,77€, e a receita proveniente das rendas de habitações e edifícios com um montante 118.185,33€. Os Parques de Estacionamento contribuíram com 145.958,37€.....

.....Do serviço de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 42.254,26€, correspondente à cobrança de 180 processos. O serviço de Execuções - Fiscais apresenta uma receita de 67.971,75€, correspondendo a 3.873 processos cobrados. No mesmo período do ano anterior, a receita arrecadada foi de 608.674,47€, verificando-se um saldo positivo de 10.931,13€ (+1,80%).

..... **1.1.2- Secção de Contabilidade e Sector da Tesouraria**

.....Considerado o período de Setembro e Outubro, verifica-se que a receita realizada foi de 5.374.700,28€, correspondente a 13,48% da receita anual prevista, tendo a receita global de Janeiro a Outubro, atingido o valor de 25.274.168,60€, o equivalente a 63,37% do previsto.

.....Relativamente ao comportamento da despesa durante os meses de Setembro e Outubro, a despesa paga atinge o valor de 5.540.418,85€, imputável em 2.449.077,07€ a despesas correntes e 3.091.341,78€ a despesas de capital, o que na sua globalidade originou uma execução orçamental de 13,89%.....

Globalmente e até ao dia 31.10.2007, o orçamento de despesa atinge o valor de 25.517.662,13€, encontrando-se executado em 63,98%, sendo a maior execução (76,56%) reportada a despesas correntes e 53,04% a despesas de capital.

.....O equilíbrio entre receitas e despesas globais está assegurado em termos positivos, o mesmo acontecendo em termos de equilíbrio corrente (receitas correntes excederam as despesas correntes em 4.504.569,31€).....

.....1.1.3 – Tesouraria

.....O processo de recebimentos e pagamentos decorreu normalmente, com movimento superior ao do ano anterior, em período homólogo, tendo, durante o ano, sido realizados os seguintes movimentos: leituras (1.756); recibos de água (12.837); guias de receita (5.070); ordens de pagamento (2.041); certidões de dívida (909); débitos (1.311).

.....1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento.....

.....Durante os meses de Setembro a Novembro foram emitidas 1.034 notas de encomenda no valor total de 638.993,13€, correspondendo a uma despesa de capital de 181.628,06€, enquanto que a despesa corrente ascendeu ao montante de 457.365,07€.....

.....Foram inventariados 469 **bens móveis**. Quanto aos **bens imóveis**, destaca-se na rubrica **terrenos e recursos naturais**, a aquisição e regularização de 6 prédios rústicos, com a área total de 18.646m², na Zona Envolvente do Aeródromo, para implantação de novos hangares, ampliação e alargamento da pista.

.....Constituição do Lote A, sito no lugar da Fraga Selvagem, Bairro das Cantarias, Rua Dr. Manuel Teixeira, com a área de 264m², proveniente da junção de 2 complementos para futuros lotes de dois alvarás de loteamento; iniciou-se o processo administrativo para a regularização de 3 terrenos, com a área total de 11.963m², para instalação dos equipamentos da estação VOR/DME de apoio à navegação aérea.....

.....Concluída a regularização da titularidade do parque habitacional social (transferido pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, para o Município), constituído por 135 fracções do Bairro de Vale D'Álvaro /Mãe D'Água, que integram as rubricas edifícios de habitação e edifícios de serviços.....

.....Foi efectuado o registo da actual **Casa da Seda**, sita na Rua dos Batoques, n.º 72, adquirida por Escritura de Compra de 05/09/1990 e participação do edifício designado de **Centro Ciência Viva de Bragança/Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental**, propriedade desta Autarquia.

.....Foi ainda outorgada a **Escritura de Venda**, à firma Construções Octavino, do lote 7 e lote A, sites no Bairro das Cantarias, destinados a habitação unifamiliar.....

.....Durante o período em análise, há a registar: abertura do procedimento, análise das propostas e adjudicação de **28 ajustes directos** e **20 procedimentos por consulta prévia**. Foram abertos os concursos limitado sem apresentação de candidaturas para aquisição de prestação de

serviços de limpeza nas instalações Municipais para o ano de 2008 e o concurso público prestação de serviços de segurança e vigilância nas instalações Municipais.....
.....Autorizada a prorrogação do prazo de 1 ano, para as concessões dos quiosques (propriedade da CMB) sito no Largo dos Correios, e espaço em frente à Escola Secundária Abade de Baçal; aprovado accionar o direito de preferência na transacção de uma casa de habitação, sita na Rua Rainha D. Maria II - Cidadela, em Bragança, pelo montante de 24.000,00€, para ampliação do espaço expositivo ligado ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje; aprovada a adjudicação definitiva da aquisição de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho, à firma Medicisforma - Medicina no Trabalho Higiene e Segurança, Lda., pelo montante global de 19.800,00€+IVA.....

.....**1.1.5 Transferências para as Juntas de Freguesia: Mós** -19.988,00€, obras de pavimentação na aldeia de Mós; **Parada** - 11.950,00€, obras de restauro do telhado e janelas da EB1 de Paredes; **Santa Maria** – 15.000,00 €, obras de reabilitação do edifício da nova Sede da Junta; **Izeda** – 30.000,00 €, obras de calcetamento dos Bairros dos Cucos e do Campairo e intervenção urbanística na rotunda de acesso à Vila; **Deilão** – 24.677,25 €, calcetamento do caminho que dá acesso à Capela de Santa Eulália, na aldeia de Vila Meã; **Meixedo** – 7.500,00€, conclusão das obras de construção do Centro de Convívio de Oleirinhos; **Rebordãos** – 35.000,00€, para continuação das obras de acabamentos do Pavilhão Multiusos de Rebordãos.....

.....**1.1.6 - Subsídios e participações: Comissão Fabriqueira da Paróquia de S. Pedro do Zoio** -7.000,00€, obras de recuperação do Adro da Igreja Paroquial do Zoio; **Centro Ciência Viva de Bragança** – 96.369,66€, dos quais 44.930,28€ corresponde a despesas de capital e 51.439,38€ correspondente a despesas correntes; **ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda** – 5.000,00€, para fazer face às despesas relativas às actividades promovidas por esta Associação durante o ano de 2007; **APKC – Shaolin Lohan Tão Karate Chinês** - 500,00€, comparticipação nas despesas relativas à participação do Clube nos Campeonatos do Mundo da modalidade; **ASMAB – Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança** – 15.000,00€, comparticipação nas obras em execução na Sede Social da Associação.....

.....**1.2 - Divisão Administrativa**

.....**1.2.1 - Sector de Arquivo**.....

Destacam-se como tarefas mais relevantes; no âmbito do arquivo corrente, a conclusão do Plano de Classificação de Documentos, plano que tem como objectivo facilitar a gestão e a

recuperação das informações produzidas e acumuladas pela Câmara Municipal ao longo do desenvolvimento da sua actividade.

.....Foi iniciada a reorganização do Arquivo Histórico, no Auditório Paulo Quintela, com transferência da documentação histórica existente no sótão, para o 1º andar do mesmo edifício. A transferência foi concretizada de modo a não desorganizar o acervo, anteriormente organizado pelo sector, tendo-se movimentado 3200ml de documentação.

.....**1.2.2 - Sector de Expediente Geral**

.....Foram tratados os assuntos correntes de entrada e saída de correspondência, de atendimento público, (tratados os assuntos de âmbito militar, área dos táxis editais, certidões e outros). Foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 10 e 25 de Setembro; 08 e 22 de Outubro e 12, 21 e 26 de Novembro, com a respectiva preparação de agendas, minutas e actas, distribuindo-as pelos diversos sectores e dando, a estes, o apoio correspondente para o bom funcionamento do serviço, estando já inseridas na página sítio da Câmara Municipal e preparação dos assuntos a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a levar a efeito no próximo dia 24 de Setembro.

.....**1.2.3 - Secção de Recursos Humanos**

Os procedimentos relacionados com os concursos internos de acesso gerais e externos decorrem com regularidade (13 processos), o mesmo acontecendo com os processos de aposentações. Foram tratados os processos relativos ao programa de estágios profissionais na Administração Local (2 a decorrer); estágios não remunerados/curriculares (11 a decorrer) e todos os restantes processos relacionados com o pessoal, incluindo o Serviço de Saúde Higiene e Segurança.

.....**1.2.4 – Secção de Remunerações**

O processamento de remunerações e controlo de despesa decorre com regularidade, associando o conjunto de procedimentos correntes e gestão individual de cada processo. Foi realizado o controlo anual e trimestral de despesa com pessoal, para efeitos do estipulado no art.º 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, registando-se conformidade legal. Com a publicação da Lei n.º 43/2005 de 29 de Agosto, alterada pela lei n.º 53.C/2006, de 29 de Dezembro, o tempo de serviço prestado pelos funcionários e agentes, desde a sua entrada em vigor e até 31 de Dezembro de 2007, não é contado para efeitos de progressão. Estão já abrangidos por esta determinação 230 funcionários da Instituição.

.....**1.3- Divisão de Informática e Sistemas**.....

No período em análise, das actividades mais relevantes desempenhadas por esta Divisão, destaca-se: instalação de nova versão do gestor de conteúdos; avaliação do site da CMB (elaboração de documento onde constam as remodelações a efectuar em 2008 e as novas funcionalidades a implementar); assistência e apoio geral às aplicações SIGMA; Upgrades para diverso software; instalação do Sistema de Gestão de Assiduidade; instalação de software de help-desk (Track-It) e assistência ao equipamento e ligação Internet existentes nas escolas (pré-escolar e 1.º Ciclo) e avaliação de propostas para incremento de novas soluções nas salas dos jardins-de-infância e do 1.º Ciclo.

.....2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

.....2.1 - **Área do Ensino** – Neste sector e no período em referência, destaca-se a aquisição de salas modulares e de distribuição de equipamento escolar nas EB1 do Campo Redondo e Formarigos; inventariação das necessidades nos estabelecimentos de ensino: obras, reparações, material informático, mobiliário e material didáctico; organização do transporte de 500 crianças à Feira Internacional da Norça e Norpesca, no dia 26 de Outubro; preparação da actividade “Prendas de Natal às crianças das escolas do meio rural” – oferta de Kit pedagógico (pasta), às crianças do pré-escolar e livros integrados no Plano Nacional de Leitura às crianças do 1.º ciclo; participação no Magusto Escolar das escolas EB1, a elaboração, implementação e controlo do processo de candidatura no âmbito das AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular.....

.....Foi atribuído aos Agrupamentos, para o ano lectivo de 2007/2008, a verba de 40.600,00€, para aquisição de bens e produtos para as escolas EB1 e jardins-de-infância (higiene e limpeza, consumíveis de informática e secretaria).

.....2.2 - **Área Cultural**

.....**Museu Ibérico da Máscara e do Traje** – De Setembro a Novembro, 3.774 pessoas visitaram o Museu, destas 2.323 são de nacionalidade portuguesa e as restantes são oriundas de vários países. Desde a abertura, até ao dia 25 de Novembro, o Museu foi visitado já por 22.474 pessoas.

.....**Teatro** - O Teatro Municipal de Bragança cumpriu mais um ano de actividade tendo como objectivos a fidelização e a conquista de novos públicos, apresentando espectáculos nas diferentes áreas das artes de palco, contribuindo para a educação e o lazer dos nossos concidadãos.

.....Espectáculos no período: Orquestra Tango Quattro; Ballet Flamenco Maria Carrasco; Camerata Senza Misura - Concerto Torga; Retratos e Paisagens; Festa da Música; Donald Harison; Encontros Lusofonia: recital de Guitarra e Clarinete; Teatro Rancor; Recital de Piano; Diego Figueiredo, jazz trio; Bossa in Jazz; Desbundixie; A Escola do Noite-Tchékov e a arte menor; Urze Teatro-Volta a Gil Vicente em 80 min.; Teatro das Beiras – Molière; Orquestra Nacional do Porto; Companhia de Dança Olga Roriz: Paraíso; Peripécia Teatro: Novecentos - O Pianista do Oceano; Outono Polifónico – Coros Infantis; Orquestra Jovem de Salamanca.

.....**Exposições** - Do dia 28 de Setembro a 26 de Outubro, nas salas 1 e 2, Ana Pascoal, António Santos, Carlota Monjardino, Carlos Farinha, Eduardo Nunes, Gilberto Gaspar, Luís Herberto, Marco Costa e Vítor Casimiro apresentaram a exposição de Desenho “ Esta é a Minha Paisagem”. Uma Exposição que procura desenvolver novas abordagens da paisagem através do desenho.

.....Em parceria com a AMI, desde o dia 6 de Novembro que a sala 1 acolhe uma exposição de Pintura de Costa Pinheiro. No dia 21 de Novembro, foram inauguradas as instalações do Núcleo de Bragança da Fundação da AMI, ocorrendo, também, nesse dia, o lançamento do livro do Dr. Fernando Nobre “Gritos contra a Indiferença”, no Centro Cultural de Bragança.

.....A Direcção Regional da Cultura e a Câmara Municipal de Bragança, no dia 07, procederam à inauguração da Exposição itinerante “Torga – Retratos e Paisagens”, integrada nas Comemorações do Centenário do Nascimento do Escritor, com obras de Alberto Pésimo, Albuquerque Mendes, Benedita Kendall, Cristina Valadas, Evelina Oliveira, Graça Morais, Gracinda Marques, Henrique Silva, Isabel Padrão, Joana Rêgo, José Emídio, Luís Melo, Luísa Gonçalves e Teresa Gil.....

.....De 05 a 26 de Novembro, decorreu na sala polivalente a exposição de Pintura “Propostas” de Miguel Barrote.

.....A Biblioteca Municipal de Bragança recebe, no mês de Novembro, a Exposição Bibliográfica Comemorativa do Centenário do Nascimento de Miguel Torga.

.....Durante este período, o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 2.113.

.....**Eventos** - Entre os dias 03 a 06 de Outubro, realizaram-se, em Bragança, os 6º Colóquios de Lusofonia, subordinado ao título “Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro”, com 60 oradores de vários países. Nas actividades do encontro, destacou-se a entrega do primeiro prémio literário da lusofonia. Em paralelo, decorreram diversas actividades culturais desde recitais de música, peças de teatro, concertos, exposições de livros e artesanato.

.....No dia 6 de Outubro, em colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria, comemorou-se o Dia dos Castelos com uma caminhada urbana, visita guiada ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje e um almoço comunitário.

.....**Biblioteca Municipal** – No período destaca-se a continuação dos trabalhos de tratamento documental (registo, carimbagem, etiquetagem, arrumação) de livros novos e conversão retrospectiva do acervo documental doado pela Fundação Calouste Gulbenkian e da indexação e catalogação do acervo documental. No mês de Setembro, foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 885 monografias e no mês de Outubro 1407. Durante os meses de Setembro e Outubro acederam aos serviços da Biblioteca 5721 utilizadores. Na secção infantil ocorreram algumas actividades com projecção de filmes para 328 crianças.

.....**2.3 - Área do Desporto** – No âmbito do projecto Bragança Saudável - Bragança Solidária, realizaram-se as caminhadas: urbana – Corredor Verde do Fervença, e rurais de Refoios, Carvalhal da Nogueira e Montesinho | Magusto, com a participação de cerca de 320 pessoas, nos 4 eventos.....
O sector garantiu a gestão das actividades nas instalações desportivas, desde o apoio à realização de torneios e competições; as actividades orientadas e livres, nas piscinas municipais, mantendo as infra-estruturas desportivas uma elevada taxa de ocupação.

.....**2.4 - Área Social** – No período destaca-se o desenvolvimento do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos de 1º ciclo, estando a usufruir deste programa todos os alunos da área rural e as escolas da cidade: Artur Mirandela, Cantarias, Formarigos, Campo Redondo, Toural, Loreto, Estacada, Estação, S. Sebastião e os Jardins-de-infância de Santiago e Estação; a gestão das candidaturas, instrução dos processos, visitas domiciliárias e classificação face ao Programa Conforto Habitacional para Idosos, estando sinalizados 56 casos, alguns com processos completos e outros a aguardar a entrega de documentação necessária para a conclusão das candidaturas; foram mantidos apoios financeiros e em materiais destinados a obras de beneficiação e intervenções, para a melhoria das condições de higiene e limpeza de habitações; análise para atribuição de isenção/redução no preço dos passes escolares e o apoio às Escolas dos ensinos pré-escolar e de 1º Ciclo, no que diz respeito às auxiliares que acompanham os alunos às horas das refeições.

.....Foram, ainda, aprovados apoios diversos, destacando-se: redução do preço dos passes escolares a 11 alunos e a isenção a 59 alunos, do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário, para o presente ano lectivo; programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos

alunos do 1.º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar do concelho de Bragança, para o ano lectivo 2007/2008, no montante de 251.507,76€ para o Ensino Básico, englobando 650 alunos e de 112.076,80€, para o Ensino Pré-Escolar, englobando 224 crianças; fotocópias aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico que integram do Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, no ano lectivo de 2006/2007, no montante de 1.154,62€; comparticipação de auxiliares de acção educativa, na prestação de serviços garantidos pelo Centro Social e Paroquial de S. Roque - Salsas e pelo Centro Social e Paroquial de Santa Comba de Rossas, no âmbito do fornecimento de refeições, com o valor total anual de 6.616,75€; apoio financeiro à Junta de Freguesia de Salsas para pagamento às auxiliares de acção educativa, para apoio no jardim-de-infância de Salsas, à hora de almoço, acompanhando e vigiando as crianças, com o encargo total estimado de 10.208,87€; apoio financeiro às Juntas de Freguesia de Gimonde, Rebordãos, Santa Comba de Rossas, Izeda, Parada e Coelhooso, para pagamento das auxiliares de acção educativa para apoio nos jardins-de-infância, com o valor total anual de estimado para o conjunto destas Juntas de Freguesia de 14.328,00€; atribuição de redução/isenção no preço dos passes escolares, a três alunos do ensino básico, representando um encargo anual adicional para a Autarquia de 992,64 €.

.....**2.5 - Área do Turismo** – De destacar a participação do Município de Bragança no **Swiss Tourism Awards** -Salão Internacional Suíço de Férias, realizado em Lugano, Suíça, entre os dias 1 e 4 de Novembro de 2007. Esta participação revestiu-se de grande significado por diversos factores, nomeadamente pelo facto de Bragança, entre 600 participantes, ter sido distinguida com o prémio Swiss Tourism Awards 2007.....

.....O trabalho efectuado no âmbito do evento permitiu a divulgação e promoção da cidade como destino turístico, a percepção do tipo de público-alvo e o grau de interesse pelo destino Bragança. Verificou-se uma elevada percentagem de visitantes que já conheciam a cidade ou que pretendiam visitar num futuro próximo. Notou-se, também, uma grande aceitação deste destino, tendo havido uma grande procura do material promocional por parte dos visitantes. Durante o período, no Posto de Turismo e Posto de Venda da Cidadela, foram atendidos 2.462 turistas.....

.....**3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**.....

.....**3.1 - Divisão de Urbanismo**

.....Comparativamente aos dados obtidos no ano de 2006, no item dos licenciamentos houve um aumento em cerca de 9% em referência ao mesmo período, sendo que do total realizado com processo de licenciamento de obras particulares, a habitação unifamiliar corresponde a aproximadamente 70% de actos praticados, 3% a habitação multifamiliar e os restantes 27% que correspondem aos mais diversos actos, nomeadamente comunicações

prévias, licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas, comerciais e de serviços. O valor da receita cobrada pela Divisão foi de 144 119.25€.....

.....Relativo ao processo do imóvel “**Casa Abade Baçal**”, a autarquia de Bragança não exerceu o direito de preferência, por legalmente tal não se possível (em virtude do imóvel não estar classificado como de interesse arquitectónico, bem como o valor base patrimonial atribuído ter sido declarado como valor de venda - 100.000,00€). Mais se informa, que a pretensão urbanística, relativo à recuperação do imóvel, corresponde à expectativa do Município atendendo ao valor cultural, dotando-o de valências turísticas enquadradas no tipo de imóvel a recuperar, acompanhando estes serviços a sua implementação e desenvolvimento em projecto de arquitectura.

.....**3.2 – Divisão de Obras**.....

.....*Na divisão de obras quero destacar algum empenhamento adicional e alguns resultados adicionais desse empenhamento relacionados com a Zona Industrial de Mós, a sua evolução. E não só a Zona Industrial de Mós. Na Zona Industrial de Mós já temos cinco empresas com contrato promessa de instalação que irão criar sessenta e cinco postos de trabalho. A maior parte destas iniciativas têm em vista a exportação que é uma dimensão que nos interessa muito. Interessa-nos e dir-vos-ei e seguir porquê.....*

.....*Temos também na Zona Industrial das Carvas, a FAURÈCIA que prevê até dois mil e onze duplicar os postos de trabalho.*

.....*Estive recentemente com o Presidente do Instituto Politécnico e Presidente da Escola de Tecnologia e Gestão no sentido de perceber esse desafio de crescimento, a preparação de quadros superiores, intermédios, para essa evolução ocorrer. Também uma boa notícia a nível do emprego na área industria, uma área importante, uma área em que Bragança precisa de crescer, sendo que os serviços mesmo que evoluam em qualidade, se especializam, eles não tenderão por razões de tecnologia a aumentar postos de trabalho mas sim diminuí-los. Precisamos então de desenvolver esta área que é a área de industria.*

.....*No dia vinte pensamos que se consolidará também um investimento na área do Ensino Superior e da Saúde a criar entre duzentas a duzentos e cinquenta postos de trabalho. No mês de Fevereiro provavelmente a Assembleia Municipal terá dados mais pormenorizados sobre esta matéria.....*

.....*No dia vinte de Fevereiro, dia da Cidade, iremos homenagear a industria do nosso município e alguns dos senhores deputados e alguns cidadãos ficarão surpreendidos pela evolução que esse sector tem tido, pela energia, pelo entusiasmo e pela visão futura de alguns empresários, contra o derrotismo de tanta gente que pensa que as soluções se constroem digamos numa perspectiva negativa.....*

Na Divisão de Obras, de salientar, a abertura de oito concursos, com destaque para o concurso para a repavimentação de vários arruamentos na cidade, a adjudicação de obras e fornecimentos num valor de 3.257.679,30€, de onde se destaca a construção da circular interior, desde a Av. Cidade de Zamora à Braguinha.

Em termos de facturação, nestes dois meses, foi realizada uma facturação no valor de 1.978.366,35€, para empreitadas e 88.486,00€, para outras acções.

Na Divisão de Equipamento e no que diz respeito a obras de administração directa, a Equipa de Conservação de vias urbanas, realizou 23 intervenções com destaque para colocação do monumento em pedra de homenagem a D. Afonso Henriques na Av. Cidade de Zamora, pintura das salas da escola da Mãe D`Água e do Jardim-de-infância da Estação e reposição de cubos em Gimonde, Cabeça Boa e Samil, no Bairro Artur Mirandela e Cemitério Municipal.

A Equipa de conservação de edifícios realizou 14 intervenções, com destaque para a pintura do posto de turismo na Av. Cidade Zamora, limpeza e substituição de telhas partidas nas escolas primárias de Parada, Loreto e Mãe D`Água.

No Armazém saliente-se a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento.

.....No âmbito desta divisão, foram ainda, aprovados os seguintes assuntos: execução de aquedutos nos caminhos entre Aveleda/França e Vila Boa/Pinela e construção de um pontão sobre a ribeira de Vale de Moinhos, aprovada a intenção de adjudicação desta empreitada à firma Medida XXI, Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 46.900,00€+IVA; reserva dos lotes n.º 5, 6 e 7, na Zona Industrial de Mós, a favor de José Manuel Otero Rey, administrador da GRANIPPEC, com sede em Pontebora, Província de Pontevedra - Espanha; aprovada a adjudicação definitiva da empreitada de arranjos nos arruamentos da cidade - pavimentação betuminosa de vários arruamentos, à firma Higinio Pinheiro & Irmão, Lda., pelo valor de 72.401,25€+IVA, sendo que os arruamentos a sofrer esta intervenção são os seguintes: Rua de ligação da Rua Albino Nogueiro à Zona Industrial das Cantarias, Rua de ligação da Av. das Cantarias à Rua Almada Negreiros, Rua Visconde da Bouça (numa extensão de cerca de 200,00ml), Av. Eng.º Amaro da Costa (entre os 2 hospitais) e Rua Cláudio Mesquita Rosa; adjudicação dos trabalhos a realizar no âmbito do projecto Vias Augustas - trabalho para edição de monografia e preparação de exposição arqueológica, à firma Clepsidra Arqueologia, Lda., pelo valor de 67.538,00€+IVA; Adjudicação dos projectos de concessão de elementos escultóricos, alusivos aos Mascarados e ao Cão de Gado Transmontano, ao Escultor Manuel Barroco, pelo valor unitário de 74.800,00€+IVA. *Um dos elementos a ser inaugurado no dia 25 de Abril de 2008 e o outro no dia 25 de Abril de 2009*; aprovada a adjudicação definitiva da

empreitada de execução de infraestruturas do Loteamento de S. Tiago – 1.ª fase à firma, Sincof - Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda., pelo valor de 508.410,20€+IVA; intenção de adjudicação de empreitada de repavimentação dos Bairros em Bragança, S. Tiago e Campelo, à Empresa Jeremias de Macedo & C.ª, Lda., pelo valor de 679.194,20€+IVA; adjudicação definitiva do projecto de apoio à pré-instalação do centro de inovação e elaboração do plano estratégico para a Eco-Cidade de Bragança, ao concorrente Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento de Inovação, S.A., pelo valor de 125.000,00€+IVA; - *Acerca do Plano, na minha intervenção com o Senhor Primeiro Ministro não fui tão localista como isso, quero lembrar aos senhores deputados que eu entreguei um dossier ao Senhor Primeiro Ministro relacionado com uma rede que designámos de Rede Ecocitras- Rede de Cidades Ecológicas Inovadoras de Trás-os-Montes num processo em que Bragança congregou as restantes cidades de Trás-os-Montes. Quer dizer, terminar uma intervenção do Senhor Primeiro Ministro entregando um documento desses! Oxalá ele seja aprovado* ; aprovada a adjudicação definitiva da empreitada de execução de pavimentações diversas em nogueira, Sarzeda, Lanção, Viduedo e Zoio, à firma Construtora da Huila – Irmãos Neves, Lda., pelo valor 86.155,00€+IVA, *em pequenos bairros onde habitam famílias de etnia cigana, era um trabalho que já vos tinha falado, que considerámos prioritário*; aprovada a abertura de concurso público, caderno de encargos e respectivo programa de concurso, para adjudicação dos trabalhos que constituem a empreitada de para a “ Repavimentação de Bairros em Bragança - Mãe D’Água e Coxa, estimando-se um orçamental no valor de 520.000,00€+ IVA, e envolvendo ainda a pavimentação da Rua Senhor dos Perdidos, a Rua Correia de Araújo (rua do Estádio Municipal), a Rua Visconde da Ribeira Brava, no Bairro do Campo Redondo e uma travessa sem topónimo no Bairro dos Formarigos.....

.....**4- Departamento de Serviços Municipais**.....

.....**4.1 - Divisão de Saneamento Básico**.....

.....De Janeiro a 16 de Julho, o abastecimento de água à cidade e aldeias limítrofes foi assegurado sem recorrer à água armazenada na Barragem de Serra Serrada (Montesinho), estando, nessa data, cheia (1,5 milhões de m3). A partir desta data e até 24 de Agosto, o abastecimento foi garantido a partir da barragem e das captações nos rios Sabor e Baceiro, data a partir da qual os sistemas foram suspensos por esgotamento.....

.....Desde o dia 24 de Agosto, o abastecimento foi assegurado exclusivamente a partir da barragem, até ao dia 3 de Novembro, altura em que foi possível reactivar os sistemas complementares por bombagem.....

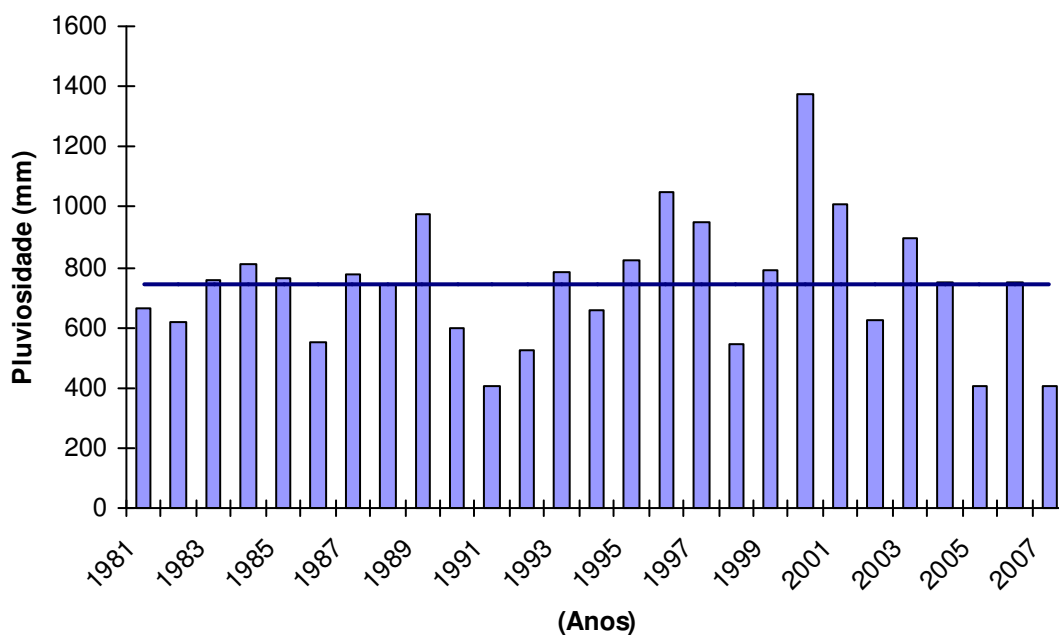
.....Apesar da gestão rigorosa, do aumento da população e da diminuição dos consumos, a Barragem tem, actualmente, 10% da sua capacidade máxima de armazenamento, o que

equivale a 40 dias de consumo garantido, contando com os actuais sistemas complementares e com os consumos actuais.

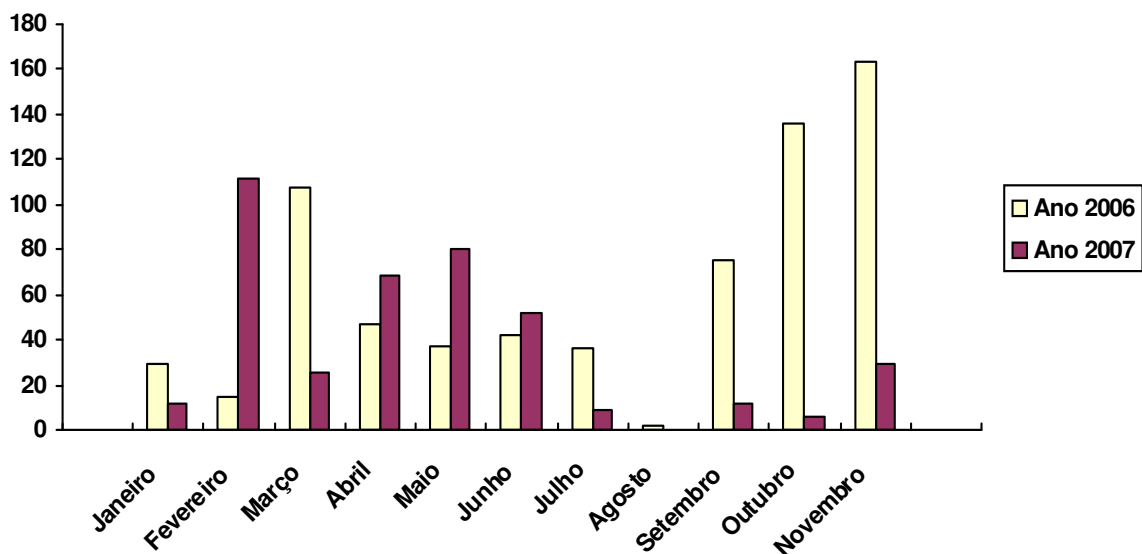
.....Se não chover, significativamente, nas próximas semanas, a situação aproximar-se-á da rotura total no abastecimento, situação da qual estivemos próximos na Primavera de 2005, apesar de as reservas de Inverno serem, substancialmente, superiores às actuais. A nossa preocupação adicional reside, sobretudo, no facto de estarmos num período de seca e sem previsões de chuva, podendo ocorrer um Inverno semelhante ao de 2004/2005.

.....Esta lamentável e penosa situação não ocorreria se a Barragem de Veiguiñas estivesse construída, tal como previsto há 20 anos, situação na qual nos temos empenhado de forma determinada desde Janeiro de 1998, estando, desde essa data, a Câmara Municipal em condições e total disponibilidade de proceder à sua construção, desde que a mesma tivesse sido autorizada.

PRECIPITAÇÃO NA CIDADE DE BRAGANÇA



.....**Em 2005 verificou-se uma situação pluviométrica extrema – Precipitação acumulada 54,5% da média anual dos últimos 25 anos.**

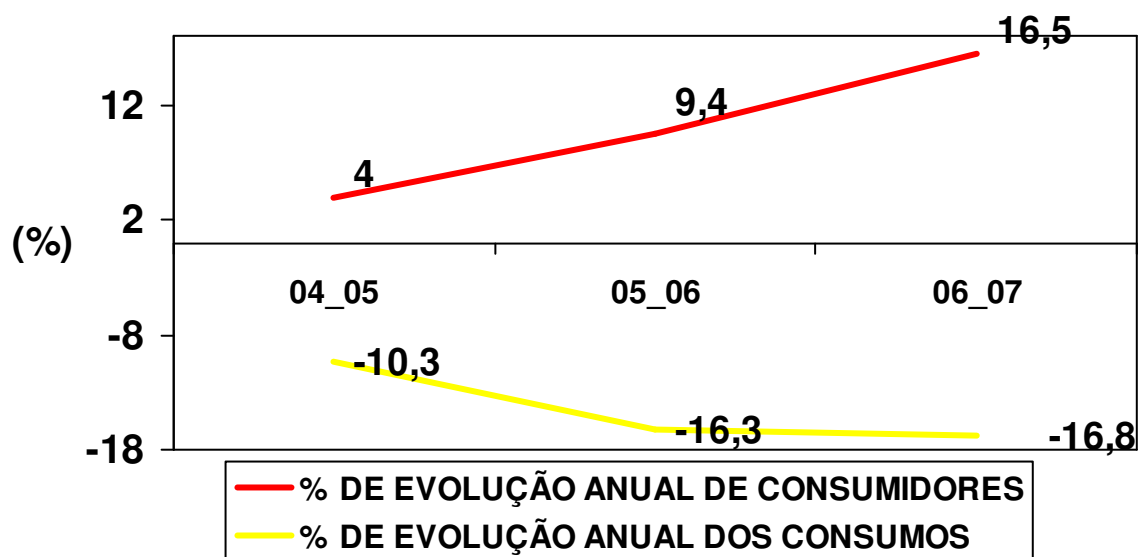


Em 2007 verificou-se uma situação pluviométrica extrema:

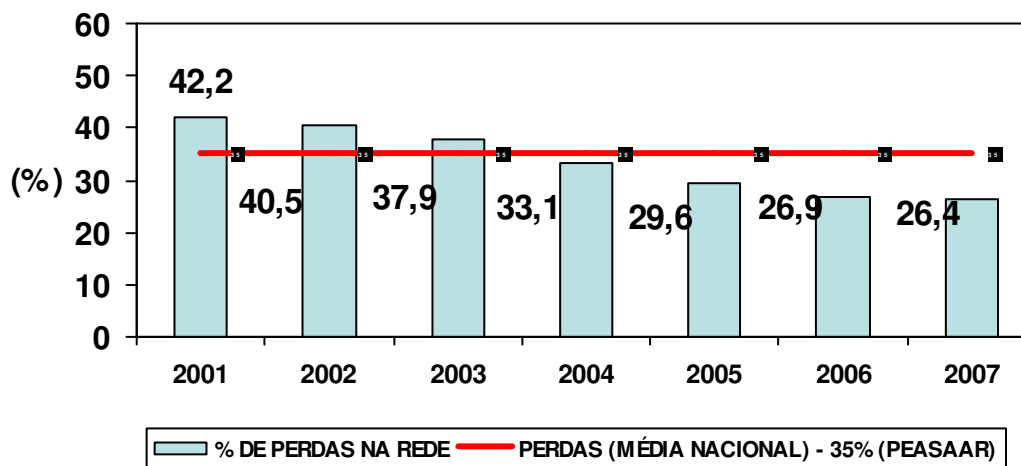
- Precipitação média anual é de 37 mm/m2
- Precipitação média nos últimos 5 meses é de 11 mm/m2

Situação comparativa entre dois mil e seis e dois mil e sete, final do ano de dois mil e sete não há chuva comparativamente ao ano anterior.....

COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL ENTRE O Nº DE CONSUMIDORES E OS CONSUMOS



EVOLUÇÃO ANUAL DE PERDAS DE ÁGUA NA REDE



.....A Câmara Municipal de Bragança tem estado, permanentemente, a acompanhar a situação, tendo já tomado medidas para impor regras de gestão da água e de sensibilização para o seu uso racional, tendo enviado carta a todos os municípios do Concelho, alertando-os da actual situação e reforçando o pedido de poupança da mesma.

.....A Câmara Municipal de Bragança tem, também, comunicado às entidades competentes esta possível situação de rotura total no abastecimento de água, concretamente através de ofícios de 16.11.2007 e 29.11.2007, enviados para o MOTDR, Presidentes da CCDRN, INAG, IRAR e ANPC. Foi, ainda, dado conhecimento das diligências realizadas e documentos enviados pela Câmara Municipal de Bragança ao Governador Civil do Distrito de Bragança, Director da Agência Portuguesa do Ambiente e ao Presidente do Conselho de Administração da ATMAD.

.....*Estamos com uma indicação das reservas de água na Barragem. A Barragem foi aberta a dezasseis de Julho de dois mil e sete. Até essa altura como é que se abasteceu a cidade? Abasteceu-se de água que vem das ribeiras laterais que acedem ao canal aberto. Toda a água que aflui depois da Barragem da Serra Serrada há muitas pequenas linhas de água, a água acede ao canal e essa água é toda aproveitada para fornecer a Bragança, ou seja, para não gastar água da Serra Serrada.*.....

..... *Além disso temos as captações no Rio Sabor e as captações em Cova de Lua e no Rio Baceiro. São captações que colocam uma quantidade significativa de água em Bragança.*

.....Se assim não fosse nós não teríamos capacidade de manter a Barragem de Serra Serrada fechada até dezasseis de Julho. Provavelmente logo que começou a chover e que a água não acedia lateralmente as pequenas linhas de água ao canal teríamos que abrir a barragem e estaríamos a abri-la a meio de Maio provavelmente.....

.....Mas conseguimos atrasar esse processo de abertura fruto desse exercício de utilização de água suplementar com outras origens.....

.....Saliento-vos que a água que é bombada directamente dos rios não pode ser tratada, tem que ser directamente colocada nos depósitos e aí fazer uma correcção a nível bacteriológico só, não sofre outros níveis de tratamento. De qualquer forma ela é permanentemente monitorizada, o processo de qualidade de água, e esses dados são transmitidos permanentemente ao IRAR que é a entidade Reguladora para saber que estamos a fazê-lo nessas circunstâncias, que não temos alternativa.....

.....Vou utilizar algumas projecções para vos falar sobre esta matéria, isto também para falar a verdade e a seriedade como é nosso timbre e como sempre fizemos aos deputados e cidadãos, não podemos fazer de outra maneira, mesmo que muita demagogia seja publicitada à volta deste problema. E quem o faz deve, no meu ponto de vista, emendar a mão porque as pessoas não bebem política, neste caso, têm que beber água porque a água é um bem essencial à vida.....

.....**Apresentação em Power Point**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

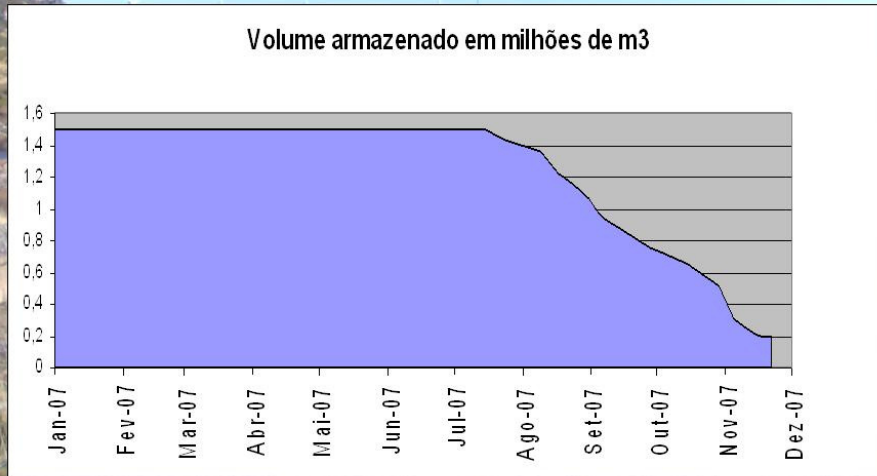
GESTÃO DO ABASTECIMENTO URBANO

SITUAÇÃO DE SECA – BRAGANÇA 2007

A água é um recurso escasso
Poupe-a



SITUAÇÃO DE SECA – BRAGANÇA 2007



BARRAGEM DE SERRA SERRADA
EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO - ANO 2007

A água é um recurso escasso
Poupe-a

.....Neste Gráfico estamos ainda com cerca de 10% da capacidade de armazenamento, sendo que à medida que se desce na utilização da água, a água perde imenso em qualidade. Portanto nós estamos também num processo de acompanhamento permanente, temos consciência disso e o IRAR monitoriza também connosco esse processo.....



SITUAÇÃO DE SECA – BRAGANÇA 2007

MEDIDAS DE GESTÃO IMPLEMENTADAS PELA AUTARQUIA

1- LIMITAÇÃO DE GASTOS A PARTIR DE RESERVAS ESTRATÉGICAS
(ALBUFEIRA DA BARRAGEM DE SERRA SERRADA)

2 – ACTIVAÇÃO DAS CAPTAÇÕES ALTERNATIVAS EM 10 JULHO ATÉ 24 DE AGOSTO (ESGOTAMENTO)

3 – ACTIVAÇÃO DAS CAPTAÇÕES ALTERNATIVAS DESDE DO DIA 3 DE NOVEMBRO

A água é um recurso escasso
Poupe-a

.....Aquilo que está escrito aqui, é a forma como se geriu a água durante o ano, no fundo limitar os gastos a partir de Serra Serrada, que é a reserva estratégica, levar até mais tarde possível, conseguimos levar a 16 de Julho, activamos captações alternativas até ao momento em que elas esgotaram, porque entretanto a capacidade de fazer bombagem de água dos depósitos subterrâneos de Cova de Lua e das captações do Rio Sabor, houve uma altura em que secaram, deixaram de ter capacidade, qualidade de água e tiveram que se fechar e aí é que entrou a Barragem de Serra Serrada em pleno para o fornecimento.
 Mais tarde, suponho que dia 3 de Novembro, as captações voltam a evidenciar capacidade, as captações do Rio Sabor e em Cova de Lua e nós voltamos a reactivar essas captações, que contribuem com uma parte significativa para os consumos.



.....O sistema do Alto Sabor tem a Barragem de Serra Serrada, tem uma central de gralhas que não está activada, tem o açude de gralhas 1, é uma pequena reserva de água que não consegue entrar no canal, é uma reserva última para dez dias, que corresponde a uma reserva de dez dias, na pior das hipóteses se fosse necessário meteríamos várias motobombas dos bombeiros transferindo água para o canal. É um pequeno açude, ali acedem várias pequenas linhas de água que nos permitem turbinar ainda durante o final da primavera.

.....Têm do lado esquerdo a Barragem de Veiguiñas que não está construída, têm uma conduta forçada que está desenhada a preto, tem a central de Montesinho onde toda a água que vem para Bragança é turbinada. Toda a água que se consome, excepto aquela que entra à superfície pelo canal, ou de alguma linha de água depois da central, ainda entram pequenas linhas de água, é toda turbinada.

.....Depois, de seguida, temos um troço que vai à tomada de carga, da tomada de carga continua o canal até aquela bolazinha em baixo, que corresponde à tomada de carga para a central de Prado Novo, aí entra uma conduta forçada em ferro fundido que vem à central de Prado Novo, está desenhada com aquele quadrado amarelo em baixo. E antes deriva uma conduta (a preto) que é a conduta que vem para a Estação de Tratamento de Águas de Montesinho.

.....Pois bem, o que vou dizer a seguir é demonstrar que a gestão de água é feita por parte dos serviços da Câmara com elevado sentido de responsabilidade. Eu já hoje de manhã disse, felizmente, a Câmara tem pessoas com elevado sentido de responsabilidade, muita dedicação e muita entrega àquilo que fazem. Vou demonstrar, contrariamente ao que é afirmado publicamente pelo Partido Socialista, erradamente, porque podiam ir informar-se dos dados, avaliá-los, e se fosse preciso penalizar penalizavam, fazendo dessa forma eu acho que é uma atitude que prejudica os cidadãos em geral, que prejudica a evolução deste processo e introduz mensagens contraditórias. E isso não é justo, não é razoável.

..... Vou então demonstrar-vos o seguinte:

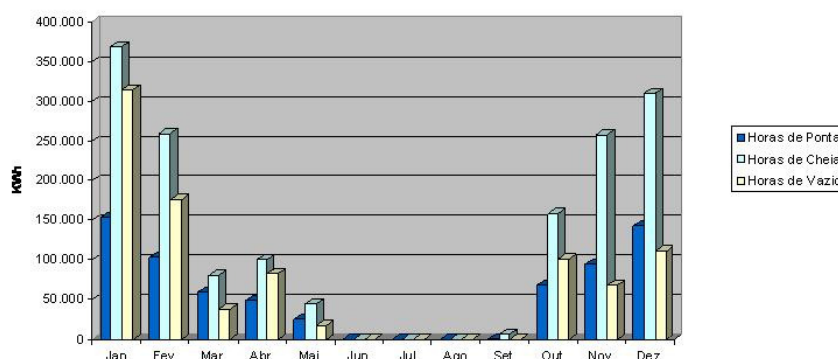


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DO PRADO NOVO – ANO 2004

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	J u n	J u l	A g o	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	153.005	103.447	58.904	48.915	25.314	0	0	0	621	68.012	94.011	142.695	694.924
Horas de Cheia	369.056	259.755	80.367	100.124	44.584	0	0	0	5.985	158.552	257.745	309.892	1.586.060
Horas de Vazio	314.429	175.863	37.907	82.433	17.444	0	0	0	49	100.954	68.009	111.208	908.296
	836.490	539.065	177.178	231.472	87.342	0	0	0	6.655	327.518	419.765	563.795	3.189.280

Produção em KWh da Central do Prado Novo para o ano de 2004



.....No ano de 2004, durante o verão, nós não podemos turbinar água, como é óbvio. Não podemos por a central de prado novo a funcionar, porque a água tem que vir directa à estação de tratamento, e portanto só turbinámos água durante a fase de Janeiro enquanto chove. E portanto, deixou de chover deixamos de turbinar.

.....Aproxima-se o Outono/Inverno voltamos a turbinar. O que é que turbinámos? O excedente de água. Só água que galga a barragem pelo descarregador em Serra Serrada e aquela que aflui pelas linhas de água. Só essa! A barragem está sempre cheia. Nós nunca corremos o risco de a baixar um centímetro.

.....Só o que excede é que é turbinado, para não desperdiçar como é óbvio, utilizando a energia.

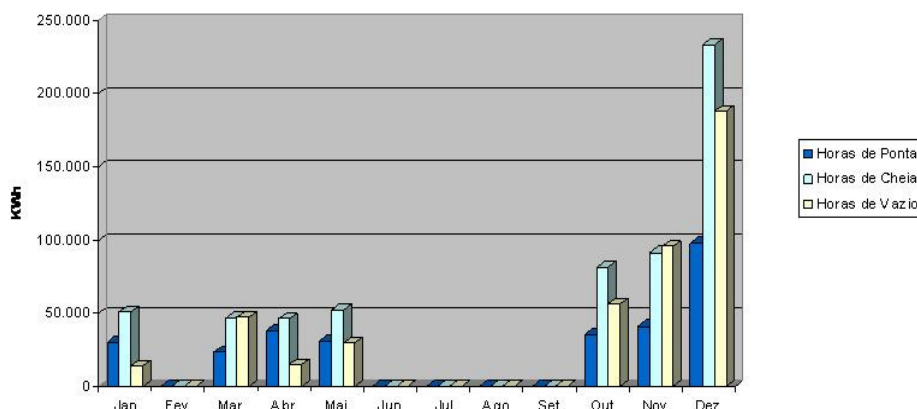


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DO PRADO NOVO – ANO 2005

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	30.275	0	23.075	38.568	30.856	0	0	0	0	35.791	41.253	97.896	297.714
Horas de Cheia	50.539	0	46.782	46.027	51.903	0	0	0	0	81.647	91.556	233.816	602.270
Horas de Vazio	14.006	0	46.992	15.047	29.613	0	0	0	0	56.339	95.761	188.368	446.126
	94.820	0	116.849	99.642	112.372	0	0	0	0	173.777	228.570	520.080	1.346.110

Produção em KWh da Central do Prado Novo para o ano de 2005



.....Passamos ao ano de 2005, em 2005 praticamente não houve turbinagem na fase inicial do ano, porque tivemos um ano difícil, no verão não houve absolutamente nada, o Inverno de 2005 já foi um Inverno de muita chuva, turbinou-se bastante.

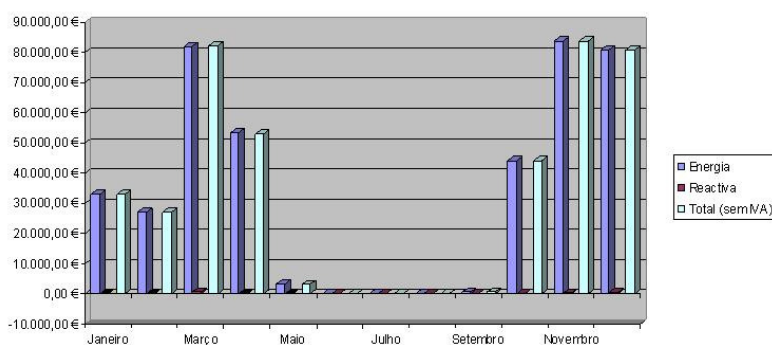


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DO PRADO NOVO – ANO 2006

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	77.970	127.350	193.406	104.781	6.100	0	0	0	808	99.523	181.676	164.186	955.800
Horas de Cheia	128.760	184.800	403.796	321.410	22.890	0	0	0	3.958	221.374	439.860	421.387	2.148.235
Horas de Vazio	73.650	76.560	452.928	252.778	10.211	0	0	0	0	244.167	419.478	421.175	1.950.947
	280.380	388.710	1.050.130	678.969	39.201	0	0	0	4.766	565.064	1.041.014	1.006.748	5.054.982

Total em Euros da produção da Central do Prado-Novo ano 2006



.....Passámos ao ano seguinte, 2006, no ano de 2006 tivemos um início de ano com muita chuva, um verão seco, final do ano com chuva. O que fizemos? Turbinámos os excedentes de água. Não utilizamos a central de Prado Novo para produzir energia na altura em que não podíamos.....

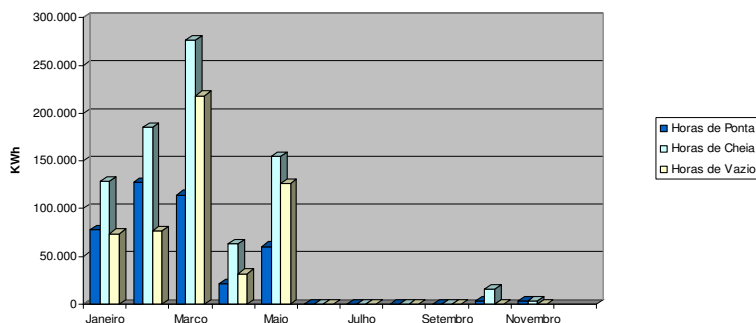


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DO PRADO NOVO – ANO 2007

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas de Ponta	77.970	127.350	114.361	21.531	60.261	0	0	0	0	2.998	3.366	
Horas de Cheia	128.760	184.800	276.570	63.101	154.567	0	0	0	0	15.769	3.435	
Horas de Vazio	73.650	76.560	218.552	31.843	126.139	0	0	0	0	0	0	
	280.380	388.710	609.483	116.475	340.967	0	0	0	0	18.767	6.801	0

Produção em KWh da Central do Prado Novo para o ano de 2007

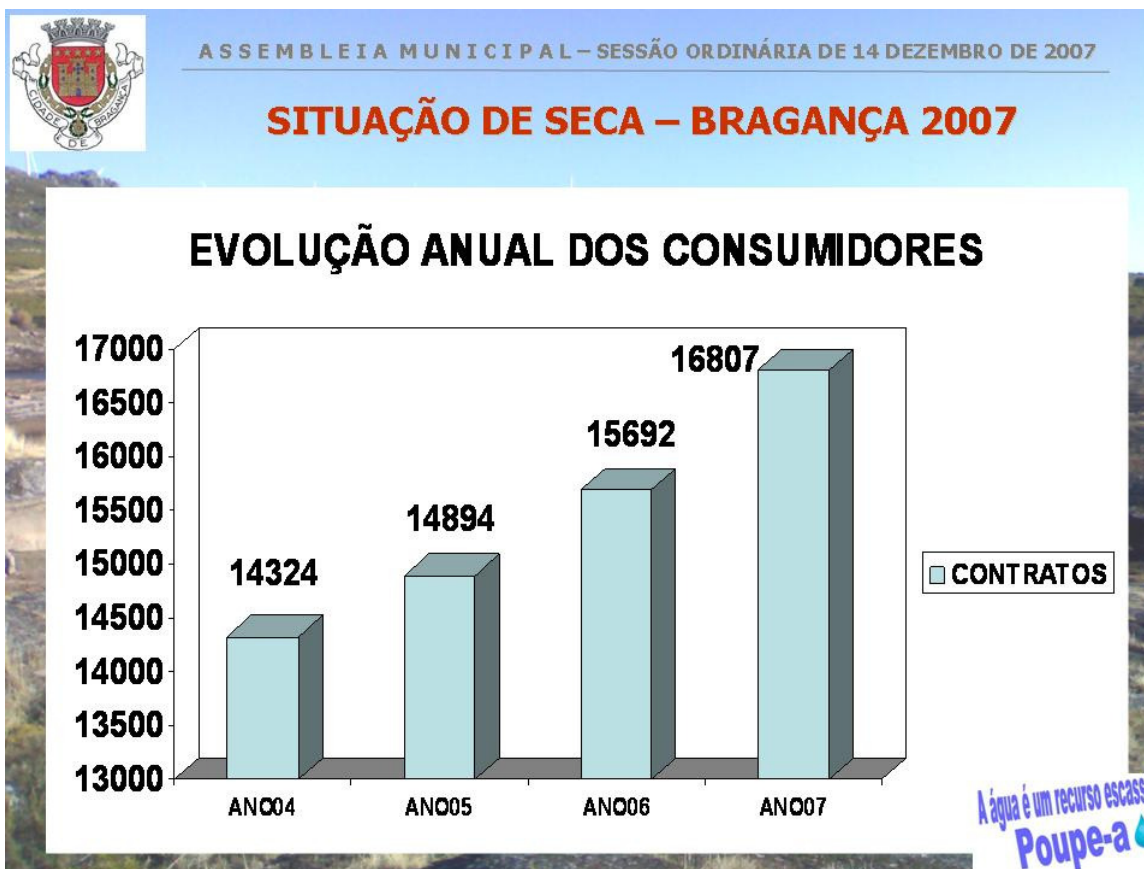


.....Em 2007 tivemos um início do ano exactamente da mesma maneira, choveu, turbinámos excedentes. Deixou de chover a barragem ficou cheia, não há excedentes, ali se manteve até ao dia 16 de Julho. Chegámos ao Inverno e não turbinamos. Temos ali duas pequenas notazinhas de turbinagem que correspondem ao esvaziamento do canal e da conduta para fazermos operação de manutenção da conduta forçada, que estava com uma fuga numa junta, situação que o Mensageiro publicitou. Tratou-se de uma operação que não podia ser feita de outra maneira. Em vez de deitar-mos a água fora ela passava pela turbina e pelo menos pagou a reparação da conduta. Estes dados que vos estou a projectar são os dados lidos pela EDP. Não são os dados feitos por nós, porque quem faz a leitura da produção energética é a EDP, EDP que nos fornece os dados da contagem e nos permite fazer a facturação.....
..... Portanto é assim, mais claro do que isto, espero que de uma vez por todas se entenda este processo porque hoje estamos nós na Câmara, amanhã pode estar outra força política qualquer e não será diferente. Enquanto não existir....

.....**Presidente da Câmara** - Não se sabe quando...
.....Mas quando estiver Veiguinhas o exercício de racionalidade tem que ser feito da mesma maneira. Tem que ser feito. Este é um problema técnico, não é um problema político. Quer dizer, é um problema político na decisão de não deixar construir Veiguinhas.
.....Passámos à parte da frente, que é a parte que nos interessa agora.....

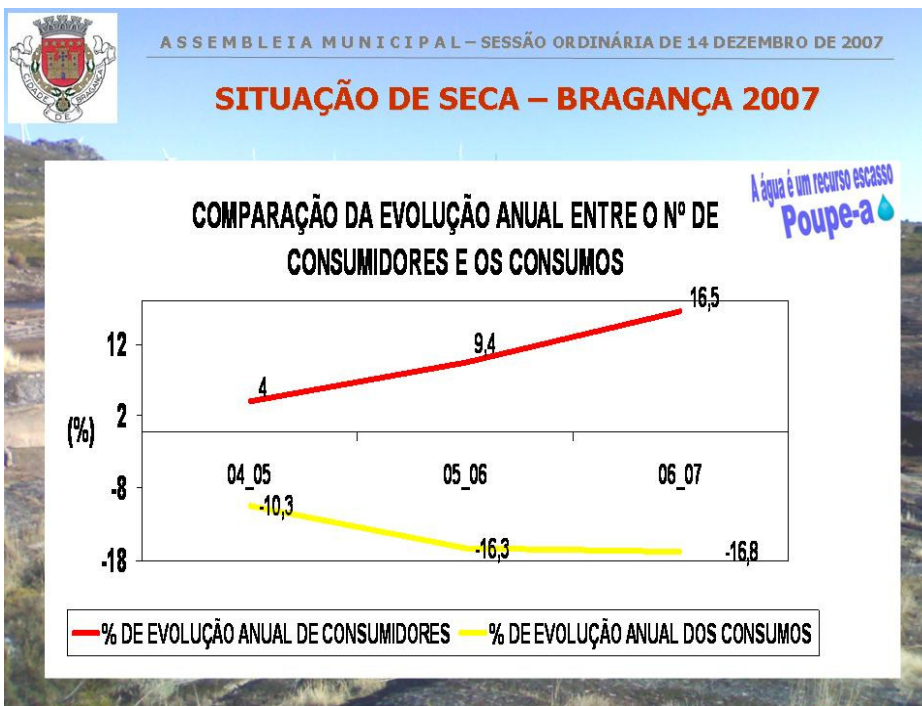


.....Estamos a referenciar 2004/2007, o número real de aumento de consumidores nesse sistema anda na ordem dos 2 500 contratos, o que corresponde a mais de 5 000 consumidores.



.....O que é que tem acontecido com os consumos? Verificamos que globalmente, não estou a dizer em termos unitários, globalmente, este número de consumidores, os anteriores mais os cinco mil e tal que acresceram gastam menos quase 17% de água. O que é que quer dizer? Quer dizer que os cidadãos são responsáveis, têm uma atitude de cidadania muito forte perante este problema, perante este e outros, mas particularmente perante este e decidiram e entenderam a mensagem de apelo que a Câmara de Bragança fez em 2004/2005.....

.....A partir daí tem sido um exercício de contenção no gasto de um bem que é um bem essencial à vida. É isso que surge no gráfico seguinte.



.....Neste gráfico o crescimento do número de contratos e a diminuição global dos consumos. Este exercício os cidadãos têm-no feito, têm entendido a Câmara de Bragança e têm percebido que Bragança não faz política com este problema da água. Procura é resolvê-lo correctamente, porque quando se faz política de forma errada com mensagens erradas, os cidadãos não olham para esse lado, olham para o outro lado. Eles neste caso estão a olhar para o lado da Câmara de Bragança.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

SITUAÇÃO DE SECA – BRAGANÇA 2007

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO JUNTO DOS DIVERSOS SECTORES DA POPULAÇÃO PARA OS BENEFÍCIOS DA POUPANÇA E DO USO RACIONAL DA ÁGUA.

REGULAMENTO PARA POUPAR-ÁGUA

- 1. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O CABELO, O ROSTO OU AS MÃOS.
- 2. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O CARRO.
- 3. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O VASO SANITÁRIO.
- 4. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O ROSTO.
- 5. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O CORPO.
- 6. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O DENTE.
- 7. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O COTOVELO.
- 8. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O PÉ.
- 9. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O OLHO.
- 10. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O ORELHÃO.
- 11. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O NARIZ.
- 12. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR A BOCA.
- 13. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O COTOVELO.
- 14. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O PÉ.
- 15. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O OLHO.
- 16. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O ORELHÃO.
- 17. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR O NARIZ.
- 18. NÃO DEIXAR O CHUVEIRO ABERTO QUANDO SE LAVAR A BOCA.

POUPAR, É URGENTE ... DEPENDE DE SI!

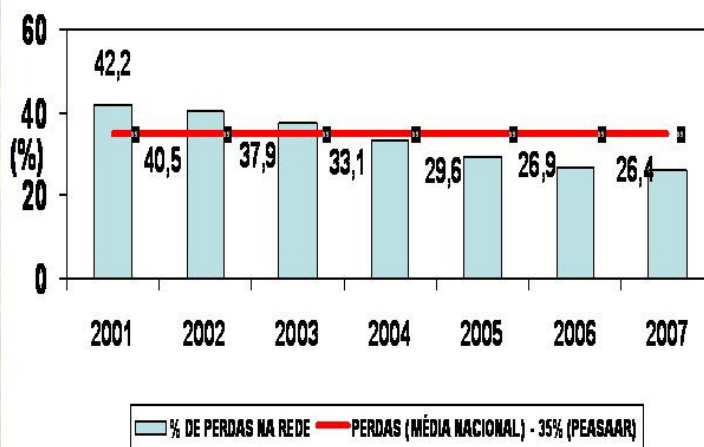
A água é um recurso escasso
Poupe-a

.....Estas são algumas das mensagens que foram passadas. Podemos prosseguir.



SITUAÇÃO DE SECA – BRAGANÇA 2007

EVOLUÇÃO ANUAL DE PERDAS DE ÁGUA NA REDE



A água é um recurso escasso
Poupe-a

.....Esta é uma outra nota que temos que vos deixar presente. Será que a Câmara desperdiça muita água? Gere mal? Não, não gere mal. Nós em 2001 já vínhamos a recuperar muito em termos de eficácia na gestão de redes, estávamos ainda com uma relação entre a água que era fornecida à rede e aquela que era paga pelos cidadãos de 42,2%, ou seja, havia 42,2% de água que desaparecia "entre aspas", ou que se perdia em fugas, ou que era em consumos furtivos, ou que era gasta em jardins, etc. A média do país neste âmbito é de 35%. Nós chegamos a 2007 com 26,4%, um bom indicador de que estamos a caminhar no sentido dos desafios que a Administração Central tem indicado aos Municípios.

.....Porquê esta eficácia na gestão? Porque temos feito uma forte renovação da rede de distribuição, na empreitada do Bairro de Santiago e Campelo, por exemplo, vai ser substituída toda a rede de águas. Vai-se meter uma rede nova, vai-nos custar muito mais dinheiro. Não é uma rede tão antiga como isso, mas temos alguns problemas, e o que temos de fazer é meter uma rede nova para não perder água. Vamos fazê-lo.

..... Fizemos uma deteção e reparação eficiente de rupturas de água. Hoje os serviços da Câmara têm piquete permanente e é prioridade absoluta a resposta a essas situações. Não há hoje uma empresa que faça o rebentamento de uma conduta, quando faz a escavação para

uma construção, que não pague a totalidade da água que é desperdiçada. Ela é contabilizada pelo tempo em que a ruptura não foi reparada. E toda a gente paga. Não é dureza, isto é justiça nesse âmbito, mas também firmeza.

.....Leituras mensais mais frequentes para que os consumidores percebam como é que estão os seus gastos e ajudá-los a gerir este processo.

.....Controlo regular dos consumos em edifícios de espaços públicos. Não temos um edifício da Câmara que não tenha um contador. Não temos um jardim que não tenha um contador, mas deixem que vos diga, os jardins não são regados a partir da água da rede! Todos os furos alternativos que existiam antigamente nos Bairros, Formarigos, etc., para abastecer os bairros foram reconvertidos, ou outros feitos de novo, é o caso do jardim de Bartolomeu de Gusmão, com construção de depósitos. O caso da Braguinha, com a construção de furo e depósito, para não gastar água de rede. Hoje temos consumos alternativos, excepto o jardim da zona do castelo, onde não temos condições para fazer um furo.

..... Portanto há um rigor muito grande nesse nível, mesmo na água que não é tratada, mesmo na água bruta também temos esse controlo com os consumos e preparamo-nos para um sistema de telegestão. Todo esse processo está em base de informação geográfica já neste momento. Os serviços agem com sentido de elevada responsabilidade e muito profissionalismo.....

..... Temos também outras situações que são a execução de novos sistemas de captação, de que já falei, acções de sensibilização, actuação sob o tarifário. Tivemos também que actuar sob o tarifário, aumentando-o um bocadinho mais. Numa situação mais grave é inevitável que vamos ter que actuar novamente sob o tarifário.....

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE BRAGANÇA

- 6 cenários distintos e respectivas medidas
- Compensar os esgotamentos na adução de água (ETA e sistemas complementares do Sabor e Cova de Lua)
- Opção mais viável e concertada, a de transportar água tratada do sistema, em alta, do Azibo, directamente para os reservatórios de S. Bento e Mãe D'Água
- Transporte com recurso a camiões cisterna com a capacidade de 30 a 32 m³

A água é um recurso escasso
Poupe-a

.....Plano de Contingência – elaboramos um plano de contingência que foi submetido a discussão junto do responsável do Ministério do Ambiente, Instituto Nacional da Água, Comissão de Coordenação da Região Norte, Protecção Civil Distrital, Protecção Civil Nacional e ICN.

..... Reunimos ontem na Câmara Municipal, o Plano de Contingência foi aprovado, nós já tínhamos accionado o nível 1, o nível 1 serviu-nos para testar meios, para testar tempos, para testar a eficácia, digamos do próprio plano. Esse nível 1 está em execução, ontem a Comissão que reuniu connosco, o conjunto de entidades responsáveis, achou que devíamos passar mais cedo para um nível superior. Então a decisão foi de que no dia 18 passaremos para o nível 4A.

..... O nível 4A triplica os meios, os meios de transporte, obriga a ter algumas reservas de transporte, meios, camiões de reserva, pode haver acidentes, pode haver avarias, pode haver necessidade de mudar pneus, óleo, seja o que for, 14 motoristas disponíveis, doze auxiliares para acompanhar os motoristas, mais os recursos humanos necessários nas cargas e descargas e nas tomadas de água.

..... De onde é que vem a água? Vem do Azibo, não da barragem, nós vamos captar água tratada, água tratada para meter nos depósitos. E porque é que vamos buscar água tratada? Porque não é possível por exemplo ir buscar água bruta a Gostei, porque os camiões não têm capacidade de aceder à estação de tratamento, e portanto a alternativa era vaziar a água na barragem de Serra Serrada e metê-la num circuito onde se perderia imenso, e onde gastávamos muito mais tempo, dependendo muito mais recursos.

..... Felizmente que no sistema do Azibo, estamos no Inverno, os consumos são baixos e há essa disponibilidade para nos fornecerem água tratada. E conseguimos fazê-lo num prazo muito mais curto. Além de que, nos cenários de contingência, não encaramos a hipótese sequer de fazer cortes de água à população, porque os cortes de água trazem-nos problemas de outra gravidade. Deixam-nos as redes sem pressão, podem ser geradoras de um conjunto de desequilíbrios e de rupturas que nos traz muito mais problemas de perda, de afectação de meios e mais problemas para os cidadãos. Portanto, vamos jogar num cenário de transporte de água total, se for necessário, com um apelo muito forte à população.

.....Evidentemente que ao passarmos agora proximamente para um nível intermédio, e foi essa a orientação que saiu ontem da reunião, tem em vista o seguinte, tem em vista prolongar o máximo que se puder as reservas que existem actualmente, respectivamente dos furos, não estar a pressionar tanto as captações subterrâneas, nem sequer a barragem de Serra Serrada. Para quê? Para tentarmos, digamos, prolongar este processo até apanhar um período de chuva. Porque se tivermos de entrar num pico de utilização de meios a situação torna-se muito complexa em termos de meios. Hoje mesmo, nesta hora, na sequência da reunião de ontem estão a reunir na Câmara de Bragança as Associações de Bombeiros do Distrito, respectivos Comandos, para operacionalizar esta operação até terça-feira.

.....Paralelamente e de seguida, estará a Protecção Civil fora do Distrito a encontrar outros meios capazes de nos poderem disponibilizar homens, camiões cisterna, etc., para conseguirmos manter de pé esta logística e esta operação sem ter que passar por uma situação que seria provavelmente objecto de primeira página a nível europeu. Num país europeu ter uma capital de Distrito à míngua, até parece que os Bragançanos não são portugueses, que Bragança não é Portugal. Se esta situação acontecesse em Lisboa soavam os alarmes vermelhos todos na Secretaria de Estado e nos Gabinetes dos Senhores Ministros e no dia seguinte estavam tomadas decisões.

..... Para nós é um caminho penoso, que nos desgasta, pessoalmente, fisicamente, intelectualmente e de recursos. Esta é uma situação que nós não podemos estar dispostos a colaborar. É impossível manter esta situação e por isso a Câmara Municipal decidiu já, se o estudo de impacto ambiental, agora reiniciado para Veiguinhas, com um pedido de declaração de utilidade pública para esse projecto, processo que foi iniciado no ano de 2005 e que não houve capacidade das águas de Trás os Montes e Alto Douro fazerem vingar esse processo. Desta vez nós pedimos às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, reduzam o prazo de elaboração do estudo de impacto ambiental. Paralelamente desenvolvam o processo com vista à declaração do reconhecimento de interesse público do Projecto e antecipem, garantam que a construção de Veiguinhas ocorre no final de 2008. Se a situação de intolerância persistir, a Câmara de Bragança já o decidiu, vai dar a palavra aos cidadãos, vamos saber como é que este problema se resolve.

.....Em traços gerais é esta a informação que tenho para vos dar sobre a situação da água que nós pensamos estar a gerir com muito cuidado, as instituições que participaram connosco, do Ministério, não fizeram reparos nem correcções aquilo que os serviços têm feito, os serviços da Câmara, recomendaram-nos sim aquilo que vos disse, que se passe para um nível mais elevado do Plano de contingência, porque isso nos pode facilitar numa fase subsequente.

.....**Segue-se a continuação do discurso que foi distribuído aos membros.**

.....No âmbito da **Secção de Águas**, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: NERBA – execução das ligações para a Norçaça/Norpesca 2007; colocação de bocas-de-incêndio no Bairro do Couto; concluída a empreitada “Execução da rede de abastecimento de água na Estrada do Turismo”

.....Na área rural, destacam-se os trabalhos nas aldeias de Martim – execução de captação; Vila Nova – execução de captação com substituição de conduta até ao reservatório e colocação de bóia; Rabal - execução da derivação e colocação de conduta até ao reservatório, para fornecimento de água da ETA; Sacoias: execução da conduta de água desde o reservatório antigo até ao reservatório novo;

Gimonde: execução do prolongamento da conduta de abastecimento de água ao longo da Estrada Nacional; Vale de Lamas – prolongamento da rede de abastecimento de água.....
.....Encontram-se em execução outros trabalhos, “Fornecimento de reservatório de 50m³ e ligação á rede pública na aldeia de Sacoias”; abertura do concurso e início da empreitada: ”Conclusão da rede de saneamento básico na aldeia da Aveleda”

..... No âmbito da **Secção de Saneamento**, relativamente à área urbana, realizaram-se 72 trabalhos de desobstrução e 30 limpezas de fossas, procedeu-se também, à reparação de colectores das águas residuais domésticas e pluviais nas Ruas da Nogueira e dos Gatos. De salientar, ainda, o início da execução do emissário na aldeia de Vale de Lamas e a conclusão da empreitada: “Conclusão da execução da rede de saneamento básico na aldeia de Sortes”.

No âmbito desta Divisão salientam-se a aprovação da contratação de serviços de controlo de qualidade da água destinada a consumo humano e para as Piscinas Públicas Municipais, serviços adjudicados, por três anos, ao Laboratório LRTM – Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda., pelo valor de 182.411,92€, já com IVA.

.....Tendo em vista a **compensação financeira das Juntas de Freguesia**, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Março, Abril, e Maio de 2007, foram aprovadas as seguintes transferências de verbas: Aveleda - 1.110,00€; Babe - 1.110,00€; Castro de Avelãs - 1.160,00€;..... Coelhoso - 2.930,00€; França - 1.790,00€; Grijó de Parada – 1.870,00€; Izeda – 6.470,00€; Nogueira – 2.040,00€; Outeiro – 3.210,00€; Pinela – 1.340,00€; Pombares -180,00€; Quintela de Lapaças - 700,00€; Rebordãos - 2.700,00€; Rio Frio – 1.550,00€; Salsas - 1.590,00€; S. Pedro dos Serracenos - 2.740,00€; Sortes – 1.060,00€

.....**4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente**

.....Esta Divisão nas suas actividades de prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

.....No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m²/hab.), em termos de execução e manutenção destes, foram realizados diversos trabalhos, com destaque especial para o acompanhamento dos trabalhos de paisagismo relativos à Avenida Cidade de Zamora; Parque Bartolomeu de Gusmão e Jardim da Brasileira; Teatro Municipal, Lar de Idosos de S. Pedro de Serracenos; Parque da Braguinha; Canteiros em Vale D´Álvaro; Rua 5 de Outubro; Bairro Artur Mirandela; Separador da Av. Pavillon Sous Bois; Praça D. João Paulo II; Rotunda Flor da Ponte; Eixo Atlântico, Praça Cavaleiro Ferreira, Jardim António José de Almeida, Braguinha, Sabor e Campo Redondo.

.....Destaca-se, também, a plantação de 3.200 flores de Inverno (amores-perfeitos) no Jardim António José de Almeida, Rotunda Flor da Ponte e floreiras do núcleo central urbano. ...

.....No **sector da manutenção urbana**, de referir como trabalhos mais significativos, a colocação de 26 sinais novos e 11 por vandalismo, 2 pilaretes retrácteis; 8 prumos; 11 sinais de paragem de STUB; reposição e rebaixamento de passeios junto a passadeiras; colocação de redutores de velocidade; recolocação de 3 papelarias; remoção de grafites; colocação de mupis; manutenção de parques infantis e montagem/desmontagem de palcos.....

.....Relativamente à **actividade veterinária** procedeu-se à captura de 12 canídeos, com abate de 12, vistoria a 11 veículos de transporte de bens e 8 acções de fiscalização a estabelecimentos.

.....Na **gestão cemiterial** destacam-se a manutenção e limpeza de arruamentos e talhões dos Cemitérios Municipais, as inumações (Santo Condestável – 3 e Toural – 5); digitalização geográfica da totalidade dos talhões e sepulturas do Cemitério do Toural. Aprovada a venda, em hasta pública, de sepulturas e jazigos abandonados no cemitério do Toural (talhões 12,14,15 e 17).

.....Em termos de recolha e tratamento de **resíduos sólidos urbanos** (RSU's), indicar a recolha de 1.351,40 ton. em Setembro e 1.449,58 ton. em Outubro, a triagem de 55,80 ton. em Setembro e 55,96 ton. em Outubro. No âmbito da recolha selectiva, esta representou 49,60 ton. em Setembro e 55,96 ton. em Outubro.....

.....Na **gestão florestal** foi feito o acompanhamento dos projectos Agris na Serra da Nogueira, totalizando 25 hectares intervencionados pelas equipas dos Serviços Prisionais e do projecto Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente, na elaboração das Cartas de Riscos Naturais e Tecnológicos e definição do Sistema Informático de acompanhamento de situações de emergência e execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

.....Finalmente, referir que durante os meses de Setembro e Outubro, verificou-se um custo de 1.935€ de reposição de situações de vandalismo, compreendendo a reposição de árvores, tutores, papelarias, sinais, prumos e pilaretes.

.....**4.3 - Divisão de Transportes e Energia**.....

.....**4.3.1 – Comunicações e Energia** - *Está em fase de conclusão a instalação de painéis solares para aquecimento de água das piscinas, investimento com alguma dimensão mas pensamos que será amortizado em seis, sete anos*.....

.....Até 31 Outubro, no que à produção de energia eléctrica diz respeito, verificou-se um decréscimo de 2.91% relativamente, a igual período do ano anterior.

.....No período, foram colocados 179 pontos de luz e 65 postes, num investimento global para a Autarquia no montante de 11.618,51€+IVA; verificou-se uma redução de gastos com comunicações, em valor médio, de 12,5% e de energia eléctrica de 2,5%, atingindo a factura de iluminação pública, no final do mês de Outubro, o valor de 498.990,73€, com tendência de crescimento de cerca de 4% relativamente ao ano de 2006.

.....Está em fase final de instalação, o sistema de aproveitamento de energia solar para aquecimento de água para as piscinas Municipais, principal equipamento em termos da factura energética, investimento este, que será recuperado em poucos anos.

.....Está a decorrer o concurso com vista à execução de infra-estruturas eléctricas de iluminação do Estádio Municipal, estimando-se em 225.000,00€+IVA o valor dos trabalhos; foi executada uma empreitada de reforço da iluminação das margens esquerda e direita do Rio Fervença, entre o parque de desportos radicais e o primeiro moinho, trabalhos já executados, estando a decorrer os trabalhos de reforço da iluminação junto do edifício principal da Câmara Municipal. E faremos proximamente a iluminação de uma rua que está entre os edifícios do Hospital, também não tem iluminação nenhuma. Além de um conjunto de iniciativas de melhorias da iluminação pública na área rural.....

.....**4.3.2 – Transportes Urbanos** – Foi aprovada a reestruturação das linhas rurais, processo a implementar em Janeiro, garantindo ajustamentos necessários nos horários, de modo a servir melhor algumas aldeias do Concelho, as quais não eram servidas por transporte público ou privado. Trata-se, face ao estudo de avaliação do desempenho dos transportes, elaborado por equipa externa, de assegurar melhor serviço, rentabilizar melhor os meios, reduzir desperdícios e aproveitar melhor os recursos humanos.

.....Está em fase de instalação a colocação de novas placas de paragem e o fornecimento de mais oito abrigos urbanos. Foram realizadas acções de formação específicas a alguns motoristas, para o transporte colectivo de crianças. Tendo em vista um melhor serviço de informação aos utentes, foi criado o site dos transportes urbanos (www.stub.com.pt). Foi iniciado o processo com vista à aquisição de três novos autocarros, para substituição dos mais antigos da frota.

.....**4.3.3 – Aeródromo/transporte aéreo** – A revisão do Plano Director está em curso, prevendo-se nas próximas semanas a entrega dos estudos. O sistema do VOR/DME está em execução, estando em fase de certificação o equipamento. Foi preparada a certificação do serviço AFIS (torre de controle), aguardando-se a certificação pelo INAC; foram regulados os PAPIS da pista 02 pela ANA. Foi aprovado o projecto de construção de um hangar para instalações da Empresa Aeronorte.

.....Tem sido assegurado o serviço de apoio às ligações aéreas entre Bragança e Lisboa, nas quais continua a verificar-se alguma irregularidade por dificuldades da empresa, que desde o início do ano levou ao cancelamento de 106 voos.

.....**4.3.4 – Estação Rodoviária e Estacionamento** – O movimento na estação rodoviária, indica-nos, que desde o início do ano, terão embarcado e desembarcado acima de 105.000 passageiros, 12.286 entradas e saídas de autocarros, a que acresce o movimento STUB com acesso a E.R. 24.816 entradas e saídas. Nos parques subterrâneos estão registadas cerca de 400.000 entradas.

.....**5 - Outros assuntos**

Protocolo de Colaboração no âmbito do Projecto “Ouvir e Ver é Crescer”, entre a Câmara Municipal de Bragança e a Sub-Região de Saúde de Bragança – Aprovado o referido protocolo pelo qual a Autarquia de Bragança disponibiliza alojamento para estagiários da área da saúde, os quais irão proceder ao rastreio de audiologia das crianças com idades entre os 5 e os 6 anos.

.....Aprovada a proposta de reavaliação da parcela de terreno, com 26.829,50 m², a destacar da Quinta da Trajinha, Freguesia de Santa Maria, para construção do Centro de Saúde de Santa Maria em Bragança, aceitando o novo montante proposto pelo avaliador para o terreno, fixado em 180.000 euros, com base na diminuição do índice de construção para 0,15, de acordo com o deliberado pela C.M. de Bragança para a Zona da Trajinha.

.....Decorreu entre os dias 5 e 11 de Novembro a 1.ª Edição da “Norcastanha”, a qual decorrer no Mercado Municipal de Bragança, certame que teve assinalável êxito, não só em termos de adesão do público, como pelos objectivos atingidos de promoção da fileira da castanha, nas vertentes da produção, transformação, investigação científica e tecnológica, da gastronomia e da cultura.

.....Aprovado o Orçamento do Mercado Municipal de Bragança – E.M. para o ano de 2008, estima-se que os proveitos operacionais atinjam no próximo ano o valor de 258.429,29€, dos quais 49% provêm da ocupação de espaços da Galeria Comercial.

.....Contrato-programa da Administração Regional de Saúde do Norte, Instituto Público e a Câmara Municipal de Bragança – aprovada a proposta de 2.ª alteração ao Contrato-Programa, celebrado entre aquelas duas Instituições, relativo à construção do Centro de Saúde de Santa Maria e Laboratório Distrital de Saúde Pública, visando a integração do Centro de Recuperação Integrada de Bragança.

.....Município de Bragança, 3 de Dezembro de 2007

.....O Presidente da Câmara Municipal

.....a) António Jorge Nunes, Eng.º Civil

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....
.....Naturalmente que o Senhor Presidente ultrapassou largamente o tempo da Câmara, mas sendo a matéria que era, suponho que será consensual que não deveria haver qualquer interrupção, assim como também usaremos de alguma tolerância na discussão sobre estes problemas.
.....Mas antes de registarmos as inscrições para pedidos de esclarecimento, eu relativamente à matéria do PROT que aqui foi trazida pelo Senhor membro da Assembleia Luís Vale e que teve um esclarecimento de situação actual por parte do Senhor Presidente da Câmara, eu deixava a sugestão que na altura de Fevereiro ou Abril, em que a Câmara considere oportuno fazer uma exposição em sessão da Assembleia, com um ponto especificamente dedicado ao PROT para poder ser discutido, acharia que seria útil. Quando acharem que está numa situação de poder haver uma exposição documentada e que possa suscitar... e assim me desempenho da incumbência que o Senhor membro da Assembleia Luís Vale aqui deixou, processo que a Mesa entendesse como melhor.....
.....Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos.
.....O senhor membro da Assembleia Luís Filipe tem a palavra.

.....**Luís Fernandes** – Muito bom dia a todos.
.....Senhor Presidente da Mesa, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, caros amigos, a todos também um desejo de bom Trabalho e votos de Boas Festas que se avizinham.
.....O meu pedido de esclarecimento é muito rápido, que é para perguntar e deixar aqui um considerando ao Senhor Presidente da Câmara.
..... já aqui falou há bocadinho na preocupação da Câmara no apoio à empregabilidade dos alunos do Politécnico. Eu queria aqui também deixar-lhe uma situação que não sei se o Senhor Presidente da Câmara acompanhou e que deixou alguma revolta nos alunos da Escola na qual lecciono e tenho alguma responsabilidade em termos de Direcção, que é o caso de um concurso que foi aberto para aqui para o Museu Graça Morais, onde abriram um concurso de quatro técnicos profissionais, curso de Escola Especializada de Ensino Artístico, são os chamados cursos de terceiro nível que hoje as Escolas Secundárias estão a ministrar. De maneira nenhuma estou contra esses cursos, pelo contrário, acho que esse público também deve ter oportunidades e cada vez mais de empregabilidade.....
..... Agora, limitar os alunos do ensino politécnico, que têm especialidade concreta neste campo para não poderem concorrer a este concurso, parece-me uma situação de alguma injustiça em relação aos alunos que nós temos na Escola Superior de Educação.....
..... Podem-me dizer que o critério foi um critério economicista, que a Câmara eventualmente não quererá pagar a um técnico com formação superior, mas isso podia ficar ao

critério de quem concorresse. Teria que assumir o vencimento do lugar que estava a concurso. Agora limitá-lo e excluí-los como foram excluídos e eu penso que hoje há recursos para os júris nesse processo, parece-nos de alguma injustiça, e se o Senhor Presidente da Câmara reparou era uma área que participava muito na Mascararte, este ano foi muito difícil mobilizar essa comunidade para participar, em sinal de revolta em relação exactamente a essa situação.
..... Gostava que o Senhor Presidente da Câmara acompanhasse este processo mais de perto, penso que ainda terminou, se puder ser alguma coisa ser feita, porque, em termos jurídicos mesmo no concurso, penso que não podem ser excluídos desse concurso.
.....E já agora também se o Senhor Presidente da Câmara nos pudesse esclarecer de outra situação que ocorreu em relação também ao Politécnico, no qual eu não tive um feedback, nós recebemos todos lá uma comunicação interna, onde os alunos do politécnico, principalmente os do primeiro ano, foram convidados a participar em determinadas actividades no Teatro Municipal de Bragança. Foi ou era uma intenção de um sinal de compreensão entre a Câmara e o Politécnico de agradecer aos alunos do primeiro ano a vinda para Bragança, e penso que também contemplava os do quarto ano como forma de terem estudado nesta cidade, de poderem ir ao Teatro em determinados dias.
..... Essa comunicação passou, foram todos convidados a participar e de repente, passado uma semana recebemos uma comunicação a dizer que todo este processo abortava por questões logísticas. Eu gostava de saber que questões surgiram para que o convite entretanto feito fosse anulado.
.....Era só.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra.
.....Estamos em pedidos de esclarecimento.

.....**Luís Costa** – Mais uma vez bom dia.....
.....Muito rapidamente só duas ou três perguntinhas ao Senhor Presidente da Câmara.....
.....Nós tomamos conhecimento de que foi vendida no Porto uma obra do Abade de Baçal, anotada pelo próprio, e que esteve à venda num alfarrobista, aonde depois acabou por ser vendida por cerca de três mil euros.
.....Foi dado conhecimento do facto, também temos conhecimento disso, ao Senhor Presidente da Câmara, que nada fez para adquirir essa obra. De notar que cada livro do Abade de Baçal, sem ser anotado custa cerca de cento e cinquenta euros. Portanto, parece-nos que foi de uma grande falta de sensibilidade a Câmara não ter podido comprar essa obra, e trazer o espólio de um personagem que, escuso aqui de dizer, da importância do Abade de Baçal para a nossa terra.....

..... A pergunta é porque é que deixou passar esta oportunidade.....
.....Bairro do Campelo, houve um concurso público já há três meses para repavimentação deste bairro e ainda nada foi feito, portanto perguntamos o que é que se passa, o que é que está a atrasar a dita repavimentação.
.....Outra é no Bairro de Santiago, portanto estão a instalar a TV Cabo pelo ar, portanto em postes de madeira, quando andam a abrir valas para meter novas tubagens. Portanto parecem-nos um contra-senso deixar uma coisa daquelas – terceiro mundista – com cabos pelo ar e num bairro tão “in” como o Bairro de Santiago, e que vai desfigurar por completo e há portanto este contra-senso.
.....Por agora é tudo.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....O senhor membro da Assembleia Vítor Pereira tem a palavra.

.....**Vítor Pereira** – Mais uma vez muito bom dia.....
.....Senhor Presidente da Câmara, quero-lhe fazer três ou quatro perguntas.....
.....Primeira, o Senhor Presidente apresentou aqui uma série de gráficos, apresentou por exemplo o gráfico da produção da central do Prado Novo, eu gostaria também que me apresentasse, e gostaria muito de ver o da produção da central de Montesinho. Se não se importasse eu gostaria de ver esse gráfico.
.....Por outro lado, eu gostaria de saber também, Senhor Presidente, qual é o consumo médio, excepto os meses de verão, da cidade de Bragança. Quantos milhares de metros cúbicos consome a cidade de Bragança.
.....E gostava também, se fosse permitido, já que os Serviços, e eu acredito que sejam, longe de mim por isso em causa, se são tão eficientes, que me dissesse qual é o consumo dos meses de verão, em metros cúbicos.
.....Depois também nos disse, aliás mostrou-nos o gráfico, a central do Prado Novo parece que produziu ali um bocadinho, diz que era da água que vinha das arribas, e não sei quê... eu conheço muito bem o sistema da Serra Serrada, eu conheço-o muito bem. Se há pessoa que conhece aquilo muito bem, eu conheço-o muito bem.
.....Outra pergunta também que eu gostava de saber - eu gostava de saber, Senhor Presidente, já que disse aqui que sim, até falou no Mensageiro de Bragança, e disse que o Mensageiro de Bragança tinha levantado um problemzinho, afinal não é só o Partido Socialista que os levanta, felizmente ainda há comunicação social que está atenta, se as condutas, a adutora que é assim que se chama, eu não percebo nada desta técnica, eu não sou Engenheiro, a adutora da central que chega cá em baixo e depois faz o tal ramal que o Senhor Presidente explicou aí, para a central do Prado Novo e depois para a ETA de França,

se as condutas estão efectivamente reparadas Senhor Presidente? E eu desafio-o.... Não faço o desafio. Na minha intervenção falo disso. Eu gostaria que me respondesse a essas perguntas.....

.....Outra pergunta que eu gostaria de saber - para quantos meses, já que a capacidade é de alguns milhares de metros cúbicos na barragem de Serra Serrada, para quantos meses dá essa barragem completamente cheia, já que pelos vistos só a partir de Julho é que foi aberta. .

.....Para já são estas perguntas.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos.....

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Respondendo ao Senhor deputado Luís Filipe, o concurso para o Centro de Arte Contemporânea foi aberto nos termos da Lei para técnicos profissionais nível 3, as condições estão definidas na lei, nós não podemos inventá-las, pareceu-me um contra-senso a mim próprio, antes de os serviços jurídicos elaborarem o anúncio de concurso, mas foi inquestionável, a definição das exigências em termos de concurso público são estas e são estas que têm que constar no anúncio. Parece um contra-senso, porque é que uma pessoa de nível superior não pode concorrer a um de nível inferior?

.....Bom, as regras do concurso são públicas, quem entender que está lesado nas decisões que o júri tomou assiste-lhe o direito da reclamação necessária. Num primeiro nível para o júri, em nível subsequente para o recurso hierárquico e mais tarde para os tribunais se necessário. Evidentemente que nós não queremos conflitualidade nenhuma em concursos nenhum, fazer hoje um concurso para uma autarquia é um processo complexo.

..... Faz-se para um lugar, concorrem cinquenta, há quarenta e nove que ficam insatisfeitos e há um que fica satisfeito. Portanto, isso para mim é matéria limpinha, líquida, para mim só chega para homologação na altura em que está completo e respeitando todos os trâmites legais.

.....A questão dos alunos convidados para o Teatro - há uma proposta que está em discussão entre a Câmara e o IPB, essa proposta tem aspectos interessantes e tem outros que não nos parecem adequados. Os jovens dispõem já hoje de descontos de 50% no Teatro Municipal. Qualquer jovem pode aceder hoje com descontos de 50%. Mais, há jovens carenciados que acedem gratuitamente, nós não queremos que um jovem que seja identificado por uma escola como pretendendo integrar uma visita ao Teatro, uma visita ou assistir a um espectáculo, e a escola nos identifique que há carência desses alunos, já o têm feito, a nossa decisão é imediata de isenção, ao Teatro ou a qualquer equipamento. Como no Conservatório

de música, há alunos que têm redução de 50% e há alunos isentos, porque nós não queremos retirar esse direito às pessoas, aos jovens das famílias carenciadas. Em circunstância nenhuma.

.....Agora há situações relativamente às quais temos que tomar decisões, que digamos, atendam ao equilíbrio, ao interesse da colectividade no seu todo, e não reagir perante um interesse específico pontual que seja identificado. Estamos a trabalhar essa matéria e portanto a leitura não pode ser aquela que faz o Dr. Luís Filipe, porque.....

.....

.....**Presidente da Câmara** - Peço desculpa, eu não autorizei nada e por isso não comento..

.....A Obra do Abade de Baçal, deputado Luís Costa - eu tive de facto contactos com a pessoa, disse-lhe que estávamos interessados na compra, e admito que tenha sido um descuido meu, mas eu disse, sim, estamos interessados na compra. Estabeleçam contacto, nós queremos comprar a obra. Não sei o que aconteceu pelo meio. Se aconteceu assim eu lamento, porque a nossa vontade e aquela que transmiti pessoalmente foi de que estávamos interessados na compra dessa obra.

.....Bairro do Campelo só terá obras durante o ano de 2008, na altura em que as condições climatéricas permitam a aplicação de tapete. Além disso temos que renovar a rede de águas completamente, como referi. Portanto nesse Bairro e no Bairro de Santiago, são dois bairros em que se impõe fazê-lo. Vamos fazê-lo, fazer a infra-estrutura previamente e de acordo com o calendário de obra ir-se-á aplicar o tapete, eu creio que em 2008 ficará a totalidade do tapete nos dois bairros, agora vai ter que se passar por isso.

.....Questão da TV cabo - reuni esta semana, na sequência da reunião anterior, com os responsáveis da PT e da TV Cabo, hoje empresas separadas, no sentido de que não aceitávamos que fossem colocados postes para instalação de cabos, tendo em vista a distribuição do sinal por cabo, tinham que recorrer a soluções diferentes.....

..... A PT tem a sua rede de cabos enterrada, é uma rede moderna, nova, há vintes e tal anos que foi construída, enterraram a rede, não utilizaram postes, já adoptaram uma solução avançada. Só que a solução que se exigia hoje era que estivesse entubada, que houvesse tubos por onde passassem mais cabos e pudesse passar os cabos da TV Cabo actualmente....

..... Mas isso não é possível e o que nós pedimos à TV Cabo é assim, para já suspendem o trabalho, suspendem. Não fazem. Vão entre as duas empresas avaliar a possibilidade de instalar na vala para instalação da rede de águas instalar tubagem para distribuir o serviço de telecomunicações e de imagem.

.....Ficaram de avaliar a situação, portanto esses trabalhos estão suspensos, quer no Bairro de Santiago quer no Bairro do Campelo. Se as empresas decidirem não avançar apara essa

situação, nós estamos a pressionar nesse sentido, significa que a TV cabo não ficará disponível nesses Bairros, proximamente.

.....No Bairro do Campelo, especificamente, há dificuldades adicionais, que os edifícios não têm colunas montantes capazes de instalarem... há uma dificuldade na chegada, mas pedimos para ultrapassarem, remodelarem a instalação interna também por conta deles em coordenação com a EDP, para garantir que esse bairro fique infra-estruturado correctamente. ..

..... Portanto estamos atentos a isso, estamos a exigir às empresas para que não façam hoje... particularmente a PT. A PT tem uma rede caduca na cidade, com fios a alturas interiores às exigidas por lei, portanto temos alertado para que se envolvam na remodelação da rede. Sempre que há trabalhos da Câmara, o caso do Centro Histórico, tem tudo infra-estrutura subterrânea, aproveitaram-se as intervenções da Câmara para instalar as infra-estruturas subterrâneas.

.....Todos os loteamentos novos hoje têm rede subterrânea de tudo, para tudo, de tudo, sem excepção. Não se licencia um loteamento que não garanta a execução dessas infra-estruturas. Remodelamos a Avenida Cidade de Zamora, a Avenida Cidade de Zamora tem as redes subterrâneas todas instaladas, estamos a construir o primeiro troço da circular urbana, a ligação da rotunda do Sabor à rotunda das Forças Armadas, é uma obra que já está em execução, fica infra-estruturada com tudo. Há essa parte para trás que vai exigir um esforço adicional, aos operadores e que nós estamos a exigir esse esforço.

.....Os gráficos da produção na central de Montesinho, eu forneço-lhos, não os tenho aqui, sem problema nenhum. Tem depois é fazer o cálculo só, para falar bem. Desde 16 de Julho, dia em que se abriu a barragem, até à actualidade, tem que fazer a relação entre a energia que foi produzida, a água que foi introduzida no canal vindo de Porto Sabor, porque há essas duas componentes, nós tivemos que instalar uma conduta à revelia das autoridades, para poder meter água no canal. Se não o fizéssemos já tínhamos tido rupturas no abastecimento.....

..... Somados esses dois caudais, faz a respectiva conversão e sabe quantos metros cúbicos foram turbinados. Não tem dificuldade nenhuma.

.....O consumo médio da cidade, quer de Inverno, quer de verão, se o Senhor deputado me permitisse eu dispensava-me de lho fornecer porque ele está no Plano de Actividades e Orçamento já de vários anos, portanto está na sua posse, não só agora mas já em Planos anteriores.

.....

.....**Presidente da Câmara** - Mês a mês.

.....Depois tinha o seguinte, a fuga. Felizmente que também o Mensageiro também nos alertou, os Serviços já sabiam que existia uma fuga, eu vi no Mensageiro, leio, vejo, é um bom

contributo o Mensageiro nessa matéria, que referencia algumas situações que são menos próprias, e eu imediatamente despacho para os serviços com carácter de urgência. Despachei, foi resolvido. Está resolvido. Ainda bem que foi assim.....

.....A conduta que alimenta a Estação de Tratamento, desde a conduta forçada em Prado Novo... as nossas condutas são vigiadas 24 horas, e nessa não se tratou de um descuido nem de uma ausência de conhecimentos dos serviços, tratou-se de um problema técnico de encontrar um sistema de vedação capaz e o momento capaz de o fazer.

..... Nessa conduta fez-se o ano passado uma operação de limpeza, do monte, para poderem observar, ver se há problemas e ter melhores garantias de que a situação estava controlada.

.....A barragem de Serra Serrada tem uma capacidade de 1,2 milhões de metros cúbicos de água. Se os senhores deputados, eu não vou fazer esse exercício, se pegarem nestes gráficos, em qualquer um dos anos, pegam no mês de Julho, é o mês em que tem que se abastecer a partir de Serra Serrada, mês de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, começa o Inverno, estamos quase. Eventualmente podemos abrir a barragem em Junho, fazem as vossas contas pelos consumos médios mensais e percebem para que é que serve a barragem, qual é a capacidade e quais são as limitações. Hidrotécnicos não é um problema político é um problema técnico e nós temos que ter essa noção, essa visão, esse empenhamento positivo e não um empenhamento negativo. A Hidrotécnica Portuguesa quando fez os seus estudos, escreveu nos estudos que estão arquivados no Ministério, na Câmara de Bragança e diz – “no ano de 2000 Bragança precisa que 30% das suas necessidades sejam satisfeitas pela Barragem de Veiguinhas. No ano de 2017 precisa que 60% das suas necessidades sejam satisfeitas por Veiguinhas”. Ponto final!

..... A Hidrotécnica na altura era a empresa de maior cotação técnica a nível nacional e com projecção internacional. Portanto este é um problema técnico, não é um problema político e é nesse âmbito que ele tem que ser encarado e é para a resolução deste problema que eu acho que todos devem fazer convergir esforços. Fazer de outra forma acho que é um erro. É um erro que não serve a ninguém, não serve os interesses de Bragança, nem os individuais nem os públicos. Portanto é esse sentido de responsabilidade que eu acho que deve estar presente em cada um de nós.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos daqui a um bocadinho interromper para almoço, mas vamos registar as inscrições para intervenções no Período relativamente a esta matéria.

.....Eu registo as seguintes: Vítor Prada, Jorge Novo, Luís Costa, Luís Vale, Luís Pires, Nuno Álvares Pereira, Paulo Xavier, Nuno Reis.

.....Estão feitas as inscrições, e então, vamos interromper para a hora do almoço.

.....Nós temos ainda uma agenda complicada para a parte da tarde, com o orçamento e os outros pontos, vamos recomeçar às 14h15 minutos, e peço que estejam para recomeçar e haver quórum nessa altura.....

.....**INTERVALO PARA ALMOÇO-** Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das quinze horas.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia, muito boa tarde a todos, informam-me que estão exactamente cinquenta membros na sala, o que é quórum para arrancarmos com os trabalhos.....

..... Eu fico muito grato aos Senhores membros da Assembleia por não fazerem uma interpelação à Mesa relativamente à demora deste intervalo para almoço, mas de facto a responsabilidade pela lentidão do serviço não é da Mesa. Mas nada justifica efectivamente que um almoço deste tipo demore tanto tempo e obrigue a começar com tanto atraso.

.....Eu peço silêncio na sala por favor.

.....Permito-me apelar a todos os Senhores membros da Assembleia, apelar à capacidade de concisão para recuperarmos este tempo inutilmente perdido. Isto não obsta efectivamente ter a esperança que o convívio que houve durante este tempo acrescido seja propício a um melhor andamento dos trabalhos.....

.....Eu dou a palavra de imediato ao Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira.

.....**Vítor Pereira** – Muito boa tarde a todos.

.....Espero que este *lauto* almoço tivesse produzido em Vossas Excelências a maior das energias e das disposições para efectivamente continuarmos os trabalhos desta Assembleia, e sendo assim, eu vou fazer aqui algumas considerações sobre o que me parece e parece ao Partido Socialista sobre a questão da água.

.....Desde já nós temos a noção de que o problema existe, aliás queria-me congratular com este Plano de contingência que efectivamente está implementado, metendo a Protecção Civil, o Governo Civil, a CCR e outras entidades nacionais para efectivamente debelar uma hipotética crise aguda desta situação criada, e portanto, sendo assim, aliás eu queria ainda perguntar ao Senhor Presidente de Câmara se efectivamente quando o tal nível 4 de actuação do transporte da água para Bragança, e é uma pergunta que também lhe deixo no ar, se efectivamente Bragança, o sistema neste momento tem capacidade, quer lá em cima no S. Bartolomeu, quer na Mãe D`Água, e já agora também gostaria que me dissesse quantas células estão activas na Mãe d`Água de Bragança. Uma pergunta a que eu gostaria também de ter resposta.....

.....Portanto, sendo assim eu vou explicar porque é que realmente, na nossa opinião, do Partido Socialista, a gestão da água está desde o princípio inquinada, como se costuma dizer, e estamos a falar de água. Isto é, nós, se bem se lembram, no ano de 2000, quando foi debatida aqui a problemática da água e da entrega do nosso sistema do Alto Sabor, que tanto custou a construir a alguns dos destinos desta cidade. Na altura nós fomos contra e dissemos que estávamos a entregar a carne e que nos estavam a deixar os ossos. Estão em acta, está gravado, não temos problema nenhum.

..... E na altura responsabilizamos o Senhor Presidente da Câmara e dissemos-lhe, se isto viesse a inquinar, e eu uso propositadamente a metáfora “inquinar”, a responsabilidade teria que ser acarretada ao Senhor Presidente da Câmara. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara lembrou aqui de manhã que em 2000 houve uma empresa reputadíssima em termos de nacionais que disse que era imprescindível resolver o problema da água de Bragança. Passaram sete anos, o que é que o Senhor Presidente da Câmara em termos políticos fez para resolver o problema? Deixo esta pergunta no ar.

.....

.....**Vítor Pereira** - Pronto, mas vocês vêm cá depois dar a vossa opinião, está bem? Agora deixem-me dar a minha.

.....**Presidente da Mesa** - Meus Senhores, não vamos entrar em diálogo. Se houver apartes, os apartes são naturais nas Assembleias.....

..... **Vítor Pereira** – E agora, para eu não me adiantar muito, eu vou dizer, e já disse de manhã aos órgão da Comunicação Social, porque é que na óptica do Partido Socialista a água está mal gerida no Concelho de Bragança.

.....O Senhor Presidente de manhã fez aqui a demonstração de como é que o sistema funciona, perfeito. Vocês lembram-se que eu perguntei ao Senhor Presidente da Câmara porque é que não apresentou os dados, o gráfico, da produtora de energia de Montesinho. Que eu perguntei! Não sei se o Senhor Presidente da Câmara agora vai apresentar os dados.

.....Ora bem, é que o busílis da questão da gerência da água de Montesinho está exactamente aí. Está exactamente aí, na nossa opinião, e sabem porquê? Porque a produtora de energia de Montesinho tem uma produção constante ou mais ou menos constante para atingir determinada média em termos do ano. Para atingir determinada média em termos de ano. Ora bem, é evidente que o problema da produção de energia no verão quando há muita água, não se põe o problema, o problema põe-se durante os meses difíceis, durante os meses de verão, isto é, para produzir energia e para manter o caudal, para manter a constante de

produção energética, os KWS, é preciso que a água saia da barragem da Serra Serrada, que foi isso que aconteceu a partir de Julho.

.....Bom, isto é um problema técnico, e foi assim que me explicaram em termos técnicos, o Senhor Presidente da Câmara disse que era um problema técnico, eu estou a tentar explicar em termos técnicos para vocês perceberem... ..

.....Ora bom, o que acontece é que a água se sai da barragem, o nível freático da barragem desce nos meses de Agosto Setembro e Outubro. Verdade! Conclusão, nos meses de verão, e por isso é que eu perguntei ao Senhor Presidente da Câmara qual era o consumo nos meses de verão na Cidade de Bragança! Aumenta o consumo, se aumenta o consumo, a água tem que se gastar. Se se produz energia ao mesmo tempo, vamos lá ver se me faço entender, se produz energia em Montesinho é evidente que tem que sair maior caudal de água da Barragem da Serra Serrada.

.....Daí, dizer-nos o Senhor Presidente que até Julho a Barragem esteve fechada e em três meses ou quatro deu-se cabo da água toda... Estão a perceber?

..... O problema que se põe, claro que o Prado Novo... o Senhor Presidente da Câmara é inteligente, astuto, o Senhor Presidente da Câmara, astuto, veio aqui com o gráfico do Prado Novo. É evidente que o Prado Novo só pode produzir a energia com a água da conduta de cima, quando efectivamente há caudal suficiente. E daí, e daí aparecer uma pintazinha minúscula no gráfico, em Outubro, se bem se lembram, porquê? Porque o Senhor Presidente da Câmara chegou a Outubro, e até choveu um bocadinho se bem se lembram, como chegou a Outubro, bom, vai começar a chover, é Inverno, deixa por o Prado Novo a funcionar. Só que infelizmente, e eu digo infelizmente, e digo-o com toda a convicção, o que é que aconteceu? Não choveu. Os níveis freáticos da barragem estão completamente em baixo como estão! Entenderam? E por isso é que eu queria saber, e por isso é que eu queria saber qual era o gráfico da produção de energia durante os meses de verão. Entenderam? Isto permite-nos dizer.....

.....

.....**Vítor Pereira** - Senhor Presidente da Junta de França depois vem falar aqui e vai explicar, como técnico que é, eu não sou técnico. Vai explicar aqui à frente tudo isso.

.....Agora portanto, daí nós dizermos que a gestão da água foi incorrecta. Portanto, isto não é uma questão política. Isto é uma questão técnica. Vamos a ver se nos entendemos. É evidente que a ter que acatar responsabilidades, essa responsabilidade só se deve a alguém, ao Executivo, não é ao Partido Socialista, que o Partido Socialista não está a gerir a água, por amor de Deus, como o senhor Presidente disse de manhã... Se a alguém têm que ser

acatadas responsabilidades é exactamente ao Executivo da Câmara de Bragança. Foi isso que eu disse aos órgãos de comunicação social esta manhã.....

..... Agora, como resolver a situação... essa é outra questão. Essa é outra questão. Eu aquilo que falo é que a água foi mal gerida durante o período difícil que nós tivemos desde Julho até este momento. Estão a entender? O problema está aí. Não vamos meter Veiguiñas, isso é uma discussão política. Eu estou a falar numa questão técnica. O meu camarada Luís a seguir vai falar na questão política. Mas eu não queria para já entrar por aí. Eu só queria dizer que em termos técnicos a responsabilidade dos níveis freáticos da Barragem de Montesinho estarem como estão deve-se ao Senhor Presidente da Câmara. E mais, e mais, falou-se da adutora. Se bem se lembram, eu perguntei

.....

.....**Presidente da Mesa** - Queiram guardar silêncio por favor.

.....Eu já pedi para não dialogarem não já?

.....**Vítor Pereira** - Eu tenho-o como um homem inteligente.....

.....Eu depois vou-lhe explicar que quem não percebeu nada foi o Senhor. Eu vou-lhe explicar particularmente, lá fora eu explico-lhe. O Senhor é que não percebe nada disto.

.....

.....**Vítor Pereira** - Percebeu?

.....Não percebe nem entende. Porque a mim foi-me difícil perceber isto, percebe? Mas depois percebi.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Dr. Amândio e Dr. Vítor Prada, eu já pedi para não dialogarem.

.....**Vítor Pereira** - Desculpe Senhor Presidente.

.....Portanto, a questão que se põe é uma questão meramente técnica. Meramente. E por isso é que eu volto a insistir, o gráfico, eu queria o gráfico de produção de energia, e os KWs, e os convertidos, eu queria isso, porque isso não apareceu aqui... estão a entender? Eu queria saber isso. Porque depois fazíamos umas contas. Estão-me a entender? E não é o prado novo, o prado novo não nos diz nada, nem nos diz respeito.

.....Para terminar, a adutora - Diz o Senhor Presidente da Câmara que resolveu aquele problemzinho que havia ali no viveiro das trutas. Eu não queria ser mau, sinceramente, isto é

uma coisa séria...Eu convidava as pessoas a fazerem o percurso da adutora até lá em cima a Montesinho, e depois verem os milhares e milhares de litros de água que se perdem pelas juntas de dilatação. Eu convidava-os.
.....Muito obrigado.

..... **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, faça o favor, tem a palavra.

.....**Jorge Novo** – Aproveito para cumprimentá-lo, cumprimentar também a Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores, cumprimentar todos os ilustres membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social.

.....Dizer antes de mais que se calhar a minha intervenção vai ser um pouco sacrificada, porque com a água que aqui foi referida na intervenção anterior, depois de um almoço em que o bacalhau foi o prato principal, vemos que não casa assim muito bem... mas enfim, à frente....

.....A minha intervenção centra-se basicamente numa avaliação que eu acho que é perspectivante e que pode ser positiva, relativamente aos dois anos de mandato que já decorreram da actual equipa da Câmara.

.....**Apresentou por escrito o seguinte:**

.....“Passaram-se já, dois anos, do actual mandato, o terceiro do Presidente Eng. Jorge Nunes, depois da obtenção de uma vitória expressiva em Outubro de 2005... ..

.....Sobre o que foi feito e concretizado, sobre o que está previsto ainda fazer-se e sobre o que não foi contemplado até aqui, muito pode ser dito e escrito, segundo o olhar de análise de cada um, consoante se situa: do lado dos apoiantes da actual maioria ou do lado dos que se lhe opõem.....

.....Bem o sabemos que este olhar a que me refiro é a linguagem para lá das palavras! Que fala muito mais do que tantos discursos e que não dissimulam tão bem quanto as palavras. Este olhar corresponde ou à adesão, à crença, à esperança e liberdade assente num projecto ou então ao contrário, à crítica, ao que na linguagem popular também se diz como "bota-abaixo"!.....

.....Assim, também a política é feita de olhares de avaliação constante:

.....1. Há o olhar da oposição que procura ver o que está mal e aí colocar a tónica da sua intervenção;

.....2. Há o olhar de quem está a assumir a responsabilidade delegada por quem votou em si em maioria, e quer fazer mais e melhor e se empenha determinada e persistentemente em cumprir o que se propôs fazer;.....

.....3. E há o olhar da população, dos cidadãos, que fazem os seus juízos e avaliações habitados pelo desejo de verem resolvidos os seus problemas mais candentes e satisfeitos os seus anseios mais prementes.....

.....Três olhares! E tantas vezes tão diferentes uns dos outros!.....

.....Nestes dois anos que decorreram do actual mandato, e nós fazemos prova disso, pode dizer-se em boa verdade que o olhar de quem assumiu a responsabilidade do município e o olhar da população tem coincidido. O povo, os eleitores, na sua sabedoria, tem valorizado as acções, os resultados e tem sido inteligente em perceber o horizonte de futuro que tem vindo a ser definido pelo actual Executivo Camarário. O balanço, *podemos dizer, a meio deste percurso, na minha modesta e humilde opinião, é assim claramente positivo nesta metade deste mandato.....*

.....Pode estar-se contente com o que aconteceu, sendo certo que se gostaria de se ter visto feito mais coisas e melhores, porque falhas só não as tem quem nada faz, e é preciso ter em conta o contexto de elevada contenção e de redução do investimento no país, as medidas impostas pelo Governo para controlo do deficit público e outras medidas impostas também às autarquias.....

.....Só para se ter uma ideia, a queda do investimento público de 2003 a 2007, foi de 15,40% (enquanto em todos os restantes países da UE cresceu) situação que muito tem sido prejudicial nos municípios do interior, veja-se *e estão aqui colegas que são Presidentes de Junta que são a prova evidente e que manifestam isso reiterada e persistentemente*, o estado de degradação em que se encontram as estradas nacionais (ex. a E.N. 217 troço do Penacal; a E.N. 308 de Gimonde a Babe; a E.N. 308-3 de Vila Nova a Zeive), etc.

.....Ainda outro exemplo, a redução das transferências financeiras para as autarquias que foi uma constante, apesar de ter aumentado os impostos nomeadamente o IVA para 21%, contra os 16% no país vizinho, diferença que muito prejudica os cidadãos e empresas em cidades fronteiriças como a nossa de Bragança.....

.....Não obstante este contexto, pode dizer-se como grande ideia geral, é que resolvidas em elevada percentagem as necessidades básicas e infra estruturais do concelho (que vão desde as redes de saneamento, tratamento e redes de água em várias aldeias, e melhorias no sistema de armazenamento e distribuição), as acessibilidades e outras intervenções urbanísticas, neste mandato assistimos a um como que "início de virar de página" e um recentramento dos esforços financeiros e humanos em outras áreas.

.....Na verdade, áreas como:.....

.....a) A Cultura: com a abertura e funcionamento do Museu Ibérico da Máscara e do Traje; a realização da 1ª. edição da Festa da História e estando em fase de preparação a inauguração do Museu de Arte Contemporânea Graça Morais;

.....b) O Desporto e o Lazer: tendo-se concluído o pavilhão multiusos em Parada, estando em fase de conclusão os pavilhões cobertos de Coelhoso e Rebordãos e já a funcionar o relvado sintético e vedação do campo do CEE.

.....c) O Ensino: com o Centro Ciência Viva a funcionar - um projecto de escala regional, além de que foram executados os projectos de beneficiação e ampliação das escolas da rede escolar, na área rural e na cidade, preparados os concursos públicos, para iniciar elevados investimentos, no sentido de permitir um grande salto em termos qualitativos nas escolas do 1.º ciclo com os Centros Escolares além de que foi realizado um esforço para a generalização das actividades de enriquecimento curricular (inglês, Educação física e Educação musical) e também o aumento do apoio sócio-económico aos alunos mais carenciados;.....

.....d) O Planeamento urbanístico: concluída a obra de arranjo envolvente da Catedral; estando em fase de conclusão a obra de remodelação da Av. Cidade de Zamora e iniciada a construção do troço da circular interna entre a Av. do Sabor e a Av. das Forças Armadas;

.....e) E A Cidadania: com a evolução do projecto Bragança Jovem+, o projecto Bragança Solidária, o projecto Bragança Saudável, a construção da extensão de Saúde de Izeda, a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II, etc, foram áreas que mereceram um forte incremento desde o final do anterior mandato e portanto nestes dois anos que leva o actual.

.....Assim, caros membros desta Assembleia, lógica e coerentemente se pode pensar que o que já foi feito é um bom sinal para o futuro e o que ele nos reserva.

.....Torna-se deste modo importante sublinhar que para uma cidade como Bragança, a área cultural vai ser uma referência de atractividade com a de três museus e um núcleo museológico, ou seja o Museu Ibérico da Máscara; O museu de Arte Contemporânea Graça Morais; o Museu Ciência Viva e o Núcleo Museológico Ferroviário, a abrir até final do ano de 2008.

.....Também na área das acessibilidades, espera-se que fique como referências, a requalificação da Avenida Cidade de Zamora, o troço em construção da circular interna de Bragança, a execução dos projectos e inicio dos trabalhos de evolução do Aeródromo para Aeroporto Regional; os trabalhos de repavimentação de ruas e bairros da cidade e na área rural a beneficiação e construção de novas estradas e as obras de saneamento básico em várias aldeias;.....

.....Já no Planeamento e gestão urbanística, ficarão aprovados o Plano de Pormenor do Centro Histórico; o Plano de Urbanização e revisto o PDM, aguardando-se uma forte aposta na

recuperação de imóveis de outras ruas da zona histórica à semelhança do que ocorreu e bem no Castelo, para que se repovoem novamente e ali se exponencie a dinâmica populacional.

.....Quanto a outras ideias e projectos existentes, como o Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha - Porta Norte, a construção da Barragem de Veiguiñas de responsabilidade da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a instalação de um parque eólico no Parque Natural de Montesinho, a construção de uma ligação rápida à Sanábria (Espanha), etc, estes dependem de vários factores e financiamentos.....

.....A finalizar, como ideia mais particular de análise que se pode destacar, e que decorre da definição das linhas orientadoras para a elaboração do Plano e Orçamento de 2008 e o PPI - Plano Plurianual de Investimento que enquadra o ano de 2009, e depois para o futuro, é a incidência em duas áreas, a saber:.....

.....1.^a - de âmbito social: onde se inclui fortemente o apoio aos cidadãos, especialmente crianças e idosos, não se descurando a construção de habitação a preços controlados para jovens, com nova intervenção para iniciar, e à formação-qualificação das pessoas, com o lançamento dos Centros Escolares;.....

.....2.^a - A de desenvolvimento económico, com a consolidação da zona industrial de Mós/Sortes e o Centro de Inovação que deverão ficar como referências, para responder ao actual contexto nacional e europeu, captando investimento, para fixar jovens, para ganhar centralidade, ser uma forte âncora da região e ser uma relevante capital de distrito.

.....Confirmando-se o velho ditado de que contra factos não há argumentos, pois é isso que tem acontecido, leva-nos a expressar o sentimento de confiança e segurança neste projecto autárquico que é sério, é válido e é para continuar.

.....Disse

.....Um Santo e Feliz Natal para todos e um ano de 2008 à medida dos anseios de cada um e da população que representamos.....

.....a)Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa, tem a palavra.

.....**Luís Costa** - Muito boas tardes.....

.....A minha intervenção versa sobre o problema que mais nos aflige neste momento, que é precisamente o problema da água aqui a Bragança. Queria dizer que os dados que apresentou o Senhor Presidente da Câmara, que o número de contadores que apresentou aí nos seus dados, na tentativa de justificação dos mais elevados consumos de água, é que o número de contadores aumentou, mas não aumentou o número de consumidores, simplesmente está relacionado com aquilo que o Senhor Presidente disse numa das suas intervenções anteriores,

de que não havia nas zonas rurais contadores e foram postos agora contadores de novo. Que baixou um pouco o consumo de água precisamente porque se deixou de utilizar tanta água nas regas das culturas. Isso é uma discussão que poderemos ter mais tarde e que nos pode levar a tirar outras conclusões, que se calhar espelha bem o estado da Agricultura também na região, e no nosso país, ou do abandono dela. Portanto é preciso também saber interpretar esses dados, na nossa opinião.

.....A estrada para Gostei, que referiu o Senhor Presidente de não se poder trazer a água da represa de Gostei porque a via é muito estreita, nós temos isso em acta, avisamos várias vezes aqui desta tribuna, que quando foi da repavimentação e da reconstrução da estrada para Gostei, que era ter-se aproveitado e de facto ser alargada a estrada e se ter construído uma estrada como deve ser, que neste momento pelos vistos ser-nos-ia de capital e útil importância.

.....A carta que foi dirigida aos munícipes é, na nossa opinião, demagógica e classificamo-la ainda de cínica.

..... Quase que se atribui aos cidadãos a culpa pela falta de água.

..... Portanto o Senhor Presidente fala que há falta de água, não apontando responsáveis, e portanto a conclusão lógica que nós tiramos da leitura da carta é que está a tentar passar a responsabilidade da falta de água aos cidadãos, por cozinharem, e se calhar por fazerem a sua higiene, etc, como têm feito desde sempre.

.....Acho que é preciso ter um bocado mais de cuidado, tanto que pela vossa filosofia, pela filosofia vigente, do utilizador pagador, isto tem um verso, é utilizador/pagador, pagador/utilizador, portanto se me tiraram os direitos do controle sobre a água, porque estamos a falar não da água que deixou de ser propriedade nossa para passar a ser das Águas de Portugal, e depois a breve trecho pelo que se está tentando fazer a água virá a ser privatizada, que é um bem nacional, portanto teremos em princípio pouco a ver com... tenho a ver é com a qualidade da água que me fornecem, e exijo que me forneçam água em qualidade e em quantidade e portanto a responsabilidade será de quem a tem, será precisamente dessas empresas.....

..... Possivelmente seria à Companhia Águas de Portugal, não me perdendo como o orador anterior, em grandes termos, antes do meu amigo Jorge Novo, perdendo em dados muito técnicos, só um pequeno parêntesis neste não me perder em dados técnicos, é que 1,5 milhões de metros cúbicos é muita água de facto para desaparecer em tão curto espaço de tempo.

.....Portanto alguma coisa aqui não está a ser dita, ou não está a ser vista ou não está a ser contabilizada. A quantidade desse volume de água, contando já nem que seja com vinte por cento de perdas na rede, mesmo assim, com o consumo diário dos habitantes de Bragança, daria perfeitamente para termos ainda água suficiente para muito mais do que os 40 dias. Isto portanto segundo as nossas contas.

.....Portanto, a resolução do problema da água terá obrigatoriamente que passar por exigências que o Município tem que fazer, não aos munícipes mas sim às Águas de Portugal. .

.....Quanto à barragem de Veiguiñas até quando irão os senhores estender a demagogia? Como aqui repetidamente temos vindo a declarar, se houvesse de facto, ou se tem havido até agora de facto vontade genuína e política por parte do PS e do PSD, a barragem há muito estaria construída, bastando para isso terem esses dois partidos que têm tido responsabilidades governamentais, centrais e locais declarado há muito, como nós temos vindo a protagonizar, a barragem de Veiguiñas de interesse público.

.....Hoje, finalmente, o Senhor Presidente da Câmara abordou timidamente essa possibilidade.....

..... Por favor, deixem-se portanto de uma vez por todas de demagogias de histórias do coitadinho, de falsos suspiros e decidam-se. É só uma questão, não é pedindo, na nossa opinião, estudos de impacto ambiental sucessivos, na esperança de que haja algum que diga que faz menos mal do que o anterior, mas sim de facto, indo ao encontro do posicionamento que têm no fundo vindo aqui a ser sentido e declarado, declarem a barragem pura e simplesmente de interesse público e as coisas possivelmente começarão a andar.

.....Entretanto, estamos no papel do tolinho no meio da ponte, não temos Veiguiñas e não fomos investir no transporte de água, donde os estudos diziam que era mais provável e mais barato fazê-lo que era da Barragem do Azibo.

.....Vemo-nos neste momento na necessidade de estar a organizar frotas de camiões que sairá possivelmente caríssimo ao erário público, e estamos aqui a saltar de um pé para o outro numa indecisão, que embora possa ter havido de facto erros de cálculos, erros de perdas ou outra coisa qualquer, o que é certo é que a barragem é evidente que está com 10% de capacidade, mas ficamos sem recurso alternativo que pudéssemos e devêssemos utilizar. Porque mesmo que se fizesse a conduta ou o transporte razoável da água do Azibo para Bragança, Veiguiñas possivelmente nunca ficaria fora de questão.

.....Portanto o nosso apelo é que, não desfazendo de maneira nenhuma da campanha que consideramos útil e necessária de ir habituando a nossa população a poupar água, isso é sempre a todos os títulos louvável e será sempre necessário, deixem-se por amor de Deus de brincadeiras e se querem de facto e provem que estão ao lado dos munícipes.....

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faz favor.....

.....**Luís Vale** – Boa tarde a todos.....

.....Venho-vos falar também sobre a situação da água e sua distribuição.

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Senhor Presidente da Câmara,

.....Compreendemos mas não aceitamos o dramatismo das suas abordagens ao problema. Sim, porque de facto, é um problema real e actual para as populações do concelho de Bragança.

.....Não aceitamos esse dramatismo porque consideramos que grande parte da responsabilidade neste processo é do actual Executivo. E é um problema também, e muito, político, pois implica opções e decisões.....

.....Depois, porque sente-se algum mal estar que tem provocado alguma confusão, senão, vejamos as recentes declarações públicas do Senhor Presidente da Câmara:.....

.....- Primeiro, diz que a Câmara Municipal ainda não solicitou a Declaração de Interesse Público da barragem porque quer essa responsabilidade partilhada com o Estado;.....

.....- Depois, admite o avanço com a construção da barragem mesmo sem qualquer participação externa. Mesmo que isso implique deixar de executar outras obras;

.....Senhor Presidente, então porque não o fez já!?... Avance com a obra, peça a declaração de interesse público do empreendimento tal como já aqui foi, várias vezes, desafiado, nomeadamente, pela CDU. Com certeza, a população de Bragança não deixará de o apoiar e compreender a urgência do empreendimento. Para além do mais, não vemos qualquer necessidade de consultar a população, pois tal como ainda há pouco disse: “...*a população bebe água!*...”

.....É importante dar o devido conhecimento à população da situação difícil em que se encontra a gestão da água e sua distribuição, e uma atitude pedagógica é fundamental para educar as pessoas para a boa utilização da água. Mas a forma como se dirigiu à população do concelho, de alguma forma, desloca o ónus da questão para os consumidores finais, que independentemente do acaso das condições climáticas, contribui e paga um serviço e um bem que deverá ser servido com qualidade e quantidade.

.....Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Excelentíssimas Senhoras, esta novela começa a apresentar características épicas e a nossa esperança é que o epílogo da mesma, seja um porto seguro, ou melhor, um porto abundante... ..

.....Senhor Presidente, não esteja permanentemente e *ad eternum* à espera de decisões de terceiros e/ou estranhos à nossa realidade. Dê início à obra, que, de certeza, todos o apoiarão.

.....Por fim, uma nota para a relação existente do município com a empresa ATMAD. O que tem contribuído esta última para a resolução do problema... NADA!... como ainda disse, os alarmes não soam por esse país fora... só os nossos.

.....Mais uma vez alertamos para o facto de, neste momento, não haver qualquer contrapartida positiva para o município e havendo esta possibilidade de avançar com a

barragem de Veiguiñas, independentemente de terceiros, seria tempo de ponderar e avaliar a continuação na participação desta empresa supra-municipal.

.....Obrigado.....

.....Luís Miguel Vale Fernandes do Vale

.....BRAGANÇA, 14 de Dezembro de 2007”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra.....

.....**Luís Pires** – Bom, muito boa tarde a todos.....

.....Isto parece ser uma tarde de revelações.....

.....O Senhor Presidente da Câmara vai ter umas noites difíceis, vai ter umas noites sem dormir porque face aqui a estes dois discursos dos Presidentes da Junta da Sé e de Santa Maria o leilão já começou, vai ter que escolher, agora vêm aí as Autárquicas, vai ser complicado. Presumo que vai ter uns tempos difíceis agora. Mas gostei das intervenções, foram sérias desta vez.

..... Bom, Senhor Presidente, como Coordenador do Grupo Municipal do Partido Socialista, exige-se que nessa posição institucional lhe diga duas ou três coisas antes de dar início concretamente àquilo que eu vou aqui falar sobre o tema que centrarei neste momento nesta parte da ordem de trabalhos, que é a água, e deixaria os outros depois para outro ponto, que não há tempo suficiente, e que é o seguinte. O Partido Socialista tem pautado a sua conduta nesta Assembleia opor seriedade. Todos os assuntos que são aqui trazidos têm algum trabalho pior trás, a intervenção não é feita com levandade, é feita com consistência e com o rigor técnico quanto possível, e quando é possível beber de algumas fontes, quando as pessoas não têm capacidade técnica para ter a sua própria opinião. Portanto, relativamente à seriedade, nós trazemos aqui assuntos com seriedade.

.....Uma coisa é certa, há dados neste momento em que a Câmara tem uma postura privilegiada, a Câmara tem esses dados e nós não temos acesso a alguns dados. Também lhe digo, certamente e claramente que, se alguns dos dados nos quais nós baseamos algumas das nossas intervenções se se revelarem desadequados, temos a seriedade de virmos aqui dizer que estavam desadequados. Não temos problema nenhum nisso. Portanto, quanto à seriedade a nossa postura é séria, é de contributo. Olhamos para isto em prole da população de Bragança.

.....Depois, relativamente à questão do bota abaixismo, que foi aqui utilizada, permitam lembrar-lhes que muitas das intervenções que são aqui feitas e há um cuidado especial ao fazer-se essas intervenções, que é de criticar, mas raramente se critica sem se deixar uma alternativa. Eu faço-vos aqui o desafio para se lembrarem de quantas vezes é que foi

apoiada a obra do Aeródromo de Bragança, por exemplo, quantas vezes é que eu próprio já disse aqui que não era contra a política cultural da Câmara, o que eu achava e continuo a achar, e porque há visões díspares, é que na minha óptica as prioridades que o Senhor Presidente da Câmara põe não são as mesmas.

.....Há projectos estruturantes que ele põe que não são os mesmos que os meus. Agora não é por isso que a visão e a verdade do Senhor Presidente é mais séria do que a minha. Não é. Se calhar temos estratégias diferentes, eu já disse aqui que o nosso objectivo é resolvermos o problema da população por caminhos diferentes. Eu não vim para Bragança para destruir Bragança. Eu sou de cá, vim para cá para que Bragança progrida. E como tal não ousou fazer nada de mal contra Bragança. Portanto, as intervenções que aqui são feitas são pensadas e com alternativas. Admito, aceito, é democrático, que nem toda a gente partilhe, como é óbvio. É óbvio isso. Mas isso é que é democracia, não é?

.....Também há uma coisa que é importante dizer, é que ao fim de alguns anos há pessoas que defendem algo com uma intransigência tão grande, que ao fim de alguns anos também são capazes de perceber, dando um passo atrás e tendo uma visão mais macro do problema, que se calhar não estavam certos. E há que ser homens sérios para reconhecer isso. Há coisas que o Senhor Presidente agora faz e que se calhar pode chegar mais à frente, eu não digo arrependem as pessoas não se arrependem, mas aprender com aquilo que fez e se calhar podia pensar, se calhar podia ter feito de outra maneira... Toda a gente faz isso! Portanto, vamos aqui a adoptar uma postura séria, credibilizar esta Assembleia, porque esta é a minha palavra que eu vos estou a dizer aqui, nós quando vimos a fazer uma intervenção é em prol das populações e com seriedade.

.....Relativamente à questão da água, numa postura de cidadão, de munícipe, eu recebi em casa uma carta da minha Câmara Municipal, cuja mensagem era que essa Câmara Municipal não tinha sido capaz em dez anos de resolver o problema do abastecimento de água a Bragança. Esta foi a mensagem, a interpretação que eu fiz da carta. Também aceito e reconheço que provavelmente nem todos se tenham apercebido dessa mensagem, uma vez que ela estava encriptada com alguns subterfúgios que podiam fugir e que não interessavam ao cidadão comum.

..... Reparem, o Munícipe tem como interlocutor a Câmara Municipal, esta é a responsável por assegurar que eu tenha água na minha torneira. Eu enquanto munícipe, não me interessa saber quais são os meios técnicos que a Câmara utilizará para que eu tenha água na minha torneira. Não me interessa! Eu pago um serviço, eu quero água. Meus caros amigos, eu não pergunto à Câmara qual é o tipo de óleo que utiliza, quais são os pneus que utiliza, qual é a periodicidade das revisões dos STUBs quando eles me levam de Bragança, por exemplo a Nogueira, eu não quero saber, eu quero é ter ali o STUB, eu quero o serviço, eu pago!

Enquanto munícipe é isto que eu espero. Eu pago um serviço e quero usufruir dele com a qualidade devida. Mais nada!.....

.....Relativamente à produção de energia eléctrica também não sou eu que faço a gestão da turbinagem da Barragem da Serra Serrada! Não me interessa! A Câmara incorporou um determinado montante no orçamento, que quer ir buscar aí, a Câmara é responsável por isso. A mim não me interessa, eu quero é que os serviços que eu tenho contratualizados com a Câmara me cheguem a casa, nas quantidades e qualidades devidas. E ponto. Esta é a minha postura, o resto é responsabilidade da Câmara.

..... No entanto, meus caros amigos, não sendo ingénuo, o Executivo devia ter, por um lado, mantido a sua tenacidade na resolução da barragem de Veiguiñas, uma vez que se trata de um projecto estruturante e mais, para o qual terá todo o nosso apoio. Mas também devia ter percebido que as excessivas reprovações do estudo de impacto ambiental, implicariam pró-actividade, no sentido de encontrar soluções intermédias.

..... Em dez anos a Câmara devia ter arranjado sistemas alternativos consistentes. Deveria planear, devia ter um plano de contingência, chamem-lhe plano B ou C, ou o que quiserem, um plano de média consistência.

.....Isto que nós estamos a assistir agora são paliativos. Os camiões são paliativos, não é um plano intermédio de contingência. E a uma Câmara compete planear, prever, ter pró-actividade, é isso que se exige, uma Câmara deve ser uma estrutura ágil, que planeie e que crie condições para que privados actuem, não deve ser uma estrutura pesada.

.....E é isso que se exige, e é isto que eu estou a criticar, o não planeamento atempado. Dez anos, meus caros, tenho repetido aqui, dez anos é estratégico, em dez anos cria-se uma linha estratégica para uma cidade.

.....Eu tenho discordado aqui da política do Senhor Presidente relativamente à parte económica, à parte da criação de uma estrutura empresarial. Ele está a começar agora a fazer essas coisas, mas é o que eu digo, já estamos atrasados!.....

..... A questão da logística, meus caros, eu hoje não vou entrar muito nisso porque não temos muito tempo, a questão da logística é importantíssima. Nós temos a possibilidade de ter aqui um centro logístico, que se chama agora plataforma logística, que se for feita uma cooperação com Zamora podemos avançar alguns anos no tempo que perdemos!.....

.....**Presidente da Mesa** - Deixe-me dizer-lhe que o tempo do PS está ultrapassado em 5 minutos, o que me parece mais que razoável relativamente à tolerância que eu anunciei pelo excesso de tempo que o Senhor Presidente da Câmara utilizou.

.....Pedia-lhe para terminar.....

.....**Luís Pires** - Muito bem.....

.....Vou terminar em breve.....

.....Eu não percebo, meus caros, porque é que a Câmara Municipal veio a terreiro referir que está motivada para realizar um referendo para auscultar a vontade da população no sentido de redireccionar todos os investimentos para a construção da barragem. Eu não entendo! Para tal não é necessária a viabilidade do estudo de impacto ambiental? Não foi este Executivo que há alguns anos atrás empurrou o Município para o relacionamento com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro? Essa estrutura submeteu ou não um novo estudo de impacto ambiental pela empresa que fez o estudo da Barragem do Sabor? É verdade ou não é? Se estas duas coisas são uma realidade porque é que a Câmara quer agora ter a iniciativa de ser ela a construir a barragem? Se houver um plano de impacte ambiental ou algo que o ultrapasse, porque é que não há-de ser a AMTAD a fazer e tem que ser a Câmara? Não entendo! Sinceramente não percebo! Há um relacionamento, ultrapassa-se o problema legal, porque é que a estrutura que está criada para fazer isso porque é que não constrói?

.....Em suma, a carta que recebemos, quanto a mim, foi claramente e perdoe-me Senhor Presidente, mas eu acho que alguma atitude, não foi muito pronunciada, mas demagogia foi essa carta e não aquilo que se está a fazer na Assembleia.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Álvares Pereira.

.....**Nuno Pereira** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Comunicação Social e Público.....

.....Passo a apresentar a seguinte

“MOÇÃO

.....Pela calada da noite, no distante ano de 1992, o troço ferroviário entre Mirandela e Bragança é tomado de assalto. Levam locomotivas, encerram a linha ao tráfego ferroviário. Desde ai nada mais se fez, a não ser desmantelar os carris que restavam, derrubaram-se pontes e deixou-se à incúria do tempo e à degradação os edifícios, salvo honrosas excepções onde o poder local desafiou a instituição ferroviária nacional e interviu.....

.....É hora de virar a página! Deixemos que Lisboa construa as OTAS e os TGV'S. Vamos unir esforços e transformar o canal ferroviário num pólo de desporto, lazer e turismo. Não deixemos que nos roubem a paisagem que nos resta! Não deixemos que a burocracia dos papéis impeça o nosso desenvolvimento. O progresso é desejável, façamos o possível!

.....Senhor Presidente da Câmara passemos das palavras aos actos! Candidatemos o canal ferroviário, e as restantes infra-estruturas, ao IV.º Quadro Comunitário de Apoio. Projectemos uma ciclo via! Proporcionemos aos muitos cicloturistas de Bragança e do Distrito uma prática desportiva saudável e segura. Retiremo-los da perigosidade das estradas! Construamos uma ciclovia asfaltada com duas faixas de rodagem, sinalização e placares informativos adequados. Cativemos os mais jovens para a prática desportiva, demos vida às estruturas edificadas que ainda nos restam, saldemos a dívida que se contraiu com as populações. Se lhes roubaram um meio de transporte fonte de progresso, ofereçamos-lhe ao menos equipamentos alternativos para não deixar a esperança que ainda os alimenta.

.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007

.....a)Nuno Álvares Pereira”

.....**Presidente da Mesa** – Está uma moção na Mesa e pergunto se há pedidos de esclarecimento sobre esta moção?.....

.....Não sendo o caso, pergunto se há intervenções sobre esta moção?.....

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor.

.....**Guedes de Almeida** – Senhor Presidente, isto é sobre a moção no fundo prevê a desactivação que já está, mas pelo menos a extinção da Linha do Tua, o sentido concreto da moção vai nesse sentido?

.....**Presidente da Mesa** – “*Candidatemos o canal ferroviário, e as restantes infra-estruturas, ao IV.º Quadro Comunitário de Apoio. Projectemos uma ciclo via! Proporcionemos aos muitos cicloturistas de Bragança e do Distrito uma prática desportiva saudável e segura. Retiremo-los da perigosidade das estradas! Construamos uma ciclovia asfaltada com duas faixas de rodagem, sinalização e placares informativos adequados. Cativemos os mais jovens para a prática desportiva, demos vida às estruturas edificadas que ainda nos restam, saldemos a dívida que se contraiu com as populações. Se lhes roubaram um meio de transporte fonte de progresso, ofereçamos-lhe ao menos equipamentos alternativos para não deixar a esperança que ainda os alimenta*”.

.....É este o teor afirmativo... ..

.....**Guedes de Almeida** – Eu fui apanhado de surpresa com esta moção e isto dentro de uma perspectiva. Quem se recorda do 25 de Abril de 1974, há que lembrar, havia nessa altura três vias ferroviárias que serviam o Distrito de Bragança – a linha do Sabor, a linha do Tua e, digamos assim, entre o Tua e a Barca D` Alva. E é um processo que de certa forma começa aí precisamente o declínio... eu quanto tempo tenho Senhor Presidente?

.....**Presidente da Mesa** -Eu estou um bocadinho embaraçado... Eu estou um bocadinho embaraçado porque nós estamos num ponto que é o Estado e Vida do Município, e claramente esta moção extravasa... tem uma influência no Município, mas extravasa o Município, e vou com uma solicitação de que se seja muito conciso, eu vou manter em discussão esta moção e pô-la a votação, mas peço efectivamente concisão.
.....O PSD tem tempo.

.....**Guedes de Almeida** – Pronto, acho completamente... e julgo que a Assembleia Municipal é um local efectivamente sério, mas o sentido destas palavras já o tive há quinze anos também nesta Assembleia. E eu julgo que nesta Assembleia Municipal se trazem para aqui problemas que escapam totalmente digamos assim, aos interesses do Concelho e que são problemas de interesse nacional, de responsabilidade do Governo Central e que nós tentamos no aspecto de actos lúdicos aqui tratar sem medirmos efectivamente a responsabilidade daquilo que estamos a tratar. Porque há muitas medidas que são aqui tomadas e depois chegam ao Executivo ou chegam ao Governo, manda-se para o Governo, para o Primeiro Ministro, para as Assembleias Municipais, as pessoas aqui aborrecem-se umas com as outras e não leva a nada, os problemas mantêm-se, arrastam-se e agravam-se. Esta é uma situação concreta precisamente do encerramento das linhas ferroviárias. E no preciso momento em que ainda se está a discutir, que ainda não foi encerrada, em que ainda a CP e o Governo não determinaram o encerramento da linha do Tua, apresenta-se aqui hoje uma proposta em que se quer transformar uma linha Ferroviária numa pista de cicloturismo.
.....Eu considero isto, com o devido respeito, um autêntico disparate, e vão-me perdoar a expressão mas é no sentido qualificado
..... Ainda há dias houve em Mirandela e com a intervenção de algumas Associações, que se aproveite neste momento até a discussão da Barragem do Rio Tua, que vai ser construída pelo Governo, ou pelo menos pretende construir, que a linha do Tua seja reactivada até Bragança. Há esta luta por forças não só locais, mas também nacionais, e sobretudo de obrigar o Governo a que contemple esta província de Trás-os-Montes e o Distrito de Bragança com a via ferroviária dentro do Plano Ferroviário Nacional. Numa altura em que há, digamos assim, pessoas interessadas no desenvolvimento da política nacional e de determinadas regiões do interior, apostadas em centrar que o declínio desta região começa precisamente quando politicamente Lisboa decide que haviam de ser encerradas, desactivadas as vias ferroviárias. E aí começa, em 84-85 o declínio económico e humano desta região, a desertificação desta região. Mais, pela calada da noite, em que é responsável Governos do PS e do PSD, concretamente Rosado Correia, pessoas do PSD, autarcas do PSD e do PS, em que pela

calada da noite deixam levar o património da estação, em que há dias foi dito em Mirandela que dão o Metro de Mirandela e em que a Câmara de Mirandela beneficiando a CP, tem que ainda indemnizar a CP em duzentos e vinte mil contos.

..... Eu também perguntava ao Senhor Presidente quanto é que, digamos assim, indemnizou a CP, pelo facto de utilizar, também acho que não sabe, indemnizou a CP para aproveitar na Estação Rodoviária, onde agora se encontra. Quer dizer, isto é, na prática o Governo Central através da CP e do Ministério das Comunicações retiram os bens que tinham que servir as populações, que é da obrigação do Estado alimentar, deixam degradar o património, e ainda têm que ser as autarquias para aproveitar esse património ter que indemnizar a CP por um mal e por um bem que retiraram desta região, isto é, é duplamente beneficiada.....

.....E estar neste momento quando efectivamente há uma luta para manter as vias ferroviárias, pelo menos uma via ferroviária que sirva todo este interior, porque também deixa de ser, no Plano Ferroviário de João Cravinho é a única zona do país a partir da Régua para cima que não está prevista no Plano Ferroviário Nacional. E precisamente neste momento, porque ainda não foi encerrada, que seja reactivada a via ferroviária através de uma outra “vitola” para chegar até Bragança, que se venha neste momento apresentar uma proposta de “acabem com isto, que afinal isto não serve ninguém”, numa altura em que se discutem acessibilidades, hoje discutiu-se aqui a A4, e quando o transporte Ferroviário é considerado o transporte do futuro, se venha aqui quase a dizer “acabem com isso e deixem-nos por ali umas pistas para bicicletas”... se isto chegar a Lisboa eu não duvido que amanhã terão uma resposta – Sim senhor fiquem com isso tudo, ponham lá a pista, que nós não queremos saber disso.

.....Aconselhava, já que somos parceiros, eu não conhecia, a retirar esta moção, que eu julgo que é prejudicial à região se for aprovada.

.....Portanto, era apenas isto que eu queria dizer.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Adérito Lhano.

.....**Adérito Lhano** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caríssimos deputados desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores.....

.....Fiquei algo surpreendido com a apresentação desta moção, não obstante de ser do Grupo Parlamentar a que pertenço, e em função de facto de eu estar directamente ligado a um projecto e fazendo parte da equipa que está a elaborar o projecto, que vem já há de a meio ano a esta parte, e que a própria Comunicação Social tem veiculado, que na semana passada fez um workshop num Hotel aqui de Bragança, com a presença aproximada de cem pessoas, coma Administração da REFER, com técnicos das várias áreas, a Administração da INVESFER que é a empresa que gere o património da própria REFER, e portanto vir agora aqui esta

moção surpreende-me de alguma maneira pelo facto de não ter ainda vindo a público todo o trabalho que está a ser feito. E o trabalho neste momento que está a ser feito é este, e Bragança e a Câmara já fez esse mesmo trabalho e fez muito bem, está a ser agora compilado um trabalho global, e portanto daí a surpresa desta moção apresentada.....

..... E eu queria dar conta a esta Assembleia de que o projecto passa efectivamente pela reabilitação e neste momento o estudo prévio está feito, a disposição da REFER a candidatar ao QREN, e só o poderá fazer se for um projecto multimunicipal, um projecto regional, que é nessa base que está a ser feito, havendo já a adesão dos Municípios da linha do Tua, vai a ligação de Bragança a Carvalhais, a ecopista em termos do canal ferroviário e na reabilitação do património construído far-se-á desde que haja sustentabilidade para o fazer.....

..... Neste momento há investidores de várias áreas interessados em vir também encontrar também a forma desse investimento em todo o património construído e que hoje está degradado.

.....Portanto, o Projecto Global envolve Bragança até Carvalhais, Bragança e a Câmara Municipal têm já um projecto para a ecopista de Bragança, que vai ser ligada a esse canal ferroviário, irá até Carvalhais.

..... Depois temos Miranda do Douro ao Pocinho, Miranda do Douro, termina em Duas Igrejas, a Estação, mas vai fazer-se a ligação de Miranda a Duas Igrejas até ao Pocinho, vai ser feita a ligação do Pocinho a Barca D`Alva e do Pocinho a Barca D`Alva só não se fará a ecopista se porventura... porque ainda ontem reuniram vinte e oito Municípios, reuniram no sentido de defender que o comboio volte a apitar do Pocinho a Barca D`Alva. Ou seja, como há um comboio histórico até à Régua querem que apite, enfim, esta é uma expressão Ferroviária, que apite o comboio do Pocinho a Barca D`Alva, precisamente porque a navegabilidade termina também em Barca D`Alva.

..... Mas isto é o projecto Global e este projecto vem envolver, depois da apresentação que fizemos na CCR no Porto e do Workshop feito aqui, já estiveram presentes os Municípios de Chaves, Vila Real, no sentido de aproveitamento do Corvo. Eles tem vindo a discutir essa questão e está a ser preparado para ser envolvente também ao projecto que eu referi, também o aproveitamento da linha do Corvo.

.....Isto para dizer que essas linhas irão contemplar as Ecopistas, que o património construído será reabilitado desde que para tanto apareçam, enfim, investidores, ou melhor promotores, para depois poderem aproveitar esses projectos, e para protocolizar com a REFER esse mesmo aproveitamento, isto tudo no âmbito projecto regional multimunicipal que está perfeitamente definido e que a REFER defendeu, que a imprensa defendeu e que tem neste momento já uma envolvimento muito maior e portanto daí e é essa a razão de alguma maneira ter ficado surpreendido de ter aparecido esta moção, desconhecendo este projecto global.

.....O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé esteve presente também nessa reunião da definição deste projecto.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pela sua intervenção.

.....O Senhor proponente depois das solicitações que recebeu, quer usar da palavra?

.....**Nuno Pereira** – Ora bem, esta proposta era só para ser de Mirandela a Bragança. Mesmo assim, eu penso que num futuro próximo irá acontecer. Eu neste momento vou retirar a proposta, e vamos aguardar o que o futuro nos vai reservar, não é?

.....**Presidente da Mesa** - E com certeza que terá ocasião de receber algumas informações adicionais do que se está a passar e que ajudem a reformular.

.....Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, tem a palavra.....

.....**Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

.....Bom, eu introduzo a minha intervenção dando aqui resposta a uma pequena provocação do amigo Luís Pires, que diz que o Senhor Presidente da Câmara vai perder umas noites de sono, agora que há uma espécie de tiro de partida entre o amigo Paulo Xavier e o amigo Jorge Novo. Eu devo dizer que quem deve perder o sono é o Partido Socialista. Com candidatos deste porte quem está com problemas de sono é o PS! Porque seja nas Juntas de Freguesia, seja em qualquer outro órgão autárquico são candidatos de valor, são autarcas de mérito, e que servem de exemplo a muita gente, até a Socialistas. E portanto são vocês que têm que perder o sono.

.....Ó Senhores deputados, eu devo dizer-lhes que provavelmente a Assembleia mais penosa do ponto de vista emocional em que estive, foi esta, e foi esta porque fiquei muito surpreendido quando o amigo Vítor Prada nesta tribuna diz que prestou declarações à Comunicação Social, duas vezes pelos vistos, apontando o dedo à Câmara e ao Executivo Camarário pela actual situação vivida.

.....E eu fico entristecido porque eu sei que as “flash interviews” estão muito em voga, quer no hemiciclo de São Bento, pelos vistos também aqui na nossa pequena Assembleia Municipal. E pelos vistos o seu líder também faz escola entre os Santanistas.

..... De qualquer forma, eu devo dizer o seguinte, eu fiquei entristecido por um motivo, é verdade que mais cedo ou mais tarde vão ser assacadas responsabilidades, é verdade que mais cedo ou mais tarde vamos ter que fazer uma reflexão sobre o processo que nos conduziu

a este momento presente, é óbvio que sim. Mas, os cidadãos lá fora, aqueles que há umas semanas tomaram conhecimento da situação dramática que a cidade vive em termos de abastecimento de água, esperam desta Assembleia, esperam deste Órgão de representação popular uma atitude de coesão, de liderança e de afirmação clara daquilo que são os interesses do município.....

..... Esta não é a hora de apontar os dedos, esta não é a hora de procurar deferir responsabilidades, esta não é a hora de procurar tirar dividendos eleitorais a partir de uma situação absolutamente dramática que o nosso Concelho vive.

..... E quando vocês dizem “bom, mas o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara procuram empolar esta situação, procuram sacudir a água do capote para outros sobre a verdadeira situação que está criada”, eu devo dizer, bom, eu defendi de manhã uma política de transparência, de frontalidade, e portanto eu acho muito bem que este Presidente de Câmara ou outro Presidente de Câmara, qualquer autarca com responsabilidades que seja confrontado com esta situação diga aos seus cidadãos, diga aos seus munícipes qual é a verdadeira situação em termos de abastecimento de água.

.....Porque, meus amigos, nós podemos lutar o tempo que quisermos pelo poder, nós podemos disputar as eleições que quisermos, nós podemos degladiarmo-nos politicamente as vezes que entendermos, mas há uma coisa que é certa, há valores fundamentais que nos devem unir, e esse valor fundamental, esse interesse fundamental deve ser o de melhor servir as populações.

.....E neste caso, e neste caso é fundamental que os nossos Munícipes, aqueles que através da Comunicação Social vão tomar conhecimento daquilo que aqui hoje se passou, recebam um sinal, um sinal claro e inequívoco de que os seus representantes autárquicos estão bem conscientes das dificuldades, que os seus representantes autárquicos estão irmanados nesta vontade de procurar encontrar uma solução para este problema, e não vale a pena escamotear, não vale a pena escamotear aqui com pseudo argumentos técnicos.

.....Eu ouvi dizer, ou li, que foi Aristóteles que disse um dia: “um homem sábio nem sempre diz o que pensa, mas pensa sempre aquilo que diz”, e é por isso que eu antes de dizer, penso muito bem no que vou dizer, e nunca, ou raramente falo daquilo que não sei.

.....E portanto como eu não sei, por exemplo, como funciona o sistema de abastecimento de água do Alto Sabor, porque é uma questão eminentemente técnica, eu acredito nas informações que a Câmara Municipal e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal aqui trouxe de manhã, e que de forma muito clara explanou.

.....E se dúvidas há, e se dificuldades de entendimento há sobre esse tema, pois Senhor Presidente eu rogo-lhe por favor, repita se necessário, as vezes que necessário for. Porque eu não posso permitir, e eu enquanto membro desta Assembleia fico verdadeiramente chocado, se calhar é um termo demasiado forte, mas melindrado, quando se tenta passar a ideia de que

esta Câmara procurando amealhar mais uns tostões, procurando amealhar mais uns tostões, pôs em causa o abastecimento público de água!
.....E isto é que é inaceitável! E isto é que carece de demonstração! Porque eu tenho a certeza de que pessoas muito mais habilitadas do que eu, muito mais conhecedoras do que eu deste sistema de abastecimento público de águas, poderão desmontar essa teoria.
.....Aliás o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de França, teve a oportunidade de o interpelar ao longo da sua intervenção procurando desmenti-lo.
..... O Dr. Amândio Gomes que é provavelmente o decano dos membros desta Assembleia Municipal, e que assistiu a todos os passos que conduziram à implementação, discussão, projecção deste sistema, teve a oportunidade de dizer “não, o Senhor não percebeu bem! É melhor verificar.”
.....E portanto, Senhor Presidente, abusando da sua paciência eu digo-lhe, pelos vistos há membros da Assembleia que ou não entenderam ou não querem mesmo entender. E querem fazer desta questão uma política eleiçoeira, uma política eleiçoeira, e isto é que é inadmissível.
.....Havemos de nos sentar aqui um dia, se Deus quiser dentro em breve, para discutir afinal de quem foi a responsabilidade, afinal quem é que criou este sistema de abastecimento em alta da água? Havemos de discutir quem é que entregou à companhia Águas de Portugal.....

.....
.....**Nuno Reis** – Espere lá, eu se calhar ia ler a lei que criou o sistema!... não vão ter alguma surpresa. E portanto digo-lhes que teremos oportunidade de vir aqui um dia discuti-la. .

.....
.....**Nuno Reis** – Ó Senhor deputado, eu ouvi-o com toda a atenção... E portanto, havemos de ter oportunidade de vir aqui um dia, quando esta crise estiver ultrapassada, quando este problema estiver resolvido, e se Deus quiser e se S. Pedro ajudar há-de ser para breve, e teremos oportunidade, aí sim, de tirar teimas. Aí sim havemos de dizer quem é que de facto tem a responsabilidade pelo atraso da construção da Barragem de Veiguinhas. Aí sim. Os Senhores terão oportunidade de disputar connosco os vossos pontos de vista.
..... Até lá Senhores deputados, rogo-vos encarecidamente, vamos dar em conjunto este sinal, a Assembleia Municipal de Bragança está mais interessada em resolver este problema e está mais interessada em respaldar uma decisão e um plano de contingência da Câmara Municipal para ultrapassar esta crise, do que propriamente me tirar dividendos eleitorais partidários, que, neste momento nada adianta ao comum dos Municípios, e portanto Senhores deputados peço-lhes acabem com esse discursos, acabem com esse discurso. Porque esse

discurso Senhores deputados não prestigia a Assembleia, não prestigia a política, e sobretudo não acrescenta rigorosamente nada, nada aos cidadãos.

.....Mas é importante que os Senhores percebam, nós não fazemos política às escondidas dos cidadãos, nós temos a coragem de defender as nossas posições, temos a coragem de confrontar os nossos concidadãos com as opções que defendemos, temos a coragem de defender a nossa obra, temos a coragem de explicar as razões que conduzem àquilo que construímos, umas vezes bem, outras vezes mal, como o deputado Luís Pires aqui disse, cada um tem a sua visão política e é naturalmente respeitável, mas há uma coisa que nós não fazemos, que é a política às escondidas dos cidadãos, e portanto nós reconhecemos que todos os Bragançanos têm que saber qual é a verdadeira situação. Os Bragançanos têm que saber que a cidade e o Município atravessam um problema de abastecimento público de água e por isso precisamos do contributo de todos, de todos! Porque este momento de crise, este momento mais difícil precisa de uma liderança, e essa deve ser assegurada por todos os autarcas, independentemente de cores políticas, independentemente de ideologias partidárias.

.....Com isto Senhores deputados não se faz política! Com isto Senhores deputados, nós garantimos é a subsistência desta comunidade e por isso peço o vosso apoio, por isso peço até melhores dias que moderem o vosso discurso, e aí sim, vamos disputar.

.....Disse.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Castro.

.....**José Castro** – Boa tarde a todos.

.....Em primeiro lugar queria sossegar esta Assembleia e esta Mesa, dizendo que a CDU não prestou declarações à Comunicação Social e portanto por aí podem ficar descansados.

.....Depois, antes de ir ao problema principal que nós temos discutido esta tarde, três apontamentozitos que queria deixar registo à Vereação.....

..... Em primeiro lugar um apontamento, e muito significativo, sobre uma das Freguesias mais afastadas do nosso Concelho, concretamente Macedo do Mato. Houve uma intervenção numa estrada, concretamente na sua ligação a Bagueixe (Macedo de Cavaleiros), uma intervenção que foi feita com cerca de mil metros de comprimento, e que dá ideia que não houve qualquer coordenação entre a parte técnica das duas Autarquias.....

..... Ver o que é que se passa, porque ficou uma estrada demasiado estreita para a importância que tem, ou seja, é impossível cruzarem-se dois carros pesados, as bermas ainda estão por fazer, alteraram caminhos públicos sem dar sequer conhecimento aos interessados e

aos proprietários, e portanto ficou feita de tal maneira que quando há gelo na estrada os carros patinam, não conseguem subir, não conseguem transpor a estrada.....

.....O segundo apontamento era sobre o dia que se comemora amanhã. Amanhã, dia 15 de Dezembro é o Dia do Idoso e nós estamos ainda à espera até hoje do tal diagnóstico social que está por fazer no nosso Concelho.

.....Que é feito desse diagnóstico Social?.....

..... E neste sentido gostava de fazer um apelo também à Câmara Municipal, para que de facto olhe para o que estão a fazer outras Câmaras, eventualmente outras Câmaras Municipais que não tenham o índice de envelhecimento que tem o nosso Município e veja a forma como já estão a utilizar as novas tecnologias, precisamente para acompanhamento de idosos que estão isolados em casa, seguramente a maioria dos Presidentes de Junta de Freguesia que estão aqui conhecem situações de idosos que estão sozinhos em casa à espera de qualquer coisa que lhes possa acontecer e que ficam lá sozinhos porque não conseguem recorrer a ninguém.

.....E o terceiro apontamento é relativo à Casa do Abade. Chegou-nos informação de que a casa do Abade em Baçal, que esta Assembleia por unanimidade em 1999 declarou como imóvel de interesse Municipal, foi vendido à empresa SOPEDRA.

.....Queremos saber se a Câmara Municipal tem conhecimento dessa situação e se ponderou utilizar o seu direito à opção na compra e se o fez, não fez, porque razões?

.....Bom, e voltando outra vez ao problema da água, porque ao contrário do que se quer fazer passar aqui, isto não é um problema técnico, isto é um problema político, é um problema muito sério.

..... Normalmente os Partidos quando estão aborrecidos com as políticas dos seus próprios dirigentes, dos seus próprios Partidos, o que fazem é dizer “ó pá, isso é um problema técnico, não temos nada a ver com isso, isso são politiquices...” Não, isto não são politiquices. Isto é política! De facto, os Munícipes foram confrontados há muito pouco tempo, como estava aqui a dizer o Nuno Reis, com uma situação extremamente gravosa. E através de uma carta que diz muito derrepente, “Senhor Município temos água para mais quarenta dias, e é uma pena que não seja feita a Barragem de Veiguiñas, enquanto não tivermos a Barragem de Veiguiñas não há água para a Cidade de Bragança em segurança”.....

..... Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara é uma pessoa crente, eu também sou, todos nós temos as nossas convicções, sabemos até que acredita no Primeiro Ministro que veio cá em 2006 anunciar uma auto-estrada para Trás os Montes pronta em 2011, e que passado um ano volta aqui a vir anunciar a mesma auto-estrada, antecipando essa auto-estrada para 2011. Mas eu não acredito que consiga fazer a Barragem de Veiguiñas em quarenta dias. Não acredito! Vai ser impossível, e portanto não vai ser Veiguiñas que vai resolver este problema. Antes pelo contrário.....

..... E portanto importa saber, há quanto tempo é que a Câmara tinha indicações, inclusivamente do Governo para que o caminho a seguir, teria que arrear caminho relativamente a Veiguinhas e ir noutra direção? Se não sabe, eu digo-lhe. Há uma carta, que até foi dirigida à Presidência desta Assembleia Municipal, que é de Agosto de 2005, em que concretamente o Ministro do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional diz, “atenção que se considerou desfavorável a implementação das alternativas Barragem de Veiguinhas, Barragem do Parâmio, Barragem de Castrelos, e considerou-se favorável o abastecimento de Bragança e limitrofes a partir da barragem do Azibo”. Ok? Condicionada ao cumprimento das medidas de minimização. Portanto já lá vão dois anos.

.....

.....**José Castro** - Deve estar a falar de si, não é? Ou qualquer coisa do género!

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia, eu pedia a todos contenção, é compreensível que um tema tão importante e que causa tantas apreensões e visto de várias maneiras, tenha algumas reacções intempestivas. Mas todos temos que ter o controle suficiente para o tratar devidamente, e é esse controle e é essa contenção que eu peço a todos os presentes.

.....Senhor membro da Assembleia José Castro, pode continuar.

.....Faça o favor.

.....**José Castro** – E portanto esta medida do Governo foi tomada, segundo o Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, em comunicação a esta Assembleia em Agosto de 2005, foi tomada em 4 de Março de 2005. Deve ter sido das últimas medidas que tomou o Governo de Pedro Santana Lopes, e portanto foi uma medida tomada provavelmente por alguém que eventualmente amanhã irá camaradar consigo no Conselho que vai decorrer aqui em Bragança. E era isso que devia ter informado os Municípios nessa carta que escreveu, e a dizer, realmente os Governos tanto do PS como do PSD até hoje não nos permitiram fazer a Barragem de Veiguinhas.

.....**Presidente da Mesa** - O seu tempo está ultrapassado em quatro minutos, é exactamente o mesmo tipo de tolerância que foi concedido. Eu peço para terminar.

.....**José Castro** - Pois bem, sabendo já há mais de dois anos que devia assegurar rapidamente outras soluções que não ir insistindo nesta solução, perguntava-se que medidas foram tomadas, que medidas foram tomadas para obviar a situação em que nos encontramos

hoje? Porque não se conhecem nenhuma. E perguntava outra vez, que medidas pensa fazer a longo prazo? Vai continuar a ficar à espera para impor a sua solução, ou vai realmente arranjar uma solução para Bragança ter água?.....
.....Quanto é que nós vamos pagar a mais por causa de ter este plano de contingência, em vez de facto de termos criado as infra-estruturas que permitissem o abastecimento de água a Bragança?
.....Porque é que demorou tanto tempo a pedir o interesse público da Barragem de Veiguinhas?
.....Já sabe quem é que vai autorizar a Barragem? Já sabe?
.....Já está convencido que realmente o entregar a infra-estrutura em alta às Águas de Portugal foi um fracasso total e que pode ser também a explicação de não termos a Barragem de Veiguinhas? E que agora está aqui o PSD – foste tu – e o PS – foste tu – relativamente às Águas de Portugal? Se estamos todos de acordo porque é que não saímos das Águas de Portugal? E fazemos nós a Barragem com o sistema municipal?.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Queira terminar.

.....**José Castro** - Deixe-me só terminar com mais três coisas relativamente à carta.

.....**Presidente da Mesa** – Eu peço desculpa. Peço desculpa. Tem cinco minutos neste momento.....

.....**José Castro** - Mas ó! Senhor Presidente, é o único Grupo que avançou no tempo?

.....**Presidente da Mesa** – Avançou o PS cinco minutos proporcionalmente.....

.....**José Castro** - E o Senhor Presidente da Câmara também?.....

.....**Presidente da Mesa** – O Senhor Presidente da Câmara... houve outra explicação. Eu peço-lhe desculpa, a tolerância dada é perfeitamente razoável, e também acho que o essencial das suas perguntas está posto. Também acho.

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia, não há dúvida nenhuma que o tema desta sessão do dia 14 de Dezembro de 2007 é a água. E apesar de todo o tempo já dispendido com esta matéria e das ultrapassagens dos tempos, o Senhor Presidente da Câmara informa-me que tem duas ou três informações importantes nesta matéria para

transmitir à Assembleia. E dado o clima de alguma dúvida que está criado, eu vou conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara pedindo-lhe toda a brevidade nessas informações.....

.....**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente, muito obrigado.

.....Eu prometo que noutros assuntos vou reduzir muito o tempo, mas este tema é demasiado importante.

.....Primeiro - a minha solução, porque acho que a solução de todos os Bragançanos é Veiguinhas, não sei qual é a solução do Senhor deputado José Castro – não sei qual é! Ainda não disse qual é! – é Veiguinhas? É o Azibo? Qual é? A minha é Veiguinhas. Não conheço nenhuma outra. Portanto demagogia fácil não faz sentido nenhum.

.....

.....**Presidente da Câmara** – Senhor deputado, eu não o interrompi, peço desculpa, se quiser ter a gentileza de assistir nessas condições, está tudo bem, e para eu lhe poder responder também.

.....A questão de Macedo do Mato é coordenada entre os técnicos e seguramente que ficará em condições.

.....Questão ferroviária - eu acho que há que reflectir ainda um bocado em termos estratégicos.

.....Mas vamos à questão da água, e continuando a questão da água porque é importante. ..

.....Eu tenho obrigação perante vós de demonstrar, ainda assim gastando mais um bocado de tempo e peço desculpa ao Senhor Presidente, digamos que não estou aqui numa posição de pessoa astuta. Não aceito essa designação Senhor deputado. Tem que ter paciência. O senhor hoje, tem tido na sua atitude, tem tido presente muita inquietude, é verdade que sim. Com muito pendor para a agressão pessoal e menos para o confronto político. Desculpe-me, essa não é a minha forma de estar na vida, eu acho que as pessoas têm que agir com seriedade, com frontalidade, com correcção e tendo presente o desígnio público como desígnio maior, porque é essa a missão que o Senhor tem e que eu tenho. E quando o Senhor passa a mensagem que passou hoje para fora, não serviu nem o interesse público, nem sequer o interesse do seu partido.

.....E para que não haja dúvidas, eu defendo os técnicos do Município, defendo todos os trabalhadores do nosso Município, e se algum problema existir com eles, eu resolvo-os no sitio certo, e estou ciente, consciente, de que os nossos técnicos não fornecem à gestão do Executivo informações deturpadas ou erradas. Eles dizem-me, Presidente, é absolutamente seguro que não há fugas na conduta.....

..... Senhor deputado, as insinuações que o Senhor fez, eu faço o desafio, a Assembleia hoje se quiserem, eu acompanho-vos ao longo de toda a extensão, não mando ninguém, vou eu, para comprovar se há alguma fuga na conduta! Porque não se pode fazer demagogia desta forma, nem dentro, nem fora! Não aceito essa situação! Peço desculpa.

.....**Presidente da Câmara** - Bom, eu acompanho-o a si pessoalmente! Se quiser! Está feito o desafio! Quando quiserem. Ponto final. Inspeção às condutas todas, sem excepção. E digolhe mais, e quero-lhe falar mais Senhor deputado, queria que o Pedro me passasse o diagrama do abastecimento de água, tem algumas coisas que eu tenho que dizer, peço desculpa, mas tem que ser, o tema é importante e não vale a pena andar com meias tintas.



.....Os Senhores deputados percebem que toda a água que vem de Serra Serrada, quando é conduzida para Bragança, ou seja, quando a barragem não está a vaziar, não está a descarregar na sua plena capacidade, ela vem pelo circuito hidráulico, é turbinada em Montesinho, eu vou passar os gráficos de Montesinho, já os mandei transferir para aqui, porque eu não oculto informação. Quero-lhe dizer isso, frontalmente. E também lhe vou dar nota dos consumos já contabilizados, de seguida, confiando plenamente nos serviços. Para

que não haja dúvida de ninguém! Não posso tolerar isso, nem permitir, porque têm que se dizer as coisas com seriedade e com dignidade. Pergunto-lhe se toda a água que é descarregada na barragem de Serra Serrada é descarregada? Eles abrem de mais as comportas na Serra Serrada. Para fazer energia, só podemos fazer energia na central de Montesinho. E depois de turbinar na central de Montesinho, vai para onde? Só pode ir para o canal, só pode ir para o circuito hidráulico, e para chegar aqui e vir para Bragança, porque se chegar aqui e não for para Bragança vai para onde? Vai para turbinar em Prado Novo. Mas eu já vos mostrei de manhã que não turbinamos em Prado Novo. Então pergunto, fica a dúvida,

.....**Presidente da Câmara** - Desculpe lá... Senhor deputado, diz assim, “eu não percebia, mas explicaram-me e passei a perceber”. Quem lhe explicou não percebe nada, patavina do assunto. Desculpe lá. Pergunto a si, a água que é turbinada em Montesinho, perguntamos, para onde é que ela vai? Desculpem lá a pergunta, vai para onde? Vai à ETA, disse bem, porque só podia ir para aí. Porque de outra maneira tinha que ser turbinada, e nós não a turbinamos.

.....Agora vou prosseguir com os números da contabilização do consumo destes meses, para saber para onde foi a água da Barragem. O Pedro está a tentar projectar, não o farei agora, fá-lo-ei mais tarde, noutra assunto. Já está aqui... ..

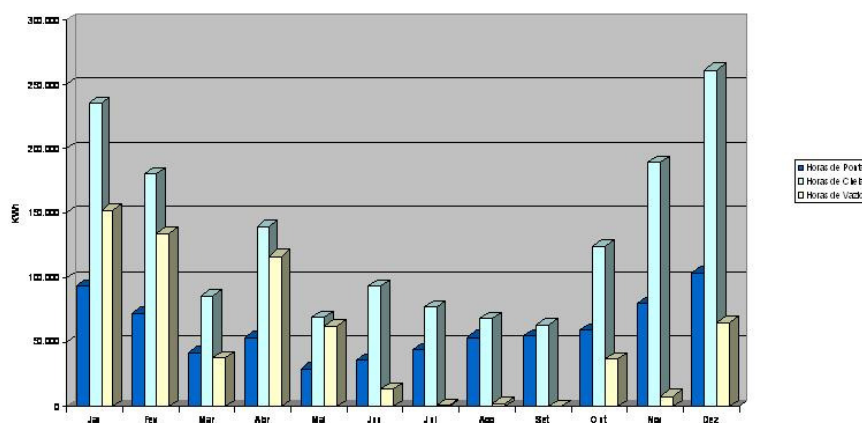


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DE MONTESINHO – ANO 2004

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	93.510	72.153	41.388	53.952	28.832	35.612	44.122	54.017	54.322	59.453	79.747	103.857	720.965
Horas de Cheia	235.170	180.791	86.122	140.009	68.915	93.582	77.432	67.800	63.561	124.457	189.613	261.589	1.589.041
Horas de Vazio	152.444	134.362	38.094	116.722	62.189	13.806	454	2.097	36	36.617	8.027	64.898	629.746
	481.124	387.306	165.604	310.683	159.936	143.000	122.008	123.914	117.919	220.527	277.387	430.344	2.939.752

Produção em kWh da Central de Montesinho para o ano de 2004



.....Esse diagrama precisa da explicação de 2004, mas está bem, passa 2004, em 2004, durante o verão a água que sai de Serra Serrada, que vem para a cidade é toda turbinada, e não vai para mais lado nenhum, em Prado Novo eu mostrei de manhã que não havia turbinagem.

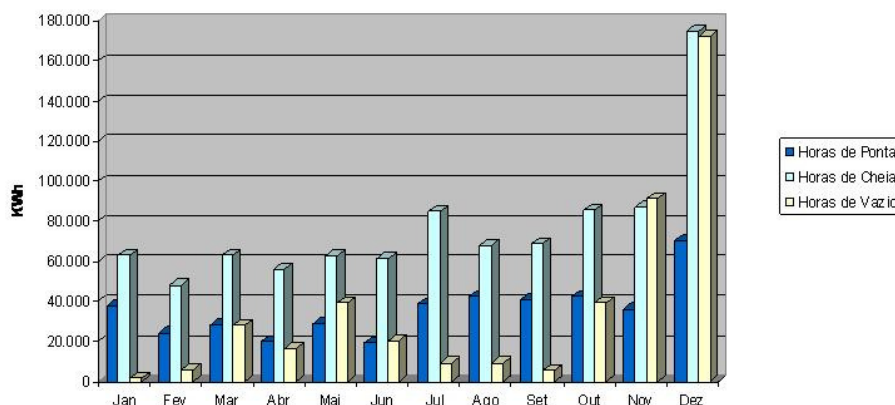


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DE MONTEZINHO – ANO 2005

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas de Ponta	37.527	24.198	28.148	20.077	29.009	19.428	38.365	42.373	40.697	42.429	36.314	70.182
Horas de Cheia	62.770	48.102	62.912	55.951	62.508	61.134	84.693	67.894	68.964	85.462	86.900	174.971
Horas de Vazio	1.667	5.806	27.896	16.467	39.158	20.195	9.009	8.984	5.644	39.076	91.208	172.103
	101.964	78.106	118.956	92.495	130.675	100.757	132.067	119.251	115.305	166.967	214.422	417.256

Produção em kWh da Central de Montezinho para o ano de 2005



.....2005, a água que sai de Serra Serrada é toda turbinada.....

.....**Presidente da Câmara** - Não, eu posso-lhe mostrar e nós vamos fazê-lo, não quero dúvidas. Fá-lo-emos se necessário directamente a cada cidadão por carta. E eu vou falar da iniciativa que tomaremos a seguir, porque não gosto de confusões, e não gosto de demagogia sobre o processo e quero que quem tem responsabilidades assuma quando não avalia devidamente os assuntos.

.....Podemos passar ao gráfico de 2006, naturalmente gastando muito pouca água de Serra Serrada, turbina-se muito pouco na Central de Montezinho. Mas quando chove, quer no início do ano, quer no final do ano, a água transborda da barragem, é turbinada, é normal, em todo o lado seria assim.....

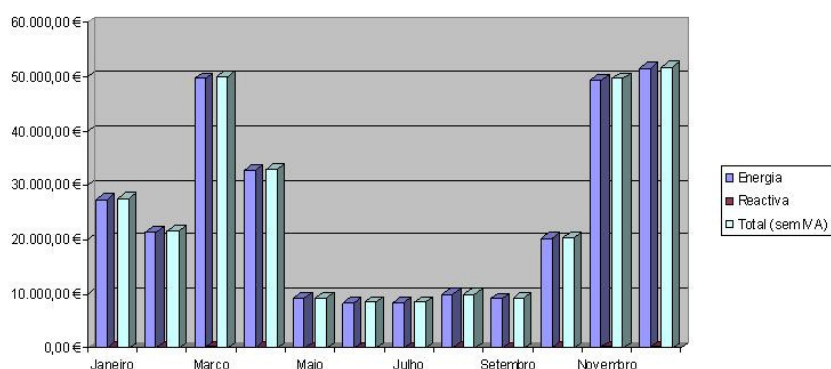


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DE MONTESINHO – ANO 2006

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	60.867	44.692	105.354	69.396	22.603	25.677	31.776	43.241	36.011	46.704	102.685	106.960	695.966
Horas de Cheia	150.061	123.509	262.247	171.312	48.318	49.880	44.384	50.879	45.695	104.472	258.625	259.886	1.569.268
Horas de Vazio	145.131	111.945	267.896	186.245	51.311	30.977	30.319	29.036	35.618	110.060	254.818	277.155	1.530.511
	356.059	280.146	635.497	426.953	122.232	106.534	106.479	123.156	117.324	261.236	616.128	644.001	3.795.745

Total em euros da produção da Central de Montezinho ano 2006



.....Passamos a 2007.

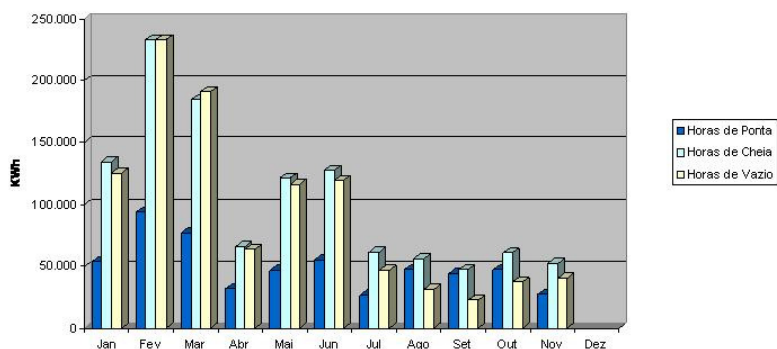


ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉCTRICA - CENTRAL DE MONTESINHO – ANO 2007

kWh	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Horas de Ponta	53.528	93.822	76.659	31.447	46.684	54.810	26.408	47.066	43.882	47.153	26.876		548.335
Horas de Cheia	134.552	233.237	184.793	65.752	121.128	127.847	61.226	55.636	47.134	60.988	51.977		1.144.270
Horas de Vazio	125.629	233.106	191.210	63.394	116.342	119.623	46.612	30.901	22.429	36.940	40.168		1.026.354
	313.709	560.165	452.662	160.593	284.154	302.280	134.246	133.603	113.445	145.081	119.021	0	2.718.959

Produção em kWh da Central de Montezinho para o ano de 2007



.....Bom, em 2007 choveu no início o ano, a partir dali o gráfico está à vista! E é sobre aqueles meses de Julho, daí para diante, que têm que se fazer as contas.

.....Agora vou-vos dar as contas, e vou distribuir aos Senhores Deputados os consumos do ano. Vamos fazer o seguinte raciocínio, desculpem lá mas vamos fazer o seguinte, a barragem de Serra Serrada tem uma capacidade em termos de fornecimento de 1,2 milhões de metros cúbicos, eu disse-vos, abrimos a Barragem a 16 de Julho, correcto? Do mês de Julho à actualidade sem contar o mês de Dezembro contabilizamos 1 milhão e vinte e cinco mil metros cúbicos, ou seja, faltam-nos cento e tal mil metros cúbicos. É o que temos na barragem, pouco mais. Mas não esqueçam que há perdas também, por evaporação. Portanto, Senhor deputado, vai ficar com estes números, e vai-me desculpar... ..

.....

.....**Presidente da Câmara** – Peço desculpa, eu vou distribuir os gráficos e não vou entrar nessa contabilidade, já! Desculpe lá, eu já lhe disse a si, eu já lhe disse, utilize o que quiser, faz as suas contas com os peritos que o informam a dizer, estão aqui “x” euros de turbinagem, quantos metros cúbicos de água, quantos metros cúbicos foram fornecidos à cidade? Desculpe lá, é isso que tem que fazer. Eu não vou fazê-lo aqui. O Senhor pode fazê-lo com os peritos que o aconselham, eu faço-o com os técnicos da Câmara porque confio neles, que são pessoas responsáveis e defendo-os com consciência porque também não tolo e sei com quem estou a trabalhar e sei as dificuldades, e sei como reagir a elas.

.....E se se gastaram 1,025 milhões de metros cúbicos, para 1,2, pergunto, o que está lá? Não esclarece suficientemente as dúvidas? Turbinamos excedentes de água, foram irresponsáveis os serviços da Câmara? Desculpe Senhor deputado, não foram! Temos de falar com seriedade. O Senhor hoje não falou com seriedade nem para a Assembleia, nem perante o público, nem perante o País. E isso é intolerável, e vou-lhe dizer, sabe porquê? Porque em assuntos importantes, eu vejo cidades, gente que se une, Vila Real, Mirandela, e outros em assuntos importantes, as pessoas sabem se unir à volta daquilo que é essencial e lamentavelmente aqui em assuntos que são fundamentais para os cidadãos, há sempre gente que está no bota abaixo. E o bota abaixo não leva a lado nenhum ouviu! E o Senhor hoje não fez outra coisa senão o bota abaixo. E isso não é política de seriedade, como disse, nem para os cidadãos, nem para o Partido que representa.

.....E quero prosseguir com o seguinte.....

.....Eu não gosto de o insultar, nem o estou a insultar. A carta que enviamos aos cidadãos, alguns dos Senhores deputados não a conhecem, vou mandar fotocopiá-la particularmente para os Senhores Presidentes de Junta, fomos muito claros e muito correctos com os Municípios do meu ponto de vista. Na próxima semana vamos fazê-lo da mesma forma, vamos continuar a informá-los, fazendo da mesma forma, enviando uma carta, dando-lhe conta da situação, do Plano de Contingência e também da energia produzida e em que condições tem sido produzida para que as mensagens demagógicas não tenham espaço para serem

absorvidas. Vamos fazê-lo. Quem não deve não teme, a informação para os cidadãos é essencial. Quanto mais informação tiverem, e particularmente se ela for correcta, melhor conseguem decidir. E nós não ocultamos informação, mesmo nessa área. Vamos fazê-lo na próxima semana.

.....Também referir a posição sobre a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. A minha atitude como Presidente de Câmara continua a ser a mesma, eu defendo o sistema, defendo a empresa, defendo a integração da Câmara nesse sistema. É um sistema construído para o País, com pés e cabeça, mesmo que tenha uma ou outra fragilidade.

..... Não sou apologista da privatização das águas no País. Não sou apologista dessa medida, trata-se de um bem essencial à vida e aos cidadãos e não deve estar, do meu ponto de vista, no domínio das políticas privadas sem o sector público poder proteger e defender os cidadãos relativamente a esse bem.....

..... Mas se o Senhor deputado assim quiser na próxima Assembleia Municipal propor a saída das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, faça-o! Assiste-lhe esse direito. A Câmara não o fará.

..... A comunicação que nós fizemos para as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi a seguinte, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro reiniciaram mais um estudo de impacto ambiental. Nós pensamos que 2008 será o ano de resolução deste problema, temos essa convicção e também essa esperança.

..... Dissemos às Águas de Trás-os-Montes o seguinte, numa deliberação tomada por unanimidade na Câmara Municipal, com sentido de elevada responsabilidade também dos Vereadores do Partido Socialista, como sempre:

.....1 - Solicitar ao Conselho de Administração da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro para diligenciar no sentido de encurtar o prazo relativo ao estudo de impacto ambiental, incidindo o mesmo sobre o estudo da Hidrotécnica com a capacidade de armazenamento nele prevista, visto o referido estudo prever que no ano de 2019 60% das necessidades de abastecimento de água a Bragança terem de ser provenientes desta Barragem. Salienta-se ser actualmente mais perceptível a existência de secas mais frequentes e mais prolongadas, o que recomenda capacidade de armazenamento plurianual.

.....2 – Que sejam criadas condições para que os trabalhos de Veiguiñas iniciem no último trimestre de 2008.

.....3 – Solicitar à ATMAD que paralelamente à elaboração do estudo de impacto ambiental seja retomado o processo iniciado em Setembro de 2005, com vista ao reconhecer das razões imperativas do interesse público inerente à conclusão da Barragem de Veiguiñas.

.....Este processo deve avançar em paralelo por parte da empresa e não por parte da Câmara, já o tínhamos solicitado em 2005.

..... Lembrem-se e a Assembleia sabe disso, pelo meio nos fizeram perder energia, esforço, com soluções que não levavam a lado nenhum, como seja a de trazer água de Montesinho para por em Gostei, para de Gostei fazer bombagem para Montesinho, uma irracionalidade total. Mas tivemos que resistir a isso.

..... Portanto, esta é a orientação da Câmara, a minha solução definitivamente continua a ser Veiguinhas, lutaremos por ela, e se, vem agora a outra parte do problema, e se, porque eu acho que esta é uma questão política, já passou há muito do domínio técnico, e quem tem a capacidade de tomar decisões políticas é quem tem a legitimidade política e tem a competência nesta matéria. Quem tem a competência é o Governo, qualquer que seja o Governo, porque se a competência fosse da Câmara estávamos com esta conversa para quê? Já a tínhamos feito naturalmente. Mas nós não a podemos fazer contra a lei, temos que respeitar e aguardar os procedimentos legais.

..... Agora nós dizemos, se este estudo de impacto ambiental não conduzir a soluções neste prazo que sensivelmente estamos a falar, pois eu não tenho dúvida, já o dissemos na Câmara, temos que encontrar o procedimento adequado de ouvir os cidadãos, e só numa forma de os ouvir. Isso está previsto é num referendo local. E no referendo local saberemos bem qual a pergunta que iremos colocar aos cidadãos. Porque esta situação também desgasta, penaliza e massacra as pessoas. E para nós, poremos termo a esse problema nessa altura.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Senhor Presidente da Câmara, eu queria-lhe transmitir que o líder do Grupo Municipal do PS fez-me a solicitação, perguntando-me se era preciso apresentá-la por escrito, para ter acesso a uma cópia destes elementos do Power Point da apresentação.

..... Terá com certeza, eu estou a transmitir-lhe esta solicitação com o pedido de que lhe seja dado seguimento. Mas o Senhor membro da Assembleia Vítor Prada tem-me feito sinal de que quer usar da palavra. Que desejaria usar da palavra.

..... Os tempos de intervenções estão esgotados, no entanto a Mesa, tendo em conta que o Senhor Presidente da Câmara, no seu entendimento, fez uma menção de que as posições públicas que tinham sido tomadas pelo Senhor membro da Assembleia Vítor Prada em nada ajudavam, e pelo contrário prejudicavam o tratamento deste assunto, em termos correctos, eu entendo que se o Senhor me pedisse a palavra para uma defesa do seu bom nome, eu devia dar-lha, e por isso lha dou.

..... Faça o favor.

..... Eu peço-lhe é a máxima brevidade e contenção.

..... **Vítor Pereira** – Antes de mais eu agradecia aos meios técnicos para me projectarem o slide da produção da adutora de Montesinho. Gostava de ter ali presente 2007, a produção dos dados, se fizerem o favor.

..... Primeiro, quero dizer ao Senhor Presidente de Câmara que... ..

..... **Presidente da Mesa** – Deixe-me repetir que foi pedido que seja de novo posta a projecção correspondente à produção de electricidade na Central de Montesinho, no ano de 2007. Foi isto que foi pedido.

..... Faça o favor de continuar.

.....
.....**Presidente da Mesa** –Não, não, pode ser para aquilo que quer justificar. Isso pode.
.....Faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Eu quero dizer ao Senhor Presidente de Câmara que, o Senhor Presidente da Câmara tem que se habituar de uma vez por todas, eu já aqui há unas anos, a iniciar lides nesta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara tem que se habituar ao confronto democrático, e quando alguém discorda de Vossa Excelência, o Senhor Presidente da Câmara fica extremamente nervoso. O Senhor Presidente da Câmara tem que entender que eu tenho, como disse e muito bem, o meu líder parlamentar e também o jovem que o disse aqui do PSD, eu tenho direito a discordar de Senhor. E tenho o direito de opinar, por isso fui eleito para esta Assembleia. E ao contrário de outros aqui, nós quando vimos para aqui, o meu líder parlamentar também já o disse, nós trazemos a lição estudada e sabemos aquilo vimos dizer. E daí Senhor Presidente de Câmara, eu não lhe admito, não lhe admito, e olhe bem aquilo que eu lhe digo, eu não lhe admito que nunca mais me diga que eu sou astuto, nunca mais lhe admito uma coisa dessas! E muito menos que o Senhor Presidente... ..

.....**Presidente da Mesa** - Peço... Senhores membros da Assembleia, nós estamos... eu peço contenção. Estamos a dar uma muito má imagem de como funciona esta Assembleia. E estamos logo a começar a dar uma má imagem quando a título do direito de ter uma explicação e a dar relativamente a alguma coisa que se tenha passado aqui na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, excepcionalmente lhe concedi o direito de retorquir, mas exijo, exijo que o faça nos termos mais correctos possíveis, sob pena, de com grande contrariedade eu lhe retirar a palavra. Mas não hesitarei em fazê-lo. Mas não hesitarei em fazê-lo.
.....Estamos esclarecidos sob o tratamento desta matéria, faça o favor de continuar e tenha em atenção isto. Eu aprecio muito, mas não voltarei a tolerar que se pise o risco em termos da boa educação entre as pessoas.
.....Faça o favor de continuar.

.....**Vítor Pereira** – Senhor Presidente, eu acho que não fui mal educado, mas peço desculpa se efectivamente ... não era essa a minha intenção. O que eu quero dizer é que efectivamente eu tenho direito, como qualquer membro desta Assembleia ao debate democrático, à opinião sobre os assuntos, e a defender publicamente a opinião da minha bancada neste caso. E ninguém me pode tirar esse direito. E por isso mesmo, por isso mesmo, porque tenho o direito de resposta, disse o Senhor Presidente e muito bem, eu vou tentar

explicar mais uma vez porque é que o PS acha, pensa, que foi mal gerida a água da Serra Serrada. Com toda a tranquilidade e com toda a calma.
.....Se repararem bem ali no gráfico, há produção de energia nos meses de Julho, Agosto, até em Outubro subiu, reparem. Ora bom, como disse e muito bem o Senhor Presidente, a água sai de Serra Serrada, entra pela adutora abaixo, e entra na turbinas de Montesinho. Correcto! Para produzir energia. Em pleno mês de Agosto e Julho e em Setembro, a água aumenta em Bragança, o consumo. Correcto! Portanto, se a água sai de cima e em baixo é consumida e é turbinada, quer dizer que os níveis freáticos para manter a pressão, ao contrário do que diz o Senhor Presidente da Junta de França, que não sabe isto, para manter a pressão para produzir energia é preciso.....

.....

.....**Vítor Pereira** – Deixe-me explicar, não é nada disso! É preciso “x” caudal de água para produzir energia. E portanto se a água, se é preciso “X” caudal de água, a água sai da barragem da Serra Serrada. Entendem? Os níveis freáticos da Barragem começam a descer, e daí agora vocês perceberem, ao contrário daquilo que eu disse, no mês de Outubro, porque o Senhor Presidente... ..

.....

.....**Vítor Pereira** - Eu admito, e também quero fazer aqui uma ressalva, que eu nunca pus em causa seja quem for, técnico da Câmara de Bragança. Nunca ninguém me ouviu por em causa um técnico. Isto é uma discussão política! Os técnicos não têm nada a ver com isto. Os técnicos são funcionários da Câmara e que cumprem aquilo que lhes mandam fazer, é evidente.

.....E então dizia eu, para arrematar e para não me alongar mais, daí a explicação porque é que em, Outubro, Senhor Presidente da Câmara, até choveu, se bem se lembra choveu, e como o Senhor Presidente da Câmara erradamente, e aqui é que está o erro do Senhor Presidente da Câmara, e eu não o quero ofender de maneira nenhuma, eu só quero é explicar porque é que o Partido Socialista tem razão na gestão da água, e como Senhor Presidente da Câmara, como choveu, e como quem pensa, e bem, se calhar bem, a partir de agora começa a chover, entramos no Inverno, começa, daí o aumento em Outubro. Estão a entender? E daí nós explicarmos que realmente nós temos razão que a gestão da água da Barragem da Serra Serrada foi mal gerida. Só isto. E Senhor Presidente, eu não quis ofender ninguém, não quis atacar ninguém, eu quis é manter esta posição, que a defendo até que alguém me demonstre o contrário.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....

.....Meu caro Vítor Prada, eu não quero fazer intervenção nenhuma sobre esta matéria, porque como Presidente da Mesa não devo fazê-lo, mas deixe-me só invocando a minha qualidade de Engenheiro, deixe-me só dizer-lhe o seguinte, eu isto não resisto a dizer-lho, não resisto.

.....A Potência de uma produção hidroeléctrica é uma fórmula que é $Gama/Q/H$. O “Gama” é a massa específica da água, o “Q” é o caudal e o “H” é a altura da queda. E é por aqui que se produz a electricidade, portanto... mas aquilo que disse e é por isso que tecnicamente, eu peço desculpa, mas tecnicamente o caudal que passar só influencia a quantidade de electricidade que se produz. Só influencia.

.....**Presidente da Mesa** – Não, mas não é preciso que haja quantidade de caudal para

.....**Presidente da Mesa** - ... Influencia, mas mais nada do que isso.

.....**Presidente da Mesa** - Bom, a engenharia é assim. Não resisti a dizer-lhe isto.....

.....Vamos continuar.

.....Bom, Senhores membros da Assembleia estamos... ..

.....**Presidente da Mesa** - Desculpe, ó Luís, você vai ter ocasião de falar noutros pontos da ordem de trabalhos.

.....Peço desculpa.....

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia terminamos este ponto.....

..... Senhoras e Senhores membros da Assembleia, eu estou à espera que se faça silêncio..

.....Mais uma vez eu estou à espera que se faça silêncio.

.....Todos nós percebemos o melindre desta matéria que está a ser tratada e eu, se me permitem fazia um voto, é que efectivamente haja uma conjugação e um entendimento para, que tendo em conta a gravidade da situação que se atravessa, serem encontradas as melhores soluções para a população de Bragança.....

.....Posto isto, vamos passar ao ponto seguinte.

.....**PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**.....

.....**PONTO 4 .2 .1 – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO ANTERIOR.**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

..... Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

.....**“FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO ANTERIOR**

.....Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

.....De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, "Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 780.º do Código do IRS."

.....Nos termos do n.º 2 do art.º 20.º da Lei supracitada, "A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos."

.....Nestes termos e considerando que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, tendo em vista atingir os objectivos de equilíbrio financeiro, é obtida através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.); Fundo Social Municipal (F.S.M.); e participação variável até 5% do valor do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respectiva circunscrição territorial;

.....Considerando que esta última participação de receita, a ser reduzida induzirá reflexos negativos nas receitas municipais e consequentemente no investimento;

.....Considerando que 5% do valor da colecta líquida do IRS neste Concelho no ano de 2006 representa uma receita para o Município de 1 283 729,86 €;

.....Considerando ainda que a redução da taxa do IRS, não se reflectia positivamente na economia familiar dos munícipes de recursos mais baixos;.....

.....Assim, proponho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a aprovação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, do Concelho de Bragança, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das previstas no Código do IRS.

.....**De seguida, o Sr. Presidente solicitou a intervenção dos Srs. Vereadores sobre o assunto em discussão.**.....

.....**Intervenção dos Srs. Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.ª Idalina Alves de Brito:**

.....Afectar a verba de 5% do IRS como instrumento de discriminação positiva, atendendo a que se trata de uma receita adicional, de modo a premiar as pessoas que vivem no interior e a estimular a fixação de outras que poderão vir para aqui residir.

.....**Intervenção da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Isabel Lopes**.....

.....Relativamente a este assunto, não concordo com esta medida do Governo, pelo facto de transferir para os Municípios esta decisão que na minha opinião só faz com que as receitas dos Municípios sejam cada vez mais reduzidas o que está de acordo com a política deste Governo, que é fazer com que os Municípios tenham cada vez menos receitas e mais competências.

.....Quanto à posição manifestada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, que referem que esta redução é um incentivo à fixação de mais pessoas para o concelho, não entendo ser só este factor que faz com que isso aconteça.

.....Esta pequena receita, é de facto pequena para o Município, mas é uma receita que é utilizada em prol da qualidade de vida dos munícipes, enquanto que a redução do IRS prevista na Lei é completamente invisível na redução do valor a pagar pelos munícipes.....

.....**Intervenção do Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristóvão**

.....O Governo, ao pretender compensar os munícipes, através da cobrança de IRS, deveria fazê-lo com os mecanismos que detém como Administração Pública Central, não através dos recursos que as Autarquias Locais têm garantidos por transferências da Administração Central.

.....Numa região debilitada economicamente a redução percentual na cobrança do IRS, pouco reflexo poderá ter na economia familiar.

.....A alteração da taxa de IVA, seria sem dúvida uma medida positiva para os munícipes da região, com reflexos a nível empresarial, a nível familiar impulsionando o aumento de emprego local.

.....Assim, discordo em absoluto com a redução do IRS, por quanto essa redução se fará à custa das parcas receitas das Autarquias Locais.

.....**Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores do Partido Socialista**

.....O IRS não constitui uma receita adicional do Município, está integrada nas transferências

normais da Administração Central, no âmbito do estabelecido na Lei de Finanças Locais (LFL) no que respeita à repartição de recursos públicos (artigos 19.º e 20.º). A anterior LFL, da receita de 5% de IRS cobrado a nível nacional, repartia esse valor pelos municípios distribuindo receitas captadas nos municípios mais ricos para municípios mais carenciados (pequenos municípios quase todos no interior do país).

.....A actual LFL, ao atribuir directamente a cada município 5 % do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais elevado poder de compra, acentuando as desigualdades no país.

.....Ao permitir a cada município decidir optar por um valor mais baixo de participação no IRS, tal significa a redução de receitas em detrimento do investimento municipal que poderá favorecer famílias mais carenciadas e não sujeitas ao pagamento do IRS.

.....Acresce que 95% do Fundo Social Municipal é receita directa da Administração Central e por isso o que faz sentido é que a redução ocorra nos impostos cobrados pela Administração Central (no IVA, no IRS, no IRC, no imposto sobre produtos petrolíferos) fazendo-o de forma suficientemente diferenciada para os cidadãos e empresas dos territórios fronteiriços, no sentido de, por essa via ajudar a superar outras fragilidades e a aumentar as oportunidades e a competitividade.....

.....A eventual redução na parcela de receitas do município obtidas no IRS (5% do valor contra 95% arrecadado pela Administração Central), não favorece globalmente os cidadãos do município. Ao reduzir as receitas do município, fica prejudicado o efeito de redistribuição realizado pela actividade social do município, a favor dos mais carenciados e, por isso, a medida é prejudicial, já o mesmo não aconteceria se fosse a Administração Central a abdicar de 20 a 25 %; essa sim, seria uma medida justa e de incentivo à fixação de jovens quadros nas regiões fronteiriças, económica e socialmente mais deprimidas.....

.....Acresce que legalmente não é possível acabar com a globalidade da receita proveniente dos 5% do IRS.....

.....Submetida à votação a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, foi a mesma aprovada, com os votos a favor dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes e Dr.ª Isabel Maria Lopes e dois votos contra dos Srs., Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito.

.....Ainda foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea h), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.”.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, de 13 Dezembro de 2007.

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

.....**Presidente da Mesa** - Está na Mesa uma certidão de uma reunião do Executivo Camarário, em que foi decidido por maioria, com os votos contra dos Representantes dos Vereadores do PS, manter a arrecadação dos 5% que são a margem de disponibilidade para resolução pelo Executivo.

.....Nos termos legais esta resolução da Câmara é posta, é submetida a deliberação da Assembleia Municipal.....

.....Senhor Presidente da Câmara quer apresentar este ponto?

.....**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente muito obrigado.

.....Quero deitar preferencialmente água na fervura, e não o contrário, mas Senhor deputado Vítor Pereira não fui eu que lhe chamei astuto, foi o Senhor que me chamou a mim.

.....Eu mandei fotocopiar para distribuir aos senhores deputados, toda a informação relativa à produção na central de Prado Novo, na Central de Monteseinho, os consumos a partir da Barragem, aquilo que eu vos falei, portanto para poderem fazer as contas e verem que as contas estão direitas, cruzar essa informação.....

..... E a energia que foi ali apresentada naquele acetato como estando a ser produzida na central de Monteseinho é o correspondente à turbinagem de toda a água que vem durante o Verão no circuito hidráulico para Bragança. De outra forma, quer dizer, desligávamos a turbina e não aproveitávamos dinheiro. Seria a irracionalidade.

..... Os dados estão todos convosco, e se algum dos senhores deputados de facto tiver necessidade de qualquer esclarecimento de quem quer que seja, os serviços estão abertos para fornecer tudo.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, vamos passar ao ponto da Ordem de Trabalhos.....

.....**Presidente da Câmara** - Sim. Eu quero dizer que também nessa informação vai a carta que se enviou aos municípios e vai a comunicação feita à ATMAD sobre a questão Veiguinhas e o novo estudo de impacto ambiental.

.....Relativamente à questão do IRS, a proposta da Câmara Municipal vai no sentido de manter essa receita da Câmara. Não se trata de mais uma receita, como está bem explicito na certidão. Trata-se de uma verba incluída nas transferências normais da Administração Central para os Municípios, só que, a nova Lei de Finanças Locais, permite agora, afectar directamente os 5% de IRS arrecadado em cada autarquia. O que é uma situação verdadeiramente injusta, do meu ponto de vista, sempre o disse.

..... A ANMP também contestou isso. E contestou porque penaliza mais de 200 Municípios do país, que são os pequenos Municípios, os Municípios do interior. A Câmara de Lisboa arrecadou em 2006 mil e duzentos milhões de euros, e isso dá-lhe qualquer coisa como sessenta milhões de euros.....

..... Este exercício corresponde ao seguinte, anteriormente a Câmara de Lisboa em face do efeito de redistribuição pelo País da receita de 5% de IRS receberia qualquer coisa como dez milhões de euros. Era sensivelmente o que recebia. E com este exercício da Lei de Finanças Locais passa a receber sessenta milhões. O que quer dizer que há muitos municípios, pequenos Municípios, Municípios do interior, que são verdadeiramente penalizados, entre outros aspectos na Lei de Finanças Locais.

..... Nós entendemos que não devíamos também, por razões de alguma justiça social, abdicar por exemplo de 1%, não se pode abdicar dos cinco por cento, nenhum Município o pode fazer, pode fazer um exercício de abdicar de 3 a 5, ou até 3, pode-se abdicar de meio, um e meio, dois, dois e meio, três é o limite.

.....O que é que isso representava nas Finanças Locais? Representa algum dinheiro, não muito. Só que esse dinheiro vem de um universo tributável de 13 101 contribuintes, em sede de IRS. E esta arrecadação de receita do Município permite, em princípio, redistribuir pelo Concelho todo. Pode até permitir-nos fazer um algum exercício de maior solidariedade com famílias mais carenciadas, quem paga mais IRS é quem mais ganha.

.....Eu não sou contra as classes médias, Bragança não tem classes acima da média, mas há classe média, principalmente professores do IPB, noutras áreas, bem remunerados, seguramente que esses beneficiam mais, mas a generalidade de muitos cidadãos não estão sequer sujeitos a IRS. Esta medida não vai sequer beneficiá-los.

..... No entanto, a Câmara Municipal abdica de uma receita importante que eu não quero deixar de salientar, que é a derrama às empresas, e abdica dessa receita para estimular e facilitar a vida empresarial e a fixação de empresas. E tenho que vos falar dos números sobre isso, que eu ainda não o tinha feito nesta Assembleia. Mas desta vez preparei esse exercício. ..

.....O lucro tributável às empresas do Município com um volume de negócios superior a 150 000 euros, só vou falar dessas, porque as de 150 000 euros para baixo a Câmara poderia tomar sempre agora uma medida de isenção, sem deixar de tributar as restantes.....

..... Esse universo que fica para cima das empresas que têm um volume de negócio até 150 000 euros representam 328 empresas, que têm um lucro tributável de 22 615 598.05 €.

..... A Lei de Finanças Locais permite aplicar ao Município até 1,5% sobre o lucro tributável. Isso representava para o Município, se tomasse a decisão de aplicar a derrama, representava 3 392 000€ dessa receita de derrama, que a Câmara abdica, a favor do investimento, a favor da actividade económica. Vila Real, tão próxima não abdica da derrama. Há cinco ou seis anos que aplica a derrama, por exemplo.

.....Eu nunca tinha deixado esta referência à nossa Assembleia e confesso que era um lapso evidente da minha parte não o ter feito. Está feito hoje.

..... A Câmara está de facto atenta a áreas que são fundamentais. Esta abdicção do IRS, do nosso ponto de vista é uma medida que não favorece sequer os Municípios do interior. Além de que 95% de IRS é arrecadado pela Administração Central. É preciso mudar o modelo de desenvolvimento no País? É preciso revitalizar o interior acelerando políticas de desenvolvimento? Pois que se faça com políticas capazes.

..... Por exemplo, fixar gente em Vimioso faz sentido, até em Bragança, pelo facto de se abdicar de um, dois ou três por cento de IRS? Em Vimioso é uma coisa ridícula. Em Miranda a mesma coisa. O nosso Município tem alguma expressão. O nosso Município arrecada em sede de IRS quase tanto como o resto do Distrito todo.

..... Mesmo assim pergunto eu, algum cidadão faz uma opção de escolha por essa via? Não faz. Faz opção se tiver condições efectivas de trabalho, quando a actividade económica se desenvolve.

..... Então o desafio é este, o Estado que arrecade 95%, porque se nós abdicarmos de 1%, por exemplo, 1% sobre um cidadão que tem uma taxa de tributação de 30% dá 0,3 %. Isso é alguma coisa? Abdique o Governo de 25, 30% para os cidadãos do interior, e isso sim, já dá 6, 7%, já tem expressão, já pode ser visto pelos cidadãos de outra forma.....

..... Baixe-se o IVA para um valor compatível com aquele que se paga ali ao lado ali em Espanha, que coloca as nossas empresas em situação completamente de desfavorecimento a nível da competitividade, é outro exemplo.

.....Baixe-se o imposto sobre os produtos petrolíferos, para estarmos numa situação pelo menos igual àquela em que estão os nossos companheiros do lado espanhol.....

..... Baixe-se o custo de energia que é superior a 28%, ainda assim se isto acontecesse não chega para desenvolver o interior. Não chega para inverter o ciclo de despovoamento. É preciso políticas muito mais fortes.

.....Esta política de a Autarquia descer o IRS, 1,2 até 3% não tem expressão, não muda nada, e desfavorece, do meu ponto de vista, o exercício que o Município pode fazer no sentido de uma redistribuição adequada dos rendimentos em termos de investimento, particularmente nós poderíamos salientá-lo, alguém me sugeriu, deviam ter sido muito evidentes em dizer, este valor correspondente a esta situação vai ser aplicada neste projecto e naquele, e nós no final do ano daríamos conta disso. Ainda assim, não o tendo feito se torna tão evidente, eu acho que devemos estar atentos a esta evolução durante o ano, para poder dizer à Assembleia Municipal o que aconteceu.

.....Em traços gerais era esta a informação que eu tinha a dar.

.....O IRS é um imposto nacional, se é um imposto nacional devia ser cobrado na sua totalidade pela Administração Central. Esta situação de trazer nestas condições esta possibilidade para as autarquias de mexerem num imposto que é nacional, eu acho que é uma injustiça entre os cidadãos, e é uma situação que provoca conflitualidade entre as instituições locais e os cidadãos. Não me parece justo.

.....Um imposto nacional devia ser estritamente cobrado a nível nacional, e feito o exercício de redistribuição também pela via da Lei de Finanças Locais e não nas condições em que foi apresentado na nova Lei de Finanças Locais.

.....A Câmara Municipal propõe, face àquilo que eu referi, que seja aprovada por parte da Assembleia Municipal a manutenção do valor que está consignado na Lei, ou seja, 5%.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Está inscrito para um pedido de esclarecimentos o Senhor membro da Assembleia Luís Filipe?

.....Há mais inscrições?

.....Faça o favor.

.....**Luís Fernandes** – Ora muito boa tarde a todos.

.....Desculpe Senhor Presidente, eu vim aqui não para falar deste tema, só para pedir ao Senhor Presidente que em relação ao tema anterior, e só o faço porque ele também se referiu, nos dados que nos vai fornecer por favor, envie-nos os consumos da Cidade de Bragança desde Julho até Hoje. Porque penso que, já que vamos tratar o assunto tecnicamente são dados imprescindíveis. Os consumos referentes à cidade de Bragança.

.....**Presidente da Mesa** – Dr. Luís Filipe, eu peço desculpa, vamos encerrar o tema que estava encerrado, e qualquer membro da Assembleia tem todo o direito de pedir informações por escrito à Câmara, que é obrigada a dar-lhas formalmente e não vamos continuar com este tema.

.....**Luís Fernandes** - Já agora, Senhor Presidente, diz que nos vai mandar uma carta novamente, por favor, não mande em papel “couche”. Chega um simples papel reciclado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Então não há inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre o tema que está em discussão, vamos abrir inscrições para intervenções sobre o ponto que está em discussão.

.....Senhor membro da Assembleia José Castro, tem desde já a palavra.....

.....**José Castro** – Não é para falar do tema anterior, que já o assusta, mas também uma recomendação é utilizar a correspondência normal das contas da água para mandar essas cartas que de facto também pouparia as finanças municipais.

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Bom, relativamente a este tema, a nova Lei das Finanças Locais, foi aprovada como já vem sendo hábito, de forma autista só com os votos do PS e na sua alínea c) do n.º1 do art.º 19 e art.º 20, considera que os municípios *se quiserem* podem abdicar dos 5% do IRS.

..... Trata-se de uma medida que a imensa maioria dos Municípios portugueses logo reprovou, rejeitando em absoluto uma Lei iníqua e contributiva para ampliar das as simetrias territoriais e sociais (em sede de Congresso Extraordinário, com 301 municípios contra esta Lei e apenas 7 a favor)

.....O PCP aproveita a oportunidade de decidirmos sobre esta matéria para esclarecer a sua posição:.....

.....O PCP chamou à atenção, em devido tempo, sobre os graves problemas que a Lei das Finanças Locais iria criar, em todas as situações, aos municípios do País, e em particular aos do interior, situação, *que aqui ainda não foi referido*, que a partir de 2009 tenderá a agravar-se drasticamente e é preciso ter isso em conta.

.....Recordamos que as transferências do Orçamento de Estado, desde 2005 que têm crescimento zero e, no ano de 2007, só por via da inflação, os municípios perderam 140 milhões de euros, acrescido do aumento de encargos para a Segurança Social (Caixa Geral de Aposentações) onde perderam mais cerca de 90 milhões de euros.

.....Infelizmente, o Governo/PS, patrono desta Lei, logo no primeiro ano da sua vigência, não a aplica na íntegra, no que concerne às transferências para os municípios, sonogando mais uma vez milhões de euros ao Poder Local.

.....É neste quadro e perante a ameaça de novas transferências de competências, sem as devidas contrapartidas financeiras, em áreas como a educação e a saúde, que temos que avaliar a bondade desta dita "benesse", do Governo aos contribuintes de cada município.

.....**Vamos então ao ponto em debate!**

.....O IRS é o imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que, apesar das distorções introduzidas pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos da capital, traduz alguma aproximação a princípios de solidariedade e justiça fiscal.

.....Salvo casos absolutamente excepcionais (como os das regiões autónomas), nada justifica que se introduzam no regime do imposto factores aleatórios que prejudiquem ainda mais a sua natureza e a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente.

.....**O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é hoje uma necessidade reconhecida a que o governo e a assembleia da república têm obrigação de dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à colecta, mas não desta maneira**

.....Não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas.

.....*Já estamos a adivinhar o que é que vão ser os próximos programas eleitorais, em que cada um vai prometer maior desagravamento de IRS nesta matéria*

.....Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

.....O «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é:

.....a) Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;

.....b) De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo -para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;

.....c) Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços;

.....Tudo isto corresponde, afinal, às reais intenções do governo e que, em execução das orientações neo-liberais da OCDE, não visa, de facto, qualquer diminuição da carga fiscal, mas sim a sua redistribuição em desfavor dos que menos têm e dos trabalhadores em geral;.....

.....Trata-se de diminuir os impostos sobre a riqueza e os rendimentos elevados, eliminando a sua função redistributiva, e obter financiamento através do pagamento igual, independentemente da capacidade económica, dos serviços prestados por aplicação do princípio do utilizador/pagador.

.....O PCP recusa decisões demagógicas nesta matéria, e reclama reduções fiscais noutros domínios da intervenção autárquica, designadamente na taxa do IMI que no todo nacional, beneficiaria, de forma mais justa, perto de 3/4 da população.

.....Os eleitos da CDU, José castro e Luís Costa.....

.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007”

.....Esta é a posição do PCP e temos mais uma recomendação. O Senhor Presidente da Câmara referiu aqui uns números, provavelmente tem-nos, fez um estudo, sabe quanto é que se previa, quais são os escalões, inclusivamente falou de sectores da Sociedade Brigantina, mas para decidir em consciência sobre esta matéria devíamos ter connosco os elementos relativamente à informação detalhada do n.º de agregados familiares do concelho, a matéria colectável de IRS e a colecta líquida de deduções discriminados por escalão do imposto como forma de poder deliberar com conhecimento dos valores em causa, de quem, em média, beneficiam e com quanto.

.....Portanto, toda essa informação que seja passada aos Grupos Municipais era essencial para termos realmente noção dos números que disse.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra.....

.....**Luís Vale – Apresentou por escrito, o seguinte:**

.....“Excelentíssimos Senhores.....

.....Não nos perturba a ideia de que a Câmara Municipal de Bragança possa abdicar de 1 ou 2 pontos percentuais na participação variável do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Bragança. Hipótese prevista na nova lei das finanças locais (lei esta que o Bloco de Esquerda) considera profundamente injusta para os municípios dos territórios do

interior. Reforçando as assimetrias nacionais e, principalmente, as regionais). Concerteza, a diferença para o orçamento da Câmara Municipal seria mínima e envolvendo valores residuais.

.....Ao mesmo tempo, aceitamos alguns dos argumentos do executivo para propor a não redução desse valor tributável, dada a sua factualidade e pertinência. É que se queremos discriminar positivamente as populações do interior do país e contribuir para a fixação dos indivíduos e famílias nestas regiões, na verdade, existem outras tributações às quais estamos todos obrigados e que revertem directamente para a Administração Central, como são os casos do IVA, do IRC e dos impostos sobre os produtos petrolíferos.....

.....De facto, é verdade que também aqui assistimos a uma demissão da Administração Central face às evidentes dificuldades financeiras dos municípios, principalmente dos mais pequenos e demograficamente mais pobres. Ao mesmo tempo, e ao abrigo desta lei, assistimos ao despudorado e demagógico aproveitamento por parte de alguns autarcas, que mais não conseguem do que atrair pequenos segmentos de uma classe média ou média alta, essas sim sujeitas a esse imposto singular e que, pontualmente, poderão mudar o seu domicílio fiscal, sem no entanto, acrescentar qualquer mais valia para o respectivo concelho.....

.....Senhor Presidente, também é verdade que o facto de não admitir reduzir esse valor percentual, significa alguma falta de vontade em contribuir, ainda que residualmente, para a melhoria das condições de vida da população, das famílias do seu concelho.

.....Por considerar que nada de novo aconteceria com esta alteração de participação; por não vislumbrar qualquer vantagem ou benefício para a realidade das autarquias e, em particular, para a de Bragança; por aceitar parte dos argumentos do Executivo na sua tomada de posição, irei votar favoravelmente nesta votação.

.....Obrigado.....

.....Luís Vale do Vale

.....BRAGANÇA, 14 de Dezembro de 2007.”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Martinho do Nascimento.

.....Faça o favor.

.....**Martinho do Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Minhas Senhoras e Meus Senhores.

.....Vem a Câmara Municipal propor a esta Assembleia a aprovação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Bragança, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida, no âmbito e termos do que está plasmado no art. 20º da Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

.....Antes de mais gostava de começar por referir, a expressividade para o concelho desta participação numa dupla perspectiva:.....

.....- a pessoal, do ponto de vista do munícipe ou contribuinte;.....

.....- a financeira na perspectiva da sustentabilidade local conhecendo a dependência dos municípios do interior das transferências do Orçamento do Estado.

.....Para sustentar esta posição e os argumentos que lhe assistem optei pelo pragmatismo ao invés do dogmatismo, isto é através de argumentos técnicos provar o que está em causa não me sustentando apenas na retórica política.

.....Antes de demonstrar o que isto implica na dupla perspectiva atrás referida, é importante partir de um pressuposto, este sim político. É que a nova Lei das Finanças Locais, vem, e cinge-me ao caso concreto porque é o que está em apreciação, trazer uma iniquidade relativamente à lei congénere anterior. É que esta ainda repunha alguma justiça na participação dos impostos porque potenciava a discriminação positiva dos concelhos do interior em detrimento dos concelhos mais desenvolvidos e populosos. E aqui está o cerne do problema: é que em matéria de impostos de índole nacional, no caso concreto o IRS é ao Estado que compete a sua cobrança e a sua afectação. Deveria dizer redistribuição, que é essa a função do Estado, ou seja, do todo cobrado seria feita a sua redistribuição em função de critérios de equidade territorial. Ao circunscrever a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, está a reduzir a base essencial de cálculo que é o factor população. Ora, cingindo-nos ao nosso concelho é óbvio para todos, que somos prejudicados relativamente aos concelhos mais populosos do litoral, já que não são tidos em conta factores de ponderação de correcção de assimetrias. Concluí-se facilmente que para além de uma questão de desigualdade, entramos por essa via no campo da falta de oportunidades levando-nos a um gravame na competitividade com as regiões mais favorecidas, naturalmente no litoral do país e em maior expressão nas regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto.

.....A questão de impostos como o IRS, IRC e IVA (não se leiam taxas) é matéria de equidade entre cidadãos e espaço territorial, da responsabilidade da Administração Central, em dívida com este concelho.

.....Desresponsabiliza-se assim o Estado, através da Administração Central, ao transferir para as autarquias o ónus da fixação da taxa variável até 5% do IRS.

.....Vejamos então:

.....A colecta líquida de IRS relativa ao concelho de Bragança, em 2006, foi de 25.674.597,11 Euros para um total de 13.101 Declarações de IRS. São dados oficiais divulgados pelo Ministério das Finanças. Daquele valor, e tal como estabelece a nova Lei das Finanças Locais, caberia ao Município de Bragança, a quantia de 1.283.729,86 Euros - 5% daquele valor.

.....A optar-se por uma redução desta taxa têm que se compreender as implicações, e responsabilidade de tais actos:

.....Na perspectiva pessoal do munícipe, e tendo como fonte oficial a atrás referida, constata-se que a haver uma redução de 1 %, naquela participação variável, o munícipe ganharia em termos médios e anuais, como dedução à colecta 19,60 €. Ouviram bem! 19,60 €, que distribuídos por 14 meses - os considerados para o rendimento colectável - daria por mês

a quantia irrisória de 1,4 € (menos de 300\$ na moeda antiga). Mesmo considerando uma redução de 2%, que duplicariam aqueles valores passaríamos apenas para 39,19 € e 2,8 € respectivamente.

.....A manter-se a taxa de 5% na participação do imposto, há um efeito redistributivo para as famílias mais carenciadas e aqui sim exerce a autarquia a discriminação positiva entre aquelas, sendo mais benéfica a manutenção para os mais carenciados já que a uma família da classe média não são aquelas deduções à colecta motivadas por uma redução de taxa que beliscam a sua sustentabilidade ou que sustentam a atractividade pelo concelho derivada àquela redução.

.....A Administração Central tem um papel chave nesta área, tendo em conta a perspectiva do município e a correcção de assimetrias regionais: a repartição dos impostos em função daquelas assimetrias. Atribua apenas uma percentagem superior do IRS arrecadado a esta região - ao invés de cometer às autarquias o efeito contrário - e veremos o factor escala que isso potencia. Não nos esqueçamos que estamos a falar de colecta ao invés de rendimento colectável, efectuados que foram abatimentos e deduções.

.....Na perspectiva financeira, qualquer redução daquela taxa de 5%, fixada para 2007 e 2008, implicaria uma redução de receitas essencial à sustentabilidade local, deixando nas mãos da autarquia a responsabilidade de uma "pseudo" diminuição de impostos - sem expressão, como atrás se demonstrou - não retirando o município qualquer dividendo já que a inexistência de dedução à colecta não implica o aumento da participação.

.....O município teria uma perda de receitas de 256.746 € e 513.492 € com a redução da taxa em 1 e 2% respectivamente, receitas estas que podem ser canalizadas para investimento municipal na área social discriminando assim positivamente as famílias mais carenciadas, como de resto já o assumiu o executivo municipal atento o teor da deliberação aprovada.....

.....Mantendo a fixação de 5% na participação do IRS, não é só mais justo na redistribuição do rendimento, como mais eficaz na arrecadação de receitas e da sustentabilidade local. É um duplo benefício que consegue, dentro da magra participação e condicionante desta nova Lei das Finanças Locais.....

.....Não queria ainda deixar de referir o "ruído" que também alguns pretendem causar junto dos órgãos de comunicação social, e falo aqui em termos genéricos e não especificamente neste concelho mas que obviamente aqui tem impacto, como são declarações do tipo em que determinada Câmara Municipal decidiu reduzir a taxa de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no seu concelho.....

.....Senhor Presidente: este órgão municipal, pela sua dignidade merece que sejamos intelectualmente honestos na defesa intransigente da nossa região e dos municípios que representamos; não podemos falar em redução da taxa de IRS para os sujeitos passivos mas antes de uma dedução à colecta obtida da variação da participação no IRS do concelho. São coisas totalmente distintas e com impacto prático claramente diferente.....

.....Em conclusão: Uma eventual redução na participação no IRS poderá ter o efeito político que se pretenda imprimir em função do grupo que a defenda, mas na prática o impacto é

irrelevante, *conforme ficou demonstrado* e como aliás reconhece o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Moncorvo, o Dr. Aires Ferreira, da área socialista.....
.....É na comungação deste espírito sócio-económico que se propõe votar favoravelmente a Deliberação do Executivo.....
.....Disse.
.....Martinho do Nascimento
.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, por favor.

.....**Luís Pires** – Muito boa tarde a todos.
.....Senhor Presidente, estava aqui a lembrar-me das fórmulas da energia potencial e da energia cinética, ainda a propósito de há bocadinho, do outro tema. Depois conversaremos após a... a potencial e a cinética também. As duas... uma tem a velocidade, por isso é que... mas depois falamos sobre o tema. É que em tempos também andei nos campos da Engenharia electrotécnica, já foi há muitos anos, mas ainda há aqui algumas coisas no sótão ainda sobre isso, mas pronto.
.....Bom, meus caros amigos, relativamente a este ponto que é aquilo que nos interessa, há um ponto algo importante aqui que ainda não foi feita menção. Este ano, tanto quanto eu sei, e se não estou enganado, a esta hora se calhar já estou baralhado se calhar com alguma coisa, já estou a ficar cansado.
..... Este ano vai haver um aumento da distribuição do Poder Central para as Autarquias em 5% - o FEF – sim, vai haver. Estou cansado, mas vai haver. O que significa que caso os tais 5% de que aqui se fala fossem reduzidos, a Câmara iria manter-se em níveis iguais aos que estava antes. A grande diferença notar-se-ia se tivéssemos ao lado um Distrito ou um Concelho que não fizesse isso, porque a “decalage” ia ser 10%.
.....De qualquer forma parece-me a mim que há aqui uma interpretação que tem que ser feita sobre esta Lei, e a interpretação tem de ser feita no sentido de apelar aqueles que ainda estão nestes locais de que não se vão embora. Fiquem. Não se vão embora. Fiquem. E se calhar alguns que estão ao lado onde é que não desceu, venham para aqui.
.....Eu acho que esta lei tem que ser interpretada como um primeiro sinal ao nível local, juntamente com medidas a nível nacional da redução da taxa de IRC junto das empresas, como vocês sabem, creio que 10% e 15% para as que estão instaladas e para as que virão de novo, portanto, tem que ser interpretada como um conjunto.
.....Realmente Senhor Presidente, aquilo que eu lhe disse hoje também é verdade, eu não gosto muito de estar a falar coisas sem ter algumas bases mais sólidas, e tal como o José Castro falou eu também gostava de lhe solicitar um diagnóstico económico-social para sustentar um pouco melhor algumas das ideias que tenho sobre este tema.

.....E também, já agora, é estranho mas é verdade, também concordo com aquilo que o Senhor Presidente disse, que é injusto pegar num imposto nacional para fazer este tipo de diferenciação, e por isso é que nós na altura do IMI achamos que se devia fazer o IMI e não foi feito. Devia ter sido dado um sinal a nível local do IMI, no sentido de que nós queremos as pessoas cá, vamos ajudar-vos, 5%, 10% abaixo do mínimo, não é da média do mínimo, é abaixo do mínimo. Vamos fazer isso. Temos que ser radicais para as pessoas ficarem cá, senão as pessoas não ficam. Qualquer dia temos aí cogumelos plantados na cidade sem gente.

.....E depois também fiquei surpreendido com o valor que o Senhor me apresentou aqui, é um bocado marginal, relativamente à derrama, 10% de IRC significa que pelo que disse poupa à volta de três milhões de euros de poupança que dá a empresas com margens de lucro elevadíssimas, que eu também não sabia que havia assim empresas com essa margem de lucro aqui em Bragança. Ou o volume de negócios é grande e provoca esse valor, ou então a margem de lucro é grande. Gostava também que na medida do possível, depois nos fornecesse dados sobre isso para ter uma noção mais correcta daquilo que se passa aqui no nosso Concelho.

.....Obviamente não vamos votar favoravelmente a proposta do Senhor Presidente da Câmara.

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, tem a palavra.

.....**Júlio de Carvalho** – Eu, sobre esta matéria queria dizer resuscitantemente o seguinte: normalmente fala-se um pouco da origem das Leis e não se sabe o que é que as leis representam, nem como é que foram feitas, nem qual é o espírito legislador. E eu vendo isto, vejo que as coisas não são tão simplistas como parece. Esta Lei e este artigo permitiu-nos a nós pelo menos uma coisa, e eu fiquei muito satisfeito com a intervenção do Senhor Presidente, permitiu-nos isso pelo menos e a todas as Câmaras que estão preocupadas com os problemas sociais.

.....Ouvi dizer aqui da boca do Senhor Presidente o seguinte: esta Câmara está atenta e vai saber canalizar estas verbas de uma forma muito específica.

..... Depreendi eu, e pelo que vem aqui e também já em certa medida anunciado, é que a Câmara está atenta aos grandes problemas sociais, a que nós somos indiferentes pessoalmente, que nós desconhecemos, que nós não lembramos, que nós não pesquisamos, que nós desconhecemos totalmente e ignoramos, esquecendo até que muitas Câmaras Municipais, muitas Associações estão a fazer um levantamento de muita gente que vive na miséria, aí, em busca de pão para os seus filhos no dia a dia.

..... Aquilo que eu entendi foi que a Câmara Municipal está atenta, e que vai saber canalizar estas verbas para situações muito concretas no nosso Concelho.

.....E eu não tenho dúvidas que daqui a um ano nós iremos ao sótão, meu amigo Engenheiro Luís, e vamos saber e perguntar ao Senhor Presidente se estas verbas de facto tiveram essa finalidade. E eu não tenho dúvidas, que elas vão ser bem canalizadas, e que eu que provavelmente, sou atingido porque não estou isento de IRS, fico muito feliz em saber que eu pessoalmente fui solidário com aqueles que sofrem, e muito mais neste período de Natal. ...

.....Muito bem Senhor Presidente. Eu vou votar e espero que o meu Grupo vote em pleno e até com palmas se o Senhor Presidente o permitir.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia vamos votar esta proposta que está submetida à deliberação da Assembleia Municipal.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinco votos contra, zero abstenções e setenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Não havendo vamos passar ao ponto seguinte.

.....O ponto seguinte diz respeito às grandes opções do Plano.

.....**PONTO 4 .2 .2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008.**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

.....**MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:**

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....“**GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008.**.....

.....Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação.

.....O Sr. Presidente deu início à discussão deste assunto, solicitando aos Srs. Vereadores a sua colaboração no sentido de acrescentar algum contributo à discussão já iniciada na Reunião Extraordinária realizada no passado dia 21 de Novembro.

.....De seguida passou à análise e discussão dos referidos documentos, tendo o Sr. Presidente apresentado a seguinte proposta:

.....**Proposta de votação do Plano Plurianual Investimento, Plano de Actividades Municipais e Orçamento:**.....

.....Tendo em conta que o documento que vai ser submetido a votação é coerente com as políticas que temos vindo a defender para o município, aprovadas pelos munícipes, e que têm dado bons contributos à evolução social e económica do município, conforme é reconhecido publicamente, situação que pretendo destacar com a seguinte síntese:

Bragança é uma das cidades do país com mais qualidade para viver e trabalhar, situação reconhecida em inquérito feito pela revista “Proteste”, e já anteriormente reconhecida pelo jornal “Expresso” e o jornal “Público”. O poder de compra cresceu, numa década, Bragança subiu de 80,37% da média nacional para 100,98%, ocupando a 6.ª posição de entre os 85 concelhos da Zona Norte. No ano de 2005, o concelho de Bragança, foi responsável por 40% das exportações dos 15 municípios de Trás-os-Montes.

.....As empresas criaram centenas de novos empregos (exemplo do sector agro alimentar e sector de componentes para automóvel) cada vez mais qualificados, tendo a Câmara Municipal, contribuído directa e indirectamente de forma significativa. O crescimento urbano e a gestão urbanística, são uma marca de qualidade. Segundo dados do INE, de entre as capitais de distrito, o orçamento municipal de Bragança é dos que menos depende dos impostos da construção civil, resultado de uma política de qualidade urbana, adoptada para a cidade.

.....Nos anos de 2003 e 2004 Bragança colocou-se no pelotão dos 10% de municípios do país que mais investiram, passando para uma posição mais competitiva. O património do município evoluiu imenso (novos equipamentos culturais, desportivos, educativos, económicos, novas espaços públicos, avenidas, redes de infra-estruturas, novas estradas etc.), enquanto a dívida global é significativamente mais baixa do que há 10 anos atrás.

.....Da actual proposta destaco:

.....a) - O orçamento da receita é elaborado sem recurso imediato a empréstimos, tem por base as receitas próprias que se consolidam em crescimento estável, representando a principal fatia do orçamento; a dívida global e o serviço da dívida são mais baixos; os limites de endividamento municipal estão bastante folgados (36,95% do limite imposto à dívida de médio e curto prazo e de 23,27% para o endividamento líquido); o activo fixo do município mantém

uma evolução muito significativa, tanto no domínio das imobilizações corpóreas, como dos bens do domínio público;

.....b) – O orçamento destinado ao PPI e PAM, tendo um decréscimo de 4%, relativamente às previsões feitas para o ano de 2007, no qual não foram contabilizadas receitas para investimentos, tendo como base o QREN. Em traços gerais, foram as seguintes dotações: funções gerais com 5,63%; educação com 3,98%; habitação e serviços colectivos com 43,65%; serviços culturais recreativos e religiosos com 9,95%; indústria e energia com 8,48%; transportes e comunicações com 18,35%, dotações possíveis e em sintonia com as propostas políticas apoiadas pelos eleitores;

.....c) – Que aos recursos humanos do município, continuaremos a dedicar atenção especial, desde as chefias, ao nível mais indiferenciado, apostando na formação (18 funcionários gozam no presente ano lectivo do Estatuto de Trabalhador Estudante, frequentando maioritariamente o ensino superior), valorizando o trabalho individual e colectivo.

..... A resposta dos serviços é cada dia mais eficaz e de qualidade crescente: Os funcionários do município, muito têm contribuído para a concretização deste ciclo de afirmação da capital de distrito, fazendo-o com empenho, reconhecendo-se que de um modo geral, os funcionários sentem orgulho da camisola que vestem, o que em termos políticos também nos orgulha;

.....d) – A prestação externa de serviços (limpeza urbana e tratamento de RSU; limpeza de edifícios; segurança; espaços verdes; serviço de segurança e higiene no trabalho), decorrem com qualidade e regularidade;.....

.....e) – Às freguesias dedicamos a primeira das prioridades, tanto em termos de apoio técnico como de cooperação financeira, cientes do seu bom trabalho e elevado empenho na resolução de alguns dos problemas da população, como órgão de poder mais próximo e mais capaz em termos do princípio da subsidiariedade;.....

.....f) – Ao movimento associativo, entendido no sentido mais nobre, o de servir o desenvolvimento com justiça social e o de emergir de uma cidadania mais activa, dedicamos alguns recursos e políticas, considerando-o um pilar permanente em termos de parceria para a resolução de importantes problemas.

.....Assim, proponho que o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Actividades Municipais e o Orçamento Municipal para o ano de 2008 sejam votados favoravelmente.....

.....**Intervenção dos Srs. Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.ª Idalina Alves de Brito: ...**

.....**ORÇAMENTO E PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2008**.....

.....**GRANDES OPÇÕES DO PLANO**.....

.....**PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**.....

.....**PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL**.....

.....Para além das Questões Orçamentais, interessa neste momento, sobretudo, apresentar algumas PROPOSTAS, como grandes opções a enquadrar em áreas que consideramos de extrema relevância para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho.....

.....Assim,

.....Os Vereadores do Partido Socialista no Executivo Municipal conscientes da necessidade de intervir de forma atenta na condução da política municipal, perante os documentos do Orçamento e Plano para o ano económico de 2008 fazem depender o seu sentido de voto do acolhimento de um conjunto de propostas que passamos a elencar.....

.....1.ÁREA DA FISCALIDADE MUNICIPAL

.....1.1. Diminuir a taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), passando:

..... . 0,4 % para 0,3 % (mínimo).....

..... . 0,8 % para 0,6 % (máximo).....

.....De salientar que a habitação constitui um dos elementos mais importantes do património da maior parte das pessoas da classe média que, com esforço e abnegação de outro tipo de consumos, afectam uma parte importante do seu orçamento para financiar a aquisição de casa própria. Nessa conformidade, e, atendendo ao facto que a evolução da antiga contribuição autárquica para o I.M.I. representou um crescimento exponencial nas receitas das autarquias pensamos ser um imperativo moderar a tributação sobre este tipo de bens.

.....1.2. Isentar de taxas e licenças todas as obras de reconstrução no perímetro urbano tradicional e não só da zona histórica (limites: norte – Zona do Sapato e Estação; sul – S. João de Brito e Flor da Ponte; nascente – Estacada e S. Sebastião; poente – Nossa Senhora do Loreto e Boavista);

.....Lembramos que há exemplos não só em outros Países (Espanha – Zamora), mas também em Portugal, como é o caso de Viana do Castelo, em que a Autarquia, na zona histórica reconstruída, isentou os municípios de taxas.

.....2. ÁREA DO URBANISMO

.....2.1. Criar uma Sociedade de Reabilitação Urbana que tenha como objectivo: projectar, fiscalizar e acompanhar as obras que sejam feitas no âmbito da reconstrução das habitações situadas no perímetro atrás definido. (conforme da nossa intervenção na discussão da proposta sobre a fixação da participação no IRS).

.....2.2. Em relação à Av. João da Cruz, propõe-se que não seja feita nenhuma intervenção estruturante que modifique o seu actual perfil; defendemos apenas a melhoria do pavimento das faixas de rodagem e do passeio que se situa do lado direito ascendente. O projecto que foi apresentado merece a nossa maior discordância. Assim, a verba orçamentada para 2008, poderá reverter para outras acções consideradas mais prioritárias nas áreas económica e social;

.....2.3. Três a quatro anos após as intervenções feitas no centro da cidade, verifica-se que a mesma perdeu mobilidade e frequência, e, das “conversas de rua” que temos tido com os municípios e moradores da zona, apresentam as seguintes causas para tal facto:.....

.....a) Dificuldades do acesso automóvel ao centro da cidade. De notar que não obstante se insistir no uso do automóvel há questões de ordem cultural e de costumes que não são alteradas por decreto ou por vontade de uma só pessoa.....

.....O privilégio de viver no interior inclui também essa quase infinita mobilidade dentro da cidade. E não é alheio o facto de o clima agreste incentivar as pessoas ao uso do automóvel;...

.....b) Dificuldades de estacionamento (quer nas próprias ruas, quer no Parque da Praça Camões que tem uma entrada descentrada e isolada, obrigando os condutores a um percurso complexo, sobretudo para quem não vive cá, mas também para a população residente). Impõe-se, pois, realizar um estudo aprofundado das condições de “recuperação” das pessoas para o centro da cidade no sentido de travar a sua desertificação e abandono e equacionar as alterações necessárias no acesso ao parque da Praça Camões (entrada pelo lado da Praça da Sé e alteração do perfil urbanístico da Praça da Sé levando-o para um modelo mais aproximado da sua traça original); e,

.....c) Retirar o trânsito do Jardim Dr. António José de Almeida, com entrada para o Parque de Estacionamento da Praça Camões, pela Travessa do Relógio e, prolongar o jardim até à zona de intervenção Polis.

.....**3. ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**.....

.....3.1. Criar uma Sociedade para aproveitamento energético: energias renováveis – eólica e hídrica, em parceria com eventuais fornecedores dos equipamentos. Ex: Alto Tâmega (uma parte importante do financiamento dos municípios do Alto Tâmega é já proveniente da exploração energética).....

.....Posteriormente, poderá igualmente pensar-se também na energia solar.....

.....3.2. Fazer da Barragem de Veiguihas uma prioridade. Não protelar por mais tempo a sua construção, dada a falta de água que se tem sentido nos últimos anos para abastecimento à população residente, quer em meio urbano, quer rural;

.....3.3. Iniciar a 3.^a fase da Zona Industrial das Cantarias de modo a haver terrenos disponíveis para empresas de alto valor acrescentado e que impõem como condição para a sua instalação a proximidade à cidade. Ex: indústrias transformadoras não poluentes e empresas de elevada incorporação tecnológica.....

.....**4. ÁREA SOCIAL**

.....Incluir, já no próximo orçamento para o ano de 2008, a construção de habitação social nas freguesias urbanas (Sé e Santa Maria) e semi-urbanas (Samil e Castro de Avelãs), destinada a famílias de baixos recursos económicos e sujeitas a fenómenos de exclusão social (Programa PROHABITA, PCHI e outros).....

.....**5. ÁREA RURAL**

.....5.1. Construir a Barragem de Parada como suporte do abastecimento público de água às localidades de Parada, Paredes e na extensão até à vila de Izeda e, bem assim, na sua utilização para a rega dos campos agrícolas;.....

.....5.2. Aumentar as condições de mobilidade das populações do meio rural através da melhoria da rede de transportes públicos urbanos (STUB);.....

.....5.3. Aproveitar e reconverter todas as Escolas Primárias desactivadas em Centros de Dia, Centros de Convívio e /ou Associações Sócio-Culturais e Recreativas.

.....**Intervenção do Sr. Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Caseiro:**.....

.....Voto favoravelmente o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Actividades Municipais e Orçamento para o ano de 2008, devendo salientar três razões que justificam o voto:..

.....1.º - Trata-se de um Plano Plurianual de Investimento que traduz um rigor na gestão municipal, nomeadamente no controle das despesas correntes demonstrando uma preocupação no investimento em actividades fundamentais para estimular o desenvolvimento económico e social do Concelho, objectivando a criação de melhores condições de vida e bem estar para os Brigantinos.

.....2.º - Prevê investimentos em projectos relacionados com o desenvolvimento económico do Concelho, procurando criar condições para a criação, fixação e atracção de empresas criadoras de postos de trabalho e geradoras de maior riqueza concelhia.

.....3.º - Consubstancia a estratégia delineada para o futuro do Concelho, acente em acções que contribuem para um desenvolvimento mais sustentável, seguindo um modelo de ecocidade na qual o ambiente e os recursos naturais constituem o 1.º pilar.....

.....**Intervenção do Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristóvão:**.....

.....Os documentos agora apresentados para aprovação, traduzem as directrizes de um programa apresentado aos munícipes, para implementar ao longo de 4 anos e aceite pela maioria da população do concelho.

.....Dando seguimento à política de dotar todo o concelho com infraestruturas básicas necessárias a sustentabilidade do território, bem como dotar o concelho de equipamentos de âmbito social, cultural e desportivo incrementando, assim, a oferta de infraestruturas sociais. Esta proposta de Plano traduz de forma inequívoca a prossecução desta política, sufragada favoravelmente pelos munícipes e que reflecte a preocupação deste Executivo de implementar políticas de coesão territorial concelhia, devendo ser um exemplo a seguir pela Administração Central ao nível da coesão territorial, com políticas sérias, concretas e legítimas de desenvolvimento do Interior Norte.

.....**Intervenção da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Fátima Fernandes;**.....

.....O Plano Plurianual de Investimento é um Plano coerente que traduz um projecto seguro de continuidade, com projecção para os próximos anos, com orientações específicas e a concretização de objectivos delineados, nomeadamente no que diz respeito ao Sector da Educação, com a reorganização da rede escolar que se inscreve na requalificação dos equipamentos escolares existentes e na construção de Centros Escolares.....

.....No Sector da Cultura com a consolidação dos equipamentos culturais com abertura do Centro de Arte Contemporânea no próximo ano e no Sector Social com a conservação de

fogos e a construção de habitações sociais de forma gradual, com o propósito de erradicar as habitações precárias e desajustadas ainda existentes nesta Cidade.

.....**Intervenção da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Isabel Lopes:**

.....Tratando-se de um Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e de um Plano de Actividades Municipais para o ano 2008, coerente com as estratégias definidas por este Executivo, numa visão plurianual a sua especificação para o ano 2008, é positiva e realista.

Com um Orçamento em que a poupança corrente é dirigida para investimento e desenvolvimento, tanto no meio rural como urbano, abrangendo coerentemente as várias áreas de intervenção do Município, só pode ter obviamente toda a minha concordância e o meu voto favorável.

.....**Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Sr.s Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.ª Idalina Alves de Brito:**

.....**Área do Urbanismo** – Quanto à reabilitação urbana, saliento que, no QREN, Eixo 4 – qualificação do sistema urbano, do Programa Operacional Regional do Norte, está prevista a abertura de concurso para o desenvolvimento de parcerias para a regeneração urbana, como processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se proponham elaborar um Programa de Acção.....

.....A iniciativa da parceria cabe ao município, que lidera e envolve outros centros urbanos: Empresas, Associações Empresariais, Instituições, Proprietários, etc.

.....Este instrumento de política integra-se na Política de Cidades Polis XXI e a lista de cidades elegíveis é fixada no aviso de abertura do concurso de candidatura, e tem em conta os centros urbanos de nível superior do modelo territorial definido no PROT Norte. Assim, logo que a oportunidade surja, Bragança marcará presença nesta etapa nova de qualificação e integração de soluções de política urbana.....

.....**Av. João da Cruz** – O projecto tem elevada qualidade técnica e de nobreza de materiais, respeita a estrutura e identidade da Avenida, não modifica o sistema de circulação, separador, passeios e até a imagem de composição de materiais é tida em conta.

.....Quanto ao acesso automóvel ao centro histórico da cidade, nunca o centro histórico da cidade teve tanta procura de turistas e de residentes, quer pela elevada qualificação urbana, quer pela melhoria da mobilidade, segurança e facilidade de estacionamento, assim como pela elevada requalificação do comércio tradicional e pela ligação de serviços públicos em resultado da reabilitação, construção de equipamentos, citando como exemplo a reabilitação do antigo Colégio dos Jesuítas para Biblioteca Municipal, Conservatório de Música, Sala de Exposições e serviços técnicos e administrativos do município; reabilitação do antigo Solar Sá Vargas para Centro de Arte Contemporânea, reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros para Sede da Região de Turismo do Nordeste Transmontano e Sede da ACISB e construção do Centro Ciência Viva, na zona ribeirinha.....

.....Os exemplos referidos, são autênticas âncoras em termos de emprego e de actividades frequentadas por milhares de jovens e cidadãos em geral, sendo pois bem evidente uma nova realidade que mudou para muito melhor o Centro Histórico de Bragança.....

.....**Área da Fiscalidade Municipal** - Quanto ao IMI, este processo foi suficientemente desenvolvido para deliberação da Assembleia Municipal de Setembro, que fixou, sob proposta de Câmara Municipal, valores equilibrados, visto de entre as capitais de distrito, só três praticam valores inferiores aos de Bragança e em termos globais, feita a análise comparativa com a totalidade dos municípios do país se verificar que a maioria pratica taxas superiores às fixadas neste município.....

.....Acontece que, o regime de salvaguarda no crescimento do valor a pagar pelos munícipes, inicialmente previsto até 2008, prorrogado pela Lei do Orçamento de Estado para 2008 (artigo 68.º) até ao ano de 2011, o que nos permitirá tomar decisões de forma mais segura relativamente à avaliação do crescimento real das receitas do IMI. Tem sido por nós afirmado, nas propostas apresentadas desde 2004, para decisão, sobre esta matéria, que no ano de 2008, estaríamos em condições de fazer uma avaliação mais segura.

.....Quanto à isenção das taxas e licenças das obras do Centro Histórico e outras áreas urbanas, parece-me que, a isenção generalizada de taxas tem associados dois problemas, o primeiro é o de que, tende a tornar injusto o processo de arrecadação de receitas públicas para fazer face à resolução de problemas sociais, e por outro ao fazê-lo de forma indiscriminada, isentando famílias abastadas e famílias de baixos recursos, quando as isenções devem preferencialmente recair sobre famílias comprovadamente em situação de carência económica, estaríamos a cometer uma grande injustiça relativamente às famílias mais pobres. Colocaria também outros cidadãos do município, residentes fora das áreas em causa, em situação de grande desigualdade, prejudicando-os.

.....As reduções ou isenções devem ser cautelosamente regulamentadas para que os benefícios sociais resultantes dessa medida de política pública, sejam socialmente evidentes.

.....A Câmara Municipal, atenta aos problemas de requalificação urbana, propôs à Assembleia Municipal um conjunto de incentivos que foram aprovados e que se transcrevem:

.....**Taxas de Emparcelamento:**

.....- Taxa de 0% na área rural e vila de Izeda (100% de redução);

.....- Taxa de 0% para áreas de construção legalmente existentes nos prédios intervencionados (100% de redução);

.....- Taxa de 50% na Zona Histórica da Cidade e Zonas de Reabilitação.....

.....**Taxas de Licenciamento:**

.....- Redução de 75% e de 50% das Taxas na área de intervenção de dois níveis na Zona Histórica da Cidade.

.....Parece-nos que, como medidas extraordinárias, o Governo deveria para as operações de reabilitação nos centros históricos e bairros críticos de reabilitação urbana, baixar o IVA para 5% e descer o IRS de parte das despesas efectuadas pelos proprietários.

.....Concluo que nesta matéria Bragança tem já uma política de incentivos avançada, podendo evoluir no âmbito de políticas de reabilitação urbana, o que não deixaremos de fazer, se as condições o vierem a proporcionar.

.....**Área do Desenvolvimento Económico** – Lembro que a Câmara Municipal de Bragança, a partir do ano de 1999, propôs à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, tendo o Município de Bragança liderado a criação de uma parceria público/privada, inicialmente com a SPIE – TRINDEL e mais tarde com a SIIF ENERGIES (Portugal, Lda.) e, de seguida com a EDF EN Portugal, Lda., com vista à instalação de um parque eólico na Serra de Nogueira, estando já concretizados os estudos de medição de vento e avaliadas as incidências ambientais, prevendo no mínimo a instalação de um parque com cerca de 130 MW, e investimento de 150 milhões de euros, projecto de que os municípios são sócios, prevendo-se que o projecto inicie, logo que dada pelo Governo a autorização de ligação à rede da REN (troço de Mogadouro/Olmos e sub-estação em fase de construção); projecto do qual o município e juntas de freguesia irão obter rendimentos para as próximas décadas.

.....A parceria com a EDF EN Portugal, Lda. está concretizada na empresa PENOG, S.A., com sede em Bragança e envolve também a construção de um parque eólico em Montesinho, na freguesia de França.

.....Estão em curso negociações, conforme orientação aprovada em Reunião de Câmara, com vista à constituição de parceria público/privada, para a instalação dos parques eólicos e em várias freguesias do Parque Natural de Montesinho. Se este processo se concretizar participaremos na sociedade promotora do projecto, em parceria com o accionista principal, a empresa Airtricity – Energias Renováveis, S.A., com sede em Bragança e pertencente à empresa Airtricity com sede em Dublin/Irlanda.

.....É público que a empresa pretende fazer elevados investimentos neste município, podendo Bragança beneficiar muito destes investimentos, no plano económico, no emprego e na sustentabilidade.

.....O fundamentalismo e a irracionalidade estão a bloquear este projecto, situação que reprovamos, fazendo diligências políticas e administrativas que têm obtido sucesso, no sentido de que a auto-estrada da energia se aproxima de Bragança e possamos aproveitar recursos renováveis tão significativos para a economia local e nacional.

.....Quanto à Barragem de Veiguinhas, é, desde o primeiro dia em que assumimos responsabilidades na gestão municipal (6 de Janeiro de 1998), a nossa primeira prioridade como é bem sabido por todos e muitos esforços políticos e financeiros têm sido utilizados.

.....Infelizmente em muitas situações, lutando contra adversidades internas suportadas por interesses políticos que não defendem nesse âmbito o interesse das populações, e que têm conduzido ao estudo de soluções inadequadas em termos económicos e ambientais, relativamente às quais mantivemos sempre oposição firme e exigente, sem vacilar no sentido da resolução definitiva do abastecimento de água ao concelho de Bragança com uma solução estruturante, económica e amiga do ambiente.....

.....Penso que, o processo que, agora, foi retomado pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro orientando unicamente os estudos para a Barragem de Veiguiñas, terá a sua concretização.

.....Quanto à vertente industrial, o Município está a investir na Zona Industrial de Mós, na Zona Industrial das Cantarias e avançou com os estudos para a criação de um Centro de Inovação como plataforma de interface com a actividade empresarial e com uma futura Área de Localização Empresarial (ALE), extensão do Centro de Inovação (CI), trabalhos que conferem à gestão municipal uma dimensão orientada para a competitividade e a inovação. Estamos pois num período novo, bem evidente já pelos resultados da actividade de algumas empresas, seja na área agro-industrial, das componentes automóveis, do sector da construção civil e dos serviços.

.....**Área Social** - Trata-se de uma área de investimento crescente por parte desta Município, os valores do orçamento disso dão conta e os projectos em execução com vista a resolver problemas sectoriais para os quais pretendemos mobilizar recursos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), envolvendo algumas das nossas preocupações e estamos certos que dos mesmos obteremos bons resultados.....

.....**Área Rural** – Quanto à Barragem de Parada, saliento tratar-se de obra de responsabilidade da Administração Central e não da Autarquia. Desde que assumimos responsabilidades políticas no município, que nos temos empenhado no sentido de pressionar o Governo Central para que a Barragem seja construída.

.....Quando da cerimónia de inauguração do matadouro municipal, o Senhor Ministro da Agricultura comprometeu-se a avançar com o projecto para a construção, tendo de facto sido dados importantes passos, com a conclusão dos estudos técnicos.

.....Com a posse do actual Governo, o processo passou a marcar passo. Em declarações proferidas pelo actual titular da pasta do Ministério da Agricultura, foi dito que o orçamento de construção é muito elevado para a área de regadio prevista, situação contra a qual argumentamos, de que a viabilidade não poderia ser ponderada tendo por base princípios estritamente económicos, mas também de âmbito social e de incentivo ao desenvolvimento rural, apostando no combate ao abandono dos campos, pela criação de melhores condições à actividade económica rural, permitindo melhorar as condições de trabalho e rentabilidade do povo rural que tão sacrificado tem sido.

.....Esperamos que este projecto seja uma prioridade de investimento imediato por parte da Direcção Norte do Ministério da Agricultura, organismo onde o projecto tem estado encravado, e não venha a servir de bandeira política em cima de eleições, sejam autárquicas ou legislativas.

.....**Mobilidade da população do meio rural** – O concelho tem beneficiado muito dos investimentos que temos vindo a fazer nos transportes urbanos, tendo sido nesta década adquiridos 10 autocarros para os transportes urbanos e dois para transporte em turismo, situação que as Juntas de Freguesia e Associações muito bem têm aproveitado. Contam-se pelos dedos de uma mão os municípios de todo o interior do país, tão bem servidos como o de Bragança. Talvez possamos afirmar que nenhum nos supera.

.....**Escolas Primárias** - A política tem sido de entregá-las às Juntas de Freguesia e Associações, para fins comunitários, não tendo este património em situação de abandono.

.....De seguida procedeu-se à votação dos documentos - Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipais; e Orçamento Municipal para o Ano de 2008, tendo sido os mesmos aprovados, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Caseiro, Arqt.º Armando Cristóvão, Dr.ª Fátima Fernandes e Dr.ª Isabel Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Prof. António Cepeda e Dr.ª Idalina Brito.

.....Ainda foi deliberado, por unanimidade, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea b), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, de 13 Dezembro de 2007.

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO ANO 2008

.....**Presidente da Mesa** – Está na Mesa a certidão da deliberação da Câmara em que estes documentos foram aprovados sem votos contra, mas com abstenções de dois Vereadores do PS no Executivo Municipal.....
.....Senhor Presidente tem a palavra para apresentar o Plano e Orçamento.....

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.
.....Para os Senhores deputados da CDU que pediram elementos desagregados, nós tentamos junto das Finanças, não conseguimos obtê-los. Não nos forneceram.
.....Dr. Luís Pires, na base de dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos acede-se a esta informação de forma normal, para o IRS e IRC. Acho que se calhar se torna mais fácil para o Senhor deputado até aceder... ..

.....**Presidente da Câmara** – Um momento, eu vou repeti-los.
.....Vou repetir, eu acho que li bem, o lucro tributável às empresas do Município com um volume de negócios superior a 150 000 €, envolve 328 empresas e um lucro tributável de 22 615 598 05€.

.....**Presidente da Câmara** – Penso que estarão bem feitas
.....Confirmem depois.
.....Apresentação do Orçamento, Plano de Actividades para o ano de 2008.....
.....De uma forma muito sintética, quero antes fazer uma abordagem de enquadramento geral. Trabalhamos num cenário de redução real de transferências para a autarquia nos últimos três anos, de 10,4% já bem identificadas pelo Senhor Deputado José Castro. Também a nova Lei das Finanças Locais evidentemente que penaliza os Municípios do interior, um número muito significativo, cerca de duas centenas. Tem agora a Lei um artigo, digamos, um artigo designado artigo travão para evitar situações de grande discrepância imediatas, mas elas vão surgir de forma gradual.
..... O IRS, IRC e IVA arrecadado pelo Governo no ano de 2005 e 2006 e que são tributados em 2007/2008, representam um crescimento de 15,4%, enquanto as transferências do orçamento de Estado para os Municípios crescem só 4,7%. Portanto significa também que estamos perante uma redução nas transferências.
.....Também o valor global que estava previsto, se fosse transferido para os Municípios seria de 2 646,2 mil milhões de euros.

.....Na transferência real para os Municípios há uma redução de 239,7 milhões de euros, portanto há assim também uma redução de transferências, que não é um cumprimento da Lei das Finanças Locais.....

.....O mesmo no valor que diz respeito ao IVA, que tem um valor de 374,2 milhões de euros, quando na verdade só são transferidos 4,5% desse valor. Há aqui também uma penalização aos Municípios de 0,5%, ou seja, estamos a trabalhar num quadro de contenção financeira, de redução real de receitas, do aumento de despesas correntes, do aumento de transferências, falarei disso durante o orçamento, temos algumas despesas correntes a crescer, temos mais encargos com as escolas, muito mais, com as actividades de enriquecimento curricular, com prestações sociais, com refeições, com transportes, com muitas situações.

.....Ao nível de equipamentos, também no PIDDAC, o PIDDAC, no ano de 2005/2006 teve uma redução efectiva de 18,5%, no ano de 2007 a tendência é uma tendência idêntica, já conhecida, e refiro, acredite-se ou não o PIDDAC é o plano de investimentos público fundamental da Administração Central.

..... E o dinheiro ou é distribuído de forma razoável e equilibrada para criar coesão no território ou vai concentrada para o litoral. Neste caso, evidentemente que há um favorecimento óbvio de concentração de recursos no litoral.....

..... Há instituições no nosso Concelho que bem precisavam de ter adequadas instalações, nós referimo-lo na introdução, não quero estar a maçar-vos referindo-as todas, mas cito por exemplo o IPB, há seis sete anos que não tem verbas para investimento público, no entanto há muitas instituições de ensino superior, mesmo Vila Real, a Universidade de Vila Real, que tem tido sempre verbas inscritas. Parece existir um bloqueio ao IPB. Não é justo. O Instituto precisa de consolidar também a sua infra-estrutura física, seja na parte lectiva, científica ou na parte social. Tem projectos que estão parados. Nós gostávamos que o PIDDAC tivesse contemplado estes projectos. Não os contempla infelizmente. Como outras áreas, na área das finanças.

.....Temos também as grandes opções do plano Orçamento de Estado para 2008, elas lidas com atenção permitem-nos perceber que o quadro continua a ser de restrição, de algumas dúvidas, e portanto, também o nosso plano tem que ser feito num quadro de alguma contenção.

.....Ao nível do QREN teremos mais tarde oportunidade de fazer um debate mais exaustivo nesta Assembleia, mas o QREN está hoje assente em pressupostos diferentes e a ele acederão prioritariamente as grandes obras, as empresas, para estimular a competitividade em detrimento da coesão.

.....E nesse âmbito, num contexto mais específico trabalhamos seguramente um quadro de restrição, diminuição real de receitas, transferências, trabalhamos num cenário de necessária aproximação entre o custo do serviço prestado e a receita daí proveniente, no sentido de reforçar a autonomia financeira e da consolidação de funcionamento de serviços e

equipamentos, de uma contenção máxima na despesa corrente, continuada aposta na evolução das tecnologias de informação e comunicação, aumento de produtividade através de qualificação de quadros de direcção e chefia e quadros técnicos e pessoal em geral. Consolidar o funcionamento de novos equipamentos, temos o ano de 2008 para consolidar o funcionamento do Centro de Ciência Viva, o Centro de Arte Contemporânea, e portanto temos alguns desafios pela frente nesse âmbito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2008



.....Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, que é a parte que passaremos, temos a circular que está em construção, que vai absorver do Orçamento do Município uma fatia significativa de dinheiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

MAPA COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS – 2007/2008

	Descritivo	2007	2008	Var. %
ORÇAMENTO DE RECEITA	<i>Receitas Correntes</i>			
	Impostos Directos	4.336.500 €	4.700.300 €	8,39%
	Impostos Indirectos	369.100 €	425.300 €	15,22%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.022.800 €	929.500 €	-9,12%
	Rendimentos de Propriedade	1.304.000 €	1.542.700 €	18,31%
	Transferências Correntes	9.235.300 €	10.450.800 €	13,16%
	Venda de Bens e Serviços Correntes	3.652.400 €	3.984.000 €	9,08%
	Outras Receitas Correntes	30.400 €	34.700 €	14,14%
	<i>Total (Receitas Correntes)</i>	19.950.500 €	22.067.300 €	10,61%
	<i>Receitas Capital</i>			
	Venda de Bens de Investimento	2.649.300 €	3.197.300 €	20,68%
	Transferências de Capital	15.502.400 €	13.216.500 €	-14,75%
	Activos Financeiros	1.500 €	0 €	-100,00%
	Passivos Financeiros	500 €	0 €	-100,00%
Outras Receitas de Capital	1.500 €	4.300 €	186,67%	
<i>Total (Receitas Capital)</i>	18.155.200 €	16.418.100 €	-9,57%	
<i>Outras Receitas</i>				
Reposições não abatidas aos pagamentos	500 €	0 €	-100,00%	
<i>Total (Outras Receitas)</i>	500 €	0 €	-100,00%	
TOTAL	38.106.200 €	38.485.400 €	1,00%	

.....As receitas totais são de 38.485.400€, há um crescimento, um crescimento muito comedido, abaixo da inflação, o que significa alguma diminuição real do Orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

MAPA COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS – 2007/2008

	Descritivo	2007	2008	Var.%
ORÇAMENTO DE DESPESA	<i>Despesas Correntes</i>			
	Despesas com o pessoal	7.268.300 €	6.785.900 €	-6,64%
	Aquisição de bens e serviços	8.647.400 €	11.441.300 €	32,31%
	Juros e outros encargos	372.400 €	395.800 €	6,28%
	Transferências correntes	873.700 €	1.011.000 €	15,71%
	Outras despesas correntes	395.600 €	276.900 €	-30,01%
	<i>Total (Despesas Correntes)</i>	17.557.400 €	19.910.900 €	13,40%
	<i>Despesas Capital</i>			
	Aquisição de bens de capital	16.795.800 €	15.834.500 €	-5,72%
	Transferências de capital	1.404.200 €	1.396.200 €	-0,57%
	Activos financeiros	800.000 €	165.000 €	-79,38%
	Passivos financeiros	1.548.800 €	1.178.800 €	-23,89%
	<i>Total (Despesas Capital)</i>	20.548.800 €	18.574.500 €	-9,61%
	TOTAL	38.106.200 €	38.485.400 €	1,00%

.....O mapa comparativo dos orçamentos previstos em termos de despesa. Despesa corrente prevista para 2008, há um crescimento. A despesa de capital, há uma diminuição no investimento.



EVOLUÇÃO DA PRIVISÃO DAS RECEITAS TOTAIS – por fontes de financiamento

Fontes de Financiamento	2007		2008		Variação em%
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.I.R.S	13.462.000 €	35,33%	14.135.000 €	36,73%	5,00%
Apoios Comunitários e Outros	11.275.700 €	29,59%	9.532.300 €	24,77%	-15,46%
Empréstimos	500 €	0,00%	0 €	0,00%	-100,00%
Receitas Próprias	13.368.000 €	35,08%	14.818.100 €	38,50%	10,85%
Total	38.106.200 €	100,00%	38.485.400 €	100,00%	1,00%

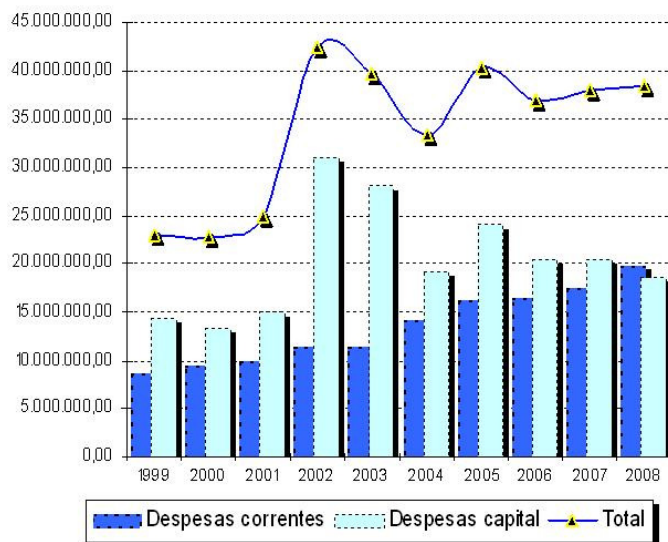


GRÁFICO - Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento

.....A evolução das previsões das receitas, entre o que serão as receitas próprias, apoios comunitários e outros, e transferências directas da Administração Central via Lei de Finanças Locais. Há uma tendência de reforço das receitas próprias. Os apoios comunitários que estão identificados não envolvem ainda nenhuma previsão de receitas tendo como base o QREN, portanto estamos a trabalhar, ainda não há candidaturas, e portanto não podemos consignar verbas definidas ao Orçamento. Durante o ano, se isso acontecer, será feita a necessária revisão do Orçamento.



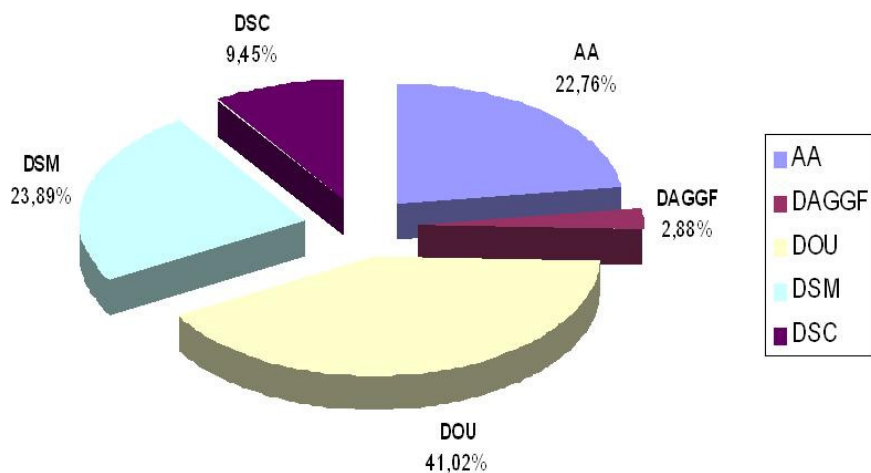
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA 1999 - 2008



A estrutura da despesa entre a evolução da despesa corrente e da despesa de capital.



DESPESA GLOBAL por departamentos em 2008



.....Também a despesa global repartida pelos departamentos, órgãos da autarquia, os departamentos Sócio Cultura, Serviços Municipais, Obras e Urbanismo, e o Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, reflecte o essencial das competências e atribuições de cada um dos sectores da Autarquia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PREVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007

<i>Classificação Funcional</i>	<i>Previsão das Grandes Opções do Plano para 2008</i>		
	<i>PAM</i>	<i>PPI</i>	<i>Global</i>
<i>FUNÇÕES GERAIS</i>	<i>45.000,00</i>	<i>906.500,00</i>	<i>951.500,00</i>
Serviços gerais de administração pública	45.000,00	903.500,00	948.500,00
Segurança e ordem públicas	0,00	3.000,00	3.000,00 u,uu
<i>FUNÇÕES SOCIAIS</i>	<i>1.382.200,00</i>	<i>10.776.000,00</i>	<i>12.158.200,00</i>
Educação	75.500,00	640.500,00	716.000,00
Saúde	0,00	1.500.500,00	1.500.500,00
Segurança e acção sociais	360.000,00	0,00	360.000,00
Habituação e serviços colectivos	281.700,00	7.032.000,00	7.313.700,00
Serviços culturais, recreativos e religiosos	665.000,00	1.603.000,00	2.268.000,00
<i>FUNÇÕES ECONÓMICAS</i>	<i>67.000,00</i>	<i>4.427.000,00</i>	<i>4.494.000,00</i>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000,00	5.000,00	6.000,00
Indústria e energia	30.000,00	1.365.500,00	1.395.500,00
Transportes e comunicações	5.000,00	2.956.500,00	2.961.500,00
Comércio e Turismo	31.000,00	100.000,00	131.000,00
<i>TOTAL</i>	<i>1.494.200,00</i>	<i>16.109.500,00</i>	<i>17.603.700,00</i>

.....Em termos das grandes opções do Plano, temos uma afectação a funções gerais de 951 500€, Funções Sociais - 12.158.200€, Funções económicas - 4.494.000€, portanto o total de 17,603.700€.....

.....Evidentemente que não teremos um grau de execução de 100%, como é bem evidente. Procuraremos um melhor grau possível.

**PREVISÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

		Previsões	
		2007	2008
(1)	Amortizações	1.548.300,00	1.178.800,00
(2)	Juros	370.400,00	393.100,00
(3)	Serviço da dívida = (1+2)	1.918.700,00	1.571.900,00

		Dívida reportada a 30/09/2007
Empréstimos a médio e longo prazos		9.054.315,22
Fornecedores imobilizado		3.136.871,44
Fornecedores conta-corrente		1.263.804,61
Total		13.454.991,27

	Despesa paga	Co- financiamento a haver
ON Operação Norte Feder	2.902.529	2.049.262
POC FEDER	41.835	30.810
INTERREG III A FEDER	1.696.374	1.280.733
Medida Agris FEOGA - O	92.089	71.493
LEADER + FEOGA - O	31.023	16.752
Contratos Programa	241.999	99.956
TOTAL	5.005.849	3.549.006

.....A Previsão de Serviço da Dívida, há uma previsão de diminuição fruto do reescalamento que se fez durante o ano de 2007.....

.....Temos a dívida reportada a 30 de Setembro, dívida total, médio e longo prazo, fornecedores imobilizado e fornecedores conta corrente 13.454.991,27€.....

.....Temos co-financiamento a haver, ou seja, despesa já paga e que deve ser reembolsada – 3,549.006€ - o que significa que a dívida global da Câmara, nesse período a médio/longo prazo/curto prazo na ordem dos dez milhões de euros, o que corresponderá em princípio aquando da elaboração da conta de gerência, a uma diminuição interessante do endividamento.....

**LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2007**

Ano de 2007	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.786.870,13
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	17.868.701,28
Limite ao endividamento líquido	22.335.876,60

Designação	Montante (euros)	Observações
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.054.315,22	Empréstimos de médio e longo prazos
Endividamento líquido	7.649.177,71	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414.
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.451.317,00	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LRL e dos n.os 5 a 7 do art.º 33.º do CE/2007.
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	6.602.998,22	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
Endividamento líquido a considerar	5.197.860,71	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

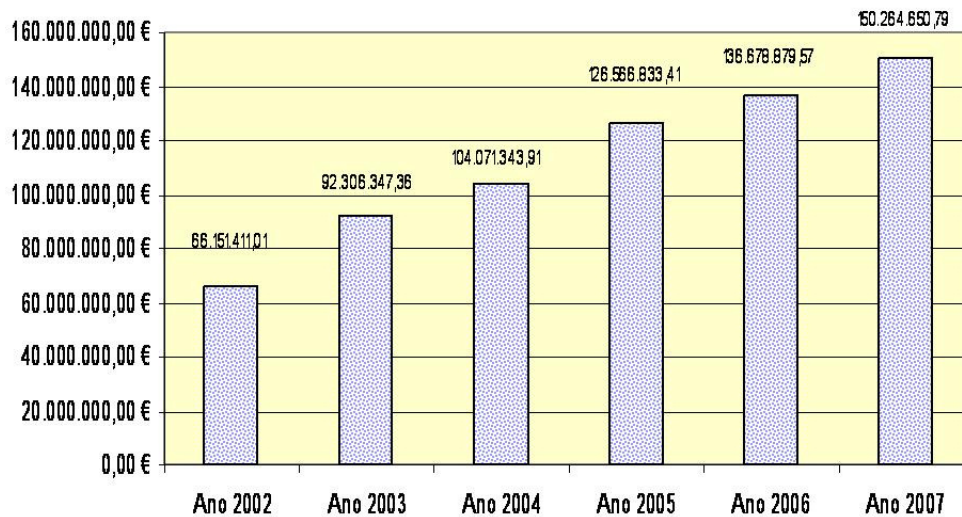
Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2007 – informação reportada a 30.09.2007

.....Passamos aos limites de endividamento municipal para 2007, temos que o limite ao endividamento de curto prazo é de 1,786.870.13€. O Limite ao endividamento de médio e longo prazos 17.868.701,28€ e Limite ao endividamento líquido 22.335.876,60€.

.....Como é que nos encontramos relativamente a esta situação? Não tenho aqui os valores presentes, está na introdução, está na própria explicitação, penso que o limite ao endividamento de médio a longo prazo andarà na ordem dos 36% e o limite ao endividamento líquido ligeiramente abaixo desse valor ainda, ou seja, apesar das restrições impostas na Lei de Finanças Locais, porque a anterior Lei tinha patamares bastante superiores, começaram a reduzir com a Ministra Manuela Ferreira Leite, hoje são mais restritivos ainda, e ainda assim a nossa margem é muito significativa. Significa que, financeiramente temos a autarquia no bom caminho.



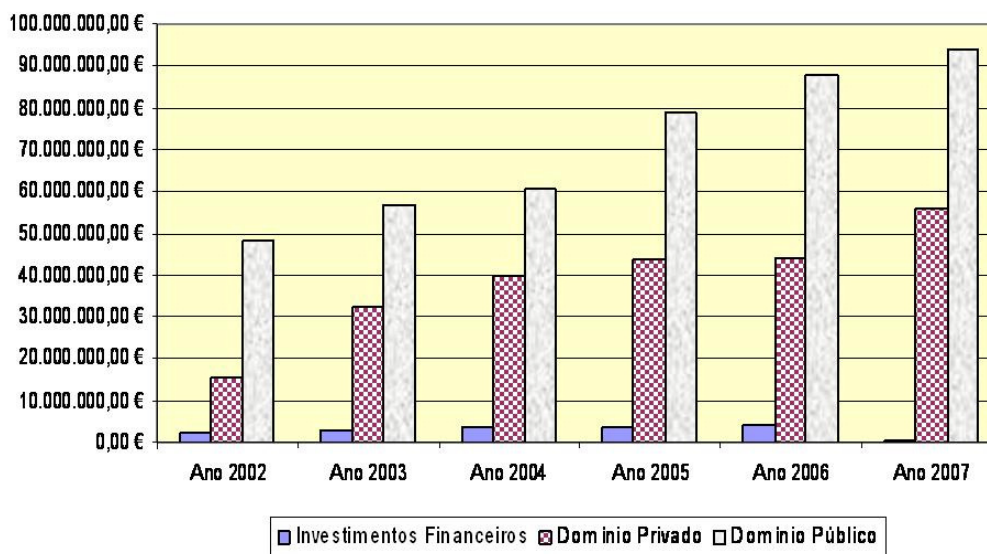
EVOLUÇÃO DO ACTIVO FIXO DO MUNICÍPIO



.....Quanto à evolução do Activo Fixo do Município, também uma explicação.



EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO



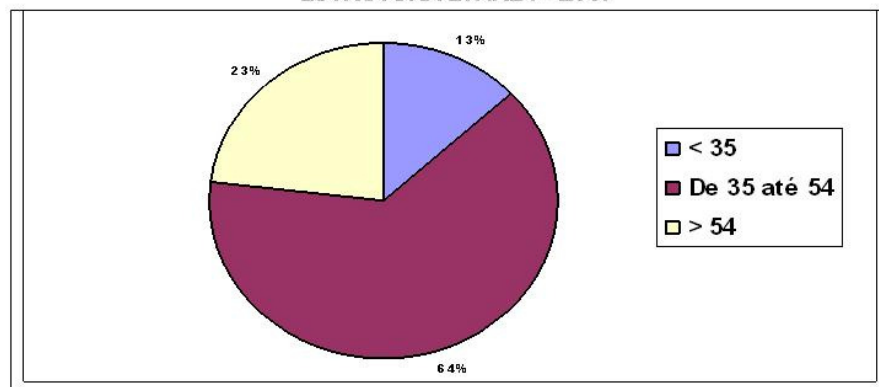
.....Desagregado também a evolução do Imobilizado, desagregado em termos de investimento financeiro, domínio privado e domínio público.



RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
< 35	57	54	57	58	55	51
De 35 até 54	258	253	250	254	246	248
> 54	77	82	89	94	93	90
Total	392	389	396	406	394	389

ESTRUTURA ETÁRIA - 2007



.....Uma abordagem aos recursos humanos da autarquia. Portanto temos abertos novos equipamentos, mesmo assim não tem crescido o pessoal. Significa que temos seguido uma orientação de qualificação, de não aumentar a despesa, seguindo a orientação geral para o País, todos têm que dar esse contributo, custe o que custar, e portanto nesse âmbito o Município evidencia que também o faz sem perda de qualidade para os serviços, pelo contrário, a qualidade dos serviços nós pensamos que tem aumentado, temos feito alguns inquéritos aos cidadãos, seja no domínio das águas, no domínio dos transportes e até no serviço cemiterial, para perceber como é que os cidadãos interpretam o serviço de autarquia, que tipo de recomendações nos fazem, eu dou-vos um exemplo, no último inquérito que os serviços fizeram foi à parte do serviço cemiterial, e divulgamos o resultado tal e qual, mandei fixar com a minha assinatura o resultado do inquérito feito aos cidadãos, agradecendo e dizendo que íamos fazer correcções. Portanto neste âmbito penso que estamos num grau crescente de aproximação aos cidadãos, de ouvir com mais frequência a sua opinião sobre os serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA 2008 - RESUMO

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	888.500	100,00%	5,63%
1.1.	Serviços gerais da administração pública	888.500	100,00%	5,63%
1.1.1	Administração geral	888.500	100,00%	5,63%
1.1.1.1	Edifícios	161.000	17,76%	1,00%
1.1.1.2	Material de transporte	255.000	28,13%	1,58%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	487.500	53,78%	3,03%
1.2.	Segurança e ordem pública	3.000	0,33%	0,02%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	3.000	0,33%	0,02%
1.2.1.1	Bombas	0	0,00%	0,00%
1.2.1.2	Segurança pública	3.000	0,33%	0,02%
2	Funções sociais	10.778.000	100,00%	66,80%
2.1.	Educação	640.500	5,94%	3,88%
2.1.1	Ensino não superior	640.500	5,94%	3,88%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	25.500	0,24%	0,16%
2.1.1.2	Ensino Básico	615.000	5,71%	3,82%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.2.	Saúde	1.500.500	13,92%	8,31%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	1.500.500	13,92%	8,31%
2.3.	Segurança e Acção Social	0	0,00%	0,00%
2.3.2	Acção social	0	0,00%	0,00%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	7.032.000	65,26%	43,85%
2.4.1	Habituação	1.043.000	9,68%	6,47%
2.4.2	Ordenamento do Território	4.483.000	41,60%	27,83%
2.4.2.1	Planeamento Urbano	241.000	2,24%	1,50%
2.4.2.2	Urbanização	4.242.000	39,37%	26,33%
2.4.3	Saneamento	932.500	8,65%	5,70%
2.4.4	Abastecimento de Água	322.000	2,98%	2,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	6.000	0,06%	0,04%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	245.500	2,28%	1,52%
2.4.6.1	Higiene pública	0	0,00%	0,00%
2.4.6.2	Comitérios	50.000	0,46%	0,31%
2.4.6.3	Meio Ambiente	195.500	1,81%	1,21%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.603.000	14,88%	8,85%
2.5.1	Cultura	1.205.000	11,18%	7,48%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	398.000	3,69%	2,47%
3	Funções económicas	4.427.000	100,00%	27,48%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	0,11%	0,03%
3.2.	Indústria e energia	1.365.500	30,84%	8,48%
3.2.1	Industriação pública	200.000	4,52%	1,24%
3.2.2	Energia	160.500	3,63%	1,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	1.005.000	22,70%	6,24%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.856.500	66,78%	18,35%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.601.500	36,18%	9,84%
3.3.1.1	Roda elétrica e sinalização	1.540.500	34,80%	9,58%
3.3.1.2	Estacionamento	61.000	1,38%	0,38%
3.3.2	Transportes aéreos	1.355.000	30,61%	8,41%
3.4.	Comércio e turismo	100.000	2,26%	0,62%
3.4.1	Mercados e feiras	40.000	0,90%	0,25%
3.4.2	Turismo	60.000	1,36%	0,37%
TOTAL		16.108.500	100,00%	100,00%



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL PARA 2008 - RESUMO

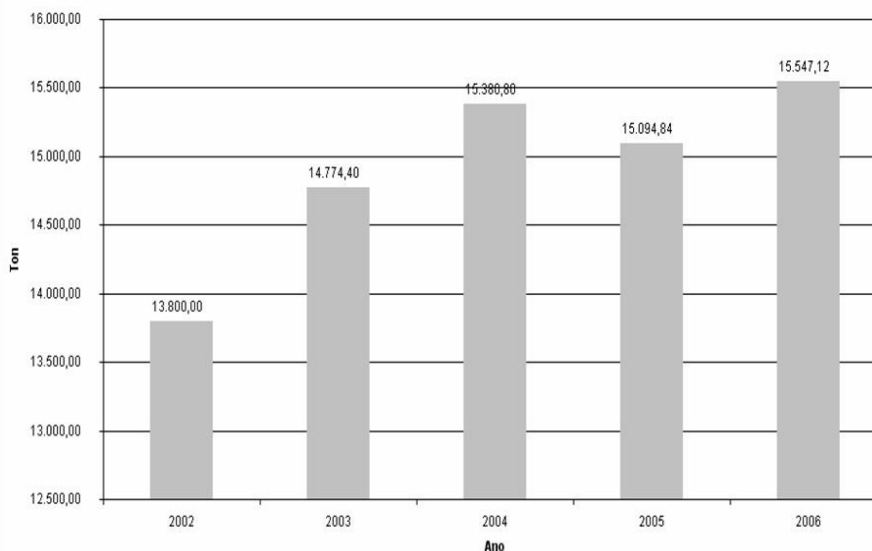
Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	45.000	100,00%	3,01%
1.1.	Serviços gerais da administração pública	0	0,00%	0,00%
1.1.1	Ação da instrução geral	0	0,00%	0,00%
1.1.1.1	Edifícios	0	0,00%	0,00%
1.1.1.2	Materiais de transporte	0	0,00%	0,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamentos	0	0,00%	0,00%
1.2.	Segurança e ordem pública	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1.1	Bombas	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1.2	Segurança pública	0	0,00%	0,00%
2	Funções sociais	1.382.200	100,00%	92,50%
2.1.	Educação	75.000	5,46%	5,05%
2.1.1	Ensino não superior	75.000	5,46%	5,05%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	0	0,00%	0,00%
2.1.1.2	Ensino Básico	75.000	5,43%	5,02%
2.1.1.3	Educação de adultos	500	0,4%	0,03%
2.2.	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Social	360.000	26,05%	24,00%
2.3.2	Ação social	360.000	26,05%	24,00%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	281.700	20,38%	18,05%
2.4.1	Habituação	105.000	7,60%	7,03%
2.4.2	Ordenamento do Território	37.000	2,68%	2,48%
2.4.2.1	Planeamento Urbano	0	0,00%	0,00%
2.4.2.2	Urbanização	37.000	2,68%	2,48%
2.4.3	Saneamento	0	0,00%	0,00%
2.4.4	Abastecimento de água	0	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	138.700	10,11%	8,35%
2.4.6.1	Higiene pública	75.000	5,43%	5,02%
2.4.6.2	Comércio	20.000	1,45%	1,34%
2.4.6.3	Meio Ambiente	44.700	3,23%	2,80%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	666.000	48,11%	44,51%
2.5.1	Cultura	285.000	19,17%	17,74%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	400.000	28,94%	26,77%
3	Funções económicas	87.000	100,00%	4,48%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	1,48%	0,07%
3.2.	Indústria e energia	30.000	44,78%	2,01%
3.2.1	Iluminação pública	0	0,00%	0,00%
3.2.2	Energia	0	0,00%	0,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	30.000	44,78%	2,01%
3.3.	Transportes e Comunicações	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1	Transportes rodoviários	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	0	0,00%	0,00%
3.4.	Comércio e turismo	31.000	46,27%	2,07%
3.4.1	Mercados e feiras	25.000	37,31%	1,67%
3.4.2	Turismo	6.000	8,96%	0,40%
TOTAL		1.494.200	100,00%	100,00%

.....Temos naturalmente uma despesa significativa com o tratamento de esgotos, por exemplo.

.....Temos as funções gerais do Município que envolvem 3,1 da despesa, as funções sociais 92,5, as funções económicas 4,5... isto é no Plano de Actividades Municipais.



EVOLUÇÃO DA RECOLHA INDIFERENCIADA

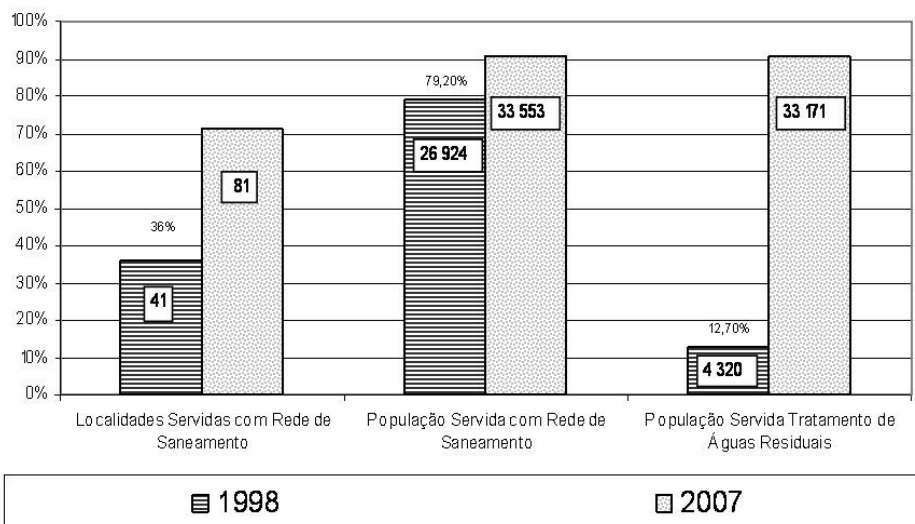


.....Temos uma indicação do gráfico que nos dá a ideia aproximada daquilo que será a despesa com o tratamento de esgotos, é uma factura muito pesada, como é a dos lixos e outras, pesam muito, mas felizmente o serviço é feito com muita qualidade.....

.....A evolução da recolha indiferenciada, no ano de 2006 recolheram-se 15.547,12 toneladas de resíduos sólidos urbanos para tratamento, estamos a falar de muitos resíduos sólidos urbanos, estamos a falar de uma factura também muito pesada.

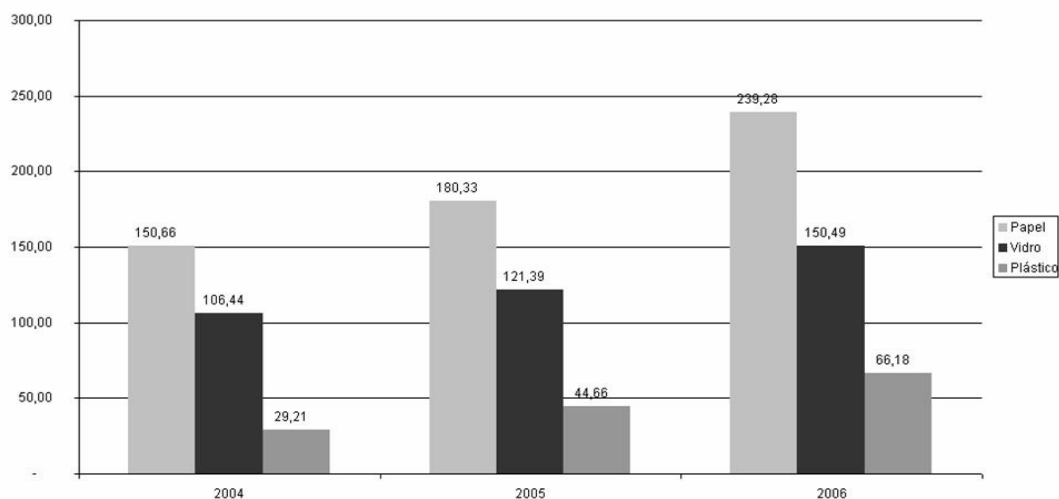


Relação População/Localidades Servidas com Rede de Saneamento e Tratamento de Águas Residuais





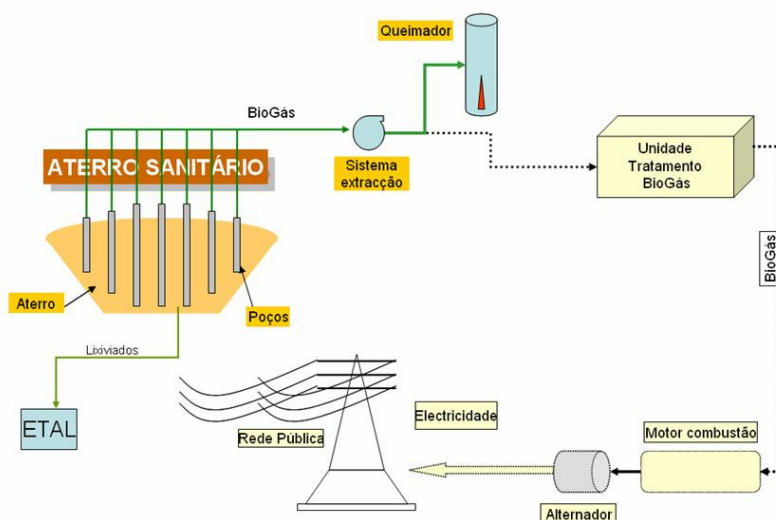
CARACTERIZAÇÃO DA RECOLHA SELECTIVA



.....Temos a caracterização da recolha selectiva, em que há uma evolução.



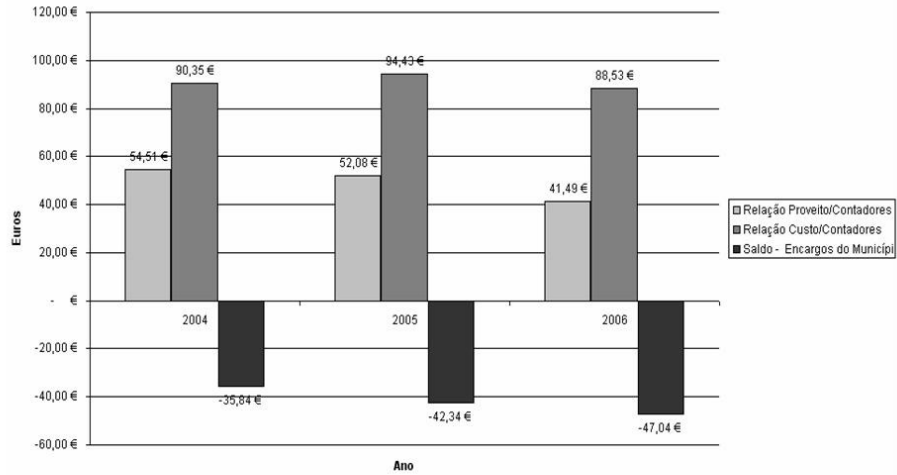
ESQUEMA DE APROVEITAMENTO DO BIOGÁS



.....Também um quadro em que se dá conta de que o Município através da Resíduos do Nordeste participa numa empresa que foi criada tendo em vista o aproveitamento do Biogás no aterro sanitário. Proximamente, durante o mês de Janeiro faremos a escritura pública aqui em Bragança.



SUSTENTABILIDADE DO TARIFÁRIO RSU – 2004 a 2006

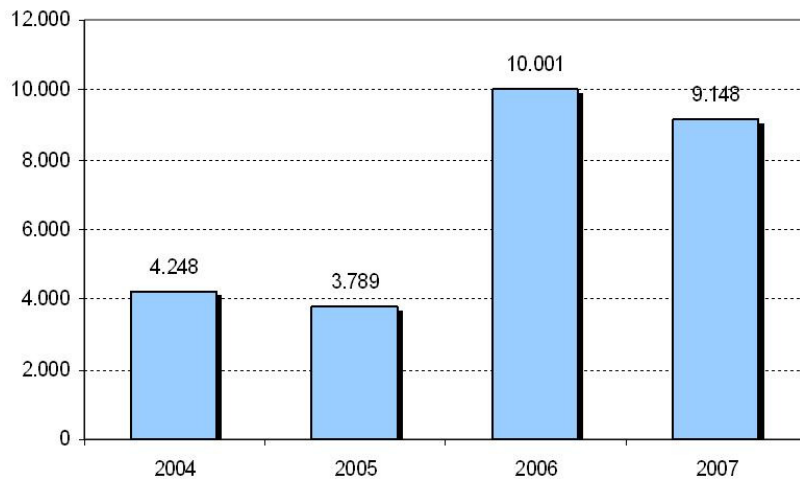


Relação anual proveito/custo (por contador instalado)

.....Temos uma indicação relativa à sustentabilidade do tarifário de RSU, e temos um défice muito grande, que tendencialmente temos que ir corrigindo, já estivemos pior. Há municípios que não têm nada e portanto passarão para uma situação difícil quando tiverem que implementar medidas, orientações da Administração Central e que estão sujeitas a fiscalização, portanto é preferível ir avançando gradualmente do que estar depois com situações mais difíceis.



NÚMERO DE VISITANTES NAS EXPOSIÇÕES – PERÍODO 2004-2007

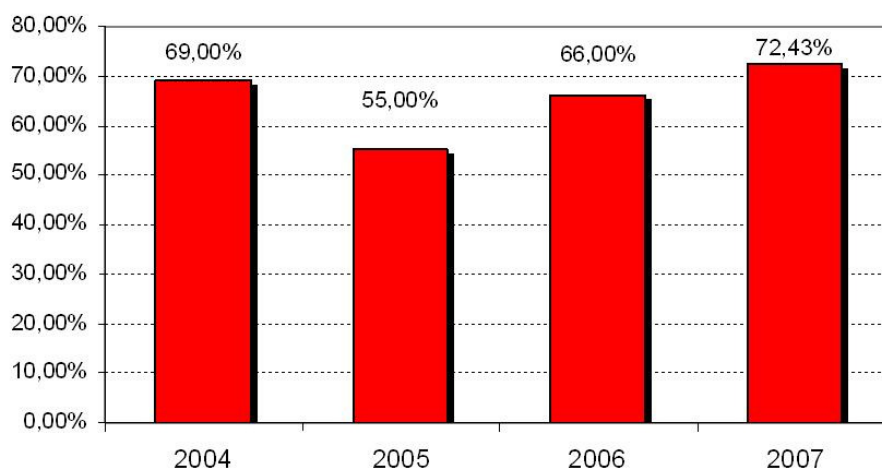


.....Alguma informação sobre os visitantes a alguns dos equipamentos, que também são importantes, para os senhores deputados irem fazendo algumas das vossas leituras. \



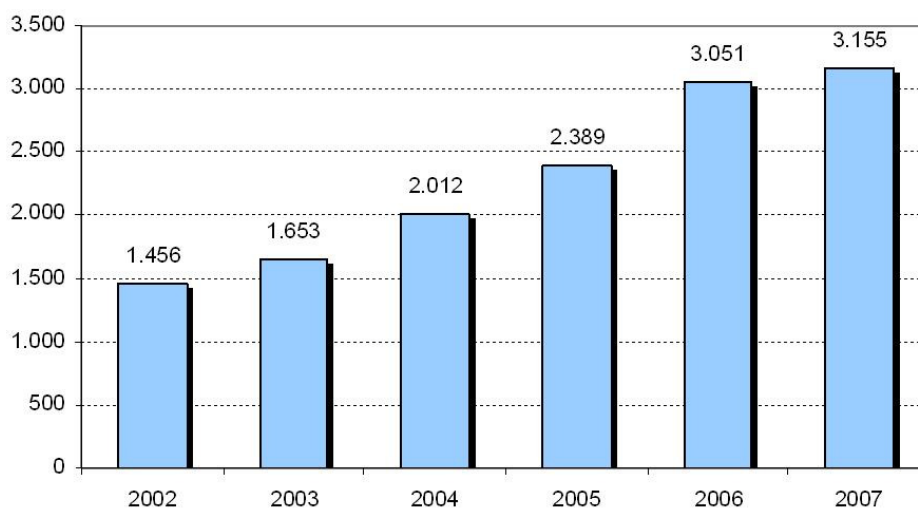
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

TAXA DE OCUPAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL – PERÍODO 2004-2007



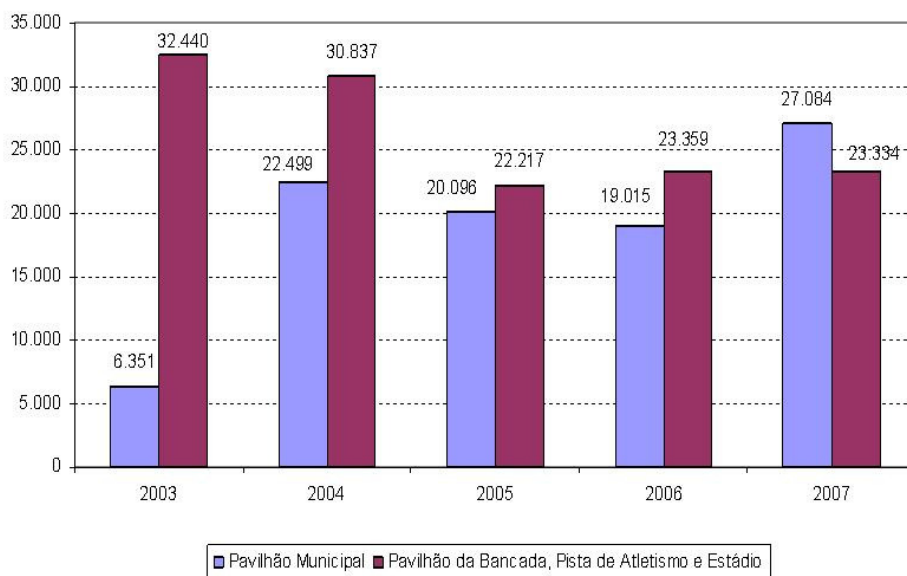
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

UTILIZADORES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL – PERÍODO 2002-2007

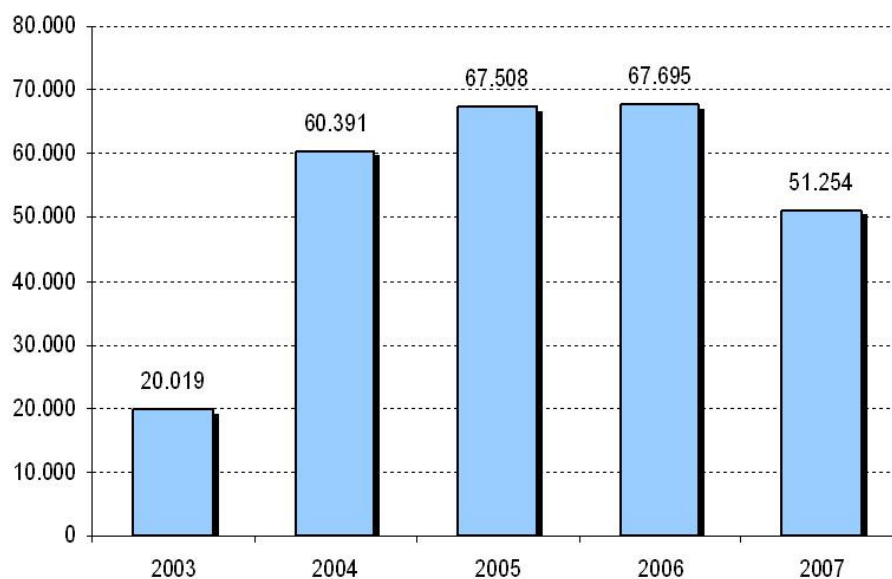




UTENTES DOS RECINTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – PERÍODO 2003-2007

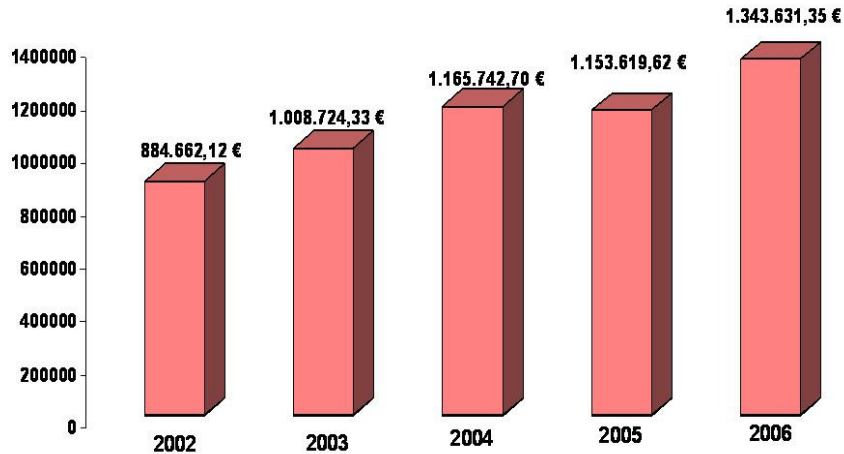


EVOLUÇÃO DOS UTENTES DA PISCINA MUNICIPAL – PERÍODO 2003-2007





EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM ENERGIA ELÉCTRICA – PERÍODO 2002-2006

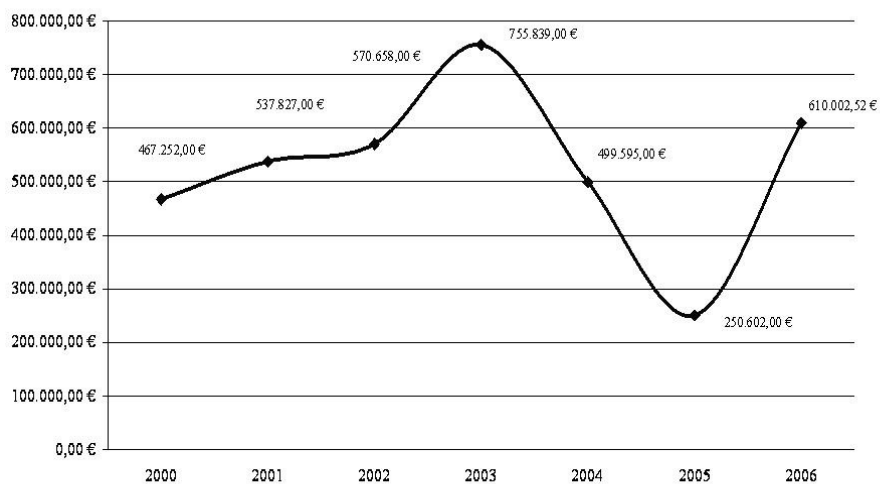


Valor referente à iluminação e edifícios públicos

.....Temos uma evolução do custo da factura de energia, estamos com um custo total de 1.343.631,35€, é quanto o Município gasta em energia, gás e electricidade, estamos a falar dessas duas componentes só, não estamos a falar de gasóleo, gasolina, é só electricidade e gás natural.....



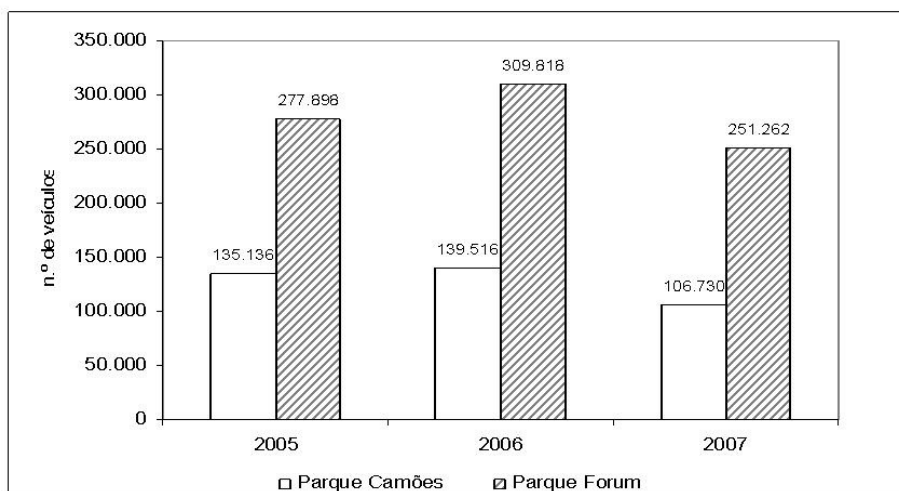
PRODUÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS – PERÍODO 2000-2006



.....Comparamos com a produção no Alto Sabor e portanto gastamos o dobro daquilo que produzimos, e portanto o desejável será ter parques eólicos a funcionar, tentar cobrir este défice e exportar energia verde para o resto do País e para a Região.



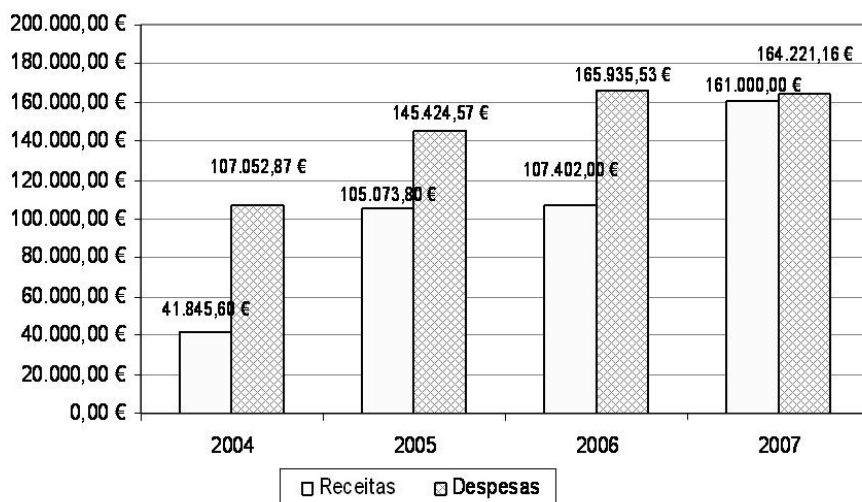
EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ESTACIONAMENTO NOS PARQUES SUBTERRÂNEOS PERÍODO 2005-2007



.....Temos uma evolução nos parques de estacionamento.



RECEITAS E DESPESAS NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO PERÍODO 2004-2007

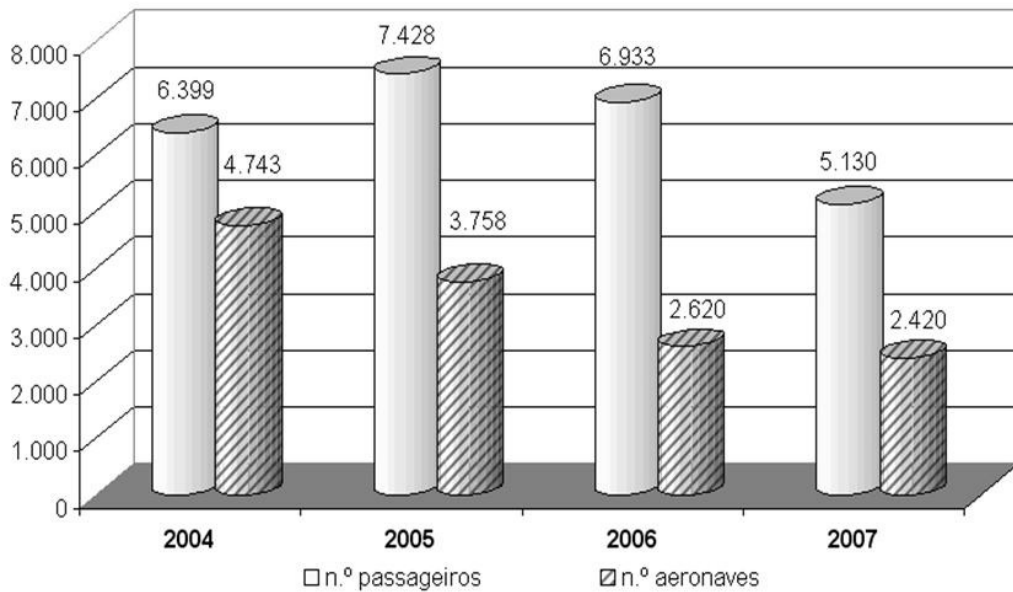


.....Temos uma evolução das receitas.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS E AERONAVES NO AERÓDROMO MUNICIPAL

PERÍODO 2004-2007

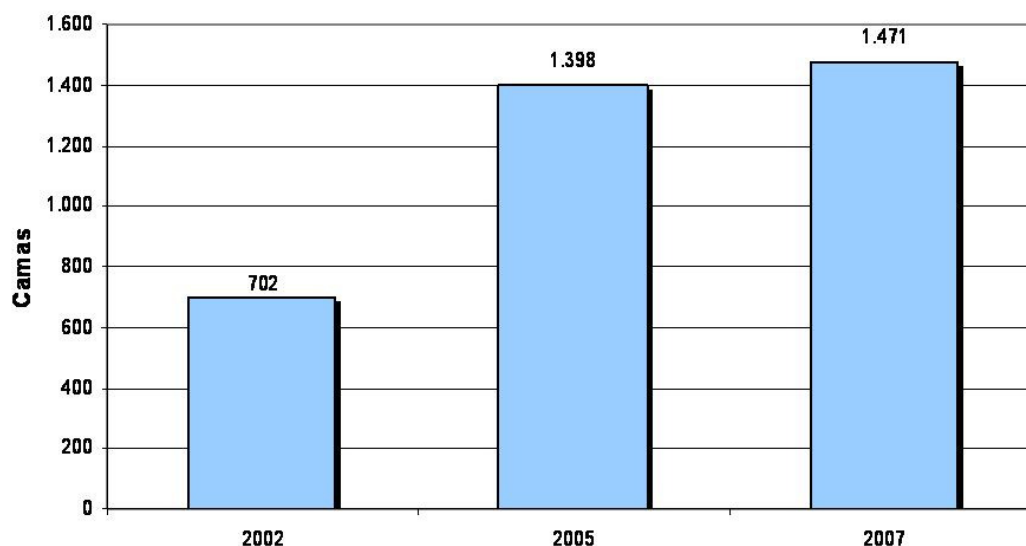


.....Temos a situação do Aeródromo. Queria destacar que no aeródromo há uma situação que está a ser penalizadora. Informamos a entidade responsável pela fiscalização recentemente, durante o mês de Outubro, tinham sido cancelados desde o início do ano 106, vôos, o que representa imenso. Penaliza a linha, neste momento os voos estão cancelados até ao dia 20, numa altura em que muita gente precisava de se deslocar de Lisboa para Bragança e vice-versa, portanto há aqui uma situação de incumprimento por parte do operador, que nós gostávamos que fosse ultrapassada por parte da entidade que fiscaliza o cumprimento do contrato por parte da empresa.

..... Isto é uma situação que parece quase uma situação de tendência como a que aconteceu com o comboio, não é? Começar a deixar degradar o serviço, deixar, deixar... já não se justifica. Acho que tem que haver aqui uma atitude diferente. Há alguma dificuldade, também não é uma matéria linear, devo dizê-lo, mesmo assim eu acho que tem que haver uma atitude. Se é um serviço subvencionado pelo Estado, portanto cada passageiro transportado recebe um subsídio ao transporte, e portanto tem que haver um exercício de obrigatoriedade de cumprimento de obrigações.



TURISMO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS DISPONÍVEIS NO CONCELHO PERÍODO 2002-2007



.....Temos uma parte da evolução à capacidade hoteleira no Concelho de 1471 camas em 2007, é um número muito interessante. Desde 2002 duplicou. Já em 2002 não tínhamos esta capacidade, o que quer dizer que há uma realidade nova.

.....Eu estive no domingo passado em Barca D`Alva num painel com o Dr. Augusto Mateus, sobre turismo, o Douro, ele preferia turismo da bacia do Douro, e ao falar da bacia do Douro estamos a falar de turismo desde o Porto a Valladolid e estamos a falar de Foz Côa a Bragança, por exemplo. Portanto é dentro desta lógica. Do ecoturismo para esta região, particularmente, e com a perspectiva que deixei presente de que neste percurso – Porto / Valladolid, e nesta aposta que o Governo Português tem que fazer com o Governo Espanhol, não pode ser uma aposta isolada, nem de uma parte nem de outra, tem de ser uma aposta integrada, Bragança está no meio em termos de ligações aéreas, e deixei bem presente também nessa convenção que as ligações ferroviárias são ligações do futuro. O transporte ferroviário é um transporte de futuro, em termos de economia, em termos de massas, em termos ambientais.

.....E bem pena é se o Governo depois de resolver o problema das infra-estruturação do território em termos rodoviários, de resolver a questão da OTA, a questão dos portos marítimos para estruturar também a fronteira europeia neste grande circuito de transporte marítimo, se não se olha para o Mapa Ferroviária do País, e não se constrói uma rede capaz de conexão

com a rede europeia, seja do Tua à Puebla, seja do Porto a Barca D`Alva/Salamanca. Esse de facto é um desafio porque o interior do País nesse âmbito é um vazio. Como é um vazio na parte de banda larga, em parte. A banda larga está no litoral, não está no interior. O transporte de energia eléctrica está no Litoral, e está ao longo do Rio Douro, o resto é um vazio. Tendencialmente agora resolveu-se.....

..... Nas auto-estradas um pouco a mesma coisa, deixamos presente a nossa perspectiva de que o futuro tem que apostar numa integração dos meios de transporte, na intermodalidade e que Bragança é um ponto central dessa intermodalidade e o aeroporto de Bragança vem desempenhar um papel importante, como desempenhará um papel importante na ligação Bragança/Puebla de Sanábria.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DEZEMBRO DE 2007

ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS

	Denominação (da participada)	Capital	Participação subscrita		Participação realizada	Obs.
			Valor	%		
1	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	28.000.000,00 €	1.070.867,00 €	3,82	224.939,89 €	
2	Bragança polis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis Bragança, S.A.	5.986.000,00 €	2.394.400,00 €	40,00	2.394.400,00 €	a)
3	Mercado Municipal de Bragança, E.M.	1.094.000,00 €	1.094.000,00 €	100,00	1.094.000,00 €	
4	Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77	24.939,80 €	
5	Terra Fria Carnes, Lda.	350.000,00 €	350.000,00 €	100,00	350.000,00 €	
6	PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda	50.000,00 €	2.000,00 €	4,00	2.000,00 €	
7	Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	82.302,00 €	3.741,00 €	4,545	3.741,00 €	
8	Resíduos do Nordeste, E.L.M.	50.000,00 €	18.500,00 €	37,00	18.500,00 €	b)

a) Em fase de liquidação.

b) Participação detida pela AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano em 37,00%, correspondendo ao Município de Bragança 25,00% dessa mesma participação (cf. parte detida na AMTFNT).

.....Cumpriremos com as nossas obrigações em termos societários, e com as entidades também não societárias do Município.....

**ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS**

	Denominação (da participada)	Contribuição		Obs.
		Inicial	Estimada para o Exercício de 2007	
1	AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	0,00 €	0,00 €	
2	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,00 €	7.135,00 €	
3	AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano	0,00 €	2.404,14 €	
4	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	0,00 €	0,00 €	
5	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	0,00 €	6.000,00 €	
6	Associação Centro Ciência Viva de Bragança	0,00 €	44.930,28 €	
7	Associação Norte Cultural	0,00 €	0,00 €	
8	Associação "Cidades Saudáveis"	0,00 €	0,00 €	
9	Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"	0,00 €	450,00 €	
10	Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina	0,00 €	0,00 €	c)

c) Participação detida pela e através da AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano.

Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança

	Denominação	Íntegra
1	Fundação "Os Nossos Livros"	a Direcção, a qual Preside
2	Fundação Rei Afonso Henriques	a Comissão Executiva Delegada

.....Em traços gerais Senhores deputados era o que tinha a dizer-vos a título de apresentação do Plano de actividades e Orçamento.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Eu julgo estar bem informado de que a Comissão de Economia e Património tem um relatório para apresentar aos Senhores membros da Assembleia. É assim?

.....

.....**Presidente da Mesa** – Tem a palavra então se faz favor.....

.....**Henrique Ferreira** – Então muito boa tarde a todos e votos de boas festas e um Feliz 2008.

.....Vou ler um parecer que é o resultado não de uma unanimidade entre os membros da Comissão, mas o resultado de um compromisso de posições, uma vez que não era possível, portanto construir um texto unânime, e eventualmente nem era desejável.

.....De maneira que indo directo ao assunto e com a permissão do Senhor Presidente da Mesa, passo a ler o parecer :

.....“Proposta de parecer da Comissão de Economia da Assembleia Municipal de Bragança sobre Proposta de Plano de Actividades e Orçamento/ 2008, da Câmara Municipal de Bragança

PARECER

.....A proposta de Plano de Actividades e Orçamento 2008 (PAO 2008), apresentada pela Câmara Municipal de Bragança à Assembleia Municipal do mesmo Município e aprovada pelos Vereadores do PSD, com a abstenção dos do PS, apresenta-se legal e formalmente correcta, evidenciando ainda o documento a preocupação dos seus autores em explicar os factores do contexto, as finalidades e a estrutura dos diferentes elementos do Plano de Actividades e Orçamento. Neste aspecto, o documento é claro e acessível à maior parte das pessoas, explicando bem as fontes de financiamento, os constrangimentos do Município e a estrutura da receita e da despesa.

.....A proposta da Câmara Municipal tem em relação às propostas anteriores uma análise macro-estrutural, na qual se insere a construção do orçamento municipal, onde se regista a preocupação de fazer aumentar as receitas de capital pela transferência de parte das receitas correntes para aquelas mas verifica-se que as despesas correntes assumem já padrões da média nacional (51,5%), numa tendência para escalada, no futuro, que deve ser evitada uma vez que é apanágio deste Executivo capitalizar boa parte das receitas correntes em receitas de capital, numa performance que costumava não ultrapassar a rácio de 40% no total do orçamento por parte das despesas correntes.....

.....No entanto, é de assinalar a preocupação da Gestão Municipal em fazer aumentar a produtividade do pessoal e em continuar a diminuir as despesas neste sector.....

.....Quanto à estrutura da dívida, verificamos ter o Município feito um grande esforço na sua racionalização mas ser ilusória, em parte, a distinção entre dívida imputável ao limite de endividamento e dívida não imputável ao mesmo, na medida em que toda ela é dívida e representar 75% da capacidade de endividamento ainda que a dívida imputável represente apenas 36,95% daquela capacidade. Recomenda-se ao Município, nesta área, a redução das dívidas de curto prazo, até pela função social que desempenham as contas em ordem na manutenção do emprego local.

.....Finalmente, no que respeita às grandes opções do investimento, elas representam fidelidade relativamente às políticas do Executivo, com investimentos de realçar nas áreas das obras públicas, do ambiente, da educação e da cultura, afigurando-se, no entanto, que o Município de Bragança necessita de dar mais atenção ao investimento reprodutivo e a sectores estratégicos como a garantia do abastecimento de água, da reserva de terrenos para instalações industriais e do apoio à formação da população adulta, designadamente na potenciação da reconversão económica através do acesso às disponibilidades do QREN.

.....No mesmo sentido, carece a intervenção municipal de um maior dinamismo na liderança de iniciativas impulsoras de actividades económicas, seja por empresas de participação municipal seja por indução do incremento das iniciativas da Sociedade Civil.

.....Ainda no que respeita ao plano dos investimentos, revela o Plano um decréscimo do investimento em equipamentos desportivos, decréscimo que deve ser corrigido e correspondido com o fomento da promoção e dinamização da prática desportiva.....

.....E, finalmente, há que apoiar mais as iniciativas e a autonomia das autarquias de freguesia, quer pelo aumento das suas participações no Orçamento Municipal quer pela retoma das transferências de competências.....

.....Bragança, 13 de Dezembro de 2007

.....Os Relatores

.....a)Henrique da Costa Ferreira e Eduardo Malhão”

.....Este é o parecer da Comissão, aparte este parecer, e se me é permitido, queria pedir ao Senhor Presidente da Mesa, se eu posso votar. Porque na prática, formalmente estou ausente da reunião, uma vez que não pude deixar de dar uma aula de manhã, também não posso deixar de dar uma aula a partir das sete da noite... ..

.....**Presidente da Mesa** – Mas pode votar à vontade. O Senhor está presente, a única coisa que se aplica são as disposições relativamente a não estar nos momentos que regimentalmente estão previstos e que dão lugar aos processamentos disto ou daquilo. O Senhor deputado está de pleno direito na reunião.

.....**Henrique Ferreira** - Nesse caso, peço-lhe que registre o voto de abstenção relativamente à questão do IRS, que eu não votei há bocado.

.....**Presidente da Mesa** – Agora voltar atrás não!... isso foi uma operação... isso já não.

.....**Henrique Ferreira** - Não, é evidente que o Senhor Presidente da Mesa é soberano nesta matéria, eu só não votei porque tive dúvidas se devia ou não devia votar.

.....**Presidente da Mesa** – Peço desculpa, mas se a tivesse suscitado tinha tido a mesma resposta.

.....**Henrique Ferreira** – Tudo bem. Em qualquer dos casos fica expressa a minha posição. .

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

.....Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimentos vamos registar inscrições para intervenções.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem desde já a palavra.....

.....**Luís Costa** – Bom, eu vou aqui transmitir a posição da CDU sobre as grandes opções do Plano e Orçamento para 2008.

.....**Presidente da Mesa** - Deixe-me só fazer um pedido a esta hora, seis da tarde. Eu sei que o dia já vai longo, mas ajudem-nos por favor e eu tenho impressão que estamos todos interessados no mesmo, a sermos muito rápidos e se houver silêncio eu tenho a certeza de que os oradores se concentram mais e são mais concisos.

.....Com este pedido, faça o favor de continuar.

.....Obrigado.....

.....**Luís Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“O primeiro traço negativo é de que o documento em análise perde-se constantemente em referência à obra realizada, em vez de se apresentar como uma proposta para o futuro.

.....Esta proposta de Plano e Orçamento marca determinantemente o fim do mandato em termos de prioridades e da concretização das opções de financiamento.

.....Ora, sendo uma proposta pouco ambiciosa e em nada criativa, define também a fase de cansaço e desalento em que se encontra a maioria PSD na Câmara de Bragança.....

.....Esta maioria PSD, não tem em conta o papel que Bragança, como capital de uma importante região, terá de desempenhar, num futuro muito próximo, como motor de desenvolvimento e progresso de toda o Nordeste Transmontano. Trata-se de um Executivo com vista curtas e com uma visão miserabilista do futuro. Até parece o Governo do Eng.º Sócrates!

.....O Executivo Municipal não ambiciona: construir um novo edifício para os Paços do Concelho, com a assinatura de um Arquitecto de referência, que dignifique a capital de distrito; construir um moderno Parque Desportivo Municipal; ou construir um verdadeiro Parque da Cidade na quinta da Trajinha.

.....O Executivo Municipal nunca definiu uma política cultural, associativa e desportiva coerente e consequente. Aliás, veja-se, por exemplo, como tratou uma decisão desta Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade, em 29 de Junho de 1999, que declarou a Casa do Abade de Baçal, em Baçal, «Imóvel de Interesse Municipal" e recomendava ao Executivo a «Recuperação deste imóvel, com vista à sua utilização como espaço de dinamização sócio-cultural» e de «Memória do eminente estudioso e homem de ciência que foi o Padre Francisco Manuel Alves».....

.....A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro que estabelece as bases políticas e do regime de protecção e valorização do património cultural dá toda a cobertura e apoio a uma iniciativa

como esta. Entretanto e passados mais de 8 anos a Câmara Municipal nada fez para cumprir a decisão da Assembleia Municipal.

.....A casa continua em ruína e ao que parece, recentemente foi adquirida por um particular, sem que o município tenha usado o direito de preferência.

.....Meus senhores, esta situação é no mínimo um escândalo e uma vergonha. *Já referi há pouco o livro do Abade de Baçal anotado.*

.....Neste momento, o Município de Bragança nem sequer dispõe de um Plano Estratégico Cultural, tendo em conta a sua capitalidade.

.....Este Executivo, passados tantos anos ainda não aprovou o Plano de Urbanização da sua cidade e arrasta "*ad eternum*" a revisão do Plano Director Municipal.

.....O Executivo não tem uma política de desenvolvimento para o concelho: nunca implementou as Zonas Industriais de Izeda e de Santa Comba de Rossas, constantes no Plano Director Municipal em vigor.

.....É urgente atrair investimentos de qualidade, com criação de postos de trabalho com direitos para o nosso concelho. Não podemos continuar a empurrar os nossos jovens para a (i)emigração.

.....Infelizmente os Bragançanos também não podem contar com a representação do PS no Executivo Camarário. Claro que este ano os dois vereadores do PS até apresentaram algumas ideias para o Plano de Actividades, mas o seu sentido de voto foi de concordarem com a proposta do PSD, daí que timidamente se abstiveram.

.....Tendo em conta as propostas apresentadas pelo PS, é caso para perguntar: será com alternativas destas que o concelho de Bragança pode contar para o futuro? Então um partido, o PS, que diz todos os dias que quer ser alternativa ao PSD na Câmara só tem estas ideiazinhas para propor? O PS de Bragança é um deserto de ideias e de propostas.

.....Temos um PS que nada faz e nada propõe, antes encerra a Escola de Formação de Bombeiros e passado mais de dois anos nada fez para cumprir o compromisso de construir um Parque de Campismo e Recreio em Gimonde, tal como prometeu o Secretário de Estado do Desporto, Dr. Laurentino Dias.

.....Contudo, estes dois partidos, o PS e o PSD, na Assembleia da República, ainda recentemente, quando da votação do PIDDAC/2008, revelaram claramente as suas posições acerca dos interesses de Bragança e do Nordeste Transmontano, ao votarem contra propostas como sejam:

.....- A construção de um Entrepósito / Centro de Coordenação de Transportes em Bragança, junto ao IP4/A4.

.....- A reabilitação das estradas Bragança/Carragosa/Parâmio e Bragança/Penacal/Izeda. ...

.....- A construção da Escola Superior de Saúde do IPB.

.....- A construção do Edifício Central, Reitoria e Biblioteca do IPB.

.....- A criação de um Centro de Documentação e Investigação do Castanheiro da Terra Fria.

.....- A criação de um Observatório Astronómico com fins científicos e didácticos na Serra de Montesinho.

.....- A construção de um Parque de Exposições anexa ao NERBA.
.....*Isto só para citar alguns exemplos.*
.....Propostas estas, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou para o Distrito, entre muitas outras, com as devidas dotações orçamentais, e que o bloco central de interesses inviabilizou, votando contra.
.....Se na Câmara Municipal de Bragança o PS tem sido a muleta do PSD, também não é menos verdade que, na Assembleia da República é o PSD que faz de muleta do Governo, apoiando as políticas desastrosas do PS para o Distrito de Bragança.
.....Os índices demográficos, económicos, sociais e culturais do concelho e do distrito exigiam uma outra atitude por parte do PS e do PSD.
.....*Temos outros exemplos, como a distribuição, como já temos dito aqui várias vezes e todos os anos e por esta altura na aprovação do orçamento para o ano seguinte.*.....
.....- As verbas a atribuir às Freguesias (a proposta é deplorável)
.....- As verbas a atribuir ao Movimento Associativo e cultural (através de critérios objectivos e transparentes) e que conste da proposta de Plano.
.....- O facto de a Assembleia Municipal não poder fazer propostas, em resultado da diminuição de poderes que as Assembleias sofreram, em resultado do acordo do PSD e do PS, que alterou a legislação autárquica.....
.....a) Luís Costa”

.....Nós como não podemos apresentar propostas de alteração ao que quer que seja, e as Assembleias Municipais não o podem fazer, ficando resumidas à aprovação ou não do Orçamento, o nosso voto e ainda porque o Plano apresentado, as coisas que se propõem fazer para o próximo ano não são de maneira nenhuma as prioridades que a CDU tomaria se estivesse na presidência da Câmara, portanto o nosso voto será contra este Orçamento.
.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra.....

.....**Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**
.....“Num primeiro momento, porque, de facto, estamos perante um discurso coerente com a prática recorrente deste executivo camarário, a vontade é remeter esta intervenção para algo já vivido e repetir tudo aquilo que dissemos aquando das intervenções dos anos anteriores. Sentimos que estamos há três anos a dizer o mesmo sobre o mesmo todo e a produzir, necessariamente, pormenores que caracterizam a actuação deste executivo e com os quais, por defeito, não concordamos.....
.....Da cuidada e atenta leitura e análise do documento e discussão retemos alguns aspectos:

.....- Desde logo, em termos de grandes opções, e mais concretamente, em termos da previsão das despesas, podemos perceber a continuação da preponderância do espírito intervencionista... da obra e da requalificação urbana em detrimento dos cidadãos e suas circunstâncias.....

.....- Depois, no orçamento e ao nível das receitas correntes, verificamos que, infelizmente, a gestão corrente da Câmara Municipal continua a ser feita graças à tributação dos munícipes, nomeadamente, através dos impostos directos – IMI e IMT que representam cerca de 86% desses impostos directos.....

.....- Também, nas orientações específicas do orçamento, no ponto 1.2 alínea c) podemos ler: - e passo a citar - *...aumento de produtividade através da qualificação dos quadros e pessoal (...) manter a contratação de serviços externos garantindo qualidade nos serviços prestados*. Esta passagem suscita-nos algumas dúvidas... então qualificamos o pessoal e os quadros, mas temos que recorrer à contratação de serviços externos para garantir a qualidade dos serviços prestados à comunidade e aos cidadãos!?... ..

.....Ainda no que aos recursos humanos diz respeito, alguma confusão encontramos, pois dizem que estimam uma diminuição nas despesas com o pessoal relativamente a 2007, mas ao mesmo tempo admitem um incremento substancial face a 2007 na rubrica de aquisição de bens e serviços... e agora digo eu, trocamos a prestação própria por uma prestação externa....

.....- O discurso correcto e optimista, de esperança num futuro bem melhor, ou pelo menos, melhor do que a experiência actual e aquela vivenciada nos últimos tempos, fala nas prioridades dos sectores estratégicos. Pena é que a pecuária e a Agricultura não sejam entendidos, pelo actual executivo, como sectores economicamente estratégicos, mercedores de investimento público camarário... senão vejam as grandes opções do plano e a exorbitância que o Plano de Actividades Municipal (PAM) dedica a estes dois sectores de actividade para o ano de 2008: 1000 €.....

.....- No que à dívida diz respeito, para além dos subterfúgios, a realidade é que ela representa cerca de 75 % da capacidade de endividamento. Depois, na Assembleia Municipal de 29 de Junho deste ano, discutiu-se, em ponto agendado, a agregação e reescalamento de empréstimos bancários. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara defendeu essa proposta com o argumento que era importante conseguir renegociar os *spreads* e os prazos de pagamento face ao permanente aumento das taxas de juros praticadas pelas instituições bancárias. Mais, como reforço desta posição, numa intervenção do grupo municipal do PSD, veio o elogio pelo superior entendimento e capacidade negocial junto das entidades bancárias por parte do Senhor Presidente da Câmara.

.....Logo nessa data, o Bloco de Esquerda afirmou que desconfiava que a verdadeira intenção era conseguir ganhar espaço e capacidade de endividamento.....

.....14 de Dezembro de 2007, cerca de seis meses depois, eis a confirmação dessa desconfiança... na página 26 deste plano – *passo a citar* - *...a necessidade deste município vir a contrair um empréstimo de médio e longos prazos no montante de 2,5 milhões de euros, no ano de 2008- fim de citação*.... ..

.....- São elencadas as participações detidas pelo município em outras entidades, contudo, nos documentos estratégicos para 2008, não percebemos uma orientação da Câmara Municipal, não encontramos as definições estratégicas e o papel que a Câmara quer assumir nestas sociedades. Quem perde, uma vez mais com estas omissões, é a população do município.

.....As várias questões aqui levantadas, ainda que as entendam como pormenores, foram já e em diversos momentos, aqui trazidos e continuam, quanto a nós, sem uma resposta objectiva e satisfatória.

.....Tal como já foi dito pelo porta-voz da Comissão de Economia, importava uma significativa dilatação da iniciativa, autonomia e participação das autarquias freguesias, no orçamento municipal, não só no que concerne aos direitos, mas, fundamentalmente, naquilo que às transferências de competências e responsabilidades diz respeito. A isto chamamos orçamento participativo e, desde a primeira hora, o defendemos. Com muita acuidade e com muita pertinência propomos a institucionalização do princípio do orçamento participativo, em que a decisão política de intervenção no espaço, a definição de prioridades infraestruturais e a aplicação de fundos públicos, passe por um processo de debates temáticos e territoriais, onde poderão participar todas as associações concelhias e todas as cidadãs e cidadãos interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Bragança.

.....Por tudo isto, e uma vez mais digo e repito, por perceber que este plano é fidedigno às políticas e programa deste Executivo e que foram, a seu tempo, sufragadas. Que na sua essência nada de novo acrescentam à vida do concelho, o Bloco de Esquerda não votará favoravelmente esta proposta do executivo para 2008.

.....O desenvolvimento assenta num grande contrato social e ecológico dirigido ao presente e ao futuro. Viver melhor é aprender a viver diferente. A política tem de reconquistar raízes na vida. Está na altura de cada vez mais, mulheres e homens começarem a agir pela máxima exigência. Temos o direito e o dever de tornar o nosso concelho num espaço agradável para se viver, e estamos na disposição de usar o nosso direito, dito melhor, o nosso dever de cidadania.

.....É tempo de renovarmos o poder local, tornando-o num exercício prático e contínuo daquilo que efectivamente é a Democracia.

.....As cidades são pessoas e estas têm direito a ser felizes.

.....É esta a cultura de cidadania desta esquerda de confiança.

.....Obrigado.....

.....a) Luís Miguel Vale Fernandes Vale”.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Senhor deputado Guedes de Almeida, faz favor.

.....**Guedes de Almeida** – Como o tempo é pouco, e tendo lido, embora muito superficialmente e aqui confesso, o Plano que nos foi apresentado e que está aqui agora a ser discutido, apenas vou dizer o seguinte.

.....Este orçamento é congruente com o programa que foi prometido desde o início pelo actual Presidente da Câmara, embora já no terceira mandato, mas não há aqui rupturas relativamente às promessas que ele fez inicialmente para o desenvolvimento do Concelho.....

.....E podemos concluir precisamente, que passados já mais de dez anos, que efectivamente o que foi prometido é devido e está feito. Estamos aqui neste momento a discutir, e se houver falhas, que alguém que tem participado na análise e na discussão dos Planos de Actividade e dos Orçamentos que venha aqui dizer efectivamente o que é que não foi feito dos programas eleitorais do actual Presidente da Câmara e das respectivas equipas. ...

..... Efectivamente estamos agora a discutir um plano para o próximo ano, e conforme foi confessado pelo Senhor Presidente da Câmara, ele é redutor relativamente às aspirações do município, às possibilidades do Município. Mas aqui a culpa não lhe cabe, e aqui é que temos que ser coerentes. Ele é arrastado pela política do Poder Central, a assim é que não cumpriu, e se estiverem atentos ao Programa Eleitoral do Governo em exercício, é completamente diferente daquilo que foi prometido em Campanha Eleitoral. E isto efectivamente será mentira, isto é completamente diferente, isto obriga a que efectivamente as autarquias sejam penalizadas. E nós temos que nos lembrar, que no 25 de Abril, uma das maiores conquistas, e aquilo que se vê sobretudo no interior e mais concretamente aqui no Distrito de Bragança, e eu falo no Distrito não falo só no Concelho, porque conheço todo o Distrito, o que há de bom, feito, após o 25 de Abril de 1974, e estranhamente, é o que foi feito pelo poder local.

.....Relativamente ao Poder Central assistimos a uma política de espólio total, relativamente a infra-estruturas, e que neste momento tem esta região como um deserto de pessoas, de bens, e de economia, esta é a análise real, e daí, que este Programa Senhor Presidente, o Programa que apresenta para o próximo seja ainda na minha perspectiva, relativamente à situação actual do Poder Central e à dependência das autarquias do Poder Central, seja um programa que eu considero ainda demasiado ambicioso. Estou convencido que o vai cumprir com o empenho que o Senhor Presidente sempre revela na execução do interesse público e daquilo a que se compromete.

.....Como o tempo é pouco, mas há aqui pontos de luta que o Senhor Presidente tem que encetar para além daquilo que está escrito no programa. Eu refiro-me a lutas que mobilizem a população, e que são essenciais ao desenvolvimento desta população e desta região, que será não calar e não silenciar e não abdicar, por exemplo, com o encerramento das vias ferroviárias na totalidade, e que o Governo não contemple a curto prazo ou imediatamente que esta região passe ser servida, mesmo em projecto de Governo, de uma via ferroviária que permita que esta região se encontre ligada ao litoral e também a Espanha.

.....Também é um dos seus pontos do programa que já se vem... ..

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, deixe-me só fazer-lhe um esclarecimento, não quero que haja... Eu disse-lhe que havia pouco tempo porque regimentalmente as sessões só podem durar quatro horas. Nós começamos às três, temos que acabar às sete. E tenho mais cinco inscritos... ..

.....É por esse motivo que o tempo é pouco.

.....**Guedes de Almeida** - Portanto no tema das acessibilidades há já movimentos que lutam para que o Governo contemple aquilo que são as acessibilidades de futuro, como seja o comboio, portanto é uma luta que tem que ser recordada cada vez mais, sobretudo ao Poder sediado no Terreiro do Paço, de que esta região tem que ser contemplada com a via ferroviária.

.....Relativamente à cultura, há aqui que enaltecer, poderá haver críticas, são opções, mas hoje Bragança é uma referência, digamos assim, da cultura na região. Terá apostado bem, terá apostado mal, foi uma opção e está feito. Mas poder-se-á dizer que Bragança tem estruturas de cultura que são do melhor que há ao nível das cidades médias do nosso País e mesmo até de alguma Europa. Basta contar, por exemplo, os Museus que estão em Bragança.

.....Aqui um esclarecimento relativamente à casa do Abade de Baçal. Por conhecimento directo e imediato, a Câmara não podia exercer qualquer direito de preferência sobre a Casa do Abade de Baçal. A Casa do Abade de Baçal não tinha qualquer qualificação, digamos assim, que a pudesse proteger de ser adquirida por um particular, e portanto a Câmara aqui não podia exercer qualquer direito de preferência. Foi comprada por um particular, a Câmara agora apenas tem que acompanhar o desenvolvimento do crescimento daquela obra através dos seus serviços técnicos e das normas que regulamentam a execução da edificação ao nível concelhio.

.....E relativamente ao problema da água, aqui apenas para lembrar que a questão fundamental, e o Senhor Presidente, eu pelo menos não li, é a aposta objectiva que devia constar no programa é que o sistema de abastecimento de água a Bragança não passa sem a construção da barragem de Veiguiñas. E eu digo isto aqui para lembrar, na altura eu era Vereador, aqui neste edifício, por cima, era o Senhor Dr. Amândio Gomes, salvo erro era o Adérito Lhano, o Senhor Capitão José Luís Pinheiro encomendou na altura à Hidrotécnica Portuguesa, eu não sei se o Senhor Presidente tem acesso ou poderia mostrar aos membros da Assembleia e dizer o que é que era indicado na altura, se se chegaria a esta situação se o sistema não fosse concluído na sua totalidade. Portanto isto foi devido no início dos anos 80, e os estudos técnicos diziam que o sistema de abastecimento à cidade entrariam em ruptura se não estivessem construído no seu conjunto. Esquecer que sem Veiguiñas o problema se mantém, é estarmos a fazer demagogia política.

.....Portanto era esta recomendação que eu queria fazer ao Senhor Presidente no sentido de distribuir o Projecto da Hidrotécnica Portuguesa.

.....Muito obrigado

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, para ficar em família.... ..

.....Faça o favor.

.....**Bruno Veloso** – A família fica em casa Senhor Presidente.

.....Muito boa tarde.

.....Caros amigos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal.....

.....Todos os anos por esta altura vimos aqui discutir o Orçamento e Plano para o ano seguinte e também todos os anos tem sido apanágio do grupo parlamentar do PS termos manifestado a sua posição crítica em relação à gestão autárquica que tem vindo a ser prosseguida e, particularmente, em relação a um conjunto de situações que, pelo seu efeito, ameaçam ter consequências desastrosas.....

.....Em primeiro lugar queremos deixar bem claro que a política de elevadas taxas de serviços praticada pela Câmara tem conduzido a uma sobre tributação que exorbita o conceito de taxa e cai no conceito de imposto, já que a contra prestação do serviço tem um valor inferior ao valor da taxa paga. E tanto assim é que a cidade antiga, aquela onde deveriam ser preservadas as nossas referências históricas, é hoje uma espécie de cidade fantasma, sem vida nem alma porque, em grande medida é absolutamente proibitivo recuperar ou reconstruir edifícios no perímetro da cidade antiga. A nossa posição, reafirmamo-lo, é a de isentar de taxas e licenças todos aqueles que pretendam reconstruir casas no centro da cidade, e mais, oferecendo a Câmara o projecto como forma de garantir uma gestão urbanística de elevados padrões de respeito pelas traças originais e ao mesmo tempo proporcionar uma economia adicional a quem queira reconstruir esses imóveis.

.....Senhor Presidente, é imperativo que entenda que foi nos seus mandatos que se assistiu ao maior surto de desertificação do centro urbano, que foi nos seus mandatos em que o negócio imobiliário teve um maior fulgor especulativo, não raras vezes com a Câmara também como actor e foi ainda nos seus mandatos que se concretizou a maior descaracterização da cidade com intervenções que em nada se coadunam com a história e a matriz urbanística, retirando as pessoas dos locais referenciados como centros cívicos.

.....Mas também não podemos aceitar que nesta cidade e neste concelho se pratiquem das taxas mais elevadas de IMI (antiga contribuição autárquica) com a agravante de o valor matricial dos prédios ter tido actualizações multiplicadas, em alguns casos por 10 e por 20. Senhor Presidente, que tanto fala de competitividade fiscal, parece fazê-lo só quando se refere a terceiros porque quando se trata de tributar tudo lhe parece pouco. Tão pouco que a receita adicional proveniente da colecta do IRS, como acabamos de discutir, e que uma boa parte dos Municípios segue a política de minorar o esforço fiscal dos seus munícipes, o Senhor Presidente prefere fazer ouvidos de mercador e é mais um elemento contributivo para satisfazer a ânsia dos seus propósitos de irreprimível despesismo. Valerá a pena que nos diga por quantas vezes multiplicou a despesa corrente da Câmara a preços constantes e em valores absolutos em relação há 10 anos atrás para podermos verificar como e onde foi gasto o dinheiro.....

.....A propósito da forma como tem vindo a ser gasto o dinheiro é surpreendente que em 10 anos de exercício e não perdendo uma só oportunidade de satisfazer o "slogan do maior ciclo

de investimento", é caso para perguntar: quanto é que investiu no reforço do abastecimento de água à cidade e às aldeias? Será que a folha de papel "couché" que nos enviou a pedir contenção no consumo de água é já o prenúncio da sua putativa falta e a confirmação da falência das políticas em matéria de abastecimento de água à cidade? Não se esqueça que não obstante o Senhor ter feito túneis, museu para a máscara, centro de arte contemporânea e mais alguns equipamentos culturais, a água é um bem de primeira necessidade, uma garantia que tem de ser dada pelo poder municipal antes de qualquer outra. E admiremo-nos Senhor Presidente, ignorou, ou fez que ignorou, a delicadeza do problema e empurrou para a frente argumentando que não lhe deixavam fazer barragens ou outras formas de retenção e captação de água. De pouco servirá a desculpa dos ambientalistas, dos governo, ou quem sabe até mesmo do S. Pedro, porque nada justifica a falta de vontade política para resolver o problema do abastecimento de água, já que o Senhor é o primeiro responsável porque ao longo destes anos as suas opções de investimento foram dirigidas para onde pudesse ter maior efeito mediático e eleitoral. Falar de modernidade sem que a satisfação das necessidades básicas estejam garantidas tem tanto de bizarro como de irresponsável. E a água é, porventura, a primeira e mais básica das necessidades de cada cidadão.

.....O Senhor Presidente tem nas por si chamadas e designadas Grandes Opções do Plano algumas intervenções com as quais estamos naturalmente de acordo. Mas há uma sobre a qual queremos manifestar aqui e deixar nesta acta de Assembleia o nosso fundado receio e muito provável discordância: a intervenção na Avenida João da Cruz. Trata-se, como já o referimos mais vezes, na nossa opinião, da mais emblemática avenida da cidade de Bragança. Contudo, alguns erros urbanísticos que foram cometidos, a Avenida João da Cruz é ainda uma das referências do início da expansão da cidade. E, honra seja feita a quem a projectou, na verdade ainda hoje, ao fim destes anos todos, serve os interesses e necessidades de quem a utiliza, seja para os passeios pedonais, seja para a circulação automóvel. Daí que qualquer intervenção que ali seja feita não deverá ir além da requalificação a nível de materiais (passeios e vias de circulação), mas nem pensar em modificar a traça e a estrutura urbanística e os perfis das vias que o tempo tem provado serem eficazes e os melhores.

.....O Senhor Presidente tem o infeliz exemplo das obras que fez no centro da cidade, de tal forma e com tal violência que conseguiu descaracterizar tudo o que fazia parte da matriz original desta cidade e, mais ainda, conseguiu sacudir as pessoas do centro cívico que era a Praça da Sé e com isso estiolar ainda mais o tecido urbano da zona histórica. Pelos vistos não serviu de emenda.

.....A defesa do património não se pode fazer através da descaracterização do que existe e a Câmara ao falar de Grandes Opções do Plano deve dar a maior atenção a essa grande opção que deve ser a revitalização do centro histórico, como já muitas vezes alertamos. E para isso necessita de agilizar os mecanismos de política fiscal de modo a ser uma vantagem reconstruir em vez de construir de novo.

.....Senhor Presidente

.....A necessidade de fixar na cidade mais pessoas passa naturalmente pelas condições de

atração que a cidade tenha, nas quais assume papel relevante a criação de emprego. Só que, para que isso aconteça, a Câmara deverá empreender esforços de iniciativas público-privadas que consubstanciem o aproveitamento dos nossos recursos endógenos que vão desde a energia ao turismo e da indústria a actividades relacionadas com o conhecimento. Para tanto seria necessário que este plano integrasse um esforço de investimento nesses domínios e que apresentasse como estímulo a novos investidores as melhores condições de localização para os seus investimentos.

.....Este plano e orçamento não apresenta nada de novo e não marca qualquer viragem em relação aos anteriores. O autismo desta Câmara não facilita e antes pelo contrário oblitera a possibilidade de, com base num debate democrático, se poder consensualizar uma estratégia para o concelho que tenha em atenção os aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento e para a estabilidade da sua população. Exibir obras de natureza cultural sem que estejam satisfeitas e garantidas necessidades básicas como é o caso do abastecimento de água representa uma inversão de valores e de prioridades.

.....Em suma, este orçamento suporta o crescimento da despesa com um cada vez maior esforço por parte dos munícipes, não dirige os investimentos mais significativos para a satisfação das necessidades básicas e para a promoção do desenvolvimento e finalmente apresenta como obras estruturantes no domínio urbanístico a abertura de novas vias que, sem sombra de dúvidas, serão um factor adicional de desertificação da cidade antiga e mais um estímulo para a especulação imobiliária. Por tudo isto, porque este Orçamento não é inovador na forma nem no conteúdo, nem é ambicioso nos seus investimentos, o grupo parlamentar do PS vota contra a proposta de Orçamento e Plano para o ano de 2008.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Martinho do Nascimento, tem a palavra.

.....**Martinho do Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores.

.....Eu antes de mais preveleço-me desta oportunidade para apresentar a todos as boas festas e um bom Natal.

.....Começa a tomar-se um lugar comum, não só pela exigência legal dos princípios orçamentais e das respectivas regras previsionais, a discussão para aprovação nesta assembleia, do orçamento previsional, no caso vertente para 2008.

.....E digo não só por aquelas razões legais, mas essencialmente, através da estratégia da autarquia, porque o mesmo tem obedecido sistematicamente, nesta última década, a critérios de equilíbrio e proporcionalidade com um enfoque especial no investimento, incentivando também o privado, reforço das infra-estruturas, tendo sempre como premissa a melhoria da

qualidade de vida, maior justiça social no apoio às famílias mais carenciadas e o desenvolvimento económico do concelho.

.....Não vos quero maçar com demasiados números nem entrar pela via da quantificação apesar desta prever os recursos necessários para implementação das Grandes Opções do Plano para 2008.

.....Enveredo, desde logo, pelos constrangimentos legais e procedimentais, para depois me debruçar sobre a análise do orçamento na óptica das receitas e despesas - em função da sua classificação - dívida, património e recursos humanos.....

.....Assim, se analisarmos o Orçamento de Estado para 2008, constata-se, não pela observância dos números em termos nominais, mas sim em termos reais o que nos obriga a efectuar algumas contas, que as transferências da Administração Central têm vindo a ser reduzidas. E os factores que têm condicionado estas transferências têm sido a inflação constatada e o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações. Dispensamo-nos de relembrar estas percentagens, não apenas porque as mesmas estão claras no documento do Orçamento, mas porque igualmente os trabalhadores dependentes e funcionários do Estado conhecem esta realidade e sabem o significado do poder de compra. Para dar um pequeno e simples exemplo, podem ter nominalmente um aumento do vencimento e é um facto que o têm, mas se com esse vencimento compram menos bens num determinado cabaz de compras é óbvio que em termos reais houve uma diminuição - isto só para exemplificar a implicação do factor inflação.

.....Acrescentem-se outros factores, como é o caso vertente, e depressa desmontamos o mito do aumento das transferências.

.....Esta proposta de Orçamento do Estado para 2008, não permitindo às autarquias locais o acompanhamento do crescimento das receitas ao nível do IRS, IRC e IVA, vêm claramente contrariar aquilo que estabelece a Lei das Finanças Locais na repartição de recursos públicos..

.....Já tive oportunidade de me debruçar sobre a Nova Lei das Finanças Locais, a propósito da participação variável no IRS, que sendo parte da transferência da Administração Central é redutora para os municípios do interior com menos população, acentuando por esta via ainda mais as assimetrias regionais existentes.....

.....As autarquias locais do interior dependem mais daquelas transferências, apesar de as receitas próprias, terem vindo a aumentar proporcionalmente no município de Bragança.....

.....Também a Lei das Finanças Locais com a transferência de atribuições e competências vem acometer a esta autarquia maior pressão nas despesas correntes do município, sem que às mesmas sejam assegurados os meios financeiros adequados. São essencialmente as funções sociais, que representam cerca de 67% do Plano de Investimentos, e que em áreas como a educação, a acção social, saúde e habitação irão causar a jusante maior pressão na despesa corrente.....

.....Desresponsabilizou-se a Administração Central na questão da participação variável no IRS, transferindo o ónus para o município, nos termos do art.º 20 da Lei das Finanças Locais. Após a transferência das atribuições e competências, o que se segue? Pede-se então aos

municípios que apliquem o estabelecido no art.º 14, naquela Lei, que permite o lançamento de uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável das empresas? É que, esta nova Lei vem ainda tomar possível uma taxa diferenciada para PME's, com a vantagem (para a Administração Central) de esta ser uma taxa local. Lembro aqui que, apesar da anterior Lei das Finanças Locais prever já esta taxa - embora noutros moldes esta autarquia não a aplicou.....

.....Ainda no âmbito do Orçamento do Estado, não podemos deixar de transparecer o nosso desagrado pela redução sistemática do PIDDAC, que, pela sua natureza de Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, para investimentos essenciais no concelho, não potencia o investimento privado. Mais uma vez este Programa não vem promover a coesão económica e social.....

.....Senhor Presidente: Ouve-se falar cada vez mais em crescimento e menos em desenvolvimento. Naturalmente que haverá um propósito ou uma intenção, mas a realidade e a verdade não a podemos escamotear. Estamos a falar de coisas distintas e de objectivos, que, apesar de ambos nobres têm factores que os distinguem. Podemos ter crescimento, mesmo que débil, através de uma variável macroeconómica que são as exportações, mas é através da Formação Bruta de Capital Fixo, em suma, do Investimento, que se obtém o desenvolvimento. E essa é a nossa preocupação para o concelho de Bragança. Tem havido investimento sim, essencialmente por conta do município mas, como todos sabem, a pressão sobre as despesas correntes do município aumenta - ao nível da exploração, funcionamento e manutenção.

.....Ainda ao nível do Orçamento e da política fiscal, esta além de nos desfavorecer em termos nacionais, prejudica os municípios do interior como o nosso. Veja-se a debandada, se me permitem o termo, para Espanha de empresários e trabalhadores.....

.....Vejam-se as filas de viaturas de matrícula portuguesa a abastecer de combustível em Espanha, como se a fonte de produtos petrolíferos fosse diferente. Estes são apenas alguns exemplos. Mas não são sinais suficientemente fortes para nos preocuparmos? Todos, sem excepção?

.....Por outro lado a gestão dos sistemas de incentivos orientados para o investimento empresarial, foi reformada pelo QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional - centralizando as estruturas de gestão e condicionando o acesso aos incentivos através das apertadas malhas da selectividade na competitividade e internacionalização em detrimento da coesão social territorial, apesar de esta constar nas orientações fundamentais daquele Quadro. São as empresas de maior dimensão, maioritariamente situadas no litoral que mais vão beneficiar e conseqüentemente levar a uma maior divergência nas já acentuadas assimetrias. Não é incompatível a coesão social territorial com a inovação, a qualificação, a investigação e desenvolvimento tecnológico para o nosso concelho. A nossa vontade prova-o com iniciativas como as de incubação de empresas, aliás estratégia já apresentada por este município. Tivessem as autarquias maior participação na gestão do QREN que concertiza a compatibilidade a que atrás se aludiu estaria mais facilitada.

.....Quanto ao Orçamento propriamente dito, como atrás se referiu não se pretende escapelizar verbas, já de todos conhecidas, mas tão só referir alguns aspectos essenciais complementados com alguns números para os salientar.....

.....O primeiro aspecto a referir e que, de resto, vem de uma exigência legal é que o princípio de equilíbrio orçamental está mais uma vez assegurado, advindo até daí uma poupança corrente, no âmbito da classificação orçamental, de mais de 2 Milhões de Euros, que ao financiar as despesas de capital potenciam o aumento do investimento.....

.....Da análise do mapa comparativo com o ano de 2007, constata-se uma variação positiva nas receitas correntes, sendo aqui de salientar a importância crescente das receitas próprias em termos de evolução, constituindo o gráfico que demonstra a evolução das receitas totais um excelente indicador de gestão em termos temporais, designadamente da última década. Como já se referiu as transferências da Administração Central são determinantes em autarquias do interior como esta.....

.....As receitas de capital reflectem constrangimentos já referidos, sobretudo nas transferências de capital, quer da Administração Central, quer de participação comunitária ou da Cooperação Técnica e Financeira. De salientar aqui a forte diminuição para 2008 - 15,5% - das receitas provenientes de fundos comunitários e outros e ainda assim a maior fatia prevista para 2008 - cerca de 63% constituem financiamentos aprovados no âmbito do anterior QCA (2000-2006), que dadas as suas regras de contabilização permitem o seu encerramento financeiro até 2008.....

.....Importa, no âmbito da despesa, referir que o acréscimo de 13,4% nas despesas correntes é perfeitamente coerente com o nível de investimento, ao nível de equipamentos e infra-estruturas que é do conhecimento de todos e visível no nosso concelho, quer nas freguesias urbanas, quer nas rurais. Assim é de facto. Como já se salientou e nunca é demais repeti-lo: o investimento do município acarreta posterior e inevitavelmente um aumento nas despesas correntes, dada a necessidade imperiosa da gestão, exploração e manutenção daqueles equipamentos ou infra-estruturas.....

.....A desagregação das mesmas despesas assim o comprovam, registando-se de forma positiva, porque denotária do esforço de contenção orçamental, as despesas com o pessoal.....

.....Na perspectiva da classificação funcional, é importante registar o esforço de contenção efectuado nas diversas áreas funcionais, e sobretudo salientar o peso das funções sociais na agregação das Grandes Opções do Plano. Estas representam cerca de 69% em áreas tão nobres como a educação, saúde, acção social, habitação e cultura.....

.....Em termos de endividamento autárquico, mais uma vez se observam os princípios de rigor e eficiência deste município, conforme se comprova através do endividamento líquido muito aquém do limite estabelecido na Lei de Finanças Locais, deixando uma grande margem para potenciar investimento já definido nas Grandes Opções do Plano, margem essa que permite o cumprimento do art. 37º da Lei das Finanças Locais.....

.....Um dos factores que releva para garantia de sustentabilidade financeira é o património, que como se poderá constatar em termos evolutivos do activo fixo, aumentou 127% em apenas

5 anos, salientando aqui pela sua relevância as imobilizações corpóreas e os Bens de Domínio Público num rácio representativo de 20 e 26%, respectivamente.
.....Relativamente aos Recursos Humanos já se salientou o esforço de contenção da despesa com pessoal. Apraz-nos referir a aposta na reafecção e qualificação destes recursos essenciais a uma organização cada vez mais eficaz. A atestar esta aposta regista-se com apreço a implementação do projecto de Gestão Documental, essencial à desburocratização dos processos, à sua fluidez, organização e conhecimento interno.....
.....Em suma:
.....- sendo um orçamento equilibrado e devidamente proporcionado;
.....- sendo um orçamento de contenção;
.....- cumprindo todas as exigências legais;
.....- tendo um enfoque especial no Investimento; defende-se, justificadamente, a sua aprovação nesta assembleia.....
.....Disse.
.....a) Martinho do Nascimento”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra.....

.....**Luís Pires** – Só para dizer duas ou três coisas relativamente ao Orçamento.
.....Bom, creio que vocês já todos sabem mais ou menos que há uma postura... esta ferramenta que nós estamos hoje aqui a debater, como já foi referido por algumas pessoas que me antecederam, é uma ferramenta essencialmente política na minha opinião. Tudo bem que se concretiza na parte técnica, para seguir depois as políticas do Senhor Presidente, como tal vocês sabem que a visão que nós temos da cidade não é a mesma que o Senhor Presidente da Câmara tem, portanto, seria impossível que nós validássemos, digamos assim, este documento.....
.....De qualquer forma, houve aqui duas questões que foram faladas, e às quais de uma forma muito rápida eu gostava de fazer uma referência. E tem a ver com a questão multimodal para Bragança e a questão da logística. Eu muito sinceramente ouço falar que é imprescindível e fundamental haver uma estrada para a Puebla de Sanábria. É assim, eu não digo nem que sim, nem que não. Eu ponho apenas o seguinte, quando nós estivermos ligados, vamos lá ver uma coisa, há vários factores, há um estudo, eu estou a pensar trazer-vos esse estudo numa próxima Assembleia, que fala sobre logística e a opção de plano que existe para transformar Bragança, aliás Portugal numa plataforma logística, e utilizar algumas das cidades que estão junto à fronteira como plataformas logísticas.....
..... E há vários empreendedores, vários tipos de empresas que valorizam uma série de factores, factores esses que são a presença do comboio, a presença marítima, a presença de estradas, a presença de aérodromos, etc. Eu não sei Senhor Presidente, até que ponto não seria interessante o Senhor começar a antecipar-se e se calhar a pensar no sentido de fazer

um estudo estratégico conjuntamente com Zamora, que é uma das cidades apresentadas pelos espanhóis como potencial para ter uma plataforma logística. Nós temos aeródromo, Zamora tem comboio, uma auto-estrada que ligue Bragança a Zamora tem um tempo de viagem curto, não sei até que ponto não seria interessante o Senhor começar a debruçar-se um bocado nisso e ver se não seria uma saída estratégica, até porque os volumes de emprego gerados são bastante grandes nesse tipo de indústrias.

.....Deixo-lhe aqui também esse desafio, contará com a minha colaboração se assim o desejar.....

.....Apenas dizer-vos também que não concordo quando o Senhor apresenta aqui no seu documento que o Centro de Arte Contemporânea, a Região de Turismo, a ACISB, etc., como sendo autênticas âncoras em termos de emprego. Eu não acho que sejam autênticas âncoras. Isto são coisas positivas, que devem ser feitas como acréscimo a uma estratégia mais global e mais consistente.

.....Portanto, haveria mais coisas para falar, o tempo não me permite, nós estamos todos cansados, apenas reiterar que não vamos votar a favor deste Orçamento.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Paulo Xavier, tem a palavra.

.....**Paulo Xavier** – Eu vou ser breve Senhor Presidente.

.....Estamos no limite, mas não poderia deixar de tecer aqui algumas questões, porque ouvi coisas que parece que não estamos na mesma cidade.

.....Primeiro de tudo, quero felicitar o Executivo porque mostrou neste documento uma preocupação, uma grande gestão, informação quanto basta, mas mais que tudo e sobretudo o respeito pelo seu eleitorado. É um compromisso! A política faz-se de compromissos. E faz hoje dez anos do dia 14 de Dezembro de 1997, o PSD chega à autarquia. E ouvi falar aqui que o PS não tinha a mesma visão, disse o meu antecessor e amigo. Efectivamente não tinha. Eu acredito perfeitamente, porque há dez anos a nossa cidade era exactamente aquilo que o nosso Bruno disse, uma cidade fantasma! Sem qualidade de vida, sem conforto, aliás a gente ria-se porque não tinha mais nada que fazer, andávamos a passear e colocávamos o pé na poça... valha-nos Deus! Só nos riamos disto, porque nada acontecia! Era a cidade fantasma. Mas vocês têm responsabilidade, estiveram lá e nada fizeram! Quer dizer, vamos por uma esponja, acabou, o PS não tem responsabilidades nenhuma.... Bem, já estamos habituados... ..

..... Mas nessa altura a cidade, estamos a falar na cidade capital de Distrito, já tínhamos perdido quase a capitalidade para Mirandela. E é esta a vossa Cidade? É esta a vossa visão? Hoje temos uma cidade limpa, uma cidade bonita, uma cidade onde dá gosto viver, de grande qualidade, modernidade, não gostam? Do quê? Disto ou daquilo? É natural... mas fez-se, há trabalho. Esta é que é a grande questão. Saudosismos? Dou de barato! Requalificação da Avenida João da Cruz? Venha! Requalificação! O que nós defendemos sempre é que se mantenha a traça, como aliás o Executivo já o demonstrou, toda a gente viu, e vai apresentá-la

seguramente e... eu sei que o PS tem alguma dificuldade de admitir que é muito chato para ele que a Câmara não pode fazer uma requalificação... não faça! Porque exactamente tem um sentido positivo sobre os eleitores. Porque os eleitores vão bater palmas exactamente quando fizer a requalificação.

.....Faça a requalificação da Avenida João da Cruz, faça a requalificação da Avenida Humberto Delgado e a nossa gente, a gente de Bragança vai bater palmas.

.....Ouvi também aqui da voz do PS, “gestão desastrosa”. Eu acho que são palavras, aliás, esta Assembleia, eu até era para não vir cá, e vim porque fiquei incomodado da forma como às vezes se abordam aqui os temas. E quando se dizem algumas palavras como “gestão desastrosa”, vocês deviam ver, em 1997, até 14 de Dezembro de 1997 a vossa gestão no Município. E isso é que é gestão, mas gestão....eu não diria “desastrosa” porque é uma palavra forte, mas “descuidada”.....

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia chegamos ao fim das intervenções relativamente aos documentos que estão em apreciação, que relembro, são as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais e Orçamento Municipal para 2008.

.....Vamos votar.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com doze votos contra, zero abstenções e setenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e seis membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto sobre estes documentos?

.....Não há declarações de voto.

.....Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, no pouco tempo que nos resta, o último ponto da ordem do dia diz respeito a um Concurso Público para Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações Municipais, que pela simples razão de se vir a aplicar a mais do que um ano, ser plurianual, precisa de vir a uma aprovação na Assembleia Municipal. Se dissesse pura e simplesmente respeito a um ano, mesmo com a verba total que está envolvida, era da competência directa da Câmara.

.....**PONTO 4 .2 .3 - CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS.**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

.....**MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

.....“**CONCURSO PÚBLICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – Intenção de Adjudicação**

.....Pela Divisão Financeira foi presente o Relatório de Apreciação das Propostas relativo ao concurso em epígrafe, o qual foi elaborado nos seguintes termos:

.....Aos vinte e três dias do mês de Julho de dois mil e sete e em cumprimento do disposto no artigo 107º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, reuniu o júri designado para o presente concurso público, por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 12.09.2007 e constituído por: Presidente, Vereador em regime a tempo inteiro, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, e pelos vogais, Chefe da Divisão Financeira, Dra. Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro e Chefe da Divisão de Transportes e Energia, Eng.º Orlando António Sousa Gomes, com fim de proceder à análise das propostas admitidas e elaborar o relatório de mérito das mesmas.

.....Iniciada a reunião, o júri começou por apreciar, relativamente a cada concorrente antes admitido, a documentação relativa às habilitações profissionais e às capacidades técnica e financeira.

.....Comprovadas que foram as habilitações e capacidades técnica e financeira dos concorrentes, o júri passou à apreciação do mérito das respectivas propostas.

.....Para o efeito, tendo por base o critério de adjudicação fixado - proposta economicamente mais vantajosa – e a pontuação atribuída aos factores e subfactores, que consta da acta de ponderação de critérios datada de 22.10.2007, o Júri analisou cada uma das propostas tendo deliberado atribuir a pontuação e classificação constantes do mapa anexo ao respectivo processo, que faz parte integrante do presente relatório.

.....Assim e de acordo com os elementos constantes do referido mapa, as propostas ficam ordenadas, para efeitos de adjudicação, da seguinte forma:

.....1.º GIRPE SEGURANÇA PRIVADA, LDA. – 96,88%;

.....2.º COMANSEGUR, Segurança Privada, S.A. – 91,47%;.....

.....3.º A.S.F., Sociedade de Serviços de Vigilância e Alarmes Lda. - 85,10%;

.....4.º RONSEGUR RONDAS E SEGURANÇA, Lda. – 84,16%;.....

.....5.º V. PROTEC, Serviços de Tecnologia de Segurança, Lda. – 82,33%;.....

.....6.º SECURITAS S.A. – 77,54%;.....

.....7.º GRUPO 8 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA – 76,87%;.....

.....8.º HORIZONTE MAIS, Serviços de Controle e Vigilância, Lda. – 74,47%; e

.....9.º PROWISE, Sociedade de Protecção Vigilância e Segurança Lda. – 62,30%.

.....Finalmente e quanto à audiência prévia dos concorrentes:

.....Tendo em consideração o disposto no artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e a deliberação de Reunião de Câmara de 25.09.2007, que autorizou o procedimento em epígrafe, o Júri vai proceder, seguidamente, à notificação dos concorrentes.

.....Face ao que antecede, submete-se à apreciação superior o presente relatório:

.....Em face do que antecede solicita-se à Exma. Câmara:.....

.....1. Aprovação do Relatório de Apreciação do Mérito das Propostas;.....

.....2. Tratando-se de um procedimento concursal com vista à contratação de serviços para o ano de 2008, com possibilidade de renovação anual por mais dois anos, e sendo o preço base a considerar de 277 080,00 €/ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, exigindo tal despesa corrente de dotação financeira no Orçamento de 2008 e, perante eventual renovação de contrato, nos Orçamentos de 2009 e 2010, o assunto carecerá – nos termos e para efeitos do disposto nos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da necessária autorização, por parte da Exma. Assembleia Municipal.”

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o relatório elaborado pelo Júri do concurso.

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto - Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, uma vez que a despesa poderá ser repartida pelos anos de 2008 a 2010.”.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, de 29 Novembro de 2007.

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

.....**Presidente da Mesa** – Por isso eu pergunto se algum membro da Assembleia quer fazer algum pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara.

.....O Senhor membro da Assembleia Luís Costa quer fazer, faça o favor.

.....**Luís Costa** – É só uma pergunta muito breve.

.....Porque é que há necessidade para fazer segurança a um edifício público, onde tem documentação que pertence a todos nós e que não importa que qualquer pessoa possa ter acesso, e portanto documentação que está sujeita a sigilo, etc, porque é que tem que ser obrigatoriamente uma empresa privada, e porque é que não se contrata um segurança, um contínuo interno, ou se pede às forças de Segurança, que para isso estão, estatais, precisamente para salvaguardar e tratar da segurança dum edifício público.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma explicação?.....
.....Por favor.....
.....Eu pedia um esforçozinho... Senhores membros da Assembleia eu pedia um esforçozinho, só são mais uns minutos.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.
.....Está a ser distribuído um conjunto de documentos a todos os Senhores deputados, relacionados com o Alto Sabor, envolvendo dados pluviométricos, foram projectados dois acetatos, quatro gráficos de produção de energia na Central de Montesinho, quatro na produção de Prado Novo. Está a ser fornecida a carta que foi dirigida aos senhores Municípes, a carta que foi dirigida à Águas de Trás-os-Montes e alto Douro relacionada com os próximos passos. E a posição da Câmara, e também, porque não queremos nada na manga, eu mandei fazer enquanto estava aqui a decorrer a Assembleia, mandei fazer uma inspecção às condutas. O relatório está feito, está distribuído, está assinado pelo funcionário e está visado pela Chefia do Serviço, que também faz parte dos documentos que são distribuídos.
.....Quanto a esta matéria, é uma matéria simples, tentarei só responder ao Senhor deputado.
.....As forças de Segurança não podem, no âmbito das sua competências participar neste tipo de situações. Ou tinha que fazer-se com funcionários do Município ou com recurso a empresas de segurança.
.....A solução mais segura para o Município é aquela que corresponde à solução que está a adoptar. Também se cria emprego. Portanto, as forças que são contratadas, toda a gente contratada é gente do local. Portanto eles são remunerados, recebem os seus vencimentos aqui, e trata-se de uma solução de maior flexibilidade para a autarquia, é verdade que sim, e também de uma resposta que eu acho que numa área como esta, é uma resposta mais qualificada. A autarquia teria alguma dificuldade de tratar de forma bem estruturada esta matéria neste âmbito. A não ser que criasse uma estrutura interna, também de chefia, mais especificamente orientada para esta temática.....
.....Há câmaras de vigilância que praticamente todos os edifícios têm, os parques de estacionamento, o Teatro, o Centro de Arte Contemporânea, etc., Central de Camionagem, há um processo de registos de meia em meia hora de passagem dos seguranças em vários pontos das instalações, há relatórios diários, há avaliação a esses relatórios e há informação sistematizada para o Município.
.....A solução que está encontrada parece-nos ser uma solução boa sob o ponto de vista do interesse do Município, do interesse público, ela funciona bem, e funciona com base em recursos humanos da terra, excepto a empresa, não está aqui, se houvesse uma empresa de segurança aqui do Distrito e preferencialmente de Bragança ou de qualquer Concelho do Distrito, era independente, a concorrer a este serviço, nós veríamos com bom agrado que isso

acontecisse. Mas não há, porque são áreas mais especializadas, requerem direcções de empresa com experiência nestas áreas, bem estruturadas e com capacidade de responder a situações que em determinados momentos envolvem alguma complexidade – segurar bens, valores, instalações, requer sentido também específico de responsabilidade, o que não quer dizer que os funcionários não são responsáveis, são absolutamente responsáveis, mas hoje é uma área pela qual, de um modo geral, os Municípios estão a enveredar. Nós fazemos da mesma forma, e achamos que os resultados têm sido positivos.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Eu perguntava se há alguma inscrição para intervenções sobre o que vamos votar?

.....Faça o favor.

.....**Guedes de Almeida** - É muito rápido.

.....Relativamente à funcionalidade dos seguranças, Senhor Presidente, eu gostava de ter perguntado esta questão antes da Ordem do Dia. E tem a ver com isto, quem está habituado aos passos do Concelho, à Câmara Municipal, e de certa forma mesmo os elementos desta Assembleia não são portadores de um cartão que os identifique como membros da Assembleia. E uma pessoa sente-se de certa forma constrangida, eu há dias necessitei de ir lá, e uma pessoa é travada a subir as escadas, tem quase que se identificar, tem que ligar para ir lá acima, e julgo que causa algum incómodo a quem está habituado com alguma liberdade e com alguma responsabilidade a aceder aos Serviços da Câmara Municipal. Julgo que à entrada das escadas está um funcionário de certa forma a controlar e quase a puxar pelo casaco, pelo menos deverão ser-lhes dadas orientações que sejam de uma forma mais subtil e não muitas vezes a pedido de identificações.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Bom, vamos então votar esta autorização que a Câmara pede à Assembleia Municipal.....

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e oitenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e seis membros presentes.....**

.....**Presidente da Mesa** – Senhoras e Senhores membros da Assembleia, foi uma sessão difícil, muito Boas Festas a todos, um Bom Natal e muito Bom Ano de 2008. E ninguém se esqueça por favor de assinar as folhinhas que estão lá fora.....

..... Muito obrigado.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:
I – PRESENÇAS
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso **a)**
Armando José Afonso Rodrigues
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Maria Amparo Mendes Alves
Maria Gonçalves Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira Silva
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues
Francisco Manuel Esteves Marcos
Henrique da Costa Ferreira **a)**
João Batista Ortega
Lázaro Augusto Cordeiro Padrão
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Victor Fernando Simões Alves **a)**
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARAMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Bornes Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAÍNHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)
SORTES	João Ramiro Castro (substituto)
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II - FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos José Cadavez (**Justificada**)

Luís Manuel Madureira Afonso

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento

Lídia Gomes Valinho

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

MÓS

Anselmo Aníbal Martins

PARADINHA NOVA

Domingos António Seca (**Justificada**)

POMBARES

Afonso Augusto Pires Domingues (**Justificada**)

RIO FRIO

Humberto Amândio Garcia (**Justificada**)

SERAPICOS

Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Rui Afonso Cepeda Caseiro
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas e cinquenta minutos, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na primeira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 29/02/2008 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTAS:

1 - No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos a itálico.....

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se também escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

3 - Não se inclui na presente acta, consta do respectivo original, o seguinte documento:.....
– Grandes Opções do Plano e Orçamento/2008 – Páginas 144 a 347.....